THE ROYAL CANADIAN INSTITUTE

#24

ACADEMIA DAS SCIENCIAS DE LISBOA

COMISSÃO DOS CENTENÁRIOS DE CEUTA E ALBUQUERQUE

COMEMORAÇÃO

DO

QUINTO CENTENÁRIO

DA

TOMADA DE CEUTA

III SÉRIE — MEMORIAS

#24.

MARROCOS

E

Três Mestres da Ordem de Cristo

MEMÓRIA

PUBLICADA POR ORDEM DA ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA

POR

VIEIRA GUIMARÃES

ACADEMIA DAS SCIÊNCIAS DE LISBOA
Rua do Arco a Jesus, 113
LISBOA

COIMBRA — IMPRENSA DA UNIVERSIDADE — 1916

610423
4.7.55

CR
5907
G85

«... nunqua o conhecimento da cousa é tão forte, conhecido per sua semelhança, como per si mesma, entendi que me convinha passar em aquelas partes de Africa...»

AZURARA, *Chronica de D. Duarte de Menezes*, cap. II.

«... todo o empenho de quem estuda os assuntos historicos é buscar a verdade, ainda que com *documentos* e critica se destruam idolos ou apreciações consagradas».

PEDRO DE AZEVEDO, *As Ilhas Perdidas* no *Archivo Historico Portuguez*, vol. II (modificado pelo próprio autor).

PROLEGÓMENOS

Não é um tratado nem tampouco uma obra desenvolvida sobre Marrocos e Três Mestres da Ordem de Cristo que pretendemos ter escrito.

Do plano de, quanto ao primeiro, dar umas modestas impressões que recolhi ao visitar parte do seu território, para melhor aquilatar as acções heroicas dos segundos, nasceu o título desta despretenciosa memória que não terá outro mérito, se não o de trazer uma tosca pedra para o grandioso edifício literário que a Academia das Sciências de Lisboa vai erguer, comemorando os centenários da épica Conquista de Ceuta e da morte do insigne Afonso d'Albuquerque.

Passando no dia 21 de Agosto o centenário daquele glorioso acontecimento inolvidavel nos anais pátrios, a que concorreram os egrégios cavaleiros de Cristo, não quizemos deixar de cooperar, embora sem brilho, nesse recordar de façanhas imortais que foram a pedra fundamental da sublime missão civilizadora de Portugal.

Nascido êste dum batalhar incessante contra as hostes do crescente, alentou-se nessas lutas por longos anos em que os

cavaleiros templários fundadores de Tomar, nossa querida terra, tanto se salientaram e imortalizaram na fixação dos limites da estreita faxa que o destino lhe marcou e que as acções patrióticas dos homens conservaram.

Apertados aqueles, veremos no decorrer das páginas que se vão ler a transformação a que êsse estreitamento deu origem, procurando Portugal, fóra do seu acanhado ambito, ir, por incertos caminhos, à posse do mundo desconhecido que o mesmo crescente toldava com misteriosas fantasias, escondia com inaudito recato e defendia com arrojada valentia na ância suprema da luta pela vida.

E é ainda de Tomar que saem os principais pioneiros dêsse novo batalhar que agora tambêm é feito à sombra de nova bandeira com outra côr e com outra cruz, mas defendida com não menor fé, esforço, patriotismo e valor de outrora.

Para se ver a larga e gloriosa acção de tão preclara Milícia, levamos a narração mais adiante no tempo, no logar e nas pessoas, pois ela assim o exige na eloquente lição dos factos.

Poderiamos ter abandonado o, para muitos obsoleto, processo das biografias, mas não quizemos, por isso melhor quadrar ao assunto e aplicarmos assim ao estudo da história a cronologia e a geografia que tão despresadas teem andado dela com grave prejuizo seu, pois, se assim não tivesse sucedido, não se teriam praticado numerosas injustiças ao descrever muitos factos nacionais e ao tratar dos altos vultos que os realizaram.

Trabalho tivemos em investigar os dados da cronologia e percorrer a maior parte dos logares das acções, mas grande prazer experimentámos com a bela lição dos conhecimentos adquiridos que tirámos e em repararmos muitas faltas encontradas.

Grandes êrros teem vindo à história de a desacompanharem dessas duas sciências e de, principalmente, não praticarem a geografia, o que se devia fazer para procurar a aproximação da verdade que tem de ser a alta méta visada por quem a escreve.

Quantas opiniões se mudam em face dum documento *in loco!*

A visita a um logar, o exame duma lápide, o estudo dum monumento, quantas vezes nos fazem ter novas ideias, conceber novas interpretações e divergir profundamente da opinião corrente!

Se o novo critério da sciência é ser o seu estudo o mais prático possivel, devemos completar o da história no local das acções com os elementos que êle nos pode fornecer, reportando-nos quanto for possivel à época dêsses acontecimentos.

Estudar a psicologia das personagens e dos seus conterrâneos, o seu tablado, a concatenação dos sucessos, como se do tempo dêles fossemos, é o que se deve encarar ao querermos dar-lhes vida, trazendo-os ao proscénio de hoje, para ensinamento nosso e dos vindouros.

Alguns escritores antigos houve que tiveram êste são critério em Portugal e dos modernos alguns conhecemos, embora poucos, que o teem praticado.

Alexandre Herculano e Oliveira Martins, êste na última fase da sua vida, dos mortos, e Leite de Vasconcelos, dos vivos, são belos exemplos que seguidos deviam ser e nunca esquecidos.

Sob êste critério diligenciámos fazer o nosso trabalho, o que nos trouxe a convicção de que o nome de D. Lopo Dias de Sousa poderia ter existido nas páginas gloriosas da Independência, por-

que tantos outros foram ilustres sem o concurso dos heroicos cavaleiros da Cruz, mas o nome do infante D. Henrique, estamos certos, que jámais alcançaria a universalidade que tem, se não fôsse essa nobre corporação que lhe forneceu os mais proveitosos recursos e os mais destemidos cooperadores da sua grande e maravilhosa obra.

Descrever a vida do ardoroso Mestre e do seu imortal sucessor é narrar a brilhante acção da nobilissima Cavalaria de Tomar na época gloriosa das conquistas dos logares de África e no descobrimento das suas costas, primordial escola dos nossos ousados navegadores de alêm-Atlântico e dos invenciveis fundadores do nosso tão glorioso quão efémero império do Oriente.

E, como D. Fernando, filho de D. Duarte, sucedeu a seu tio, o egrégio infante D. Henrique, no mestrado da gloriosa Ordem, e como mais nenhum outro mestre às plagas marroquinas foi, a êle estendemos tambêm a narração para ver os seus trabalhos nessa parte do mundo, que tanto renome teve através os séculos, sem que o deixe de ter ao presente.

No nosso propósito lemos todas as obras que conhecemos sobre o assunto, consultámos todos os documentos que até hoje a paciência de eruditos investigadores tem trazido a fazer luz sobre época tão obscura do nosso passado, vasculhámos poeirentos arquivos e tentámos percorrer todos os logares célebres pela vida e pelas façanhas de tão ínclitos varões, para assim mais afoitamente podermos ajuizar delas e dar a nossa humilde opinião.

Se esta for errada, teremos, ao menos a convicção de ter trabalhado na verdade e pela verdade, e principalmente hoje que tanto é preciso falar claro de história que, infelizmente, tão

embaralhada anda no mísero interesse duma política sem escrúpulos e sem patriotismo.

Cumpre-nos deixar aqui consignada a expressão do nosso profundo agradecimento aos distintos artistas, nossos queridos amigos, pela sua valiosíssima colaboração, indo enumerados pela ordem cronológica das suas finesas: os Srs. Jorge Colaço, exímio pintor; Dr. Castelo Branco, ilustrado professor de fotografia no Liceu de Camões; Victor Bastos, ilustre arquitecto; José Pereira, digno director da Escola Industrial Jácome Raton; José Brachlamy e Farinha da Conceição, primorosos fotógrafos; e Dr. Vaz Madeira, conceituado professor do Liceu de Beja.

Tomar — Quinta das *Onze-Igrejas*, 13 de Agosto de 1915.

MARROCOS

E

TRÊS MESTRES DA ORDEM DE CRISTO

MARROCOS

uem lançar os olhos sôbre um mapa orográfico (1) do continente africano, vê, ao norte e para poente, um conjunto de serranias formado por duas salientes linhas de relêvo: o Rif e o Atlas.

Despegado, na passagem da época terciária para a quaternária, por ciclópica convulsão telúrica, da Cordilheira Bética e talvez dos Apeninos e Madovia, forma um todo que possue uma notável unidade geográfica, uma quási península, tendo por isso sido chamado *Africa Menor*.

Apresenta-se esta região como uma das mais bem limitadas da Terra.

Orientada numa linha de nordeste a sudoeste e formando uma comprida faxa de acidentadíssimo relêvo, é ela banhada pelo Mediterrâneo numa costa de grandes e pequenos recórtes, e pelo Oceano, numa costa de grandes linhas rectas.

Separada da Europa, no estremo oeste, pela distância duns 13 kilómetros e, na linha meridional, do resto do continente negro pela extensão incomensuravel do Saharâ, mostra na sua constituição geológica caracteres evidentes de outrora ter feito parte, com a Ibéria, dum desaparecido continente terciário, explicando-nos algum tanto a etnografia das duas penínsulas.

Larga e alta solução de continuidade separa aqueles dois cordões montanhosos, formando-se entre êles como que um leque que, de socalco

(1) O glorioso facto que nos fez escrever êste modesto trabalho, deu origem ao aparecimento da ideia dêstes mapas, como ao deante se verá, o que muito honra o génio português.

em socalco, vem morrer numa espaçosa linha de 700 kilómetros de costa oceanica, de Tânger a Mogadôr.

É êste território de toda a África Menor, o mais favorecido pela natureza.

O Rif, correndo quási paralelo ao Mediterrâneo, é muito semelhante, pelo aspecto e constituição, às montanhas do sul da Hespanha, sem que atinja as alturas do massiço do Atlas.

Êste, grande cadeia montanhosa de 2:200 kilómetros de comprido que no Aiachi chega a atingir 4:500 metros de altitude e cujos píncaros estão cobertos de neve quási todo o ano, preserva aquele territorio dos ventos sêcos do deserto.

As chuvas não são ráras e a água, recolhida nos vales e nos montes, nutre rios bastante consideráveis: o Muluia, vindo dos altos cumes do Aiachi e dirigindo-se ao norte, lança suas águas no Mediterrâneo; o Lucos, de bem triste memória para os portugueses, pois banha a fúnebre Alcácer-Quibir, perde-se no Oceano em Larache; o Cebú, cheio de meandros, mas, mais de metade, navegável, banha Fez e desagua no Oceano ao norte de Rabate; o Ume-Rebi, a mãe dos pastos, paga o seu tributo ao Oceano, morrendo nêle perto de Mazagão, e o Tencifte, que no verão é pobre e lento, fertiliza a planície de Marrocos confundindo depois suas águas com as do Atlântico.

São êstes rios muito prestáveis à irrigação, embora pouco sirvam à navegação por sua pouca fundura e corrente.

Os ventos que sopram do Oceano corrigem pela sua humidade, em parte, a secura do verão, que não chega a ter temperaturas sufocantes, resultando daí ser esta zona bastante variada na sua vegetação, que um sólo, formado, principalmente na extremidade do oeste, de terra humosa, alimenta e fecunda.

Ainda assim grandes variações apresenta êste rincão do continente africano; pois contornado de mares e de desértos, coberto de montanhas e de planuras, semeado de oasis e de stepes, ajardinado de laranjais e de oliveiras, alourado de messes e de canaviais, regado por rios e correntes subterrâneas, aquecido por temperaturas de subido gráu, arrefecido abaixo de zero, forma um meio de fortes contrastes, onde uma população de séculos immemoráveis encontrou o *habitat* que tem defendido arreigadamente, embora a civilização universal ali tenha querido penetrar, entrechocando seus interesses numa luta titânica de esplendor e de morte através de vários estádios e representada por inúmeros povos, os últimos dos quais são, nos nossos dias, os hespanhois e franceses.

Conhecida desde a mais remota antiguidade, parece ser Cartago que deu a êste território o nome de África, estendendo-se esta denominação depois a toda a imensidade do continente para sul.

A origem e significação dêste termo tem sido fértil assunto de con-

jecturas entre filólogos e arqueólogos a que não falta também a poesia das velhas lendas.

Hérodoto, o grande geógrafo-historiador halicarnense, foi quem primeiro nos deu um vago conhecimento do território que hoje se chama África Menor; pois enumerando vários povos que ficavam ao oriente da parte setentrional de África, nada nos diz sôbre os do ocidente, referindo-se sómente à montanha fabulosa do Atlas.

Suidas, célebre gramático e lexicógrafo grego do século XI, diz-nos

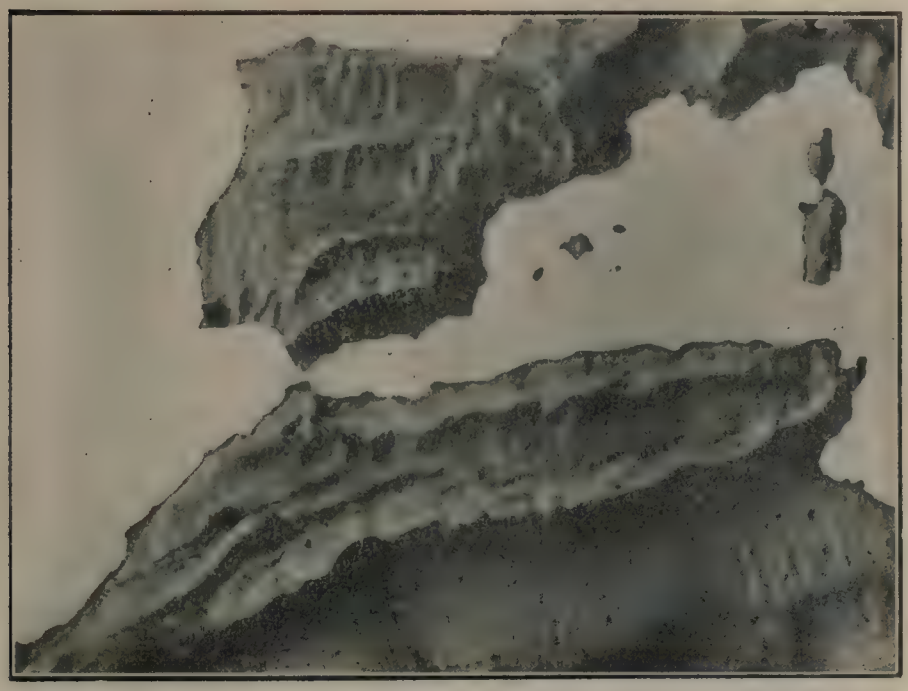


FOTO-RELÈVO DA *ÁFRICA MENOR*

que era o próprio nome daquela grande cidade que os romanos chamaram Cartago e os gregos Karchedon.

Sérvio, grande filósofo do seculo IV, propõe-o derivar da palavra latina *Africa* (soalheiro) ou da grega *Aphrike* (sem frio).

O que parece mais certo, porêm, é que o nome de África foi aplicado originàriamente à região contígua à cidade de Dido; porque, segundo alguns autores, em púnico, a palavra *Afrygah* significa estabelecimento separado, ou por outras palavras, uma colónia, o que fez, após a tomada dêste grande empório comercial pelos romanos, que êstes começassem a denominar por êste nome toda a região que primeiramente foram conhecendo.

E tal é a fôrça da tradição que ainda hoje os árabes chamam à Tunísia, outrora o território cartaginês, *Afrygah, Afrikyah.*

Com o perpassar dos anos e alargamento dos novos senhores, foram êstes conhecendo melhor a região, a rudeza de seus habitantes e impondo-lhes a vulgar denominação de Barbaria, nome que adquiriram dos gregos, designação hostil a um estrangeiro e de que os árabes fizeram *beraber* e *berabrás,* pela mesma razão da hostilidade que sempre encontraram nêles.

Comtudo, alguns autores dizem terem sido os árabes quem primeiro apelidou de Berbéres êstes povos, derivando essa palavra de *Brabra,* povo habitador das margens do Nilo e que êles primeiramente encontraram, ao penetrarem no continente africano.

Pode haver dúvidas sôbre a origem das palavras África e Berbére, mas desaparecem estas quando nos referimos aos autóctonos; pois, a datar dos mais remótos tempos, é esta raça conhecida e descrita, como sendo formada por um grande e forte povo, de nobre figura, de ágil porte, de rigorosa compleição, de tez morena, de viva inteligência e animado do mais fervoroso espírito de independência (1).

(1) Á volta duma viagem ao sul do nosso país, no distrito de Beja, e de outra a Marrocos, tivemos ocasião, feliz foi ela, de trocarmos impressões sôbre alguns tipos humanos das duas regiões com o nosso ilustre amigo Dr. Costa Ferreira, distinto antropologista, que nos honrou com a seguinte carta que gostosamente publicamos, aguardando anciosamente a leitura do artigo prometido para nos inteirarmos do assunto.

Meu querido amigo

Lisboa, 25 — 4 — 15.

A doutrina da unidade da raça berbére, que Topinard por exemplo defende, é hoje considerada como um dogma que caducou.

Sob o nome de berbéres ou indígenas da Barbaria compreendem-se vários povos, vários tipos antropológicos.

Já no neolítico se encontra na Barbaria mais de um tipo: dois. Um negroide e outro pequeno e dolichocéfalo que parece ser o mesmo que constitue o fundo da nossa população: o tipo ibérico.

Hoje os berbéres ou melhor os moiros são principalmente resultado de cruzamentos de tipos europeus mediterrânicos com negroides do Norte d'África e com árabes.

Com respeito às afinidades antropológicas que notou entre gente de Marrocos e gente nossa, particularmente no Alemtejo, é um facto que observações e estudos vários teem permitido verificar e isso mesmo constituirá o assunto de um trabalho que tenho em mente fazer e que a nossa conversa veio estimular.

Naturalmente já não vai a tempo de aproveitar a honrosa e carinhosa hospedagem que no seu lhe queria dar.

Depois lh'o mandarei. Por agora os meus agradecimentos.

Quanto ao exagerado tamanho da tíbia que observou na maioria dos marroquinos

Possue êle uma língua propria que, segundo a classificação morfológica, pertence ao grupo aglutinante e neste fazendo parte do chamado khamitico, que abrange três sub-grupos: egício, berbére e etiópico.

Tem essa língua sido refratária a deixar-se influenciar pelas das nações que no decorrer dos séculos tem pretendido sujeitar êsse insubjugavel povo contra a altivez nativa e caracter independente de que é dotado.

BERBÉRE

Fenómeno muito semelhante se dá com a língua dos báscos que, a provar-se um dia a sua afinidade, teria grande alcance no esclarecimento da origem dos povos que primeiro habitaram as duas penínsulas.

Esta rebeldia da língua mostra até que ponto a raça berbére tem resistido às ideias e às instituições dos povos invasores, sendo sempre duma grande indocilidade, duma incrivel versatilidade no que parece aceitar, revoltando-se no primeiro momento propício, principalmente em matéria religiosa.

A longa história da sua existência política prova-o à saciedade.

Não iremos escavar no passado das mais remotas nações orientais, como os egícios, fenícios e gregos; porque a noite dos tempos é bem espessa sôbre as suas relações com o povo berbére, mas mais chegados a nós, temos os cartagineses

que viu por ocasião da sua viagem ao Norte d'África, é facto que não tenho nem encontro registado.

Em Bertholon e Chantre que fizeram o maior e mais documentado trabalho que conheço sobre os tipos e costumes da Barbaria, não encontro referência alguma.

Apenas se diz a propósito de tipos da velha Carthago, que nalguns esqueletos berbéres dessa época os óssos do ante-braço são exageradamente longos.

Aqui tem resumidamente o que a minha antropologia por agora, lhe pode dar.

Para o que quizer tem sempre à sua disposição o fraco prestimo do

seu muito amigo
e obrg.do

Aurélio da Costa Ferreira

que, procurando explorar o país, mantiveram-se sómente em várias colónias das costas dos mares ou nas margens dos rios, relacionando-se com o interior por meio de chefes berbéres, não nos admirando ainda assim de nada ter ficado dos seus usos e costumes, isto é, da sua civilização, atentas essas ténues ligações que não deixaram que a poderosa Cartago passasse além duma grande e rica feitoria no meio dos esquivos aborígenes.

O mesmo não diremos dos romanos, pois muito mudaram de figura as relações entre êsses dois povos habitadores das duas penínsulas mediterrâneas.

Êstes dominaram a região por mais de cinco séculos, avançaram até ao deserto, espalharam por lá milhares de colónos, pretenderam fundir as religiões, fundaram cidades populosas, elevaram monumentos, cujas ruinas prodigiosas confundem a nossa imaginação, como as de Timgad, Lambéze, Dougga, El-Djem, e no emtanto, afora êsses maravilhosos restos e milhares de inscrições latinas, nada mais perpetuou o seu nome, chegando mesmo êsses colónos, depois de retiradas as aguias imperiais, a tornar-se berbéres.

Além disso provas há de que nem toda a África Menor sofreu a dominação romana e mesmo, na que foi sujeitada, uma série de ininterruptas revoltas patenteia a indomabilidade dos seus povos.

Os vencidos, que não queriam aceitar o pesado jugo dos romanos, abandonavam-lhes a planície e retiravam-se para as montanhas, refúgios inacessíveis, onde, pelos desfiladeiros e florestas, opunham obstáculos insuperáveis às crueldades dos centuriões e às exigências dos pretores.

Destas fortalezas naturais, trazendo à frente chefes audaciósos, como Jabdas, Antalas, Carcasan, Gasmul, etc., desceram mais tarde para atacar e repelir definitivamente o poder romano.

Se muitos dêsses povos abraçaram o cristianismo, não o praticaram com tanto zêlo como quando era uma religião perseguida pelos imperadores, pois, desde que ela se tornou oficial, a maior parte dos crentes procuram logo distinguir-se do povo conquistador, praticando formas de cristianismo a seu modo que chegaram a ser quási heréticas.

O grande scisma, que pôs em perigo a igreja de Cartago e que teve por principal defensor o bispo Donato, no seculo IV, é uma das formas de resistência do povo africano contra a ortodoxia imperial.

Não menos é a expedição de Genserich signal de rebeldia berbére.

Incitou-a o governador romano Bonifácio e em breve o elemento indígena auxilia os bravios homens do norte que, num meio tão propício, fundaram um reino com a cidade de Cartago por capital.

Parece que êste estado de cousas, devia durar, mas foi efémero, tornando-se no emtanto o açoute dos povos mediterrâneos, vindo seus fundadores, com o seu bárbaro sangue, enriquecer o já de si revoltoso e insubmisso sangue africano, deixando disso exemplares frisantes que

ainda hoje se patenteiam em indivíduos de alta estatura, olhos azues e cabelo louro.

Um século apenas teve Cartago a hegemonia sôbre as várias povoações litorais, pois só estas é que receberam verdadeiramente o jugo dos novos dominadores.

O interior ficava berbére e berbére continuou, embora os soldados de Bizâncio, sob o comando de Belisário, tivessem feito desaparecer o anarquizado reino vândalo.

Não pôde êste hábil e grande general levar mais longe a sua acção,

SILVES — CASTELO

pois a ingratidão do imperador o fez ir para longe, ficando a África do Norte entregue a governadores pouco tolerantes e honrados que fizeram levantar em guerra os seus facilmente levantaveis povos que em breve poderam recuperar a sua independência.

Esta pouco a gozaram, visto outro povo vir em som de guerra das bandas do oriente e encontrar os berbéres lançados já nas suas rivalidades de sempre, que não são ainda assim suficientes para que não oponham formidavel resistência.

São os árabes que, subindo há pouco à scena da história, veem de lés a lés por essa África do Norte até esbarrarem com êsse povo que, embora desunido, duro lhes foi entrarem com êle.

O seculo VII vê saír os árabes da nomadade das planícies várias da sua península e não acaba sem que os veja, obedecendo à mesma Fé,

senhores de territórios imensos que as suas espadas subjugam na ardência da crença e na indomavel fúria de conquistadores.

Assim foi a sua primeira invasão na Berbéria capitaneada pelo intrépido caudilho Ocba-ibne-Nafe.

Tal foi a instantaneidade dela que em breve chega com as suas armas victoriosas às praias do Atlântico que o deteve na vertiginosa carreira, contando-se que Okba, maravilhado, ali exclamára: Allah! Oh Deus, se a profundidade dêste mar não me contivesse, eu iria até ao fim do mundo predicar a unidade do teu santo nome e as sagradas doutrinas do Islan!!

Retrocedendo furioso encontra a morte numa batalha contra os berbéres de Aaurés.

Apesar disso os árabes continuam a tentar a sua fixação, mas agora tendo que se defrontar com uma mulher, a célebre rainha ou profetisa Cabena, *a adivinha,* que levou a sua astúcia e diplomacia a reunir todos os povos berbéres para encarniçada defesa que continuou, após a morte desta famosa heroina, num combate, junto a uma fonte no monte Aurásio, e continuaria encarniçada e feroz, se os árabes não tivessem tido a fortuna de haver por chefe a Muça-ibne-Noceir.

Êste hábil general, homem de raras qualidades, soube com persuação e doçura mitigar, em parte, a rude fereza dos berbéres, tendo tido a felicidade das circunstâncias da Ibéria lhe permitirem utilizar o seu ardor bélico, arrastando-os à conquista da Hespanha goda, pelos anos 711, onde mais tarde sob os Abderramanes, principalmente o III, brilhou com imenso fulgôr a civilisação hispano-árabe que teve por fóco luzentíssimo Cordova — a maravilha do Ocidente.

A alude árabe passou por sôbre a África Menor, ficando esta quási na mesma.

O Islamismo, à custa de muita crueza e de muito trabalho de missionários devotados, foi tendo seguidores e a língua berbér foi-se abrindo um quási nada, recebendo termos respeitantes à liturgia, ao comercio e pouco mais.

A Barbaria pouco se alterou, só a mais um envenenado fermento de rebelião veio juntar-se à massa de si revolta das tribus que a compunham é que pelo tempo alêm veio a dar de si, originando tremendas lutas entre os proprios árabes e entre êstes e os antigos senhores dessa região na qual agora, devido a tais lutas já se vão diferenciando três grandes agrupamentos, onde predominam outros tantos chefes e donde haviam de saír as divisões históricas de Tunísia, Algeria e Marrocos.

Sobre aquelas nada mais referiremos, pois outra é a nossa rota e nesta continuaremos a ver, afóra os rápidos e fulgurantes períodos dos almorávidas e almóhadas, as mesmas rixas, as mesmas revoluções religiosas, os mesmos desagregamentos, as mesmas uniões e desuniões,

até ao glorioso período histórico que faz parte do nosso humilde trabalho.

Com isto teremos conhecimento do estado dessa nação no princípio do seculo XV, quando coube a Portugal a gloria, num refluxo de civilização, de tomar o honroso papel de propagador da Fé, alêm Estreito, começando por escrever na sua já heroica história a página homérica de Ceuta.

Rolam os anos e estamos em meados do seculo XI.

Nova onda de sangue asiático vem refrescar o que séculos antes tinha vindo da Arábia e que já a estas horas se achava dessorado, em virtude de lutas intestinas e doutras sustentadas com os indomáveis filhos da Ifriquia.

Duzentas mil familias hilainas alastram por toda a península do Atlas, menos nos recôncavos das altas montanhas, onde se acoitam os berbéres esbaforidos deante da terrivel vaga que se quebra e que ao desenrolar-se pretende confundir tudo e todos.

Hordas miseráveis e bravías, dum fanatismo cego, dum entusiasmo louco de conquista, levaram tudo à ponta de espada, cortando os obstáculos que se lhe opunham, afugentando os indígenas que viram seus rebanhos dispersos, os campos talados, o comercio paralizado, indústrias aniquiladas, edifícios saqueados, monumentos destruidos, fazendo emfim da maior parte da África do Norte uma terra pobre e nua.

Do choque terrivel entre êsses povos alguma coisa sáe: a violenta amálgama de língua e de religião que desta vez maior área consegue adquirir, lançando nalgumas tribus berbéres um sôpro de arabização que as faz em breve retomar o seu lugar.

Custa a readquirir êsse equilíbrio, mas, como depois da tempestade vem a bonança, em conseqüência desta e das suas qualidades de raça, os atordoados berbéres, que eram em grande número, reunem-se, contemporizam com a nova ordem de coisas e, fanatizados pelas prédicas do piedoso e austéro sábio Abde-Allah-ibne-Iacine, fazem surgir das bandas do Saharâ a seita dos Almorávidas que, tendo naquele o seu profêta, achou em Abù-Iacube-Iuçufe o seu general.

O Alcorão, lido e ensinado a povos de índole indomavel, dum fanatismo ardente, como ardente era o clima onde viviam, transforma-os, redobra-lhes o valor, exalta-lhes as almas, impelindo os novos crentes à conquista, na delirante persuasão de que vinte homens firmes de entre êles derrubarão duzentos, e cem porão em fuga dois mil.

A guerra santa era um dever indeclinavel para todo o maometano e o mais alto serviço prestado a Deus.

Uma gôta de sangue vertida pela causa d'Êle, uma noite passada sob as armas valia mais do que dois meses de jejuns e orações.

Fugir era um negro crime.

Na frente é que estava a remissão do pecado e a glória.

Nada havia que resistisse a homens armados com êstes e muitos outros preceitos.

Iúçufe, ardente de fé, toma conta da aguerrida e entusiasta hoste e pela conquista lança os fundamentos a um novo estado.

Primeiramente apossa-se de todo o Magrebe e numa planície larga e fértil, a cinco léguas da serra, funda Marrocos, para ter em respeito os montanheses do grande Atlas.

Depois leva ávante a sua ideia de proselitismo.

Não pára.

A religião é a bússula que o orienta e o norte fascina-o.

Seus fanáticos soldados, excitados ao heroismo pelo desprezo da morte, que os levaria ao gozo dum paraíso cheio de prazeres sensuais, onde seriam recebidos por virgens de olhos negros, eram dum valor desmedido, levando deante de suas valentes espadas os povos que a elas se não subjugavam.

Fez é conquistada, o Rif submete-se, o Muluia é percorrido, Ujeda é tomada, a guarnição de Tlemcen é trucidada, Ténece é entrada, Ceuta cáe em seu poder e chamado pelo notavel elvense Ibn-Mokana, a conselho do célebre bejense Albagi, que fez ver aos príncipes andaluzes o perigo que corriam pelas vitórias de Afonso VI, que acabavam de ser coroadas pela tomada de Toledo onde tinha dado entrada a 25 de Maio de 1085, e pelas suas dissenções intestinas, Iúçufe atravessa o Estreito, 30 de Junho de 1086, em socorro de Mòtamid, o ilustre e ilustrado emir de Sevilha, e à frente de seu variegado exército, em que nem os camêlos faltavam, leva as suas armas vitoriosas às planícies de Zaláca, 23 de Outubro de 1086, onde derrota Afonso VI.

Coberto de glória volta a Marrocos, onde a morte dum filho querido o chama, mas, reclamado outra vez, quatro anos depois, por aquelas, não só lhes põe côbro como se torna senhor da Hespanha musulmana e domina por sôbre ela, desaparecendo assim os restos dos famosos Omiadas que tão belos dias de intensissima civilização deram à Iberia.

Uns 80 anos sómem-se, e os triunfos obtidos esquecem a pureza da Fé, podendo ainda assim a dinastia dos Almoravidas, com ventura vária, equilibrar-se no trono, até que nova onda de revolta religioso-política a tomba, 1147, dando origem à nova dinastia Almóhada.

Aquela saiu das planuras do Deserto e das margens do Niger, esta sáe das brenhas montanhosas, o que lhe imprime um caracter mais aguerrido, pertinaz, resistente que lhe prolonga a existência por uns largos 122 anos.

Minado o estado almorávida por desenfreada licenciosidade religiosa, em que os preceitos do Alcorão tinham sofrido abalo grande e em que as qualidades da raça berbére afloravam combatendo a sua ortodoxia,

aparece Ibne Tumerte, exaltado pelas doutrinas do filósofo Algazali de Bagdad.

Dando realidade à lenda de que viria ao mundo um chefe poderoso,

CASTELO DE TOMAR — PORTA DO SOL

que devia reconduzir os homens ao verdadeiro caminho do islamismo, Ibne Tumerte, *El-Mahadi,* o conductor, investe-se dêsse glorioso papel, chefiando a nova reforma com uma audácia tal que chega a ir à capital almoravida prègar a nova ideia.

Aqui o meio era-lhe favoravel, pois a corrução era grande e ofere-

cia-lhe abundante matéria para suas prédicas a ponto tal que ousou afrontar a irmã de Alí, o wali, quando ao passear uma vez a cavalo, de rosto descoberto contra as leis do Alcorão, a agarrou de modo tão rude que a deitou do cavalo abaixo, facto êste que fez que Alí o desterrasse.

Perseguido, redobra de ardor e, refugiado com os seus num cemitério, faz saír de entre as campas o novo exército animado dum zêlo feroz e duma coragem indomável, que, assolando o país, o submete — propagando a nova lei.

Armados daquele zêlo religioso e daquela coragem, vôam os novos prosélitos, rápidos quais setas, contra os Almorávidas, intitulando-se Almohádas, experimentando aqueles pela primeira vez, 1122, a medida da sua audácia e da sua fôrça.

Sete anos mais pôde ainda Ibne Tumerte comandar a rebelião.

Doente, às portas da morte, 1130, reune seus soldados e o povo e, exortando-os a perseverar na doutrina que lhes tinha ensinado, entrega ao seu predilecto discípulo, Abde-Almúmene, o servidor de Deus, o livro da sua fé, que havia recebido das mãos de Algazali.

Levantado a chefe da valorosa seita, o novo kalifa, de luta em luta, de vitória em vitória, prosegue o seu destino, tornando-se pequeno o Magrebe para a sua fama que, voando velozmente, chega ao Andaluz, onde os almorávidas eram já mal tolerados pela sua opressão e intolerância e ardiam em guerras civis, sendo grande a sua decomposição e anarquia.

Fácil foi a passagem do Estreito a Abu-Amerane, lugar tenente de Abde-Almúmene, que à frente dum respeitavel exército de infantaria e cavalaria, começou, como 70 anos antes Iuçufe, fundando o novo domínio que se devia tornar mais pesado do que o daqueles aos turbulentos povos que agora festivamente o recebiam.

Em breve Algeciras, Gibraltar, Xerez, Sevilha, Córdova, Málaga veem flutuar ao vento da vitória a bandeira branca dos novos berbéres, emquanto o estandarte negro dos almorávidas vae-se enrolando para, em pouco tempo, nunca mais ser arvorado no grande e afamado império de seus maiores.

No emtanto Abde-Almúmene morre em Salé, pelos anos de 1163, sucedendo-lhe seu filho Abu-Iacube-Iuçufe.

Vinte e um anos teve as rédeas da governação, que bem atormentada foi por lutas em África e no Andaluz, vindo a morrer em Algeciras, a 24 de Julho de 1184, dos golpes recebidos no célebre cêrco de Santarêm.

Recebeu a sua pesada herança seu filho Abù-Iúçufe-Iacube, que foi por assim dizer o principal fundador do novo império.

Gastos os primeiros anos do seu reinado em cimentar o seu govêrno, que parentes ligados aos almorávidas lhe queriam roubar, entrega-se

com todo o afan a fazer progredir e engrandecer o seu já poderoso estado.

Homem de talento e de ilustração humaniza a sua missão e dá provas do seu brilhante e intenso génio, não lhe repugnando fazer tratados de comércio com nações cristãs, notavelmente com os Pisanos em 1186, entretendo relações de amizade com os genoveses, com o Saladino e até com o papa Inocêncio III.

MOURO

Honrando as letras, as sciências e mesmo, na pessoa de Averroes, a filosofia, e amante apaixonado das artes, a êle Sevilha deve os seus mais belos monumentos e Marrocos a Kasba e a Mesquita Alcutubia com o seu airoso minarête de 75 metros de altura.

Negocios de Hespanha resolvem-no a atravessar o Estreito pelos anos de 1189, e, entrando por Algeciras, dirige-se para ocidente, onde, faz sómente uma simples algára, pois, tendo passado o mar na primavera, já estava em Fez por Setembro, visto ter recebido notícias que uma nova rebelião rebentára nos distritos orientais dos seus estados.

Sossegados êstes e após a tomada de Silves, — a pérola do Algarve

— por D. Sancho I, Iacube passou novamente o Mediterrâneo na primavera de 1190, desembarcando em Tarifa.

Sitiando Silves que resistiu, resolveu invadir os territórios do rei de Portugal.

Transpõe o Tejo acima de Santarêm, acometendo o castelo de Torres Novas, que foi tomado depois de dez dias de inútil resistência.

Mortos ou prisioneiros os que defendiam a fortificação, cujos alicerces o Almonda banha, dirige o grande imperador as suas hostes para o nordeste, onde nas margens do famoso Nabão, em alto monte, o valente Gualdim Pais, glorioso Mestre dos Templários portugueses, tinha levantado as muralhas altivas da sua casa capitular e, na planície subjacente, lançado os fundamentos duma nova povoação.

Contava pois poucos anos de existência esta fortaleza que neste aperto, bem duro, ia experimentar pela vez primeira o rude embate das hostes marroquinas.

Fundado em 1 de Março de 1160, ainda com seus alicerces mal cimentados e suas pedras, memórias da antiga cidade da margem oposta, não aconchegadas em postura definitiva para uma invencibilidade sem limites, era êsse castelo um amplo recinto cingido de muralhas abaluartadas que corriam nas quatro principais direcções, ligando a quadrela do norte as partes mais nobres da novel construção.

Ao oriente, no mais alto do padrasto, levantava-se a alcáçova, do meio da qual imergia a torre de menagem, alta, forte, quadrada, onde altiva e arrogantemente flutuava o invencivel estandarte da Cruz, a terrivel *balsa,* aquela que nas quatro orlas inscrevia o célebre versículo de David: *A nós não, Senhor, dáe glória, mas sim ao teu nome.*

A poente quebrava o ângulo uma fábrica exquisita, estranha, pontuda, de forma prismática, de 16 fáces, com um corpo central, da mesma forma, mas só de 8 fáces, que se abriam em arcos bizantinos, deixando entrar aqueles a luz, que frestas estreitas e altas coavam na amplidão do lugar que decerto se destinava às reuniões privadas da cavalaria templária.

Ao centro da fortaleza e em declive arrumavam-se as instalações dos soldados que durante a paz, por dever do cargo, viviam entre muros, e os alojamentos para aqueles que de longe vinham ao chamamento dos apertos da guerra.

Suas portas altas, espaçosas, ogivais, abriam-se: uma no longor oriental, donde o nome de *Porta do Sol,* e a outra no do sul, entre dois salientes e valentes cubelos, no meio da rampa áspera, na parte mais declivosa das cortinas.

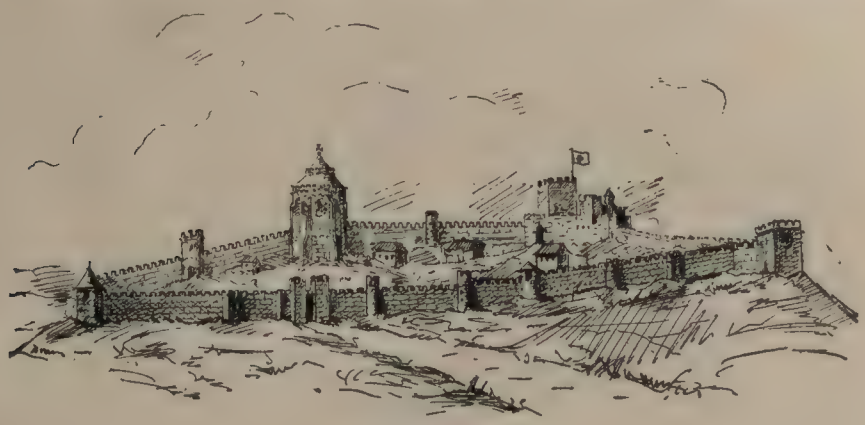
Esta, a largos traços descrita, era a praça que a onda vertiginosa de Iacube ia, com fragor, tentar despedaçar.

Seus soldados, embriagados com a vitória de Torres Novas, vinham

audazes, féros, arremetedores, na certeza de, em breve, se encherem de novo de glória e de saque.

Deante dêles, recolheu com seus homens de armas, à sua séde, o glorioso Mestre da milícia do Templo, Gualdim Pais, que, atento, senhor de si, confiante na sua valente espada e nas dos seus poucos, mas fieis companheiros, esperava o choque medonho dos ferozes africanos e ia saber da valentia e das qualidades defensivas do castelo que trinta anos antes tinha fundado, dando origem à linda cidade que por tantos títulos se tornaria notavel — Tomar.

Não se fez esperar muito o temeroso chefe berbére e, qual catadupa,



CASTELO DE TOMAR

salta sôbre a infantil povoação que, não podendo sofrer tão duro golpe, se entregou à sua negra sorte, pondo-se antes, seus habitantes ao abrigo das fortes e bem defendidas muralhas templárias.

Enraivecido, Iacube, ordena o saque, que é seguido pela destruição das habitações que já se estendiam em ruas direitas pela planura fóra, onde agora a multidão da sua gente acampava numa agitação febril de conquista e de matança.

Esta não se pôde realizar, mas aquela é tentada e os petrechos de guerra são postos em acção numa ânsia de vitória e numa inutilidade impaciente e desprestigiante.

Os chefes maometanos redobram de ardor e seus soldados, no delírio da luta, não perdem um momento, o cêrco é mais apertado, os muros da impassivel fortaleza cada vez são mais batidos por todos os engenhos de que dispunha a arte dos assédios, as portas do altivo castelo são violentamente atacadas, mas uma impossibilidade se opõe a tanto esfôrço — a inexpugnabilidade da praça e o valor dos sitiados.

Êste nunca se desmentiu durante os seis longos dias do sítio duro,

encarniçado, sangrento, a ponto de tanto sangue se derramar numa das portas da inconquistavel fortaleza que desde então se tornou conhecida por êsse apelido.

Não pôde mais Iacube levar ávante o seu temerário intento e, por causa desconhecida, talvez o impaludismo, levantou o cêrco e foi de abalada para nunca mais experimentar a rijeza dos orgulhosos muros tomarenses e o ardor dos seus defensores.

Depois recolhe-se a Sevilha ou vai a África, mas em breve vêmo-lo à frente de novo exército, e Silves, Alcácer, Palmela e Almada são-lhe prêsa e pagam o desaire de Tomar.

Não descansa.

A sua ambição é grande, como os seus grandes talentos militares e políticos.

Só a doença o faz estacionar, uns três ou quatro anos, em Marrocós, mas refeito volta de novo à Hespanha, como vaga impetuosa e terrivel, a fazer pagar a Afonso VIII de Castela os seus atrevimentos praticados no Andaluz.

Dirigindo-se a Sevilha, cai sôbre Córdova, transpõe a serra Morena e desce às planícies da Mancha, onde Afonso o encontra, dando-se a terrivel batalha de Julho de 1195, perto da povoação de Alarcos, em que os cristãos são derrotados.

Esta vitória enche de glória o nome de Iacube, *El-Mansôr,* o vitorioso, que desde ela assim se começou a designar, e marca o mais alto estádio do seu vasto e brilhante império, que tendo partido duma ravina do Atlas, ultrapassou muito em extensão e igualou em civilização todos os estados contemporâneos da Europa ocidental.

Alarcos foi o apogeu dos Almóhadas, como Zalaca o tinha sido, 109 anos antes, dos Almorávidas.

Sevilha, a famosa rainha do Guadalquivir, substitue agora Córdova, como capital do grande império almohada, e Guever, célebre arquitecto mouro, embeleza-a com suntuosos monumentos, a que sobreleva a mesquita com o seu formosíssimo minarête, que séculos depois tomou o nome de *Giralda,* tornando-se um centro de grande cultura e de grande esplendor na sciência e nas artes.

Iacube, cheio de glória, de poderio e cansado de tanto lutar, cai prostrado pela morte em 1199, sucedendo-lhe seu filho Anacir, que, por serem verdes os seus vestimentos usuais, foi apelidado pelos cristãos de *rei verde.*

Êste soberano, embora pouco hábil ainda por momentos, pôde conservar o grande prestígio que o pai lhe legára, levantando, em guerra santa, para nova incursão nas Hespanhas, um formidavel exército, que, se não teve a coesão, disciplina e valor dos que fizeram a glória do imortal Iacube, transpõe no emtanto o Estreito, numa fúria de entusiasmo

que lhe fazia antever para breve a posse das terras queridas dos seguidores da Cruz.

Mas pouco durou êsse prestígio.

A cegueira de ver essa posse, a cólera de, nas vésperas da grande Návas de Tolósa, mandar degolar o valente defensor de Calatráva, Iben-Cádice, a arrogância com que falou aos chefes andaluzes, depois dessa iniquidade, e conseqüente retraimento dêstes fizeram-no indispôr, desres-

ÁRABE

peitar a ponto de sofrer a derróta formidável que começou a abalar o trôno de seus antepassados, apressando-lhe a quéda.

Em breve esta vem e Návas de Tolósa, 15 de Julho de 1212, marca por assim dizer a última página brilhante do grande império africano.

Perdida por êle, a história no emtanto há-de-lhe dar o devido lugar pelo entusiásmo, heroismo e valentia de seus soldados, que bem tristemente pagaram as péssimas qualidades de seu chefe.

Êste, após a sangrenta batalha, dá expansão à sua doentia vingança, mandando em Sevilha decapitar os chefes andaluzes, a quem atribuia a

terrivel derrota, e, refugiando-se no interior bem fundo do seu alcaçar em Marrocos, entrega-se ao gôzo de vícios os mais inebriantes que a alma doente de um ardente maometano pode idealizar, para esquecimento espiritual da memoravel batalha e para aniquilamento de seu cansado corpo.

Seus sucessores não susteem a quéda ao declinante império almohada e até a apressam com suas inabilidades, que juntas às dissenções na Barbaria, à ambição de chefes mal sofridos, dão azo a robustecer-se a tribu *Mérinidas,* donde sáe a nova dinastia que, com os *Zaiânides* e os *Hafecidas,* dividem o grande império almohada de África em três reinos que teem respectivamente por capitais: Fez, Tlemcen e Tunis.

Agora três nações se constituem e cada vez mais se apartam, deixando-se invadir por terrivel indisciplina, patenteando sinais evidentes de caducidade, de que veremos provas em breve nos ardentes campos do Salado.

O Alcorão já não é o potente laço que une êsses povos num frémito de poder e de dominação.

A implantação e a difusão da sua doutrina ardente como que esgotou os seus ferrenhos sectários.

Nada sustêm êsse desagregamento.

Emquanto as nações cristãs tendiam para a unificação, dissolvia-se o robusto império de Iacube num triste esfacelamento.

Entre os *Mérinidas* sobresai ainda o Abù-Alhàçane cuja esquadra derrotou a de Afonso XI, comandada pelo almirante Tenório, facto êste que estimulou a sua ambição a invadir a Península, como outróra os Almorávidas e Almohadas.

Dezenas de galés transportam de Ceuta a Gibraltar as suas inumeras tropas e suas famílias levadas pela esperança de readquirir a península bem amada.

Esta treme de pavor deante de tal invasão.

> Poder tamanho junto não se viu
> Depois que o salso mar a terra banha:
> Trazem ferocidade e furor tanto
> Que a vivos medo e a mortos faz espanto.

Assim diz o nosso glorioso épico.

A Abù-Alhàçane ainda se junta Abù-Alhagege, rei de Granada.

O cêrco de Tarifa demora de mais os exércitos islamitas e Afonso XI, aflito, aproveita essa inabilidade para tentar reunir reforços cristãos, entre êles o do nosso Afonso IV, a quem escreve e envia a filha, sua mulher, a formosissima Maria, que, implorando socorro do pai, fala assim, no dizer do grande Camões:

> Acude e corre pai; que, se não corres
> Pode ser que não aches a quem socorres.

Os adjutórios afluem.

O cêrco foi levantado, ao aproximarem-se os soldados cristãos, tendo ido no número dos nossos os valorosos cavaleiros de Cristo, que tão célebres se haviam de tornar nas terras donde, pela última vez, vinham agora à Península essas aguerridas hostes com as quais se iam medir em próximo dia.

Êste chega, 30 de Outubro de 1340, e, nas margens do, para todo o sempre histórico Saládo, glória imortal cobre a todos os cristãos, pois a derrota dos mussulmanos foi completa nêsse dia *infáusto,* nessa batalha *cruel* e nessa matança *memorável,* como lhe chama um cronista árabe.

Arranco supremo dum povo heroico que, tendo subido numa rapidez vertiginosa, que só altas qualidades de caracter, conjuntamente com uma fé viva, podem explicar, cái tambêm com a mesma velocidade, estrebuchando em terriveis lutas que o amesquinham, reduzem e o deixam de porta aberta à primeira investida de qualquer outro povo, até que recobre animo e... sacóde o júgo (1).

Os berbéres não mais voltam à península e a reconquista cristã chega quási ao termo e consolida-se.

Só o pequeno, mas brilhante, reino de Granada continúa ainda por séculos a atestar a grandeza dêsse povo que por tantas qualidades se tornou digno da nossa admiração, e a Alhambra, êsse palácio de *mouras encantadas,* em contiguidade ao Alcaçar, levanta-se formoso, grande, rico, maravilhoso para vivenda fortificada dos opulentos e luxuosos *Nacéridas,* Iuçufe I e Mahommed V, e para mais uma prova da grandissima faculdade assimiladora do povo mahometano que, não sendo dotado de viva imaginação e vedando-lhe a religião empregar a figura animal nas suas ornamentações, soube tirar tal partido dos versículos do Alcorão, da linha geométrica, das incrustações, dos jogos de água, das côres azul, branca e de ouro, do azulejo e do arco persa que desde os confins da Arábia às variadas regiões do Atlas e destas às terras lindas da Andaluzia, espalhou a mãos largas monumentos ricos, palácios de fádas, tapeçarias magnificentes, faianças de policromia brilhantissima, cuja contemplação nos enche de encanto, de gôzo, de sensualidade e de voluptade, proclamando bem alto a sublimidade de tão faustosa arte.

Portugal que, no princípio do século XII, um batalhar sem cessar contra os berbéres tinha fundado, sofre, no fim do século XIV, uma temerosa crise dinástica após a morte do inteligente, vário e amoroso D. Fer-

(1) Pelo que observámos na nossa recente visita a Marrocos e pelo que temos lido em obras ultimamente publicadas, somos de opinião que o povo marroquino está passando por uma grande transformação no sentido do progresso e pelo grande número de aulas que vimos funcionar somos levados a crer que não passará muito tempo que não vejamos levantar-se todo aquele povo num ímpeto de independência e civilização.

nando em que periclita a sua independência, que meia duzia de valorosos patriotas salvam em 17 anos de guerra, dando origem ao reinado feliz de D. João I, em cujos factos notáveis destáca-se intensamente brilhante o da tomada de Ceuta, auspicioso início das nossas epopaicas empresas em Marrocos.

Causas remótas e próximas contribuiram para êste feito de armas que, sendo o primeiro de Portugal alêm mar, abriu brilhante, gloriosamente a carreira triunfante de expansão, dando com todo o denodo o primeiro passo na senda gloriosa da sua missão civilizadora.

Aquelas foram uma vaga ânsia de conhecer o misterioso e o reatamento dos remotos laços que prendiam os povos daquêm e alêm mar, deixados através os séculos com a conivência de todos os senhorios dos dois rincões tão irmãos pela geologia como pela sociologia.

Estas, as causas próximas, encontramo-las na ociosidade guerreira em que os *russos* cairam ao fechar o ciclo glorioso da independência e na febre entusiástica que, ao desabrochar da juventude de parte da *inclita geração,* afervorou esta numa megalomania de façanhas e de heroismos que a tornou imortal e digna do maior respeito.

Entre êles houve dois cuja acção social vamos neste estudo tentar descrever por ligados estarem, como Mestres, a essa patriótica Ordem da Cavalaria de Cristo que teve a sua séde na *notável* vila de Tomar: D. Lopo Dias de Souza e o infante D. Henrique.

E, como a honrosa herança de dignidades e de feitos do imortal infante é recebida por seu *filho adoptivo,* o infante D. Fernando, que fecha o ciclo glorioso da interferência directa dos Mestres da insigne Ordem de Cristo nas conquistas em Marrocos, tambem dêle narraremos suas acções heroicas, completando, quanto em nossas fôrças coubér, o estudo dêsse período brilhantíssimo da patriótica história da celebérrima milícia, como preito humilde a incluir na rememoração, tão justa, do 4.º centenário que passa a 21 de Agosto de 1915.

D. LOPO DIAS DE SOUSA

SÉTIMO MESTRE DA ORDEM DE CRISTO

HISTÓRIA da nobre cavalaria de Cristo, essa insigne Ordem que constitue para D. Dinis um dos seus mais belos trofeos de glória, ao começarmos esta narração, conta já no seu ilustre elenco os nomes célebres de seis mestres e agora vai ser enriquecida com o do sétimo, D. Lopo Dias de Sousa, que foi homem de grande conselho, prudência e valor.

Tanto no gabinete era escutada a sua fala, como seu braço era valente no campo da acção.

Duma e doutra dualidade de seu ânimo deu bastas provas durante os seus brilhantes anos de vida.

Esta é cheia de factos notáveis e de conselhos prudentes e aceitáveis.

Nascido em Coimbra pelos anos de 1360 de D. Álvaro Dias de Sousa e de D. Maria Teles de Meneses, ficou bem novo órfão do pai que, ao serem descobertos uns amores ilícitos que nutriu por certa dama, teve de exilar-se em Castela por temor de D. Pedro I, que na sua ardente e ciosa sêde amorosa dos últimos anos de vida tambêm requestava a mesma, vindo a falecer ali, decerto, antes dêste rei ser arrebatado pela morte em Estremoz a 18 de Janeiro de 1367.

Sua mãe deu-lhe educação esmerada, como era devida a seu estado, fortuna e posição, o que muito concorreu para as formosas qualidades de integridade e patriotismo de seu caracter.

D. Lopo Dias de Sousa com esta naturesa e educação não podia

deixar de ser em normal, ponderado, refletido, como veremos pela vida além.

Vindo ao mundo no ano em que nasceu o grande D. Nuno Álvares Pereira, não teve, como êste, a vida livre de bastardo que o levasse às exaltações cavaleirosas do Galaaz português, mas sim os conselhos judiciosos e maneiras delicadas da sisuda e recatada D. Maria Teles.

De bem novo vemos seu nome na história.

Em 1372 vaga, por falecimento de D. Nuno Rodrigues, o mestrado de Cristo e D. Leonor Teles, que o amor louco de D. Fernando fizera há pouco ascender ao sólio real, vê naquele lugar farta renda e alta dignidade para um membro de sua familia que decerto contaria no número dos seus partidários, despeitada, como estava, pelos alborotos de Lisboa, Santarêm, Tomar, Abrantes (1), deante do seu escandaloso rapto e furtivo casamento em Leça do Bailio.

Nada tardou que a sua sofrega vontade não tivesse realidade e rapida fez com que o submisso esposo investisse naquele mestrado o sobrinho, de menor idade e estranho à comunidade.

Pouco importavam os 12 anos do neófito, o que a sua vaidade exigia era contar na sua familia o mestrado da já ilustre Ordem e que sua irmã, como tutora, recebesse os fartos rendimentos a êle inerentes, para grandesa e lustre de sua côrte, pagando-lhe assim também a discreta diplomacia com que andou, a quando do seu casamento.

O tio, o apaixonado e louco monarca, obedece e de Roma solicita a bula de confirmação.

A cúria nega-lha, atenta a idade do nomeado, imprópria para estar à frente de tão respeitavel corporação, mas D. Fernando, embriagado pelo doentio génio de sua loura e gentil mulher, insta e insiste.

Gregório XI e Urbano VI reagem e por largos anos esteve o mestrado vago, embora em Portugal D. Lopo Dias de Sousa se intitulasse mestre de Cristo e sua mãe fôsse a usufrutuaria de tão alta pitança.

Discipulo inteligente dos ilustres cavaleiros tomarenses, deles aprende o manejo das armas em que tanto se devia distinguir e os exemplos eloquentes de lealdade e hombridade que tanto lhe haviam de servir nos apertados e futuros lances de sua movimentada existência, cuja mocidade, neste momento, desabrocha numa sociedade cheia de vícios, em que impera, louca de vingança e de ciume, a intrigante e jactanciosa rainha, sua tia.

No redemoinhar diabólico desta mulher singular, tudo é triturado na satisfação dum capricho, na epilética vaidade de ser a arbitra absoluta da politica do seu tempo, na sofreguidão doentia de tornar-se a potestade onipotente a que todos se curvariam, sacrificando sem rebuço até

(1) Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, cap. LXI.

a própria irmã, a inocente D. Maria Teles, a quem dizia dever tantos favores.

Contemos o nefando sucesso, que foi como que a determinante da vida futura de D. Lopo Dias de Sousa.

Corriam a êste os dias lêdos e descuidados na sua linda Tomar, entregue de certo à aprendisagem dos deveres de seu elevado cargo, quando uma terrivel catástrofe, desencadeada pelo crime odiento de sua tia, lhe cáe de chofre e o faz entrar na triste realidade da vida.

OURÊM — TORRE DO ANTIGO PALÁCIO

Casada bem ou mal, com astúcia ou sem ela, com drama ou sem êle, vivia maritalmente D. Maria Teles com o infante D. João, filho da infeliz Inês, mas com um recato tal que só passados tempos é que chegou a notícia de tal união ao conhecimento do rei e da rainha.

Sabido o caso, ardeu esta logo num fogo satânico de inveja por a irmã ser muito bemquista de todos e o marido amado dos povos e dos fidalgos, o que lhe fazia recear viessem a reinar, caso o rei falecesse, visto *não ser bem são e mais geitoso para durar pouco que viver prolongadamente* (1).

Muito esfriaram as relações entre os dois casais, entrando também no arrefecimento, por parte de D. Fernando, o outro irmão, D. João,

(1) Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, cap. CI.

Mestre de Aviz, que mostrava grande amor e afeição a D. João de Castro.

Nem de dia nem de noite, à rainha aquele pensamento deixava de aumentar o seu desgosto e, no intento de destruir essa união, chamou à sua conjura o irmão, D. João Afonso Telo, para insuflar no espirito de D. João de Castro a ideia de o casar com D. Beatriz, sua filha.

Se bem a rainha lhe deu o recado, melhor o executou o irmão e de conversa em conversa, de confidência em confidência abeirou o assunto, acreditando facilmente D. João nas palavras perfidamente enganosas, antevendo, sem descernir, *todas as honras e grandes vantagens que se lhe de tal feito podiam seguir* (1).

Na sua megalomania não socegou mais o pobre infante e a ardente vontade de reinar fê-lo procurar causa de *ser quite de D. Maria por morte* (2).

Como a êle, o comparsa de scena igual, lhe lembraria a trágica morte da inocente mãe que na meninice impressa lhe ficaria em seu tenro cérebro e que agora por um acto de imitação iria praticar!!

A rainha tambêm não deixava de maquinar a ruina da irmã, não se sabendo quem levantou a fatal aleivosia de que D. Maria podia ser morta *sem pasmo; porque era fama que dormia com outrem, sendo mulher recebida.*

Estava achado o motivo que levaria à morte a infeliz D. Maria, que, igualmente à sogra, devia estar

> ..... posta em socêgo
> De seus anos colhendo doce fruito,
> Naquele engano da alma, ledo e cego,
> Que a fortuna não deixa durar muito;
> Nos saudosos campos do Mondego,

Era agora preciso armar o braço libertador de tantos *receios* da rainha e fazedor de tanta *felicidade* do tresloucado marido.

Não se descança e uma reunião nos paços de Alcanhões, onde estava a côrte, ultima a conjura.

D. Leonor, o irmão e o iludido infante teem uma larga conferência que determinou a saida dali de D. João pela madrugada seguinte em direcção a Coimbra.

De rédea leve deu à cavalgadura, pois em breve em Tomar se achava.

Chegado à séde da cavalaria de Cristo, foi sabedor da sua estada na vila seu enteado, D. Lopo, que o mandou cumprimentar e rogar-lhe que

(1) Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, cap. CI.
(2) Idem.

fôsse seu hóspede no castelo, como costumava, o que o infante não aceitou (1).

Desta recusa e também por umas vagas notícias que tinha, inferiu o Mestre, o perverso intento de seu padrasto.

Sem dilação avisou sua mãe que se pozesse em salvo, porêm D. Maria, revestida do respeito e confiança na sua própria inocência, não se deu por entendida.

Rápido havia de ir o mensageiro com o recado de D. Lopo, pois antes de noite devia ter galgado a distância de Tomar a Coimbra, para que a mãe, antes de se deitar, o recebesse.

D. João também não se demorava.

De Tomar passou ao Espinal, onde dormiu, levantando-se à meia noite para cavalgar a Foz de Arouce e daí a Almalaguez, chegando aos olivais do Mondego de madrugada.

TORRES NOVAS — CASTELO — ALMONDA

Passada a ponte e sabido o caminho mais curto e solitário para a casa onde morava a tranquila D. Maria, que era a de Álvaro Fernandes de Carvalho (2), no fundo duma rua estreita que tinha origem junto à igreja de S. Bartolomeu, no bairro baixo e fóra dos muros, vinha a alva a esclarecer os horizontes naquele sinistro dia de 28 do frio novembro de 1377 (3).

De dois saltos se encontrou o tigre diante da inocente victima e em expressões desarrasoadas a incriminou de fazer público o seu casamento e de lhe *por as cornas dormindo com outrem* (4).

D. Maria, dominado um pouco o seu espanto e temor, quiz fazer ver ao marido o êrro em que estava, mas D. João, firme em seu propósito, pois que *não tinha vindo ali para estar com ela em palavras,* derriba-a e veloz *bulhão* a fere no peito e nas verilhas, matando-a.

(1) Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando,* cap. CII.

(2) Idem, *ibidem,* cap. CIII.

(3) *Conimbricense,* n.os 2:526, 2:527 e 2:530. O Sr. Braamcamp Freire diz nos *Brazões da Sala de Cintra,* vol. I, pág. 54, que a morte de D. Maria devia ser em Novembro de 1379.

(4) Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando,* cap. CIII.

Nesse sinistro momento passar-lhe-ia pela vista a figura terrivel do punhal ensanguentado de Pedro Coelho, a quando, nos paços fronteiros de S.ta Clara, arrancava a vida a sua extremosa mãe, emquanto êle, na sua aflição de criança, se agarrava áquela que lhe dera o ser e que via arrebatarem-lha de modo tão cruel!!

Consumado o *heroico* feito, poz-se D. João em fuga e, *sem quedar d'andar,* chegou a S. Paio, partindo daí para a Beira, por onde andou sempre em sobresaltos, o que lhe fez pedir perdão ao rei, aliás iria para outro reino, *onde vivesse sem temor de nenhum.*

Entre os que temor lhe faziam vemos logo D. Lopo Dias de Sousa arder em vingança (1) e ir no seu encalço, mas para breve, obrigado, ter que sustar seu justo procedimento por carta de perdão ter sido publicada, podendo assim D. João voltar à côrte que nessa ocasião estava em Salvaterra.

Na plena confiança e segurança do rei e da rainha, por entre caçadas ali passou uns dias, relativamente tranquilo, vindo-lhe por isso mais ao vivo a lembrança da promessa do casamento com a sobrinha.

D. Leonor Teles, que já não se arreceava da irmã poder vir a ser rainha, foi entretendo D. João com desculpas várias, untando-lhe os beiços com dôces palavras de boa esperança, o que fez ver ao cunhado que isto era cousa para nunca vir a fim ou tarde.

Em breve caiu em si o infeliz padrasto de D. Lopo Dias de Sousa e tedioso partiu da côrte, que então estava em Vimeiro, para as terras de Entre Douro e Minho, por onde andou algum tempo, descendo depois à Beira.

Quanto mais o tempo passava, tanto mais as desilusões se lhe aumentavam e, vendo-se *escarnecido,* começou de entristecer, chorando e arrependendo-se muito do mal que fizera.

D. Lopo no entanto não desistia do seu propósito de vingar a morte de sua mãe e, logo que teve léu, foi sôbre o padrasto, até que D. João poude descançar alguns momentos em Vilar-Maior, sabendo dentro em pouco tempo, por *inculcas e guias* que o raivento mestre, antes da alva, o prenderia e mataria (2).

D. João, assim assediado, partiu ainda de noite e só com dois companheiros e quatro criados para S. Felises dos Galegos, senhorio de Castela, onde emfim teve segurança na casa da irmã D. Beatriz, mulher do conde D. Sancho, donde passou à côrte do rei de Castela que o encheu de dádivas e honras.

D. Lopo Dias de Sousa voltou e, enterrado no castelo da sua Ordem em Tomar, chorava a fatalidade que de novo o fizera órfão, acariciando

(1) Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando,* cap. CIV.
(2) Idem, *ibidem,* cap. CV.

a ideia de desforra a tirar da principal causadora da sua tristeza e solidão.

Os tempos iam correndo e a licenciosidade dos costumes, a baixeza dos caracteres, o cinismo dos insignificantes e a intriga dos ambiciosos pervertiam tudo, e tudo, parecia, afundar-se num mar de lama e de crime em que a nau do estado, desalvorada pela mão da dissoluta rainha e pela do seu cínico amante, o conde de Andeiro, iria em breve de encontro a perigoso cachôpo que a despedaçaria, fazendo-a em estilhas.

O ponderado Mestre de Cristo sumia-se enojado e, ora em Pombal ora em Tomar, afastava-se sem que a corrução infrene o tocasse, não vendo nós o seu nome figurar senão no acompanhamento de D. Beatriz ao ser entregue, como futura esposa, ao rei de Castela em Elvas em 1383 (1).

TOMAR — CAPELA DE S. LOURENÇO

Que papel teria na guerra de 81 e 82?

Desvendá-lo não podemos.

De certo enfilaria nas hostes reais, no cumprimento restrito da defeza do torrão natal, mas sempre esquivo a ostentações, no meio duma sociedade enredada e deprimida pelo histerismo louco de D. Leonor Teles, que agora mais o revelava no desvairamento apaixonado dos seus novos e verdadeiros amores.

Que de pensamentos tristes e de raiva não passariam pela mente de D. Lopo nessas célebres festas de Elvas em que tanta baixeza via e que a prudência dos seus 23 anos calava por cálculo ou por temôr!

Como se alegraria seu coração, ao ver estalar o protesto enérgico e rude de Alvares Pereira, lançando por terra uma das mesas do banquete, soberbamente ataviada de baixelas ricas e viandas preciosas! (2)

Calou no mais íntimo da alma essa alegria, pois manifestá-la seria loucura, por bem conhecer sua vingativa tia, e nada ganharia o

(1) Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, cap. CLXI.

(2) *Crónica do Condestavel*, cap. XIV.

seu ardente desejo em lhe fazer pagar agora a morte de sua extremosa mãe.

Por si só não podia.

Era um temperamento diverso do do bravio D. Nuno.

Êste fôra afeito às asperezas do selvático Zezere, nas cumeadas de Sernache; aquele crescera por entre meiguices de sua mãe na poética Coimbra, à beira do suave Mondego.

Mas, se era assim, assim tinha valor, por que viria a temperar, em ocasião oportuna, os atrevimentos descomedidos dos que pouco pensavam e só viam em actos de fôrça a realisação prática do seu ideal.

Acabadas as bôdas, cada um voltou às suas terras, onde, em breve, a notícia da morte do rei os alvoroçaria pelas tristes conseqüências dela.

Via acastelarem-se nos horizontes da patria negras nuvens de acontecimentos graves para os quais, ainda assim, não via bem, como ninguêm, seu seguimento e finalidade.

O ano de 1383 ia quási em meado, e o rei, que tinha sido um linfático por naturesa, um eleito à tuberculose, estava agora esgotado pela paixão devorante que a libidinosa rainha, mulher bela, ardente e estonteadora, alimentava no gôso sensual do homem, cuja formosura era tal que o cognominou.

Os seus achaques agravaram-se por Maio e, tendo escapado do rebentar das folhas, não escaparia do cair delas que lhe seria fatal, pois o bacilo de Koc, na sua terrivel destruição, não o poupava.

Já não pôde ir a Elvas, porque a fraqueza da sua dôr lhe fazia arrecear as dificuldades que lhe acarretaria a viagem.

Ficou-se por Salvaterra, meio terrivelmente bom para o progresso da doença.

Calor e humidade, os dois maiores inimigos dós atacados do devastador mal, combinavam-se com ò mortificante estado moral do rei para o fazerem em breve desaparecer.

Quási abandonado de todo, passavam-lhe pelo enfermiço cérebro pensamentos de morte, de vingança que, num verdadeiro acesso de mania, num delírio violento, furioso, acompanhado de alucinações na vista, acariciava, tramando apunhalar o Andeiro (1).

A tuberculose é uma doença dum capricho extraordinário.

Imprime ao caracter da sua pobre victima as mais diversas e opostas modalidades.

Na incipiência é duma ternura inefavel, mas na cavernosa é dum desespero medonho, dum ciume delirante.

Assim o pobre D. Fernando.

Já não era o candidato a ela, como em tempos passados.

(1) Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, cap. IV.

Seu languido corpo já lhe era de todo pasto e porisso o seu psiquico de todo tinha virado.

Ao princípio o morbo tinha-o feito amoroso, mulherengo, romântico, levando-o a repudiar duas Leonores solteiras parà raptar a terceira, que era casada, e conduzi-la a Leça, por noite velha, a fim de legalizar o que a sua poetica imaginação tinha fantasiado, possuindo essa mulher encantadora e fascinante que foi, por assim dizer, o fulcro sôbre que girou a sua movimentada e vária acção politico-social.

TOMAR — PADRÃO DE S. LOURENÇO

Agora, neste cruciante momento da sua vida, vemo-lo triste, sombrio, odiento, egoista, vingativo, no supremo esforço de satisfazer seu pobre espírito que na ância de se extinguir, exaspera-lhe o ódio a Andeiro e daí procurá-lo assassinar.

Uma ilusão perdida, como tantas outras!!

Não a pode levar a efeito, porque a doença corre a galópe.

Faltam-lhe as fôrças.

Do seu logar de Salvaterra, cêrca do Tejo, passou a Almada e daqui, para não ser visto, numa noite, a Lisboa.

Já se tinha entrado no morno outono e as terras encharcadas pelas primeiras águas, eram uma permanente fonte de humidade na atmosféra, que, bolorecendo as fôlhas das árvores, começava a despi-las, exacerbando-se, ao mesmo tempo, o truculento bacilo nos flácidos organismos do régio doente.

Os pulmões, minados pelo processo ulcerativo, abriam-se em cavernas que uma tosse quintosa e incessante despegava cá fóra em *numulares* e em hemorrias pela rutura de aneurismas de Rasmussem.

A dispneia era quási contínua, o emagrecimento fizera progressos tais que tinha desfigurado *aquele que rei parecia entre todos os homens, ainda que conhecido não fösse* (1), a cachexia era agora profunda, a fraqueza extrema e a febre, por falta de reacção, já rara.

A morte aproximava-se e, numa consciência lúcida, expira à noitinha

(1) Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando,* cap. CLXXII.

de 22 de Outubro, vestido no hábito de S. Francisco, cuja ordem o soterrou num abandono miserando dos seus.

A parturiente rainha esquivou-se a ir ao soterramento no receio certo do murmúrio das gentes, o que não evitou por que aumentou ainda mais, por naquela ocasião não ser presente.

Nesta tremenda hora de medonha crise em que Portugal se debatia, todos se quedaram, mudos de receio e de pavor.

Só uma voz forte e alta se ouvia: era a da rainha, que agora, enroscada ao seu Andeiro, mandava aclamar a filha, como sucessora do pai, na afagada ideia de ficar regente.

O mêdo do que se iria passar invadiu todos.

Até o valentão D. Nuno que a chamamento de D. Leonor, vinha por Portugal abaixo, escoltando-se *por 30 homens de armas, de bons escudeiros e bem armados e peça de homens de pé!!!* (1)

Ninguêm veio ao trintairo com gente de armas senão êle! (2)

D. Lopo Dias de Sousa, êsse esperava em Tomar a hora da partida para também ir às exéquias, onde veria o correr dos acontecimentos que várias atoardas, chegadas à sua formosa vila, vagamente lhe faziam suspeitar.

Muitos foram êsses boatos, mas os principais eram: o reconhecimento legal de D. Beatriz, a vinda do rei de Castela em pé de guerra, a subida ao trono do seu execrando padrasto, o uxoricida infante D. João, o Andeiro gosar o reino como verdadeiro rei, etc., etc., etc.

Todas essas desconexas notícias o traziam indeciso, perplexo, irritado e taciturno.

No trintairo pouco soube, e, se indeciso andava, indeciso ficou, pois nada se desenrolou digno de nota que lhe pudesse alumiar o caminho da vida futura.

Sem dúvida falou com D. Nuno e êste com certeza *iluminado,* como andava, falou em linguagem incompreensivel, o que já não sucederia ao conversar com o mestre de Avís.

Êste dir-lhe-ia que *tudo* ia mau, mas a Deus pertencia dar-lhe remédio.

Êle não, era fraco e não *tinha* a acirrada bortueja da ambição.

Falava-lhe no padrasto como verdadeiro sucessor, o que mais irritava a alma do joven D. Lopo e o fazia ficar mais indeciso: antes... o reiprimo de Castela, do que o assassino de sua chorada mãe.

Abalou para Tomar após o trintairo e esperou.

Álvaro Pais, o *cacique* do tempo, encoraja e arma o braço de D. João e êste, num esfôrço heroico, tomba o Andeiro que Rui Pereira mata, estocando-o.

A negra crise vai dando de si.

(1) Fernão Lopes, *Crónica de D. João I,* cap. v.
(2) *Crónica do Condestável,* cap. xv.

Esclarece-se.

O dia 6 de Dezembro foi um grande raio de luz.

Seguem-se depois os célebres dias 13, 15 e 16 em que há de tudo: refúgio da côrte em Alemquer, ideia de D. João, mestre de Avís, de fugir para Inglaterra, proposta de casamento dêste com D. Leonor, recusa desta, aclamação do infante, que tomou os títulos da rainha viuva, proclamação do novo Regedor e Defensor do reino pelo senado de Lisboa, continuando o castelo a não pronunciar-se, emfim um sem nunca acabar de indecisões e de inexperiências que bem revelavam o estado dos espiritos, que a medonha crise trazia aterrados, por não acharem solução clara, dependendo tudo do acaso, da sorte, dum milagre.

CERTÃ — PORTA PRINCIPAL DA CAPELA DE N.ª S.ª DO MEIO

Assim foi.

O milagre far-se-ia.

Havia fé e muita e só com ela é que êles aparecem.

A nova dos acontecimentos correu veloz por Portugal fóra, chegando em breve às ribas do Nabão, onde D. Lopo, ao sabê-la, faz os seus juizos e mais perplexo fica, embora a sua grande inteligência visse desenrolar-se já a luta tremenda que se avisinhava.

Entrementes D. Leonor não se julgando segura em Alemquer deante da revolução da reproba Lisboa, refugia-se em Santarem e de lá

> Faz contra Lusitania vir Castela
> Dizendo ser sua filha herdeira dela.

Escreve, pois, a D. João que se désse pressa a entrar no reino, o que êle fez em breve, sendo o primeiro a abrir-lhe as portas da sua cidade o bispo da Guarda.

Vem depois sôbre Coimbra, tendo recebido pelo caminho protestos de vassalagem de muitos fidalgos portugueses.

A cidade universitária não é por êle, mas é mais ao sul Miranda, onde estava o conde de Viana que hospedou o rei por um dia.

Daí partiu de madrugada e foi dormir a Chão de Couce, vindo jan-

tar no dia imediato a Ceras, chegando a Tomar à noitinha para aí dormir (1).

Ao ver-se D. João de Castela chegado à séde da importante Ordem de Cristo, que tinha por Mestre o primo de sua esposa, sem que êste o recebesse e lhe prestasse as homenagens que esperava, estranhou e muito se queixou do seu procedimento tão insolito.

D. Lopo não lhe quiz pessoalmente prestar honras, tendo-se ausentado para Pombal, mas os brados de D. João, chegando até lá, quási o demoveram a vir a Tomar falar ao parente.

Não chegou a vir, pois a vontade era pouca de tal acção praticar, no que foi robustecido com o conselho dum seu cavaleiro, ficando firme no seu patriótico proceder.

Não foi só D. Lopo, nem só a sua Ordem que se manifestaram desfavoráveis ao rei estrangeiro; o povo de Tomar, cioso sempre da sua liberdade, nessa noite deu provas também do seu patriotismo, pois não deixou dormir toda a noite a real comitiva e, escaramuçando com os guardas, originou a morte a uns 57 entre os quais um de nome Henrique Alemão.

O rei não socegou, partindo à meia noite para a Golegã, onde o encontrou o alvorecer.

Tomar assinalava-se assim, inscrevendo um florão imortal na sua história.

No meio duma região, cujas vilas por Castela tinham voz, como Torres Novas, Santarêm, Ourêm, Penela, Leiria, Óbidos, Torres Vedras, Alemquer e Cintra, enfileirava com Alcanede, Abrantes, Certã, Pombal e Soure no bando audaz e firme contrário àqueles que

> Negão o Rei e a patria; e se convem
> Negarão, como Pedro, o Deus que tem.

Tomar, pois, ficou firme, provando-o na próxima volta de D. João de Castela, a quando de Santarêm foi infrutiferamente a Coimbra ver se a cobrava, achando muito mau acolhimento e as portas fechadas do patriótico castelo da nobre Ordem de Cristo, passando na vila sem se poder alojar.

Realmente é digno de nota o procedimento de D. Lopo Dias de Sousa, da nobre Ordem de Cristo e de Tomar, pois quando todos, ou quási, se bandeavam com o rei estranho, quando os nobres pelos seus mais altamente graduados formavam no séquito de D. João e quando umas 60 das principais terras do país faziam tremular nos seus castelos a bandeira de Portugal e Castela, aqueles punham-se ao lado do Mestre

(1) Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, cap. LXIII.

de Aviz, como legítimo representante da causa nacional, garantia suprema da independência da patria.

Quási que podemos dizer que, dos fidalgos legítimos e preponderantes que então formavam o segundo estado, só D. Lopo Dias de Sousa abraçou a nova ordem de cousas, defendendo a causa sagrada da liberdade.

Separou-se, com ardor e desprendimento de seus pares, que por cegueira, interesse, ciume, comodidade tinham ficado ao lado de D. Leonor e por conseguinte ao lado do rei de outra nação, que ia já vendo não lhe serem tão facilmente reconhecidos seus direitos, como concebera.

CERTÃ — PORTA LATERAL DA CAPELA DE N.ª S.ª DO MEIO

Voltando D. João de Castela de Coimbra, donde mandou presa a agora desiludida D. Leonor Teles para Tordunhos, a Santarêm, daí marchou sôbre Alemquer que Pires de Camões lhe entregou e prepara-se para atacar Lisboa.

Em face da segurança da altiva cidade, chama soldados, reune gente de guerra, recebe reforços e por fim de Maio assedia-a com mais apêrto, não a podendo tomar, embora por quatro meses aí se detenha em assaltos e escaramuças.

A cêrca de D. Fernando dava os seus frutos, e prestava um alto serviço que temos de consignar para honra e glória daquele rei que nem só em casar com tres Leonores pensou, mas sim em colocar Lisboa no logar de importância que a natureza e a civilização lhe imprimiram.

O Mestre de Aviz viu-se e desejou-se neste cêrco, para o qual o seu ponderado ânimo se preparou, provendo o mais que pôde a sua querida Lisboa que tantas provas já lhe tinha dado de lealdade e de patriotismo.

Por sua parte D. Nuno não desfalece um momento e o Alemtejo é o seu campo de acção em que a sua temeridade campeia livremente, havendo para o partido do seu amigo terras importantes que tinham voz por Castela, batendo-se com os castelhanos e seus partidários.

D. João, nele, tem o seu mais audaz, leal e destemido capitão, aproveitando-o para todas as arriscadas empresas.

Assim, vendo que a fróta que mandára aparelhar no Porto tardava

a chegar a Lisboa com os mantimentos de que já tão minguado estava, escreve para Évora a D. Nuno, para êle ir àquela cidade sem demora e que embarcasse e viesse-se para pelejar com a de Castela que lhe fechava a entrada do Tejo.

D. Nuno foi lepido, tendo escrito ao tio, Rui Pereira, que o esperasse, pois ia sem tardança para embarcar com êle.

Passando por Tomar comeu na companhia de D. Lopo Dias de Sousa que se informou do estado da campanha, pois, isolado no meio da Estremadura e cercado de inimigos, a ela estava estranho, respondendo-lhe D. Nuno que a *Deus graças, os começos lhe pareciam bons e que esperava em Ele que o fim fôsse melhor* (1).

Tomando de novo o caminho e acompanhado pelos seus 200 cavaleiros, em breve chega a Coimbra, onde soube què a fróta já tinha partido do Porto e arribára a Buarcos para onde de novo escreveu a pedir espera para a ela chegar e embarcar, mas o tio, roido de diabólica inveja, de novo se põe ao largo, singrando para Lisboa.

D. Lopo Dias de Sousa, encorajado com as novas que D. Nuno lhe deu, sai da inatividade em que estava e prepara-se para de si dar acordo.

A tres leguas da nobre séde da Ordem de Cristo, para norte, alcandorava-se num alto môrro, a torreada e dificilmente conquistavel Ourêm, onde D. João Afonso Telo, conde de Barcelos, tinha voz por Castela.

Havê-la à facção do Mestre foi seu propósito e, se bem o pensou, bem o executou, saindo de Pombal, que era da sua Ordem, por Julho de 1384, com a sua cavalaria, tendo-se préviamente intendido com alguns dos seus habitantes que o favoreceram nos seus intentos.

E assim, tendo partido dessa vila e dizendo por disfarce, que ia socorrer Lisboa, tomou ao anoitecer outro caminho, chegando antes do romper da alva à vista dos muros de Ourêm, que jazia tranquila, confiada na valentia de seus baluartes, mas que mal teve tempo de despertar ao toque estrondoso dos tambores e trombetas que por toda a parte tocavam às armas.

Estonteados os defensores da forte praça, corriam a socorrê-la, mas sem resultado, pois em rápido momento começou a tremular no alto das ameias o branco estandarte de Cristo (2).

Socegados os habitantes de Ourêm do susto do feito e presos os dois filhos do conde de Barcelos, que nela estavam, guarneceu-a D. Lopo por soldados da sua milícia, retirando-se para Tomar donde mandou notícia a D. João que nisto o alegrou e, participando-a êste ao povo de Lisboa, muito se entusiasmou com ela, tendo-a, como agouro de futuras felicida-

(1) Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, cap. CXXVI.
(2) Idem, *ibidem*, cap. CXVII.

des nessa ocasião que era das mais críticas do cêrco que o rei de Castela ora lhe fazia obstinadamente.

Longos dias ainda durou êste e a fome já fazia recear ao Mestre de Aviz pela sorte da sua intrepida gente.

No entanto chega a canícula e Agosto vê desenrolar o manto negro da peste, prostrando centenares de Castelhanos, não poupando nem grandes nem pequenos, nem soldados nem capitães, nem fidalgos nem plebeus.

A rainha D. Beatriz também é tocada pelo mal e o rei, a 3 de Setembro, é forçado a levantar o cêrco, retirando sôbre Santarêm, onde se demora quási um mez, passando a fronteira a 14 de Outubro.

D. João de Aviz, de novo aclamado em Lisboa e liberto dos duros trabalhos do cêrco, prosegue na rendição das praças portuguesas que tinham voz por Castela.

Vai a Cintra que se não rende.

Já outro tanto não sucede a Almada que é entrada e Alemquer capitula.

D. Lopo Dias de Sousa no entanto não dorme à sombra dos louros colhidos na rendição da forte Ourêm e prepara-se para outra conquista.

A torreada e valente vila do Almonda demora a quatro léguas, a sul, da Casa mestral da sua cavalaria.

TOMAR — FACHADA OCIDENTAL DA IGREJA DO MONUMENTO DE CRISTO

Era esta povoação bastante fortificada por naturesa e pela arte de Estêvão Domingues Pedreiro, Estêvão Pais e João Rodrigues que em 1376 tinham levantado seus valentes muros (1) que depois da sua destruição pelo exército de Jacub, jaziam por terra.

Seus longores e bastiões erguem-se de novo no alto do monte que o rio banha, formando-lhe fôsso dificilmente traspassavel.

Importante pela sua posição e gente, não abraçava a causa nacional, o que fez ir ali D. Nuno Álvares conferenciar, para a reduzir ao serviço do Mestre, com Gonçalo Vasques de Azevedo, de quem era muito amigo, mas de quem não conseguiu receber resposta favorável.

Longa foi a conferência e muitos os argumentos que D. Nuno apre-

(1) *Dicionário Geográfico, Manuscrito,* L. 37, fl. 793–794. Na Torre do Tombo.

sentou ao seu amigo, mas êste a nada se moveu, partindo para Tomar donde tinha vindo, quando regressou de Coimbra ao não embarcar na fróta do tio.

Comtudo correm os tempos e Gonçalo Vasques parece ponderar na argumentação de D. Nuno, no que foi descoberto, substituindo-o D. João de Castela pelo seu patrício Afonso Lopes Texeda que agora vai afrontar os ímpetos da cavalaria de Cristo.

Novembro vai para o fim e D. Lopo Dias de Sousa proposita render a forte praça, saindo de Tomar com 80 lanças, homens de pé e besteiros, fazendo-se acompanhar também por uma pequena maquina de guerra de arremesso.

Enfileiram na sua pequena hoste D. Álvaro Gonçálo Camelo, Prior da Ordem dos Hospitaleiros e Rodrigo Pereira, irmão de D. Nuno.

Chegados ao curto vale, a cujo topo norte se levantava Torres Novas, rodeada de água, como se fôsse uma península, apertado cêrco lhe foi posto, defendendo-a o melhor que podia o castelhano Texeda.

Demorado o assedio, já na praça se faziam sentir os efeitos perniciosos da míngua de mantimentos e receio de maiores calamidades, quando em Santarêm se soube dessa crítica situação, ordenando o fronteiro Diogo Gomes Sarmento fazer ali uma cavalgada com dois fins: sorti-la pela porta da traição ou então descercá-la, caso podesse.

No maior sigilo com 200 cavaleiros para lá se dirige na calada das doze horas duma longa noite de inverno.

De vagar e cauteloso foi, para que as cinco leguas de caminho levassem a gastar o resto da noite, pois só ao amanhecer chegou aos plainos que o Almonda fertiliza, e, caindo de súbito sôbre os cercadores, não tiveram estes tempo senão de juntarem-se todos, assim como estavam, e fazerem rosto aos tão inesperadamente recemchegados.

Estes, vendo o seu diminuto número, investiram de tal modo que a breve trecho D. Lopo Dias de Sousa foi vencido com os companheiros, sendo levados presos a Santarêm (1).

Chegados ali, logo que pôde tratou de avisar D. João e cuidar do govêrno da sua Ordem, para o que lhe pediu que o substituisse no mestrado por Martim Gonçalves, Comendador de Almourol, em quem concorriam as qualidades que o faziam capaz de tão alta dignidade.

O Mestre de Aviz assim fez, sentindo também muitissimo ficar privado do braço forte e leal do seu amigo, a quem não podia socorrer pelo apêrto em que estava no cêrco de Torres Vedras e pela fortaleza do presídio em que o encerraram, pois, além de seus valentes muros, tinha a guarnecê-lo 600 lanças e 300 besteiros.

O cêrco da praça, que o Sisandro banha, prolonga-se e acirra-se.

(1) Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, cap. CLXX.

D. João, no receio de ser sitiado, como o Mestre de Cristo o fôra em Torres Novas pelas mesmas tropas do fronteiro de Santarêm, levanta o assedio a 15 de Fevereiro a instâncias e conselhos também do grande D. Nuno.

Grandes acontecimentos se vão dar em Portugal aos quais a fatalidade de Torres Novas obsta que D. Lopo Dias de Sousa fôsse assistir com grande desespero seu: as Côrtes de Coimbra e a batalha de Aljubarrota.

Embora as vitórias de D. João de Aviz e de seus poucos capitães

CEUTA — VISTA DO MONTE ACHO

fôssem em número tal que se podia dizer que a nação o não repelia, já havia mais de um ano que se lutava e estava-se quási como nos primeiros dias de Dezembro de 83.

Era preciso que a nação sancionasse ou não a revolução de Lisboa e se definissem situações.

Era preciso saber se ela achava razão a quem já tanto tinha trabalhado e lutado pela independência nacional.

D. João, como Regedor e Defensor do reino, convoca os Tres Estados, para que a nação dissesse o que se havia de fazer no aflitivo estado dos negócios públicos.

Êste era o rótulo, mas o conteudo era a eleição do novo rei.

O nome do futuro monarca estava na alma dos mais decididos e menos escrupulosos.

Comtudo havia renitentes que defendiam a fé dos tratados e a des-

tendência de sangue, mas as rabulices do *Grão Doutor* desfizeram por completo essas oposições.

Pulverisando-as habilmente, fê-los convencer da sua argumentação de ferro e, embora o não declarasse, fez recair a escolha do novo rei no Mestre de Aviz, que, alegando receios, não aceita, mas que põe de parte às primeiras instâncias dos deputados, sendo aclamado a 6 de Abril de 1385, dia glorioso que abre luzentemente o novo reinado e a nova dinastia.

Agora rei e D. Nuno, seu condestavel e mordomo-mór, não páram.

D. João vai pela primeira vez ao Porto que o recebe jubilosamente e daí ao Minho que estava por Castela.

Era preciso havê-lo e em breve os dois, cada um por sua parte, fazem tremular o estandarte português em Neiva, Viana, Monção, Caminha, Vila Nova de Cerveira, Guimarães, Braga e Ponte de Lima.

A florida primavera ia passando e o verão, época das grandes campanhas, aproximava-se.

Com êle também chegava D. João de Castela que em Córdova tinha feito todos os preparativos para nova invasão e agora, mais do que nunca, a sério e aguerridamente.

A primeira manifestação disto é a chegada da esquadra que bloqueiou Lisboa, o que foi sabido pelo rei de Portugal em Guimarães, onde estava a rejubilar-se pela vitória de Trancoso que Martim Vasques e Gonçalo Coutinho tinham ganho ao fanfarrão Rodrigues Castanhede, que sem ordem do seu rei havia invadido a Beira,

Aquela notícia apressa-o e nada o detem.

Corre sôbre a sua Lisboa, a capital do seu reino, como as côrtes de Coimbra haviam determinado.

Passa pelo Porto e em Coimbra fala com um enviado do rei de Navarra sôbre uma aliança dos dois contra o inimigo comum, mas nada foi à pratica.

Transpõe o Mondego e vai sôbre Penela, cujo povo fez render o castelo.

Segue caminho e em Tomar sente não ser recebido pelo seu leal amigo D. Lopo Dias de Sousa, mas aceita ao seu serviço um voluntário gascão por nome João de Montferrat que, aventureiro, vinha enfileirar-se nas hóstes aguerridas de seus heroicos soldados (1).

Da nobre séde dos seus gloriosos cavaleiros de Cristo salta à visinha Torres Novas que, firme no seu posto pelo rei de Castela, não se rende.

Depois desce ao Tejo em Santarêm, onde jaziam os queridos vencidos de Torres Novas, mas só pôde escaramuçar com grande número de castelhanos, que de fóra dos muros andavam, e não tendo ocasião para

(1) Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, cap. XXII, vol. IV.

demorar-se, porque as últimas novas que tinha não eram de socegar, por o rei de Castela já ter deixado Córdova e vir em som de guerra, vai só até Alemquer, onde o Pires de Camões se havia de novo voltado para a sua antiga parcialidade.

Ali tem conselho e êste resolve: D. João I esperar ali a gente que Lisboa e seus arredores lhe poderiam mandar e o Condestável partir para o Alemtejo também a ajuntar gentes as mais que pudesse, indo ambos encontrar-se em Abrantes.

Rápidos ali convergiram com os seus soldados, visto o rei de Castela, bem armado e bem acompanhado, vir já pela Beira abaixo, passar por Coimbra e ir entrar nos plainos que o Anços banha, quási a bater às portas da acastelada Leiria.

CEUTA — BAÍA DO NORTE

O momento era solene e de responsabilidade.

A hesitação tinha-se apoderado de bastantes dos das hóstes portuguesas, porque dar batalha era um êrro.

D. João vacilava, mas D. Nuno, cada vez mais heroico e mais *iluminado,* não tremia.

No conselho que houve, o Condestável ouviu, ouviu e tornou a ouvir, até que, não se podendo conter, também falou.

Com palavras mais duras que elegantes
A mão na espada, irado e não fecundo,
Ameaçando a terra, o mar e o mundo:

Foi breve, mas a razão clara, a convicção inabalavel e a fé ardente fizeram-no eloquente.

A rajada oratória acabou por estas palavras: só êle e os seus que poucos eram, e, *ainda que fôssem mais poucos do que ali estavam,* nunca

deixariam chegar o rei de Castela a Lisboa sem ao caminho lhe ir sair (1).

Dito isto com grande admiração do conselho, saiu altivamente indo para o seu alojamento dar ordem para de manhã bem cedo todos estarem a postos de partida.

Rápida noite de Agosto foi aquela do dia 6!!!

Ainda o sol mal rompia ao longe no horisonte, iluminando a vasta campina do Tejo, e os écos das ravinosas margens do Zezere despertavam ao toque festivo e entusiasta das trombetas, já D. Nuno e a sua gente, ouvidas missas, se partiam caminho de Tomar para onde o rei de Castela vinha.

A meia legua pára nas margens do Abrançalha, se acreditarmos a *Crónica* (2), mas se seguirmos Fernão Lopes deve ter sido mais longe, o que decerto é mais verosimil (3).

No ponto do descanço recebe o primeiro recado de reconsideração de D. João para que voltasse.

O conselheiro João Afonso de Santarêm, que foi o portador, voltou a Abrantes com a resposta sacudida, firme, parca: não era homem de muitos conselhos, não arredava do propósito de dar batalha, de novo insistia em ir e, se sua mercê fôr de ir lá, o aguardaria em Tomar.

D. João, que, em longos anos de camaradagem, conhecia bem o seu leal e ardido vassalo, de novo mandou por Fernão de Álvares de Almeida outro rogo para que tornasse e, caso não quizesse, se fôsse aposentar em Tomar e aí o esperasse.

Assim fez D. Nuno Álvares.

Continúa a sua obstinada marcha.

Passa o Zezere no vau de Punhête, avista Almourol, cujo comendador, Martim Gonçalves, que agora era Regente do Mestrado de Cristo, talvez com êle fôsse, enfia depois pela chapada, hoje polígono de Tancos, e em breve pelas charnecas da Roda, alcança as umbrosas e férteis margens do Nabão, onde acampa à entrada da populosa Tomar.

Á beira rio, numa larga planície, protegida do norte por leve colina, assenta arraiais e espera o seu rei.

No entanto aproveita o tempo e ao encontro do inimigo tres escudeiros manda a inculcar da gente que trazia, como assentava seu arraial, que guardas punha de noite, levando um uma carta para o rei de Castela em que lhe dizia: que por Deus, pelo mártir S. Jorge se retirasse, desocupasse a terra de el-rei seu senhor e, caso o não quizesse fazer, que o desafiava para batalha.

(1) Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, cap. xxx, vol. iv.
(2) *Crónica do Condestável*, cap. li.
(3) Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, cap. xxxi, vol. iv.

No dia seguinte, 8, chega D. João com a sua gente e, descançando, passa depois revista às tropas.

Entrementes chegam de Soure os escudeiros com a resposta do rei: que não conhecia D. Nuno por Condestável, nem a seu senhor menos por rei e que iria à batalha sustentar os seus direitos.

Com êste recado também trouxeram um português que, disperso do exército castelhano, foi apanhado e trazido ao Condestável para dêle saber notícias.

Deixado e guardado nos olivais além Nabão em breve soube D. Nuno dêsse facto, que o demoveu, sem demora, a atravessar a ponte das *Ferrarias,* e a sós com o prisioneiro indagou o que desejava saber (1).

CEUTA — BAÍA DO SUL

Ao estar satisfeito foi-se com êle para o exército, intimando-o a não declarar a verdade, sob pena de morte, mas sim depreciasse as gentes de Castela.

Assim fez e, estando o rei de Portugal a passar de novo alardo, perguntou-lhe por novas dos castelhanos, ao que êle respondeu que era muita gente, mas desacoroçoada e que a que ali estava valia sem dúvida o triplo da dos invasores, o que alentou e entusiasmou os vacilantes soldados de D. João.

Êste, por cauto, ainda enviou outro mensageiro, Gonçalo Anes Peixoto, ao seu contendedor com a missão de também observar o corrigimento e a ordenança do seu exército.

Desempenhado da sua incumbência, volta a Tomar espantado do que

(1) Fernão Lopes, *Crónica de D. João I,* cap. XXXII, vol. IV.

vira no alardo que, nem de propósito, o rei de Castela tinha feito naquele dia.

Inquirido, Anes Peixoto informava D. João que seriam umas 7:000 lanças e 2:000 ginetes, besteiros e homens de pé eram tantos que não o atrevia a pôr em conta, pagens e outra gente de carriagem era muita e que todos faziam tal multidão que era bastante para pôr batalha ao maior rei e senhor do mundo!!

D. João fez-se despercebido, mas recomendou dissimulação que foi cumprida.

Confiado na sua boa estrêla, na grande sciência da guerra de D. Nuno e na valentia e fé dos seus 9:000 homens, a quem passa de novo revista (1), distribuindo-os nas diversas unidades táticas, deu as últimas ordens para a marcha que se efetuou no dia seguinte, sexta feira, 11.

Ourêm, Atouguia das Cabras, Porto de Moz vêem passar a heroica falange que dois dias depois, em ímpetos de valôr e de patriotismo, se baterá no monte do Carvoeiro, nas cercanias de Aljubarrota, numa fúria de morte e de vitória.

Ali naquele baluarte natural, cujo fôsso era a Calvaria, posta D. Nuno as destemidas hóstes

D. João aprova e impacientes esperam o inimigo.

14 de Agosto.

Véspera do dia de N.ª S.ª da Assunção que D. João chama em seu auxílio e a quem promete erguer templo digno da batalha que se ia travar.

Êsse longo dia de 2.ª feira arrasta-se entre ânsias dos portugueses e indecisões dos castelhanos, cujo rei ardia em febre de doença, os quais por fim, meia hora antes do pôr do sol veem a braços num medonho torvelinho de luta e de desespero que o anjo das vitórias acaricía, acirrando-o para dar as palmas ao menor número, mas ao mais valente, crente e heroico dos exércitos.

(1) Solenisa a igreja neste dia S. Lourenço, 10 de Agosto, motivo que originou no reinado de D. Manuel ou D. João III o levantamento em Tomar da modesta capela do nome dêste santo e padrão adjunto em memória do histórico alardo.

Foi seu fundador Aires do Quental (*), feitor-mór (engenheiro), do ouro, prata, estanho, cobre, chumbo e outros metais que se achassem ou descobrissem em várias comarcas do reino e em alguns lugares do Mestrado de Cristo, de Aviz e S. João que estavam entre o Tejo e a Beira

Parece-nos que Aires do Quental era natural de Tomar, ou pelo menos tinha ali residência, porque ainda hoje há nesta cidade um largo chamado do *Quental*.

Sucedeu ao pai neste emprêgo, pois foi nele encartado a 29 de Maio de 1518 por D. Manuel e por D. João confirmado a 23 de Setembro de 1524, como reza a Chancelaria de D. João III, L. 8.º, fol. 115 v.

(*) Torre do Tombo, *Cristo*, n.º 2, fol. 157.

Narrar os feitos homéricos, o cumprimento de votos, as façanhas rolandianas dêsses 30 minutos (1) de heroicidades e de valorosidade, não cabe no nosso propósito, porque neles se não achava D. Lopo Dias de Sousa, que, preso em Santarêm, vagos rumores lhe chegam, após horas, da terrivel, mas gloriosa batalha.

Á meia noite, Santarêm abre custosamente as portas e o rei de Castela entra apavorado, cabisbaixo, cançado, suado da viagem e da tersã dêsse dia.

Apesar de estar na sua Santarêm, não socega, nem descança.

Assentado um pouco, em breve se levanta e, após as lamentações da sua sorte e de seus vassalos, toma a custo uma simples sôpa de pão torrado e ouve as palavras de linitivo de Gomes Peres, que não escuta

CEUTA — ILHÉUS DE S.ta CATARINA

por muito tempo, ordenando que lhe fizessem prestes uma barca, em que, se à pressa, fôsse a Lisboa.

Não se demora, pois, e antes da alva começar a branquecer o amplo horisonte alêm Tejo, já êle vai rio abaixo a caminho da esquadra que, ancorada estava em Lisboa, onde embarca numa galé que na quinta feira, 17, se faz à vela para a rainha do Guadalquibir, a garrida Sevilha, que agora vai chorar tantos dos seus que à batalha vieram.

Horas apenas foram as da sua estada em Santarêm, mas que séculos para os nossos prisioneiros!!!

Que de sinistros pensamentos lhes passavam pelas mentes arreciadas e aflitas!!

Ora era a morte cobarde e miserável a dentro dos muros da cadeia, ora era a ida para Castela presos e escarnecidos que os fazia perturbar e chorar sua sorte.

(1) Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, cap. XLV, vol. IV e Aiala, *Crónica de D. João I*, cap. XV.

Anciosos e angustiados esperaram.

Grande foi o terror produzido pela derrota dêsse memorável dia e os carcereiros, Alvares Santorio e Gomes Peres, não mais quizeram ficar em Santarêm, querendo abalar com o rei que perguntado, antes de abalar, que fazer dos presos de Torres Novas, respondeu: dai-os ao demo, deixai-os (1).

Assim fizeram, abandonando também a povoação.

Conhecida esta defecção, fácil foi a D. Lopo Dias de Sousa e companheiros quebrarem os duros ferros das cadeias e libertados soltarem rijo pregão por Portugal, Portugal por el-rei D. João, e morram os traidores scismáticos castelães.

Por alguns dias esteve D. Lopo Dias de Sousa senhor de Santarêm, até que D. João I, saindo do mosteiro de Alcobaça, se dirigiu áquela vila, sendo recebido festivamente pelo mestre da Ordem de Cristo e companheiros, à frente de muito povo.

Ali o rei fez acções, que muito o enobrecem, para com os castelhanos refugiados nas igrejas, dando-lhes a liberdade e salvo-condutos para irem para suas terras, poz em Alcaide Vasco Martins de Melo e deu quási meio reino a D. Nuno Álvares, seu condestável, o que fazia dizer aos que isto viram que *esta fora a mais formosa e rica doação que nenhum rei na Hespanha fôsse, fizesse a algum seu vassalo* (2).

Invejas... que a seu tempo frutificariam.

Havidas ao poder de D. João as terras da Extremadura que tinham voz por Castela e que, após Aljubarrota, estavam abandonadas ou em via de o serem e ordenados os alcaides de algumas, resolveu D. João ir a pé a Guimarães cumprir a promessa que nas vésperas do, hoje celeberrimo dia 14, fizera a S.ta Maria da Oliveira.

Indo, passa pelo glorioso campo da batalha, onde ouve missa e, estamos certos, que um que o acompanhou, foi D. Lopo Dias de Sousa; pois o vemos à volta no célebre e trabalhoso cêrco de Chaves, onde, rendida ela, lhe faz mercê do pescado de Almourol, como reza o documento que, na íntegra, segue:

D. João, pela graça de Deus, rei de Portugal e do Algarve, a quantos esta carta virem, fazemos saber que nós vendo e considerando como a esta guerra que havemos tão aficada como aquele que se chama rei de Castela, recebemos muito serviço do castelo de Almourol pelas gentes que hi estavam e estão do mui honrado barón D. Frei Lopo Dias de Souza, Mestre da Cavalaria da Ordem de Cristus cujo o dito castello é manteudo sempre nossa vez e dos ditos reinos nossos e fazendo muita guerra a nossos imigos e querendo nós galardoar ao dito Mestre e á sua Ordem alguma parte do dito serviço que assim recebemos dele a esto e outras muitas coisas e entendemos receber mais ao deante damos-lhe por honra do dito castello e doamos da nossa pura e propria

(1) Fernão Lopes, *Crónica de D. João I,* cap. L, vol. IV.

(2) Idem, *ibidem,* cap. LII, vol. IV.

e livre vontade e fazemos-lhe livre e pura doação antre vivos pera sempre valedora de todo o direito que nós havemos e poderiamos haver no pégo do dito logar de Almourol que o haja para todo o sempre livre e isento = a saber des o chamam a cólada do cólo de Almourol ata o penedo d'Aiffa e mandamos ao almoxarife nosso que ora é de Santarem e a todos los outros que o forem ao deante que eles nem outros nenhuns lhe não ponham em elo embargo. E outro si coutamos o dito pégo por todo o sempre que nenhuns não sejam ousados de pescar em elle sem licença e mandado do quelles que no dito castello esteverem por alcaides e para este certo ser mandamos dar ao dito Mestre e á sua Ordem esta carta assignada por nós e selada do nosso sêlo dante na nossa villa de Chaves, 24 de Abril, El-rei o mandou João escrivão a Fez era de mil CCCLXXXVI (1).

CEUTA — MOLHE DO COMÉRCIO

Assim galardoava D. João I o seu leal e valoroso amigo, D. Lopo Dias de Sousa e a sua patriótica Ordem dos quais tantos serviços já tinha recebido e dos quais muitos mais esperava receber.

Fazia justiça às esforçadas gentes do valente Almourol que tão afamado já vinha dos tempos romanos e árabes e que agora, nos duros transes da guerra da independência, jámais se deixou desmentir.

D. Lopo Dias de Sousa continúa na companhia de D. João, pois o vemos no grande e brilhante alardo dos campos da Vilariça, o maior que por aqueles tempos se tinha realizado, porque nele entraram todos os que tinham estado nas batalhas passadas e todos os que não poderam lá ser presentes, como o mestre de Cristo.

Daí seguiram sôbre Bragança, Almeida e entraram em Castela, inclinando para o sul.

Passando por Cidade Rodrigo, cidade moderna que D. Fernando, genro do nosso D. Afonso Henriques, tinha fundado, galgaram a Serra

(1) Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João I*, liv. 1, pág. 31.

da Gata, indo acampar nas largas e pitorescas margens do Alagon, afluente do Tejo, onde assentava na da direita a velha cidade de Coria.

Vinda dos tempos dos romanos, que a rodearam de fortes muralhas e torres, tendo-se lhe levantado mais tarde um valente castelo e uma ponte de 7 arcos, contava esta cidade nos seus anais a memória da renhida batalha que, pelos anos de 876, se tinha ferido entre asturos e árabes, o que concorria para a sua fama e importância (1).

D. João tenta tomá-la, ordenando o cêrco, mas, talvez pela vez primeira na sua vida, vê frutificarem dissensões entre os seus capitães, sendo D. Nuno obstinado a não combater, *porquanto não fôra em conselho de combater o logar* (2).

Porque seria?

Só por não ser de opinião combater praças?

Porque seria que D. Lopo Dias de Sousa e outros *bem não andavam* com o Condestável? (3)

Rivalidades? Invejas? Ciumes? Orgulho?

Tudo podia ser, porque infelizmente a natureza humana foi sempre o que é hoje.

Comtudo bem esquadrinhámos o assunto, mas nada pudémos apurar nas desencontradas narrações dos velhos cronistas.

O que sabemos é que desgraçadamente essas desuniões fizeram o seu efeito natural e de todos os tempos, como aquele a que estamos assistindo no momento presente.

Das altas regiões do comando, depressa invadiu as baixas dos comandados e, por mais que D. João fizesse, impossivel lhe foi continuar o cêrco, que ainda assim durou por umas tres semanas.

Aquelas desinteligências, maleitas e correnças, falta de água, de pão e de carne, fingimento de doenças, fugas muito arrefeceram o ânimo de D. João, que determinou retirar para Portugal, visto não poder levar por diante o seu intento.

Entra por Penamacôr, indo D. João em romaria a Guimarães, D. Nuno à romaria da concorridissima N.ª S.ª do Meio ou dos Remédios, a 3 kilómetros da Certã (4), e daí a Ourêm e naturalmente D. Lopo Dias de

(1) Meyer, *Lexicon*, pág. 971.

(2) Fernão Lopes, *Crónica de D João I*, cap. LXXVI, vol. V.

(3) Idem, *ibidem*, cap. LXXIV, vol. V.

(4) Fica situada esta famosa capela no velho caminho da Certã, na ravinosa margem esquerda da Ribeira Grande, entre Carvalhal, pátria da mãe de D. Nuno, e o Bom Jardim, onde o grande Condestável viu pela primeira vez a luz do dia

É agreste e declivoso o sítio e no tempo da origem do santuário mais o devia ser, dando pelo seu aspecto foros de verdade à lenda da sua fundação.

Resa ela que, andando à caça na silvestre encosta, um fidalgo fôra acometido por uma enorme serpente, sendo obrigado a subir para uma árvore.

Tomado de grande susto, invocou o auxílio de N.ª S.ª dos Remédios e com tanta fé

Sousa para Tomar, onde decerto, por grande ausência, negócios da sua Ordem o chamavam.

Aqui se demora e adoece, se doente não tinha vindo, das, nessa quadra, apaùladas terras do Alagon, como muitos outros.

No entanto aproxima-se de Portugal o Duque de Lancastro, pretendente ao trono de Castela, que vinha armado sustentar os seus díreitos ao trono desta nação.

Tendo desembarcado em fins de Julho na Corunha, agora, 1 de Novembro, recebè nas margens do Minho D. João I, a quem oferece de jantar com igual brilhantismo e riqueza, como se fôra no seu restaurado castelo romano nas margens do Lune.

Neste lauto banquete tinha lugar marcado D. Lopo Dias de Sousa que a doença impossibilitou de assistir, estando retido no leito em Tomar.

Estamos nos fins de 1386 e vamos entrar em 1387, ano que marca uma verdadeira revolução nos nossos costumes, o que se reflete tão intensa e brilhantemente na nossa sociedade.

Nova vida se abre para Portugal a qual alenta uma era de moralidade, austeridade e sciência, cujos frutos em breve se começam a colher.

O rei em 2 de Fevereiro casa no Porto.

De Lancastre, onde era duque o concupiscente João de Gant, que agora estava na Península, como acabámos de dizer, vem a senhora, qual flôr saída dum pantano, que devia pelas suas altas e fortes qualidades, dar a Portugal a regeneração de que tanto carecia.

A idade-média portuguesa com o seu cortejo de licenciosidades ia findar e uma nova idade alvorecia, tendo nessa bela e santa mulher a sua precursora.

o fez que esta o ouviu, encorajando-o tão rapidamente que descarregou a espingarda, matando o medonho animal.

Fôsse originada neste fero acontecimento ou, segundo a tradição local, fôsse o próprio D. Nuno o seu fundador, que, medindo Portugal, achou ser ali o meio dêle, o certo é que vestígios de grande longevidade apresenta ainda hoje, pois lá os vimos no dia 21 de setembro de 1914.

Não é a capela primitiva a que ali se levanta, pois alterada está de maneira, a não se notarem dessa construção senão os portais: o da frontaria e o lateral.

Como as nossas gravuras representam, são góticos e o principal, na hombreira direita, reproduz, numa escultura grosseira, o tradicional terrifico reptil.

Certos tambêm estamos que a sua área de religiosidade, embora grande, já não abrange tantos povos, como outrora, que em romagem santa ali iam prostar-se deante da Mãe de Deus num frémito de aflição na esperança de socorro.

Tempos de descrença, de decadência e de egoismo!!

Quem nos diz a nós que a visita do grande e heroico D. Nuno à Senhora do Meio, não fôsse a paga de alguma promessa à milagrosa santa, sua patrícia, contraída num transe aflitivo da dura campanha dêsse ano?

Tempos de fé, de grandesa e de patriotismo!!

Como é triste recordá-los nos tempos que vão correndo...!!

D. Filipa, na fôrça da vida, 29 anos, chega das terras do norte e a singelesa de seus gestos, a expressão de seu rosto, a discreção de suas falas, o loiro de seus cabelos, a bondade de seu coração e a sisudez de seus passos impõem-se aos ardentes temperamentos dos masculos portugueses que ao princípio, decerto, não se lhe afeiçoam por estranhesa.

Mas não importa.

A rainha é inteligente, boa e ilustrada e com essas grandes qualidades vence, começando em breve a sentir-se a sua grande e salutar influência.

D. João dispõe a casa a sua esposa, sendo D. Lopo Dias de Sousa escolhido para mordomo-mór, logar de toda a confiança e respeito, o que mostra a alta consideração que o rei tinha pelo Mestre de Cristo, seu velho companheiro de lutas (1).

Este, continúa doente em Tomar, não podendo seguir D. João que prepara e leva de novo à campanha, que agora era sua e também do sogro, as suas hóstes que, dois meses certos após o casamento, 2 de Abril, acampam, pelo meio dia, deante de Benavente no largo vale do Orbiga.

Na impossibilidade do Mestre, vão, todavia, Martim Gonçalves, Comendador-Mór da Ordem e seus cavaleiros que eram guiados pelo Alferes-Mór que levava um grande *prumão* em uma lança de armas, pois o Mestre não trazia bandeira desde o desastre de Torres Novas (2).

Benavente, bem guarnecida e defendida pelo seu duque, não é levada de vencida agora, mas sim duas semanas depois dumas correrias em que as tropas aliadas foram fustigadas pelas daquele.

A campanha prosegue, mas muitos males a esfriam, embora o calôr de Maio aperte sem ter a virtude de reanimar os exércitos e os generais, que resolvem retirar.

Á passagem do Tornes sái-lhes o célebre padrasto de D. Lopo Dias de Sousa, D. João de Castro, que D. Nuno num gesto heroico afugenta, deixando no campo alguns mortos.

Não lhe aproveita a lição; pois tenta de novo e melhor armado, próximo a Cidade Rodrigo, impedir a passagem do Agueda ao exército aliado, ferindo-se rija peleja em que não levou a melhor, tendo nela brilhado intensamente no despejamento da ponte da Alacia do Bispo, a gloriosa cavalaria de Cristo.

Como se revolveria no seu leito de doença D. Lopo Dias de Sousa, ao contarem-lhe esta heroica façanha de seus valorosos soldados, por nela não poder entrar, para, mais uma vez, fazer sentir a D. João a dôr inapagada de seu coração no ainda ardente desejo de vingar sua pobre mãe?!.

(1) Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, cap. XCVII, vol. V.
(2) Idem, *ibidem*, cap. C, vol. V.

Sem dúvida as paredes da sua alcova no roqueiro castelo de Tomar ouviram as suas lamentações por tal não ter sucedido.

Um dia após a batalha dá-se um facto inesperado: o duque de Lancastro sem tir-te nem guar-te despede-se de D. João I e abala, protegido por salvo-conduto, Castela a dentro para a Gasconha que era inglêsa.

O rei de Portugal admirou-se do impolido acto do sogro, mas resignando-se, continúa a marcha sôbre o reino, onde chega, ao fim de dois dias a Almeida.

Daqui interna-se e vai a Trancoso, onde decide ir a pé a Guimarães

CEUTA — MOLHE DO COMERCIO E PONTE DE ALMINA

cumprir novo voto que tinha feito à Senhora da Oliveira antes de entrar em Castela.

O exército volta a quarteis e talvez para não mais sair sob as ordens do pundonorôso e prudente rei.

D. João, no Curval (1) do Pinheiro da Bemposta, em fins de julho, entrada da canicula, cái com *grande dôr de quentura* (2).

(1) Dos dois lugares que com o nome de Curval existem hoje no distrito de Aveiro, deve ser êste, o da hoje comarca de Oliveira de Azemeis, a que Fernão Lopes se refere e não ao outro e muito menos o do Alemtejo que inadvertidamente é apontado por escritores modernos.

As razões em que nos fundamos são: ser logar muito antigo, estar à beira da velha estrada de Coimbra ao Porto e poder-se ali contar, pouco mais ou menos, o meio caminho entre as duas cidades.

(2) Fernão Lopes, *Crónica de D. João I,* cap. CXVI, vol. V.

A doença (soalheira, suadela, arrefecimento súbito, meio propício, pneumonia em campo?) invade o seu forte organismo com intensidade tal que o prostra, chegando a estar às portas da morte, a ponto de fazer testamento.

Para fortuna nossa não morre.

Restabelecido, ocupa-se dos negócios internos do seu reino que, agora em relativa paz, tanto carece de ordem.

Em Braga reune Côrtes, Dezembro de 1387, onde vemos D. Lopo Dias de Sousa, que, dêste ano em diante, ora acompanha o rei, como soldado, ora a Rainha, como seu mordomo-mór.

A guerra recomeça e em Melgaço na sua longa expugnação, toma o seu logar de chefe da sua cavalaria, tendo também o de ao lado de D. Filipa que, a convite do marido, tinha vindo ao acampamento para lhe dar o brilhante espetáculo dum assalto à praça que capitula no princípio de Março.

Do Minho partem para Lisboa, onde fica a rainha, por D. João saber que os castelhanos tinham entrado pelo Alemtejo, onde havia povoações cujos alcaides lhes eram afeitos.

Gil Vasques de Barbuda defendia o *bom logar* de Campo Maior que é cercado e tomado.

Seguem umas tréguas de alguns meses, mas findos êles D. João retoma as armas com as quais vai cercar Tui, no que decerto o acompanha D. Lopo Dias de Sousa que ajuda a passar às mãos do seu rei, aquela famosa terra galega.

A guerra já durava havia cinco anos, os anais portugueses já contavam, intensos de luz e de glória, os nomes de Atoleiros, Trancoso, Aljubarrota e Valverde.

D. João de Castela continuava a guerra mais defensiva do que ofensiva, no que via um esgotamento de fôrças sem resultado, e os portugueses embora vitoriosos também estavam anciosos por paz que foi proposta por Castela.

Esta ainda se demora, mas ao fim de trabalhosas conferências entre os plenipotenciários, são assinadas, 29 de Novembro, tréguas em Monção por 6 anos.

A 5 de Dezembro de 1389, premeia D. João I em Braga a Ordem de Cristo na pessoa de seu Mestre D. Frei Lopo Dias de Sousa, dando-lhe, em quanto fôsse sua mercê, a dízima dos falcões que viessem ao seu senhorio (1).

(1) O documento desta carta perdeu-se, mas há o extracto no livro 2.º, pág. 38, v. da Chancelaria de D. João I que diz assim: carta porque o dito senhor deu, em quanto fosse sua mercê, a D. Frei Lopo, Mestre da Ordem de Cristo a dizima dos falcões que viessem ao seu senhorio, etc.

Chega Julho, 1390 e a rainha, que ainda não tinha tido um filho, dá à luz em Santarêm um menino que no dia 3 de Outubro recebe o nome de Afonso na vetusta igreja de Santa Maria de Alcáçova e a quem o pai dá por procuradores, para receberem por êle as homenagens, os seus mais chegados companheiros de armas D. Nuno Álvares e D. Lopo Dias de Sousa, em cujas mãos, em côrtes, juraram todos os grandes do reino o infante como legítimo sucessor.

A paz, obtida pelas tréguas, tão anciada por todos, dá os seus frutos: a sociedade portuguesa, presidida pela figura prestigiosa do Rei e pela

CEUTA — PONTE DE ALMINA
NO SITIO ONDE OUTRORA ESTEVE A CELEBRE PORTA DE ALMINA

não menos respeitavel de D. Filipa, como que remoça e os sucessivos partos da rainha dão a Portugal a *inclita geração*.

Esta, instruida e disciplinada pela santa mãe e pelo seu respeitavel mordomo-mór D. Lopo Dias de Sousa, que, estamos certos, com os exemplos de sua lealdade, patriotismo e valentia, devia sobremaneira concorrer para essa esmerada educação dos juvenis principes, grandes dias de glória, grandesa e imortalidade acarretaria, bem nova, para a Patria.

D. Lopo, nas horas vagas do seu elevado cargo adjunto à rainha, entrega-se à governação da sua Ordem, em que dá provas do seu grande amor aos seus valentes soldados e do seu grande zêlo na administração dos seus reditos.

Pena é que não tenhamos nós hoje os documentos precisos para o provar, mas tudo nos indica que o seu govêrno devia ter sido da maior

disciplina, economia, probidade e amor à comunidade que um interesseiro desejo da sua vaidosa tia, D. Leonor, fez ter por Mestre à sua juvenil pessoa, mas que as altas qualidades de sua inteligência afirmaram e honraram pela vida adiante.

A Ordem também correspondia a êsse amor e onde seu chefe era chamado pelo sagrado dever da defesa da patria, aí estavam seus cavaleiros postados nos logares de maior risco na mais aprumada heroicidade.

Assim foi, que, rôtas de novo as amisades de Portugal e Castela, vemos na primavera de 1400 os cavaleiros de Cristo ao lado do seu Mestre no cêrco da bem amuralhada e terreada Alcantara, última empresa dêsse ciclo glorioso de 16 anos que tanto custou a firmar a independência patria (1)

Agora tudo socega, mas a paz gozada não é ócio, pois tréguas só se fizeram por dez anos.

Estes vão passando e a encantadora rapaziada de D. João I vai crescendo e, sob a direcção da austéra Rainha e do nobre D. Lopo Dias de Sousa, forma a alma e o braço para empresas de alto coturno que igualarão, senão ultrapassarão as da geração que ora passa.

Portugal sente-se resurgir, bafejado pelos sopros triunfais da vitória. Reconhece-se.

As armas suspendem-se nos cabides dos quartos, emquanto o arádo pontudo rasga, em sulcos profundos, a feracissima terra dos campos que se desencachoam em frutos e sementes, sustentadoras duma população que a adensando-se vai.

O oceano, na sua facha litoral, concorre também com seus produtos para a riqueza pública que um comércio marítimo alenta e desenvolve.

D. João, D. Filipa, Nuno Alvares, Lopo Dias de Sousa e tantos outros, sentem-se felizes e orgulhosos pela sua bela e patriótica obra.

Esta geração de herois vê já despontar no límpido horizonte da patria os posteros que a honrarão.

A paz definitiva chega, 31 de outubro de 1411, e Portugal, sem verdadeiramente se ter desarmado naquele período, sente-se forte, audaz e próspero.

Os tres filhos mais velhos do rei contam ao presente: D. Duarte 20 anos, D. Pedro 19 e D. Henrique 17.

D. João, cumpridor dos preceitos da cavalaria, resolve armá-los, mas em festa preparada e banal, com o que os ardentes espíritos dos infantes não se conformaram (2).

Estes, numa discussão sôbre o assunto, recebem a ideia da tomada de Ceuta, sugerida por João Afonso, vedor da fazenda do rei.

(1) Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, cap. CLXXXV, vol. VII.
(2) Azurara, *Crónica de D. João I*, cap. VII.

Não foi preciso mais nada.

Não mais é largada, afervorando o sangue aos já de si ardentes mancebos.

O pai é informado, instado, pedido, rogado para pôr em prática tão alto pensamento.

D. João, ponderado de sempre, objecta aos impetuosos rapazes.

Êles, na inconsciência heroica da mocidade, retrucam e o pai vai cedendo, afeiçoando-se à patriótica vontade dos filhos.

D. Henrique, segundo as crónicas, é o mais audaz e chefia os outros

CEUTA — JARDIM PÚBLICO, VENDO-SE AO LONGE O MORRO DE GIBRÁLTAR

e tão obstinado anda que consegue demover de todo o pai que resolve com a ajuda de Deus empreender a conquista (1).

Êste, o rei, com o embuste de uma embaixada à rainha da Sicília, envia a Ceuta o Prior do Hospital, Gonçalves Camelo, e o capitão do mar Afonso Furtado: aquele para divisar a cidade e êste para divisar o mar.

Em breve se carregam e aparelham duas galés, *como se houveram de andar de armada* e partem com seus *panos de suas côres* à mercê do borias que em rápidos dias as fez chegar sôbre a cidade de Ceuta, onde ancoram, mostrando que queriam dar algum descanço à sua gente.

O Prior, assentado na sua galé olhava bem o assentamento da cidade e o capitão esguardava sobre a praia, olhando qual era mais limpa de

(1) Azurara, *Crónica de D. João I*, cap. XII.

pedras, e esperando a noite para andar em um batel mui passamente todas as ancoragens d'arredor da cidade» (1).

No outro dia levantaram âncoras e seguiram Mediterrâneo dentro, aportando em breve na Sicília, onde foram recebidos e agasalhados pela rainha, a quem apresentaram as saudações da parte de el-rei e suas credenciais.

Pouco se demoram e pouca importância ligam à fútil missão que ali os levára e, voltando a Portugal, não se esqueceram de tornarem outra vez à cêrca da cidade de Ceuta, onde se demoraram mais do que da outra vez.

Vento de feição fez velejar as galés rápidas a Lisboa, onde chegam a um domingo.

Devia ser Agosto; pois em Lisboa, nessa ocasião estavam muitos navios que para esta cidade traziam carga, para depois irem ao Algarve carregar figo (2).

Entrando, fizeram florear as quatro trombetas que traziam, cujo som alegrou muito todos aqueles que foram à chegada, sendo recebidos com grande prazer pela multidão que pelas praias, torres, muros estava e com grande admiração pelos mercantes estrangeiros que diziam: o rei de Portugal, assim como era grande em todos os seus feitos, assim fazia grandiosamente todas as suas coisas.

D. João I não estava em Lisboa, mas em Cintra para onde foram os embaixadores na quarta feira seguinte, onde os recebeu e agasalhou.

Da parte pública da embaixada logo ali soube diante dos presentes, mas da privada guardou-a para melhor ocasião e segredo.

A ocultas e disfarces de todos, se juntou el-rei na sua câmara com D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique e os embaixadores.

O primeiro a ser interrogado foi o capitão que disse ser mui boa praia e mui boa ancoração e a cidade de fácil conquista.

O Prior, êsse fez mapa orográfico (3), pondo em relêvo, na sala contígua, a cidade e contornos, para o que pediu areia, uma fita, favas e, como ferramenta, uma escudela.

Da areia fez montes, da fita fez muros e das favas fez casas, descrevendo a largura do muro, a aproximação dêle do mar, as torres e suas alturas, o castelo e os logares por onde a cidade podia receber combate (4).

O rei teve palavras elogiosas para o Prior pela sua boa descrição e ordena o desaparecimento do mapa para completo sigilo.

Correm os dias e D. João e os filhos tornam ao assunto em cuja

(1) Azurara, *Crónica de D. João I,* cap. xv.
(2) Idem, *ibidem,* cap. xvi.
(3) Veja-se o que dissemos a pág. 5.
(4) Azurara, *Crónica de D. João I,* cap. xvii.

conversação o rei lembra dois mui grandes inimigos ou impedimentos: a rainha e o condestável.

Os infantes ficam perplexos por uns momentos, achando porêm em breve a solução: irem falar à rainha.

Esta aprova e sem detenças, no próprio dia, comunica-o ao rei, embora fôsse contrário mães requererem por filhos.

Ao condestável não foram sós, como era homem velho, cincoenta e cinco anos, e de respeito não se afuturaram a isso.

Preparou-se uma caçada pelo Alemtejo e com demora.

CEUTA — RUA AO LONGO DAS MURALHAS DA BAIA DO NORTE

De Santarêm, onde estavam, partiram: D. Duarte e D. Henrique foram adeante e pelo sul, D. João e D. Pedro seguiram à ribeira de Mugem, daí à ribeira de Soure, perto de Coruche, onde repousaram algum pouco, seguindo depois para Montemór, onde houve a conferência, revestida de grande disfarce.

O condestável aprova e com grande incitamento.

D. Duarte e D. Henrique ainda chegam a tempo.

Dali partiram: o rei e D. Pedro para Santarêm, D. Henrique e D. Duarte para Évora e o condestável para Arraiolos.

Scientes dos votos de D. Filipa e de D. Nuno, começou D. João a encaminhar ávidamente o corregimento que pertencia para ida dos filhos.

Assim: prover as suas tercenas, sôbre o número de navios que tinha e seu estado, cortar madeira para concêrto dalguns dêstes, construção de mais 15 galés e 15 fustas, aprontar carpinteiros e calafates que traba-

lhassem nos ditos navios, recolher quanto cobre e prata se podesse achar no reino, mandar vir mais de fóra, aparelhar todas as fornalhas da moeda para lavrar, o que se fez com tanta pressa, que, tirando alguns dias de mui grandes festas, todos os outros continuadamente, de dia e de noite, se cunhava (1).

O almirante recebeu ordem para aprontar todos os mareantes e o escrivão da puridade em nome de el-rei envia cartas ao escrivão dos maravedis, aos coudeis e anadeis dos bésteiros do reino para inscreverem em seus cadernos as idades das pessoas e corregimento que tinham para serviço de el-rei.

Isto tudo fez inquietar a opinião pública que se lançava nas maiores conjecturas sôbre o caso, principalmente por causa do grande segredo e de não se reunírem côrtes para a elas se pedirem os recursos necessários.

Os infantes ardiam em impaciências e por isso foram falar ao pai para pôr maior trigança naquele feito, pois já dezoito mezes eram passados, pensando que elle queria cessar do proposito que com elles determinára (2).

A opinião do condestável vem activar os trabalhos, tendo-se reunido em Santarêm, a breve trecho, o rei e os infantes que pouco se detiveram por Évora, demorando-se também pouco em Santarêm; porque o infante D. Pedro e o infante D. Henrique se dirigiram logo para suas terras, ficando o rei e D. Duarte a dar aviamento mais trigoso às coisas começadas do que se até ali dera.

D. Pedro foi para Coimbra, onde houve festas e jantares para desenfadamento seu e do irmão.

Êste, por seu turno, também em Vizeu fez festas pelo Natal, mas com maior estrondo a que nada faltou.

O conde de Barcelos, bispos, fidalgos e outros bons homens encheram a cidade da Beira.

Para essas festas vieram de todo o reino viandas de assúcar e conservas, especies e outras fruitas verdes e sêcas, pipas de malvasia e outros muitos vinhos brancos e vermelhos, etc., etc.

Tal foi a fama destas festas que chegou a Santarêm, onde D. Duarte, também rapaz, ardeu em desejos de ir, partindo, na companhia de seis fidalgos, os mais gentis homens de sua casa, galgando a distância em quatro dias por dias pequenos e caminhos maus.

Com a chegada do irmão mais velho, redobrou a festa, havendo no dia seguinte justas e danças em que tomaram parte todos os infantes e fidalgos.

(1) Azurara, *Crónica de D. João I*, cap. xx.
(2) Idem, *ibidem*, cap. xx.

Os mômos das mais desvairadas maneiras também não faltaram, no que houve grande prazer pelos que estavam e deles tiveram notícias.

Finda a visita e despedidos os convidados, os infantes resolveram voltar a Santarêm.

Sem dúvida passaram por Tomar e aí hospedar-se hiam na casa do Mestre D. Lopo Dias de Sousa.

O que se passaria entre os quatro?

O que lhes diria o valente companheiro de seu pai que também devia estar a estas horas senhor do segrêdo, atentas as íntimas relações que existiam entre êle e as pessoas reais?

CEUTA — CANAL ENTRE MURALHAS, VENDO-SE A BAÍA DO SUL

Palavras de carinho e de incitamento seriam decerto as daquele que bem novo também pegou em armas para defesa dum grande ideal, duma patriótica e santa causa.

Os tempos correm e os fogozos rapazes não vêem chegar o dia da empresa.

De novo rogos ao pai, visto tres anos já terem passado.

O rei atende-os, mas quer ouvir o seu Conselho que manda reunir para o S. João em Torres Vedras.

Chegado êste, vão todos os conselheiros áquela vila aonde se dirige também D. Lopo Dias de Sousa.

No caminho, de Cintra para Torres Vedras, em Carnide, pede D. Henrique duas coisas ao pai: ser o primeiro a saltar em terra deante

de Ceuta e ser o primeiro também a subir pela escada real que fôr posta sôbre os seus muros (1).

D. João riu-se e prometeu deferir o requerimento noutra ocasião mais própria.

Aos conselheiros duvidou D. João expôr a sua ideia, pedindo-lhes conselho, no que foi desviado por D. Nuno que o forçou a apresentar a resolução em que estava de ir tomar Ceuta, porêm com a sua graça e ajuda.

Chegou o dia, quinta feira, e depois de ouvida missa do Espírito Santo pelo rei e filhos, reuniram todos com os conselheiros numa sala dos paços da vila, apresentando D. João a resolução em que estava de tomar a cidade de Ceuta, de receber deles aviso e conselho, como melhor e mais proveitosamente possa cobrá-la e avisá-los de que tratassem de arranjar as coisas que lhes eram necessárias para a viagem.

Era, o espírito imperialista e absoluto do condestável a mandar!!

O discurso não foi longo e a falar em seguida era D. Duarte, que cedeu o lugar ao condestável que ao princípio recusou a subida honra, mas instado, aceitou, dizendo que sendo empresa de Deus não era para homens votarem, mas sim para obedecerem, confiando na sua providência.

Foi o rastilho: todos os outros foram da mesma opinião.

Antes de se desfazer o Conselho alguma coisa se falou no modo de se levar ávante a empresa e quem a ela devia de ir, sendo então dito por João Gomes da Silva, homem forte, ardido e velho, a célebre frase: *ruços alem;* porque el-rei e os mais dos que ali estavam tinham já as cabeças cheias de cans.

Novo Conselho reuniu D. João para se assentar no disfarce que havia de encobrir a verdade e combinar o tempo da empresa.

Aquele foi mandar desafiar o Conde da Holanda (2), levando Fernão Fogaça, vedor do infante D. Duarte, também a incumbência secreta de o pôr ao facto da verdade, e êste, a época da saida, que devia ser pelo S. João seguinte, daí a um ano.

Dada a partida do Fogaça e o resultado desejado da sua embaixada, tratou D. João de apressar todas as coisas que lhe cumpriam para bom aviamento de sua partida.

Assim: mandou por toda a costa da Galiza, Biscaia, Inglaterra e Alemanha fretar navios grossos, divulgar por todo o reino que quem comandaria a fróta seriam D. Pedro e D. Henrique, mas não se dizendo afoitamente que era para guerrear o conde da Holanda.

Pairando no ar a ideia da conquista de Ceuta, fez aparecer um homem

(1) Azurara, *Crónica de D. João I,* cap. xxiv.

(2) Sr. General Carlos R. du Bocage, *Le Prise de Ceuta par les Portugais.*

com esta cidade em debuxe, oferecendo-a ao rei, com o que êste ficou bastante intrigado por ver rôto o segrêdo, mas não se desconcertando deante do portador a quem despediu, sem lhe ligar grande importância.

Determinou que a gente da comarca da Beira, Trás-os-Montes e Entre-Douro-e-Minho embarcasse na cidade do Pôrto, ordenando a D. Henrique que fizesse ajuntar todos os coudeis e anadeis da Beira e de Trás-os-Montes para, por seus livros, apurar toda a gente em condições de prestar serviços.

Ao conde de Barcelos deu a mesma ordem para a executar na comarca de Entre-Douro-e-Minho.

CEUTA — PORTA DE FEZ

À gente da Extremadura e Entre-Tejo-e-Odeana e do reino do Algarve foi determinado que embarcasse em Lisboa sob a capitania de D. Pedro.

A D. Duarte coube o carrego e regimento da justiça e da fazenda de todo o reino e ao rei o cuidado de suas artilharias e armas com todas outras coisas que pertenciam para aviamento de sua fróta.

O rei vai para Lisboa para daí mais facilmente ordenar os preparativos referentes à empresa.

Não se falava noutro assunto e não se tratava senão de preparar as armas.

D. João escreve aos fidalgos e senhores, dizendo-lhes que, por seu serviço e honra do reino, tinha ordenado enviar seus filhos D. Pedro e D. Henrique por capitães da sua fróta para o servirem no que êle mandasse.

A azáfama era grande em Lisboa e no Pôrto.

Em Lisboa, na Ribeira, era tal o barulho que, quando fazia tempo calado, distintamente se ouvia o ruido dos trabalhos navais; novas náus e navios eram feitos e os velhos sofriam concertos; a matança de bois e vacas era grande e o esfolar, cortar, salgar, meter em tonéis e botas ocupava muita gente; os pescadores e as mulheres abriam e salgavam as pescadas, cações e arraias, pondo-as ao sol a secar; na moeda o martelar era tal, de dia e de noite, que abafava por completo as vozes dos que bradavam por qualquer coisa; os tanoeiros não descansavam a fazer e repairar as vazilhas para os vinhos, carnes e outros mantimentos; os alfaiates e tozadores não davam mãos a medir as fazendas para fazerem librés, segundo os encomendadores; os carpinteiros encaixavam bombardas e trons e preparavam todas as outras artilharias que eram muitas e grandes; os cordoeiros faziam guindarezas, estrinques, calábres e outra muita cordoalha de linho para os navios nacionais como para os de fóra (1).

Impossivel narrar os trabalhos de todas aquelas gentes!!

Os velhos, como por sua idade não iam na empresa, diligenciavam saber para onde a fróta se dirigiria e divagavam sôbre êsse destino: o rei mandava-a a Inglaterra com a infanta para a casar naquele reino, e seus irmãos e mais gentes para ajudar el-rei seu primo a conquistar a França? iria a Nápoles, casando os dois infantes: um com a rainha daquele reino e o outro com a rainha da Sicília? iria à Terra Santa cumprir um voto de D. João I, ao iniciar a guerra com Castela? iria conquistar a cidade de Bruges? iria sôbre o conde de Holanda? iria a Roma sustentar os direitos do verdadeiro papa a quem a Espanha não obedecia? iria sôbre a Normandia que pertencia a D. João por descendente de D. Afonso III, conde de Bolonha? finalmente iria sôbre Ceuta, como dava a intender o derradeiro pé da quarta trova do preto Juda Negro, grande trovador e servidor de D. Filipa, enviada a um escudeiro de D. Pedro?

As conjecturas eram inúmeras, pois cada um alvitrava o que lhe parecia.

Os estrangeiros admirados com todos êstes preparos não sossegavam, avisando os seus patrícios.

Assim uns genoveses de Lisboa escrevem para outros seus parceiros que estavam em Sevilha, a preveni-los de que a fróta iria sôbre essa cidade e por conseguinte que pusessem a salvo os seus bens.

A Portugal, a Lisboa, chegam três embaixadas: a de Castela, Aragão e Granada a quem D. João sossega.

Todo êste aglomerado de gente, matanças, esfolamentos, falta de

(1) Azurara, *Crónica de D. João I*, cap. XXIX.

cuidados e higiene atiçou a peste, doença então endémica em Lisboa, fazendo fugir a côrte para Sacavêm, onde D. Henrique vem conferenciar com o pai e onde êste, em ocasião oportuna, se dispôs a dizer à rainha da sua resolução de também tomar parte na expedição.

Três meses depois, princípio de maio de 1415, já tinha D. Henrique preparada a sua fróta no Porto.

Tinha 21 anos, maravilhando os velhos pela sua atividade.

Em Lisboa continuava a azáfama e chegam a ela todos os senhores e fidalgos que na outra frota, a de D. Pedro, que era apercebida por D. João e D. Duarte, haviam de ir com êle.

Na Ribeira era tal o tráfego que, nem de dia nem de noite, nunca estava só, nem os marinheiros se cansavam pouco em arrumar tamanha multidão de frasca e com isto as estradas e caminhos eram cheios de carros e de bestas que vinham carregadas de mantimentos e armas das terras daqueles fidalgos.

Os correios também percorriam em grande número as estradas, não parando os de D. João e os de D. Henrique, que mutuamente se carteavam para estarem scientes dos trabalhos de cada um.

CEUTA — BALUARTE DA MURALHA REAL

D. João previne numa carta D. Henrique para se aprontar.

Êste fez-se prestes, enviando ao pai o escudeiro Afonso Anes, dizendo-lhe que em breve partiria com sua frota.

Vinha rica e brilhantemente embandeirada e toldada e suas galés, naus e outros navios traziam trombetas e outros instrumentos para alegrar a marinhagem.

Das sete galés eram seus capitães: o infante, o conde seu irmão, D. Fernando de Bragança, Gonçalo Vasques Coutinho, João Gomes da Silva, Vasco Fernandes Ataíde e Gomes Martins de Lemos.

Das naus e navios outros os comandavam.

Todos os fidalgos traziam a libré do infante, mas traziam a sua divisa própria.

A do infante era a de *vontade de fazer bem* e as suas côres eram branco, preto e vis (alvadio).

No Pôrto, ao partir, todos se despediram de D. Henrique, do seu patrício querido, que era considerado como quasi seu cidadão da sua terra.

Ao saber-se em Lisboa da próxima chegada da fróta de D. Henrique, ordenou o rei que D. Pedro a fôsse esperar, fazendo-se êste acompanhar de oito galés, todos os bateis e navios pequenos.

Nas galés, como capitães iam: D. Pedro, D. Lopo Dias de Sousa (1), D. Afonso, o Prior do Hospital, o Almirante, seu filho Mice Carlos, o Capitão e João Vaz de Almada

O Condestável tambêm foi, mas num batel.

Esta frota não era menos rica e brilhantemente embandeirada e toldada do que a do infante.

Cumprimentadas, tocando seus instrumentos e trombetas, foram ancorar no Restelo onde o infante D. Henrique depois mandou fazer uma igreja, que veiu a ser a de Santa Maria de Belem.

Após a ancoragem, nada tardou que não chegasse Afonso Anes àquele lugar com a triste notícia de que a rainha tinha adoecido.

Esta, por fraca de natureza, fôra obrigada pelos físicos a pôr de parte os contínuos jejuns e orações, mas, ao saber dêstes acontecimentos, lançara-se de novo nas orações e jejuns, que a enfraqueceram muito e a dispuseram a ser atacada pela peste.

Estando na costumada oração na igreja, foi atacada pela terrivel doença, obrigando-a, assim como à côrte, a retirarem-se, a toda a pressa, para Odivelas.

O rei tinha partido mais cedo, pois a rainha não se quis afastar senão depois da oração, que terminava às doze horas.

Três dias depois da doença da rainha e um da chegada ao Restelo foram a Odivelas D. Henrique, o conde D. Afonso e todos os outros senhores e fidalgos que vinham em sua fróta, fazer reverência a el-rei, à rainha e a D. Duarte.

D. Henrique pôs D. João ao facto de toda a sua missão, contando-lhe tudo por meudo.

A rainha não melhora.

A doença segue o seu curso.

Os infantes no entanto voltam às suas naus, donde são chamados por D. Duarte, visto a mãe peorar.

Todos os outros cuidados da guerra foram esquecidos e sómente a ocupação era em ouvir físicos e cirurgiões e pôr em execução todas as coisas que êles ordenavam para saúde da rainha.

Esta, que tempos antes tinha mandado fazer três espadas para os infantes, não estando prontas ainda, deu a cada filho um pedaço do Santo Lenho, recomendando-lhes que sempre continuamente o trouxessem, porque não sabiam os dias nem as horas dos perigos.

D. Duarte não o largou nunca, a ponto de ser enterrado com êle,

(1) Azurara, *Crónica de D. João I*, cap. xxxv.

sendo tirado por ordem da mulher, que mandou abrir a sua cóva para isso.

D. Pedro decerto trouxe-o sempre como bom cristão.

D. Henrique só uma vez na vida o largou, morrendo com êle, sendo-lho tirado após o seu falecimento por Luís de Sousa Carneiro, da Ordem de Cristo e seu camareiro mór, que o entregou a D. Afonso V em Évora.

As espadas não se demoraram e ainda poderam ser entregues pela rainha aos filhos.

A doença continúa desalmadamente.

CEUTA — RUA PRINCIPAL

D. Filipa, que tanto desejava assistir à saida da fróta, entristece por ver que será estôrvo a essa partida, tanto mais que o vento que soprava e se fazia sentir na câmara dela era o Aguião que tão bom seria para a viagem.

Os filhos consolam-na, a que ela responde, mas dando sinais de pouca vida.

Também aconselham o pai a sair de Odivelas por recearem da saúde dêle, ao que se opõe D. João, mas teve que ceder às razões dêles e das do Conselho que mandou reunir, indo então para Alhos Vedros.

Os infantes continuam ao pé da mãe para a qual chamam de novo os físicos e surgiões, recorrendo-se a todos os remedios então aconselhados, tendo por último mudado a rainha para cama mais baixa para se poder tratar melhor.

Comungada e ungida, queixa-se duma dor a fundo do joelho, o que visto pelos físicos acharam que tinha um carbúnculo que mandaram furar, dizendo que não duraria senão até ao outro dia, como de verdade foi, morrendo, ouvindo os ofícios dos defuntos.

Morta, os infantes trataram de a enterrar, o que se realizou na noite do dia do falecimento.

O luto foi geral, tais eram as simpatias por D. Filipa.

Sepultada, foram todos para a aldeia de Restelo e ali estiveram até que a frota partiu.

Antes disso tudo parecia indicar que não partiria: o silêncio sôbre o assunto, o luto em que se andava, não se falava senão nas virtudes da morta, a esquadra tinha desarmado, parecendo mais uma mata cujas árvores fôssem despidas de suas folhas e frutos, prognósticos funestos, o recrudescimento da peste, que tinha levado também o luto a famílias de muitas e boas pessoas, o longo eclipse do sol, tudo fazia prever a desistência da empresa.

Mas não passaram muitas horas que os infantes não fôssem falar ao pai que lhes respondeu não estar em estado de pensar senão na sua querida e santa morta e que deliberassem êles com os do Conselho para êle, sabendo-o, considerar sôbre o assunto e determinar o que melhor e mais proveitoso lhe parecesse.

Voltando ao Restelo, foi reunido o Conselho que se compôs de 14 indivíduos, incluindo os infantes.

Êste dividiu-se em dois partidos e de igual número de votos.

Os três infantes e mais quatro conselheiros foram de opinião que se partisse, pelo muito que se tinha trabalhado e falado sôbre o caso.

Os outros sete eram contrários, escudando-se nos avisos do céu com tantos sinais contrários, acrescentando que dariam provas de pouco respeito pela morte da rainha.

Deante desta divergência, deliberam ir, por um partido os três infantes, e pelo outro três conselheiros, dar notícia ao pai.

Foram expostas as razões e êste resolve partir.

A rainha morre na quinta-feira e no domingo seguinte é determinada a partida!!!

Sabida a resposta do pai muito se alegraram os infantes.

Os três do outro partido ainda objectaram que uma das maiores dúvidas que achavam era o desconcerto que se tinha feito na frota por motivo da morte da rainha, o qual não se poderia tão de pressa remediar que ao menos não fôsse necessário esperar um mês.

Informando-se D. João da verdade destas palavras, respondeu o infante D. Henrique que o desconcerto que nela havia não era tal que o impedisse de embarcar, quando lhe aprouvesse meter em ela e partir,

quando quizesse, porque a maior detença seria levantar as âncoras e aparelhar as velas.

Pois sendo assim, quarta-feira lá estarei e preparai-vos para partir.

Tirai o luto, vesti-vos como dantes andaveis e ainda melhor.

O infante D. Henrique deu de jantar aos irmãos na sua galé, onde se vestiram todos como se não andassem de luto, mandou embandeirar a galé toda e tocar a toda a fôrça as trombetas que despertaram a marinhagem, que, admirada, corria a saber o que significava tudo aquilo.

O infante D. Henrique que, segundo Azurara (1), foi a alma disto tudo, dava belas mostras aos 21 anos, idade de ternos afectos e de amorosos sentimentos, do que seria pela vida adeante!!

CEUTA — TORRE DE HOMENAGEM DO CASTELO DE SALABENSALA

Sabida a causa de tanta alegria, voltaram os mareantes aos seus barcos a prepararem-se, onde, por todo o dia, houve descantes e toques de muitos instrumentos.

Sabida tambêm na cidade, nem todos aplaudiram a ordem do rei e bastos ditos houve.

Na quarta-feira, pois, foi D. João na galé do conde D. Afonso para o Restelo onde ceou e dormiu.

Na quinta-feira, 24 de Julho, deu ordem para levantar âncora e foi para Santa Catarina, onde com a maior trigança embarcou toda a sua gente.

Na sexta-feira, dia de São Tiago, mandou dar às trombetas da sua galé, sinal que foi transmitido às demais, desferindo as velas, pondo-se a caminho da foz.

El-rei levava a capitania das galés e D. Pedro a das naus, tendo cada um seu farol para regimento dos outros.

Iam D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique, o conde de Barcelos, D. Lopo Dias de Sousa (2), etc., etc., etc.

D. João I, ao desferir as velas da sua galé, pôs os joelhos no chão e orou, pedindo ao ceu felicidade para sua empresa (3).

O vento fresco do norte, dando nas velas, impelia a frota foz em fóra, o que era espectculo lindo de ver.

(1) *Crónica de D. João I,* cap. XIII.
(2) Azurara, *Crónica de D. João I,* cap. XLIV.
(3) Idem, *ibidem,* cap. L.

No sábado, sob a tarde, começaram de dobrar o cabo de São Vicente e, «por razão de certas relíquias que ali jaziam, mesuraram todas suas vélas em signal de reverência» (1).

Nessa noite aportaram a Lagos.

No domingo, em terra, houve Conselho e deliberaram divulgar o segrêdo que ainda encobria a empresa, encarregando-se disso Frei João Xira que num longo sermão falou ao povo.

Depois publicou a bula da nova cruzada que o Papa tinha mandado de Roma.

Não obstante, nem por todos, foi aceita a notícia como verdadeira; ainda era um engano para encobrir a verdade.

Segunda e terça-feira continuaram em Lagos.

Na quarta-feira partiram para Faro, onde estiveram, por ter acalmado o vento, até à outra quarta-feira, 7 de Agosto.

Nesse dia partiram e na sexta-feira avistaram, um pouco antes da noite, terra de mouros, mandando o rei que «fizessem andar todos os navios de mar em roda (2)»; porque não queria entrar de dia no Estreito.

Tanto que foi escuro continuaram a viagem.

Nesta noite queimou as mãos o infante D. Henrique, o que lhe causou grande tristeza, receitando-lhe os companheiros que as metesse em mel (3).

Isto não obstou a que lhe caisse a pele tocada pelo fogo, permitindo-lhe o remédio e a sua forte compleição que em breve pudesse trabalhar, como se não tivesse empacho.

A acção do ácido pícrico não faria tão depressa o milagre da cicatrização!!

No sábado sob a tarde foi ancorar nas Algeciras, sobresaltando-se os mouros daquelas partes com a inesperada visita, principalmente os de Gibraltar.

Estes levaram um grande presente a D. João, como se fôsse ao rei de Granada, seu senhor.

Foi aceito.

O fronteiro e alcaide de Tarifa, Martim Fernandes, também mandou a Algeciras por seu filho Pedro Fernandes, um grande presente de gado, que não foi aceito por D. João, mas foi aproveitado pelas gentes da frota.

Ali se demorou até segunda-feira, 12, dia determinado pelo Conselho para ir sôbre Ceuta (4).

(1) Azurara, *Crónica de D. João I*, cap. L.
(2) Idem, *ibidem*, cap. LIII.
(3) Idem, *ibidem*, cap. LIII.
(4) Idem, *ibidem*, cap. LV.

Na ampla baía de Algeciras que lindo espectáculo deviam oferecer essas galés, naus, fustas, etc., empanadas de gala, breadas de novo, pintadas de fresco e guarnecidas por um brilhante exército que, pela tactica do tempo, iria no dia seguinte assaltar a famosa rainha do Estreito!!

Como esta, reclinada no pequeno declive de seus montes, no sopé da atormentada e escura Djebel Mussa, se devia de ali ver bem num ímpeto furioso de conquista pelas gentes bisonhas da Estrela, Suajo, Monchique, Caldeirão e pelos marítimos das praias e rios de Portugal!!

Como os 22 kilómetros de distância pareceriam longos a êsses anciosos e valorosos soldados prestes a entrar na liça, no antegozo de serem senhores de riquezas inumeráveis e innarráveis que os instigadores, ao incitá-los, lhes faziam passar por suas broncas imaginações!!

De longo tempo vinha a fama à então importante e rica cidade cuja origem parece perder-se nos remotos tempos das civilizações (1).

(1) Com que alvoroço nos levantámos no dia 12-4-1914, domingo de Páscoa, por ir ter realidade uma grande aspiração da nossa vida, tal era a de podermos ver e pisar essa terra tão cheia de recordações históricas das mais famosas dos tempos aureos do nosso poderio e grandeza!!

Com que entusiasmo entrámos no excelente barco da Companhia Valenciana que nos devia transportar a êsse pedaço de terra, cujo nome refulge intensamente nos fástos nacionais e nos enche de orgulho por pertencermos à raça heroica que de novo o inscreveu no livro sublime da civilização europeia!!

Como todos nós vibrámos à mesma emoção de prazer por começar a ver rasgar êsse sonho de longos anos que as façanhas homéricas, os actos épicos dos imortais soldados de D. João I em nós crearam, ao ler pela primeira vez a sua narração intensamente aumentada na sua dramatização por uma mocidade que já vai longe!!

Como passavam vivas no nosso espírito, qual luz do relâmpago, as saudades queridas dêsse tempo longinquo, passado na ávida contemplação e interpretação das eloquentes pedras-rendilhadas do glorioso e patriótico monumento que tanto enobrece Tomar e cuja fachada ocidental da sua notabilíssima igreja é por assim dizer a síntese gloriosamente epopaica dessa nobilíssima cadeia de excelsos fastos que começam precisamente na insigne conquista da famosa cidade que a breve termo iamos visitar!!

Como abençoámos a hora de ter vindo ao mundo nessa célebre terra que encerra tão sublime relíquia e que tão intensamente brilhou na história pátria do século XV em que ela era a gloriosa séde da heroica falange que ao supremo mando dum Lopo Dias de Sousa foi à famigerada conquista, onde com tanta galhardia e valor se portou nesse imortal dia!!

O navio, impelido pela sua potente hélice, vogava impávido pela espaçosa baía de Algeciras, na direcção sul, sem que o seu balanço fôsse de maior, embora o tempo estivesse borrascoso.

Todavia, transportada a famosa abra, passada a linha Ponta da Europa à Ponta d'el Carnero, começa a sentir-se o efeito das fortes correntes que de través cortavamos e que nos faziam subir a respeitaveis alturas e afundarmo-nos em abismos profundos, cavados por vagas enormes.

Três horas levou a travessia, sem que a borrasca nos alargasse o horizonte que

Na magna questão da origem das coisas não nos iremos agora embrenhar na embaralhada etimologia da denominação desta cidade.

Dar-lhe, como os gregos, o nome de *Heptadelfos* das colinas em que está situada ou dos altos montes em que, ao poente dela, se divide a crista da Bulones, o de *Abyla,* como no tempo do grande capitão Aníbal Barca, o de *Septum Fraters,* como os Romanos apelidaram êsses montes e que por absorpção e corrução viria a dar entre nós *Ceuta,* e o de Septa, como alguns autores árabes dizem ser-lhe dado por *Ceta* ou *Ceite* seu fundador, um neto de Noé, e que significa formosura, não seremos nós que iremos pronunciar-nos sôbre tal matéria, deixando-a a quem com competência o faça.

Todavia, não faremos ascender a fundação dela sòmente à época dos gregos, pois escritores há que a elevam ao mais remoto tempo da nave-

limitava uma pequena faxa de mar, onde dezenas de golfinhos saltavam seguindo o barco, como que chamados pelos silvos agudos, soltados pelos passageiros conhecedores daquele costume.

Ao chegarmos a Ceuta, o dia abria-se algum tanto, fazendo-nos antegozar um dia de rosas, que não chegou a ser, porque, de quando em quando, borrifos impertinentes nos fizeram experimentar a fôrça intensa da nossa vontade.

A cidade, ao aproximarmo-nos, vai-se desenhando mais nítida na sua compostura de arte e de natureza, vendo-se claramente a topografia de suas ruas e praças que a casaria aglomerada orla e forma e esmaltando-se seus contornos com o arvoredo de seus bosques e com a verdura de seus mimosos campos.

Não é grande e, completamente desarabizado o seu aspecto, dá-nos à primeira impressão a ideia de que vamos entrar numa das muitas terras ribeirinhas do nosso Portugal.

Atracado o vapor a um dos mólhes do porto, o que vai do sopé do monte Acho ao mar, rápidos transposemos a prancha na ânsia suprema de pisar, para nós portugueses, aquele glorioso sólo que tantos herois humedeceram com o seu rubro e patriotico sangue.

A nossa visita foi demorada, vendo, observando e estudando o que pudémos, mas que não descrevemos longamente por se oporem as dimensões que démos a êste trabalho; visto um dos principais interesses que tirámos foi podermos interpretar o, nalgumas passagens, confuso Azurara, que foi pena de, à sua viagem a África, não ter ido a Ceuta, por lhe ter negado licença D. Afonso V (*), para melhor a descrever e mais claro narrar os heroicos feitos do célebre dia 21 de Agosto de 1415.

Bem sabemos que La Sala esteve em Ceuta no dia da conquista e, que a sua narração secundária dêsse feito, ao contar a dedicação duma mãe portuguêsa, em parte ou no todo, se conforma com a de Azurara, mas quem nos diz que êste a não copiasse?

Como também a obra de Mateus Pisano, que foi chamado expressamente a Portugal para compor a crónica da conquista de Ceuta (**), e que já lemos ter traduzido a narração de Azurara, será ela essa tradução?

Os criticos literários, depois de terem ido a Ceuta, que respondam.

(*) Azurara, *Chronica de D. Duarte de Meneses*, cap. II.
(**) Pinheiro Chagas, *História de Portugal*, vol. III, pág. 491.

gação levantisca, não deixando de a assinalar como uma antiga colónia egípcia ou fenícia, passando naturalmente das mãos dêstes para a dos cartagineses, quando senhores do Mediterrâneo ocidental.

Após as célebres guerras punicas que originaram a quéda da grande República africana, passou, como todas as suas irmãs, à mão dos romanos a fazer parte da província de África, sendo mais tarde, sob o título de cidade, a capital da *Mauritânia Tingitana*.

Como costume era, dos romanos amuralharem as suas cidades,

CEUTA — ANTIGA MESQUITA QUE FOI TRANSFORMADA EM IGREJA CATEDRAL

esta decerto o foi atenta a sua importante posição, aproveitando os árabes, ao conquistá-la e fortificá-la, os restos que as guerras vandálicas tinham poupado.

A sua antiguidade, a sua formosura, a sua riqueza, a sua florescência, os seus templos, as suas torres e os seus edifícios a afamaram tanto que às mãos dos visigodos veiu, sem que não corresse muito tempo que Musa ben Nossoeir a fizesse passagem do aguerrido exército de Tarik na vertiginosa conquista das Espanhas.

Nunca mais saiu das mãos dos árabes que dela fizeram um empório comercial, qual outra Cartágo, e por bem perto estar da Espanha, o seu belo porto foi base de operações de todas as suas empresas militares que se dirigiram à península, chegando a ser côrte de um dos muitos

reinos mouros e dos mais povoados pelas delícias dos seus campos, pela amenidade dos seus vales e pela benignidade do seu clima.

Realmente numa situação invejável de posição e exposição, a ela haviam de afluir e fixar-se grande número de gentes que nos intervalos das guerras, grande comércio haviam de desenvolver, dando saida aos abundantes produtos do interior e entrada aos carregamentos que uma navegação intensissima lhe trazia das longinquas paragens do Oriente.

Genoveses, Pisanos, Venezianos, Provençais ali teem consules e uma grande indústria de artigos de seda, algodão e arame se desenvolve, conjuntamente com a pesca do atum e do coral, chegando estas a ser florescentíssimas.

Também o papel, se diz, teve ali a primeira fábrica construida no ocidente, tendo sido um árabe o seu introdutor por ter estado na China, onde aprendeu êsse importantíssimo fabrico (1).

Por tudo isto, a fama da sua grandeza e riqueza alastrou-se pelo mundo então conhecido e perpetuou-se através os séculos até nós.

Comtudo, estamos em crer, atento o pequeno âmbito de sua cêrca, devia ter sido mais um empório comercial do que uma cidade de grande e sedentária população.

Comerciantes e industriais seriam os seus homens, que, fóra das lides de um labor intenso, viveriam exteriormente, como no famoso vale de Bulhões, que da fralda da serra ia ao mar e onde os habitantes de Ceuta tinham suas quintas com muitos pomares e jardins deleitosos, acompanhadas de torres e casarias formosas, pintadas para acrescentamento da sua deleitação, e tão bastas eram em aquele vale que quási pareciam uma vila (2).

Situada numa pequena península, como a sua mãe ou irmã Cartago, cujo istmo medirá de largura uns cem metros da Porta de Almina à outra costa, e que no tempo da conquista devia ter aí a sua extremidade oriental, começando também aí o seu ancoradôro que outra coisa não significa a palavra Almina, acompanha hoje a casaria as ondulações do terreno dum e doutro lado daquele.

É esta península um suave contraforte que a portentosa Bulones lança para o oriente, não apresentando grandes altitudes, a não ser na sua extremidade livre, no monte Acho (escarpado), que atinge uns cento e noventa e quatro metros.

A cidade em amfiteatro, no fundo duma ampla e segura baía, olha ao norte, subindo com suas largas e estreitas ruas da beira mar, que fortes, mas baixas, muralhas detêm, até ao alto de pequenas colinas, onde morre no abrupto escarpado que por êste lado a defende.

(1) Meyer, *Lexicon*, pág. 329.
(2) Azurara, *Crónica de D. Pedro de Meneȝes*, cap. LXVI.

Ocupando dois terços da superfície da península e começando a oeste na arrancada dela, lindamente se reclina, tendo do mar uma vista que encanta e atrái pelo alvo dos seus predios, pela verdura dos seus arvoredos, pela elegância dos seus mirantes, pelo conjunto emfim do seu garrido panorama que tanto se destaca no fundo negro da massa informe, do cháos de rochas, onde apenas alguns carvalhos, oliveiras e cedros florescem sôbre os flancos dos precipícios da recessosa Mussa, a coluna de Hercules meridional.

CEUTA — ERMIDA DE N.ª S.ª DO VALE

Esta eleva-se-lhe nos seus 900 metros a pouca distância, fazendo-lhe, como que abrigo, aos ardentes calores do continente e de poderoso condensador da humidade, que, caindo em chuva e rocio, vai alimentar e florir seus jardins e laranjais, tão afamados desde séculos passados.

Servida nos dois lados pelo mesmo mar — o Mediterrâneo—forma êste duas baías: a do Norte e a do Sul, sendo esta pouco ou nada acessivel pelo revoltoso da água e pelas linhas de cachópos que, aflorando à superfície, a tornam perigosa, impondo-se-lhe também a perpendicularidade da riba.

Aquela, a do Norte, descrevendo uma elegante curva, que, começando nos ilhéus de S.ta Catarina ao oriente, fruto erosivo das vagas sôbre o monte Acho, vai morrer ao longe nos contrafortes poentes da montanha, dos quais, o mais saliente, forma a ponta Bermeja, é ampla, sossegada, funda e de águas tão claras que a sua fauna é bem visivel e seu sólo bem observavel, decerto devido a êste ser rochoso.

É esta a famosa e formosa cidade, cuja descrição a traços largos aqui deixamos, que pouco mais ou menos deveria ser a do princípio do

século xv, se lhe tirarmos hoje um ar de caserna que se respira por toda a parte; os restos das obras dos mestres portugueses Rodrigues Anes (1), Lourenço Franco (2), Luiz Gomes (3), Fernão Álvares (4) e outros que por nós são ignorados e os da Muralha Real que o marquês de Sanceda, o primeiro governador hespanhol, levantou sob o seu mando e direcção, com seu fôsso-canal que a converte numa ilha; as grandes obras do seu porto; os muitos quarteis e baterias da sua guarnição; os telhados às suas casas; os sinos às suas torres; as cruzes às suas outróra mesquitas; os corpos das igrejas que a fé cristã acrescentou àquelas; as árvores a algumas das suas ruas, praças e jardins; a elegância a alguns dos seus prédios, como o *Casino Militar;* os monumentos às suas praças (estátua a Ruiz e a memória levantada em honra dos herois das guerras africanas); os nomes queridos para nós de algumas das suas ruas, como o de Camões, D João I, D. Pedro de Menezes e D. Sebastião; a consoladora e extensa tradição portuguesa que vai desde o olhar de admiração e respeito do mouro por nós, passando pela delicadeza e deferência com que nos trataram os hespanhois (5) até à veneração oficial pelas reais quinas — brazão de Ceuta — que com toda a alegria e orgulho vimos pintadas sôbre as belíssimas côres azul e branca na taboleta dum posto de polícia e esculpidas nas hombreiras do portão do jardim público; pela adoração da imagem da *Conquistadora* ou *la Portuguesa;* e pelo respeito ao pendão camarário, que se diz ser do tempo de D. João I e que ainda hoje sái levado pelo Governador militar na procissão do Corpo de Deus, tributando-se-lhe honras de Capitão General; e se lhe dermos um ar de árabização que se perdeu; se elevarmos uma alta e quadrada torre da sua alcáçova; se vestirmos os seus 10:000 habitantes do albornoz muslime; se para o poente a contornarmos de hortas e pomares com suas casas de campo, a que sobresaíam os amuralhados e torreados Paços de Algazira, ricos de pinturas, de mármores, de azulejos, de pomares e jardins, que os reis de Fez ali fizeram para seu regalo e que D. Pedro de Menezes mandou arrazar, para que os mouros neles se não defendessem mais alguma vez; e se confinarmos suas casarias no âmbito de suas antigas muralhas, que, aqui e ali, já estalaram aos empurrões delas para as galgar ao ocidente pouco, mas ao oriente bastante (6).

(1) Torre do Tombo — Chancelaria de D. Afonso V, L. 33, fl. 211 v.

(2) Idem — Chancelaria de D. Sebastião, L. I *Doações,* fl. 373.

(3) Idem — Idem, L. 37 *Legitimações,* fl. 251.

(4) Idem — Armário 26 do Interior da Corôa, *Maço* I n.º 222.

(5) Tivemos a felicidade de falarmos num regimento de engenharia com alguns oficiais e ainda hoje não nos esqueceu as gentilezas e amabilidades que nos dispensaram, a nós obscuro e humilde descendente dos herois da conquista e, principalmente, sem que nenhuma recomendação nos apresentasse ou nos fizesse conhecidos.

(6) Duma demolição que se fazia perto do sítio da célebre Porta de Almina, para

Europeizada hoje, pouco ou nada resta da antiga cidade árabe que tenha resistido à secular transformação, sendo a célebre Porta de Fez e a velha Torre de Salabensala as últimas relíquias que o camartelo municipal e a picareta militar ainda há pouco derruiram.

Comtudo estamos certos que ainda hoje em parte de seus vetustos e arruinados muros nós iriamos, se êles podessem falar, ouvir narrar as verídicas histórias dêsses herois que as salpicaram com seu ardente sangue e que, na sucessão do nosso humilde trabalho, agora fazem levantar ferro à espantosa esquadra, na obediência céga ao seu rei e senhor.

CEUTA — N.ª S.ª *A PORTUGUESA*

Êste foi levantado, mas uma grande cerração e as correntes do Estreito lançaram toda a frota sôbre Málaga, escepto a náu de Estêvam Soares de Melo e as galés e fustas e outros navios pequenos *que foram em aquelle dia mesmo ante a cidade* (1), onde deram rebate, preparando-se esta para a defesa, chamando gente de fóra e começando de atacar com tiros de trões e béstas êsses navios.

Houve escaramuças na praia entre mouros e cristãos e foi disputada a vantagem de um penedo no mar, morrendo alguns mouros e fugindo outros para a cidade.

O resto da segunda-feira, a terça e quarta, véspera de S.ta Maria de Agosto, 14, foram gastos em ajuntar os navios da frota que pouco tinham esgarrado, esperando-se pelas naus que muito tardaram, tendo que ir D. Henrique por elas.

D. João estava fundeado na baía norte, ante os muros da cidade e devido àquela tardança, reuniu o conselho para se mudar para a baía sul, ou Barbaçote, talvez por ser mais recondito à vista dos mouros filhar ali terra.

D. Henrique na quarta-feira à noitinha foi na sua galé pelo infante D. Pedro que, pelo farol da sua embarcação, foi encontrado em breve.

alargamento do molhe comercial, trouxemos nós um fragmento da vetusta muralha, como sagrada relíquia que guardamos, a bom recado, na nossa quinta de *Marmelais*, em Tomar, onde temos um pequeno museu de objectos recordativos das nossas digressões turisticas.

(1) Azurara, *Crónica de D. João I*, cap. LV.

Recebido recado do pai que desejava «ter conselho para saber de que lado havia de filhar a terra, se seria em aquela parte de Barbaçote onde já estava ou se tomaria da outra parte onde primeiro estivéra» (1), D. Pedro respondeu que não ia só, mas sim com toda a outra gente, que não queria deixar por causa do estado em que se encontravam: peste, «enfadamento do mar, que poucos homens suportam de boa vontade» (2).

Dadas as ordens aos navios, partiram os infantes na sexta-feira pela manhã cedo.

Nesse dia aconteceu que um peixe ia voando pelo ar e caiu dentro da galé dos infantes (3), com que êles, naquele dia houveram algum refresco (4).

Junta a frota, teve o rei conselho, no qual se determinou de tomar terra em direito dumas salgas que ali estavam, nas quais se aconteceu sairem alguns cristãos, que se embrulharam com os mouros, morrendo um daqueles.

Os da esquadra alvoroçaram-se, querendo a maior parte sair, mas D. João obstou a isso por causa da grande multidão dos mouros que estavam muito perto e de outros muitos que pudessem recrescer, e da desvantagem do lugar e da pouca ordenança que entre si os portugueses levavam.

Ainda não tinha acabado o conselho, outra grande tormenta sobreveio que obrigou o rei a partir para a outra baía, pelo risco que a frota corria na que estava (5).

As galés estiveram em grande perigo, ao costearem a ponta de Almina, que as naus não puderam dobrar e, pairando no mar, ao abrandar a tormenta, êste, com as suas correntes, as levou a caminho de Málaga outra vez, tendo ido as galés parar a Algeciras.

Êste sucesso alegrou os mouros, por pensarem verem-se livres do perigo, mas foi a sua derrota e a sorte de D. João I: a derrota dos mouros por Salabensala despedir, por avareza dêle e dos da cidade, os cem mil auxiliares que a esta vieram, e a sorte de D. João I por mudar de sítio de ataque, pois, querendo, como estava em Barbaçote, baía mui fragosa e de escarpada costa, atacar por ali a cidade, difícil lhe seria, e só com grande trabalho e não sem grande espargimento de sangue o conseguiria.

(1) Azurara, *Crónica de D. João I*, cap. LVI.

(2) Idem, *ibidem*, cap. LVI.

(3) Muito bem pode ter sucedido isto, atenta a multidão de golfinhos que no Estreito existe sem que sejam voadores. Exagêro do informador de Azurara, em que, ainda assim êste não acredita, chamando-lhe cousa maravilhosa.

(4) Azurara, *Crónica de D. João I*, cap. LVI.

(5) Idem, *ibidem*, cap. LVIII.

D. João quis ali fazer conselho, mas parte da fróta tinha desalvorado, levada pela corrente, mandando D. Henrique com as galés pelas naus.

Foi de noite, sexta para sábado, e por vozes que vinham da nau de João Gonçalves Homem, que trazia também gente do infante D. Pedro, reconheceu que ela tinha abalroado com outra, estando em perigo os que nela vinham, socorrendo-os D. Henrique.

Depois foi à cata das naus e trouxe-as, como lhe fôra ordenado.

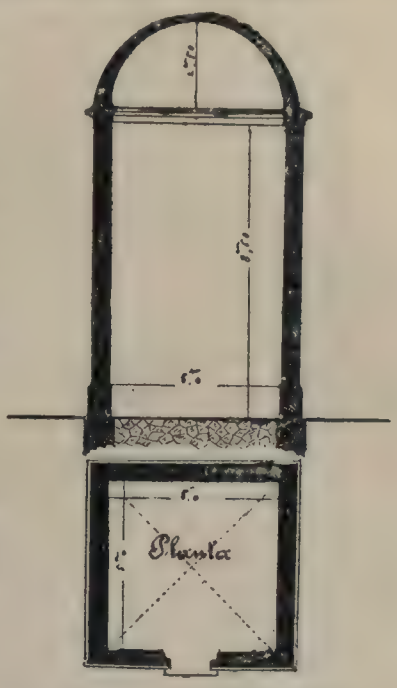
Reunidos todos os navios em Algeciras, vozes corriam sôbre o seu destino, sendo a mais geral que se voltasse sôbre Portugal.

A traição do Prior do Hospital, a venda dêste ao Salabensala eram também objecto de grande falácia, principalmente o ter metido em cabeça a el-rei que havia de tomar Ceuta, onde se adergáramos de filhar terra, nunca de nós tornára pé de homem para Portugal.

Na segunda-feira D. João ordenou conselho na sua galé.

Estava-se a 19 de Agosto.

Exposto o assunto que era: êles bem saberem com quantos trabalhos e despesas ali trouxera aquele ajuntamento, a fim de conquistar Ceuta, e terem visto o que se tinha feito já para isso, êles que dissessem o que se devia fazer.



CEUTA — PLANTA E CÓRTE EM ALÇADO DA ANTIGA MESQUITA — HOJE CAPELA-MÓR DA ERMIDA DE N.ª S.ª DO VALE

Houve grossa discussão, dividindo-se o conselho em três partes: uns, infantes, conde de Barcelos e mais dois ou três, disseram que era bom tomar Ceuta, opinavam outros que se tomasse Gibraltar e ainda outros entendiam que se devia voltar a Portugal.

Os argumentos eram de fôrça.

Todos tinham razão, principalmente argumentando com lógica.

Mas a lógica na guerra é coisa... rara.

Terminado o conselho, disse o rei que guardaria a determinação para depois, mandando aprontar toda a fróta para que se fôssem lançar à Ponta del Carnero, o que foi feito com grande prazer, ledamente, porque todos julgavam ir para Portugal.

Chegados à Ponta del Carnero, D. João saiu a terra e de novo teve conselho e lhes disse, assentado no chão e os do conselho de arredor

dele, que havia seis anos andava em trabalhos para aquela empresa, que era escárneo voltar para Portugal, e ir tomar Gibraltar seria coisa feia, porque a tenção era ir conquistar uma cidade e não uma vila.

Por isso, prazendo a Deus, era sua opinião ir sôbre Ceuta e no dia seguinte «filhar terra e daí em diante proseguir sua intenção até que Deus trouxesse áquele fim que sua mercê fosse» (1).

A maior parte dos conselheiros não aprovaram, mas era o rei quem falava e os filhos aprovavam, por isso não o contradisseram.

Quem iria pelo rei e pelos infantes?

D. Lópo Dias de Sousa que opinião teria?

E o Condestável... e os outros?

Azurara diz que o poderia referir, mas porque talvez fôssem julgadas ao revez as suas intenções, deixou de o fazer.

É pena! Praticou uma grande falta!

Agora onde houve também grande contenda foi sôbre o modo de atacar a cidade.

O rei queria desembarcar e assentar arraial na Almina.

Todos reprovaram, porque o cêrco assim não prestava, *sem que elle não empachasse* a parte do sertão (2).

Por aí viriam levas e levas de mouros socorrer os de Ceuta, podendo o rei entrincheirar-se de maneira a impedi-lo.

O rei respondeu que não tinha necessidade de outro palanque e, indo para o outro lado, teria que combater com os de Ceuta e com os que viessem socorrê-la.

E, virando-se para D. Henrique, deferiu-lhe os requerimentos que em Portugal lhe tinha feito, ordenando-lhe que fôsse êle o primeiro a ir direito a Almina, pois êle dirigir-se-ia mais para diante da cidade, para a parte dos banhos, a fazer persuadir os mouros que seria ali o principal desembarque e não para onde êle ia, deixando estes assim à vontade para desembarcar e fàcilmente tomar pé em terra, como acabava de prometer.

Ao sinal dêle, D. Henrique lançaria as suas pranchas que atravessaria o mais depressa possivel, o que sendo visto por D. João, êste mandaria dirigir para lá os seus navios, afim de todos juntos atacarem a cidade.

Grande júbilo teve D. Henrique neste deferimento e, dando ordem de marcha, também a tripulação rejubilou, porque pensava ir para Portugal, mas o peor foi, quando viram ordenada a frota de maneira a marchar sôbre Ceuta.

Houve discurso, onde entrou a vil calúnia, a que respondeu D. Hen-

(1) Azurara, *Crónica de D. João I*, cap. LXIII.
(2) Idem, *ibidem*, cap. LXIII.

rique, bastante admirado do que ouvira, dizendo que seria êle primeiro que ninguem a ir pela prancha da sua galé para terra.

Horas depois surgia a fróta na ampla baía norte de Ceuta, o que fez estupidificar os seus habitantes.

Estes, para intimidarem os portugueses, ao vê-los a cêrca de seus muros, encheram todas as janelas e frestas de candeias, para mostrar que eram muitos mais do que os cristãos presumiam, sendo espectáculo digno de ver.

Os portugueses responderam da mesma maneira, mas também por necessidade, visto que cada um tinha a tratar do que lhe cumpria para o dia seguinte, o que fazia a frota muito alumiada, parecendo ainda muitos mais aos da cidade, porque o fogo feria na água do mar e parecia que tudo era lume.

CEUTA — PLANTA DA IGREJA DE N.ª S.ª DE ÁFRICA — HOJE CAPELA-MÓR

A noite prosegue e cada um recolhe ao descanso, mas a maior parte sem sono.

A ardente imaginação dos fortes desvairava.

Aos fracos minguavam-lhes os corações.

Estes julgavam-se infelizes, desgraçados, desventurados.

Aqueles achavam-se bemaventurados, felizes, orgulhosos e herois de quem os historiadores escreveriam seus feitos para ensinança de muitos vivos, voando á fama dêles por todas as partes onde os homens conhecem escrituras.

Não sossegavam.

O seu ardimento era grande, e bastas vezes as estrelas eram consultadas para se ver quanto restava de noite, porque tarde lhes parecia que chegasse a claridade do dia, para verem a hora que tanto desejavam.

Desponta a aurora e o dia rompe no largo Mediterrâneo e a marinhagem, ainda algum pouco asonorentada, começa de despertar, apitando-se uns aos outros, chamando-se por seus nomes, tratando de prover suas armas, vestindo seus arnezes e gibões, confessando-se aos seus abades, pedindo perdão para seus pecados, estirando seus músculos, desembainhando suas espadas e dando-lhes aquele fio que lhes cumpria,

Uns abriram as serraduras das suas botas em que traziam seus biscoitos e confraternizavam com seus amigos, bebendo e comendo de satisfação, pois seria o seu derradeiro dia.

Os transidos de medo faziam-se brancos como a morte os poria.

Os outros andavam tão risonhos que em seus rostos se via o aspecto da vitória.

Por seu lado, os ceitenses também não davam provas de ociosos, pois bem se preparavam para a defesa e mostravam que nenhum medo tinham.

A vélhada, os crentes em sinais celestiais, êsses: uns escondiam seus haveres e outros rojavam-se nas mesquitas, implorando mercê às suas divindades e profetas, para que a sua bela cidade não ficasse quebrantada ante a ira de tão grande rei.

D. João, vendo o dia já alto, mandou fazer prestes uma galeóta e meteu-se nela, apesar de precisar de repouso, porque, querendo entrar na sua galé, quando estava na baía sul, feriu-se em uma perna e, agravando-se pelos trabalhos, produziu-se-lhe um grande inchaço nela, sendo considerada já nesse tempo a posição horisontal como a melhor mèzinha (1).

No entanto D. João, sómente com uma cóta vestida, com uma barreta na cabeça, com a espada à cinta e sem arnez nas pernas, andou por entre os navios a dar as suas ordens, recomendando que nenhum capitão saisse, sem primeiro ver o infante D. Henrique na praia, mas que tivessem todos os seus bateis corrigidos por tal guisa que com pequena tardança pudessem ir para o lado dele, e, chegando à galé do filho, começou de se rir e, perguntando-lhe em que termo estavá seu corregimento, êste lhe responde que tudo estava pronto e todos armados.

O pai, todo baboso, recomendou por último a D. Henrique, lançando-lhe a benção de Deus, que, quando tivesse ensejo, após o seu sinal púsesse em prática o plano combinado.

D. Duarte, ao saber que o pai tinha saido da galé onde os dois estavam, preparou as suas armas, para também ser dos primeiros no cometimento, mas feriu-se numa mão ao armar-se.

Os companheiros dissuadiram-no, porque viam mau sinal no seu sangue derramado.

Êle animou-os, achando pelo contrário bom agouro nesse sangue, pois mais faria derramar com a graça de Deus nesse dia.

Salabensala, homem já de idade e da linhagem dos Marins, familia das melhores de África, era senhor de Ceuta e de outros muitos lugares da costa.

Estava muito anojado por ver o propósito de D. João, cuja fama de suas contendas na península tinha chegado até Marrocos, e por ver que estava ali à frente de grande exército onde trazia quatro filhos barões, nobres e de grande ardimento, tendo para isso guardado grande segredo.

(1) Azurara, *Crónica de D. João I*, cap. LXVIII.

Os ceitenses, enraivecidos, lamentavam-se, indo preparando a defesa.

D. Henrique estava à espera, com a prancha preparada e todos os seus armados para sair, quando vissem o sinal.

No entanto, Martim Pais, seu capelão, orou aos soldados, incitando-os.

Acabado o longo sermão, D. Henrique ajoelhou, fez oração e beijou o pé duma custódia, no que foi acompanhado pelos outros, sendo todos perdoados e abençoados pelo prègador.

CEUTA — CASINO

Nos outros navios não se fez tal prédica, o que motivou impacientarem-se os soldados, por verem que o sol já ia aquecendo e o sinal não aparecia, andando os mouros já pela praia *fazendo suas maneiras,* pondo grande alvoroção na marinhagem, que desejava sair, se não tivesse receio da proibição de el-rei.

João Fogaça, védor do conde de Barcelos, não pôde suportar tanta tardança e mandou endereçar seu batel direito à praia, sendo o primeiro a saltar em terra Rui Gonçalves que, desembaraçado e valente, fez afastar daquele lugar os mouros, deixando assim o campo livre ao desembarque.

Vendo isto D. Henrique, não o sofreu e, não podendo chegar a sua prancha à terra, lançou-se num batel que passava ao pé dêle e, metendo

comsigo Estêvam Soares de Melo e Mem Rodrigues de Refoios, mandou tocar as trombetas em sinal de saida, que se operou ràpidamente.

Rui Gonçalves e um alemão derribaram um gigante mouro que entre todos os outros mostrava maior valentia.

D. Duarte saiu também da sua galé e dirigiu-se para onde estava D. Henrique, vendo-se em breve ambos acompanhados por uns 150 homens.

D. João continuava a prover o resto da frota.

Os portugueses desembarcados arremessaram-se rijamente contra os mouros, maguando-os com suas armas, até que por fôrça os fizeram meter pela porta de Almina, sendo o primeiro dos nossos a entrar com êles Vasco Anes Côrte Real.

Nesta ocasião, reconhece D. Henrique a D. Duarte e os dois cumprimentam-se, não perdendo muito tempo, pois o caso urgia, e com os 300 portugueses que já estariam ao pé dêles não pararam em ferir e matar, ajudando a levar os mouros contra a porta da cidade.

Em seguida os infantes tencionaram esperar ordens do pai, mas D. Duarte, reflectindo, disse ao irmão qué era melhor continuar na acção, começando então de seguir os mouros em tanto que os fizeram tirar entre as cisternas e um chafariz que ali estava em que se coava a água quando vinha de cima dos outeiros.

Aqui apareceu outro gigante que com uma pedrada partiu o bacinete a Vasco Martins de Albergaria que, desforrando-se, o matou com uma lançada, obrigando por isso a virar as costas aos outros mouros e acolherem-se à cidade, indo com êles cêrca de 500 cristãos.

Salabensala, no entanto ia-se informando de tudo e a cada má nova chorava, afligia-se, dizia-se perdido, dava ordens, vendo que, não se podendo defender a cidade, muito menos se poderia defender o castelo.

Os infantes esperavam reforços para estenderem o ataque.

Estes não tardaram.

Nesta ocasião Vasco Fernandes de Ataíde, não querendo entrar pela porta que já estava aberta, foi com alguns dos seus e com alguns de pé de Gonçalves Vaz Coutinho, seu tio, ao longo do muro da parte de fóra, tentar abrir a que estava acima daquela, sendo de todo britada, o que se fez à fôrça de machados e de fogo, não sem que morressem sete ou oito homens portugueses e sem que o próprio Vasco Fernandes fôsse ferido.

Nesta altura chegou ao pé dos infantes o célebre João Afonso (o autor da empresa) e disse-lhes:

— *Senhores, parece-vos que são estas assáz de honradas festas pera o dia de vossa cavalaria; melhor me parece que vos vejo ora onde estais cá vos ver nas logeas frias de Cintra provendo os assentamentos do reino* (1).

(1) Azurara, *Crónica de D. João I*, cap. LXXIII.

A estas horas já eram muitos desembarcados, por isso D. Henrique, autorizado por seu irmão D. Duarte, mandou que D. Afonso fôsse por uma rua e a sua bandeira com parte daquela gente por outra e Martim Afonso de Melo por outra e eles, D. Duarte e D. Henrique, se fôssem por a cêrca daquele muro a filhar todas as alturas que se podessem achar, porque os mouros não tivessem lugar de se acolherem a elas primeiro.

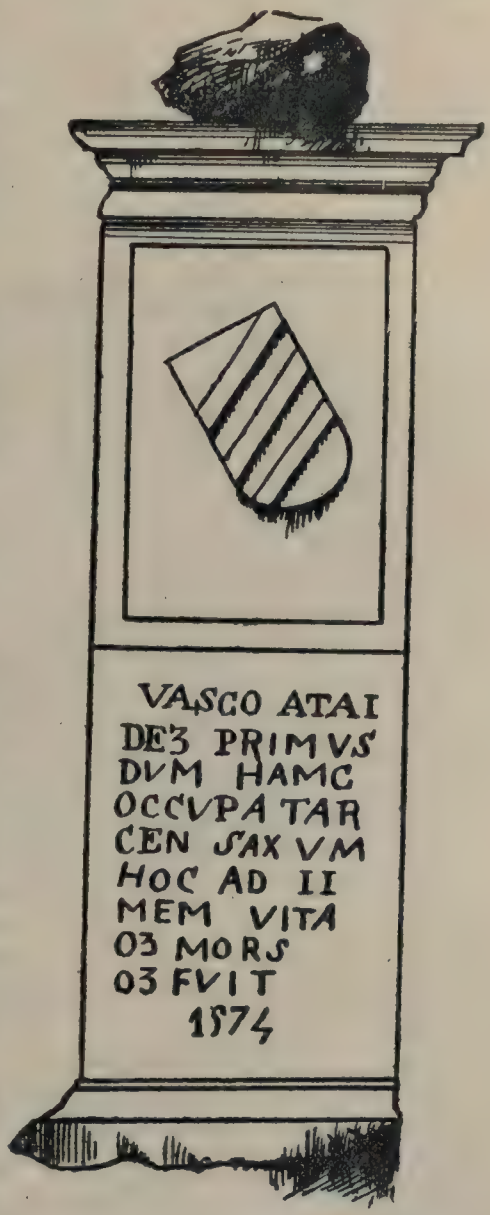
Fazendo muito calor e sendo a costa áspera de subir, teve D. Duarte de tirar parte das suas armas, no que foi também seguido por D. Henrique que ficou com uma só cóta.

Há por esta ocasião um episódio digno de nota, por se dar um fenómeno que ainda hoje se observa e que já referimos.

A quando do acto de indisciplina dos da fróta de D. Henrique, todos disseram que seriam depressa no desembarque, o que fizeram após a saida do infante D. Henrique, e indo pela prancha cairam ao mar, mas nenhum se afogou.

Um dêles era Duarte Pereira a quem caiu um cutelo que levava do infante e lembrando-se o viu no fundo das águas, *porquanto a agua é ali muito clara,* indo por ele (1).

D. Duarte foi filhando todas as alturas até que chegou ao cume da maior, onde se chamava *Cêsto,* não com pequeno trabalho, pois os mouros eram muitos por toda a parte.



CEUTA.—EM MEMÓRIA DE VASCO DE ATAÍDE

D. João levou bastante tempo na revista e só muito tarde soube da

(1) Azurara, *Crónica de D. João I,* cap. LXXIII.

ida de D. Duarte para junto de D. Henrique, o que o maravilhou bastante.

Como houve demora da parte dêle em dar o sinal de desembarque e, vendo os soldados que a cidade já estava entrada, muito se queixavam por não terem podido também tomar parte nessa honra e também, por inveja, não terem tomado parte no saque.

Emfim, o sinal foi dado e D. João à frente levou o resto das gentes à cidade, ficando êle à porta, por causa do incómodo da perna e esperando também para ir ao combate do castelo, visto só restar essa parte por conquistar.

Comtudo D. Pedro, com a bandeira de D. Duarte e sua gente, enfiou por uma rua, por outra o Condestável, e D. Lopo Dias de Sousa e outros capitães por outras, no que tiveram ainda grande trabalho, por haver muitos mouros nessas ruas, estando em grande perigo um sobrinho do Mestre de Cristo, Rui de Sousa, que levando os mouros por uma rua adeante, estes recresceram em tão grande número, que o cercaram em uma torre, que ficou sendo conhecida pelo seu nome, e ali ardidamente se defendeu até que foi socorrido.

Nesta hora atinge o ataque o apogeu de luta, de heroicidade e alarido, chegando êste a ser tal que foi dito ser ouvido em Gibraltar, o que não cremos, por se lhe oporem os vinte e dois kilómetros de distância.

Azurara (1) sente na sua história: primeiro não poder descrever todos os actos de valor dos portugueses, porque êles foram praticados em ruas estreitas e por isso não serem conhecidos de todos, e em segundo lugar a tardança em serem descritos, pois dos homens bons que os praticaram já tinham morrido alguns e os outros, que existiam, era gente popular que mais cuidaram de roubar do que combater naquele dia.

Ainda assim estes também foram *heroes,* pois metiam-se sem nenhum resguardo pelas casas, de baixas e estreitas portas, em que ainda estavam mouros, seus habitadores, defendendo suas fazendas, mas em estado como que hipnótico, pois andavam mesquinhos por meio daquelas casas, contemplando suas riquezas na ideia triste de as perderem, enterrando outros as suas na ideia de as haverem um dia.

O infante D. Henrique, ao ver ir a D. Duarte para a altura do *Cêsto,* deixou de o acompanhar e desceu e foi pela rua direita, para ir conquistar o castelo, pois seria façanha digna de nome, o que êle não tinha praticado ainda nesse já glorioso dia.

Indo por essa rua, viu chegar a êle muitos cristãos, uns 5oo, que fugiam diante dos mouros, o que lhe fez cerrar a cara com o bacinete e embraçar o escudo e, deixando passar os cristãos, fez rosto aos mou-

(1) *Crónica de D. João I,* cap. LXXVI.

ros, cometendo-os tão rijamente que os fez por fôrça virar as espáduas para onde antes traziam os rostos.

Os cristãos reconhecendo-o tomaram ânimo, cobraram esfôrço e fizeram outra vez volta sôbre os mouros, levando-os até à Aduana que devia ser perto da porta de Almina, pois para ela tinha uma porta barreirada.

Chegados ali, à Aduana, os mouros, que foram ajudados por outros, voltaram-se contra os cristãos, levando-os adiante de si.

D. Henrique, que se não tinha afastado muito, viu de novo o recrescer dos mouros e, não podendo ver essa afronta, dobrou-se-lhe a senha

CEUTA — DO LIVRO DE BRAUN *CIVITATES ORBIS TERRARUM*

e saltou outra vez entre êles e tão fortemente os cometeu que os fez dispersar.

Dos cristãos nem todos seguiram o infante, pois grande era o seu temor, mas outros o acompanharam nessa investida que foi tremenda, chegando à sombra dos muros do castelo, onde os mouros receberam algum socorro e os nossos se puderam entrincheirar.

A cubiça do roubo, a grande sêde por causa da vianda ser salgada e da quentura do sol, as compleições moles e delicadas que não podiam suster longamente a fôrça do trabalho fizeram a muitos dos cristãos com que não acompanhassem até ao fim a D. Henrique, ficando sòmente com êle uns dezassete.

Ali, estiveram por duas horas onde, em renhido combate, se susten-

taram, caindo como que morto nele Fernão Chamorro, escudeiro do infante, cujo corpo foi heroicamente defendido, porque os infieis o queriam filhar, dando origem essa luta heroica aos mouros entrarem para o outro lado do muro por uma porta que tambêm foi passada pelo infante e mais quatro dos dezassete, que foram: Álvaro Fernandes Mascarenhas, Vasco Esteves Godinho, Gomes Dias de Gois e o escudeiro do rei, Fernão de Álvares.

Chegados aqui, muito sentimos que o grande cronista da gloriosa empresa não tivesse ido a Ceuta, a quando da sua viagem a África onde esteve um ano (1).

Grande falta foi, porque teriamos decerto mais clara descrição da cidade e dos principais factos da heroica conquista, que quási só teve para êle um heroi — D. Henrique, — *força de todas as cousas que se em aquelle dia fizeram* (2).

Pelo que nos narra, D. Henrique foi quási que o único heroi daquele famigerado dia.

E os mais?

As heroicidades deles, porque teriam sido apagadas?

Seria por serem só praticadas em ruas estreitas, já terem morrido os seus autores que lhas podiam contar ou o pouco cuidado que alguns queriam ter em lhe dizerem as coisas que sabiam, como êle refere?

Bem fez D. Henrique que lhe devia ter contado tudo para que não ficasse no esquecimento e que Azurara perpetuou galhardamente para honra e glória do seu amigo e Mestre (3).

Se a torre que reproduzimos, e que até aos nossos dias passou por ser o castelo de Salabensala, foi realmente a habitação do senhor de Ceuta, faz-nos crer pela descrição de Azurara que era ligada às muralhas exteriores da praça por dois largos muros que dividiam a cidade em duas partes, comunicando-se por abobadados corredores bem defendidos de portas e seteiras.

Aqui foram gastas aquelas duas horas em épicos lances em que a vida dos quatro herois esteve em perigo milhar de vezes, chegando a constar entre os portugueses a morte de D. Henrique, o que dito ao pai êste respondeu: morreu no seu ofício.

No entanto não era verdade, no que teve grande prazer D. João.

D. Henrique, vendo-se ali como que inactivo e sem que lhe viesse socorro algum, mandou um dos seus a pedi-lo, mas nenhum dos leais companheiros o quis abandonar, até que Garcia Moniz, fidalgo que tinha sido guarda do infante sendo moço, sabendo do perigo dele, foi

(1) Azurara, *Crónica de D. Duarte de Meneses*, cap. II.
(2) Idem, *Crónica de D. João I*, cap. LXXXIII.
(3) Idem, *ibidem*, cap. XII.

imediatamente ter com D. Henrique, façanha que ninguem queria fazer, visto o grande perigo que corriam ao atravessar as portas do corredor onde os cinco portugueses estavam.

O intrépido cavaleiro aconselhou instantemente o infante a que saisse dali, acedendo êste aos rogos do seu velho e sezudo director.

Ao retirar-se, encontrou no caminho, já alevantado, mas muito ferido no rosto, a Fernão Chamorro.

No entanto a gente de D. Pedro, levando à frente o seu estandarte e a bandeira de D. Henrique, chega também à porta que do outro lado do castelo estava e que se abria para igual corredor como o donde D. Henrique vinha, o que sabido por êste correu em socorro dela, recebendo a haste da lança da sua bandeira, que era levada por Mem Rodrigues, uma grande pedrada que a derribou, enfurecendo-se o infante por isso a tal ponto que sòsinho e mais o ardido Garcia Moniz se meteu rigamente no escuro corredor e lançou os mouros além das portas.

Saido daí, voltou à primitiva passagem, onde recebeu recado de D. Duarte, que o mandava chamar a uma mesquita que ali estava perto, onde depois foi a Sé Catedral.

O infante respondeu ao mensageiro que fôsse antes D. Duarte ajudá-lo a desalojar de todo os mouros daquele lugar.

O dia declinava e D. Duarte insistia na vinda de D. Henrique, que era para se deliberar com os mais capitães sôbre a tomada do castelo, partindo D. Henrique, logo que soube a razão da chamada, mas com alguma relutância, porque os mouros podiam ver que era por medo que dali partia e, para que o não parecesse, arranjou, ainda assim, um estratagema.

Foi nesse segundo acometimento às portas dos muros do corredor ao pé do castelo que teve fim a vida do heroico cavaleiro Vasco Fernandes de Ataíde (1) que, sabendo como seu senhor (o infante D. Henrique) andava naquele trabalho contra os mouros, foi lá para o ir buscar, mas, quando chegou àquele lugar, os inimigos (uma moura, segundo a tradição) arremessaram de cima uma pedra, a qual era tão grande e com tão grande força lançada que, tanto que deu sôbre a barreta de Vasco, êste caiu logo morto em terra.

Salabensala, a estas horas já sabedor da quási conquista da cidade, andava aterrado nas salas do seu castelo e, acompanhado dos seus servidores mais leais, entregou-lhes as suas mulheres para as pôrem a salvo fóra da cidade, fazendo-o com tanta trigança e desacordo que nem chegaram a transportar as coisas que deviam levar.

O senhor de Ceuta, então só e cada vez mais triste e apreensivo, resolveu sair, cavalgando um ginete e foi-se para fóra da cidade, cozendo

(1) Azurara, *Crónica de D. João I*, cap. LXXXIII.

com êle a sua grande dôr, pois nunca a mostrou muito, como homem fidalgo e de grande sizo e autoridade, e suportando também o nojo que tinha comsigo mesmo.

Na reunião da mesquita cada um dos portugueses contava das suas proezas da empreza que Deus lhe tinha coroado com a glória.

Quando o infante lá chegou, havia 5 horas que tinha trabalhado continuamente.

Juntos todos, determinaram combater o castelo no dia seguinte, pondo-lhe sòmente guardas nessa noite.

O infante D. Henrique, visto os trabalhos que tinha tido, as feridas das pernas e, estamos certos que as mãos queimadas havia 12 dias também o deviam ainda incomodar, lançou-se um pouco a repousar, recebendo daí a instantes recado do pai para lhe ir falar à outra mesquita onde estava.

O rei nessa ocasião devia ser acompanhado, pelo menos, por 6:000 homens (1).

Emquanto esperavam pelo infante, os companheiros de D. João tinham grande conversa: uns louvavam a vitória alcançada, outros falavam no filhar da terra, outros na saida escondida de D. Duarte da galé com desejo de ser com os primeiros, outros no azinhamento, como a Deus prouvéra, de a vila ser entrada, outros da discrição do Prior, que antes doestavam, dizendo que soubera mui bem encaminhar tudo o que lhe fôra mandado.

O rei defendia o Prior, como homem perito e honrado.

Ainda continuando a conversa, se referiam também à sorte do infante D. Henrique em ser tão protegido por Deus nesse dia.

O infante não se fez demorar, mas ao querer ir para junto do pai, viu que tinha perdido ou lhe tinham furtado o seu bom cutelo com que tantos golpes fizera naquele dia e queixando-se, dizia que não saía dali, sem que lho tornassem, e, posto que ali estivessem mais de cinco mil homens, a diligência em buscá-lo foi tal que em breve lhe veio à mão.

Posto a caminho para ao pé do pai, foi por êste recebido com grande prazer, sendo muito louvado pela sua fortaleza.

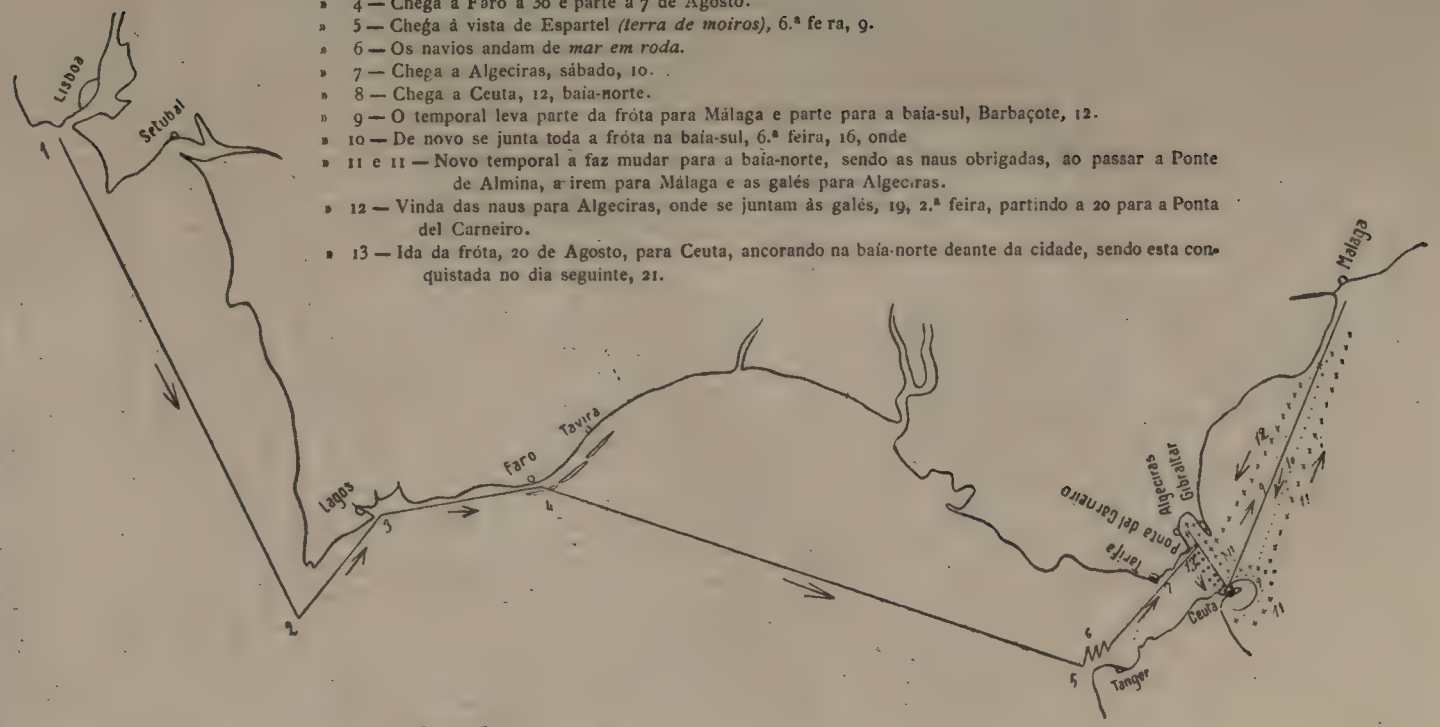
D. João I quis fazê-lo logo ali cavaleiro, mas D. Henrique pediu lhe que antes fôsse no dia em que os fizesse também a seus irmãos.

Assim ficou combinado.

Resolvido guardar-se de noite o castelo para no dia seguinte ser tomado, à noitinha foram para lá os guardas que, chegados, viu um deles que no castelo estava um bando de pardais assossegados, fazendo crer que ali não estava ninguêm, o que observado foram-no dizer ao rei

(1) Azurara, *Crónica de D. João I*, cap. LXXXIV.

N.º 1 — Parte de Lisboa, 25 de Julho, 6.ª feira, dia de S. Tiágo.
» 2 — Dobra o cabo de S. Vicente, sábado, 26.
» 3 — Chega a Lagos em 26 à noite e parte a 30.
» 4 — Chega a Faro a 30 e parte a 7 de Agosto.
» 5 — Chega à vista de Espartel *(terra de moiros)*, 6.ª fe ra, 9.
» 6 — Os navios andam de *mar em roda.*
» 7 — Chega a Algeciras, sábado, 10.
» 8 — Chega a Ceuta, 12, baia-norte.
» 9 — O temporal leva parte da fróta para Málaga e parte para a baia-sul, Barbaçote, 12.
» 10 — De novo se junta toda a fróta na baia-sul, 6.ª feira, 16, onde
» 11 e 11 — Novo temporal a faz mudar para a baia-norte, sendo as naus obrigadas, ao passar a Ponte de Almina, a irem para Málaga e as galés para Algeciras.
» 12 — Vinda das naus para Algeciras, onde se juntam às galés, 19, 2.ª feira, partindo a 20 para a Ponta del Carneiro.
» 13 — Ida da fróta, 20 de Agosto, para Ceuta, ancorando na baía-norte deante da cidade, sendo esta conquistada no dia seguinte, 21.



Legenda

———— Indica a viagem directa a Ceuta.
..... » o espalhamento da fróta para a baía-sul e para Málaga.
..... » a junção da fróta na baia-sul.
+++++ » o espalhamento da fróta ao passar a Ponte de Almina e a junção dela em Algeciras.
:::::: » a ida da Ponte del Carneiro na feliz viagem da Conquista.

TENTATIVA DUM MAPA REPRESENTATIVO DO RUMO DA FRÓTA DE D. JOÃO I PARA A CONQUISTA DE CEUTA

que respondeu que chamassem João Vaz de Almada, que trazia a bandeira de S. Vicente, e que êle a fôsse lá pôr na mais alta torre.

João Vaz não se fez esperar e em companhia dos guardas dirigiu-se para o castelo e, querendo quebrar as portas que estavam fechadas, apareceram dois homens, um biscainho e outro genovês, sôbre um muro do castelo, os quais disseram: não vos incomodeis, pois os mouros já sairam todos daqui e nós vos abriremos as portas.

João Vaz respondeu-lhes: ora, pois, filhai lá essa bandeira e ponde-a sôbre êsse muro, até que nós vamos.

Logo que se soube que o castelo estava aberto, D. Duarte, D. Pedro, conde de Barcelos e outros senhores e fidalgos foram para êle e entraram, menos D. Henrique, que nessa ocasião estava ainda com o pai.

Ao verem-se em tão honroso recinto, deram graças a Deus que, por semelhante maneira, os pusera em posse de tudo.

Aqui salientaremos a honradez e disciplina de um escudeiro de D. Lopo Dias de Sousa, *porque onde os outros andavam* apanhando ouro, prata e outras coisas de grande valia, êle se foi ocupar com um gavião terçó que tinha na mão, que achára no castelo, e tão contente andava daquele bom achádego que não tinha lembrança doutro nenhum ganho nem proveito, e, estimando seu presente naquele preço em que êle o tinha, foi fazer serviço *dele ao infante* (1).

Azurara duvida que o agradecimento não correspondesse à perda daquelas coisas do castelo de que aquele podia ter-se carregado.

Muitos quiseram ali aposentar-se, mas o rei mandou por D. Henrique ordem para que só ficasse lá o João Vaz e os seus.

Êste apossou-se de tudo que restava de Salabensala, o que não foi de todo de desapetecer.

Desamparado assim o castelo e senhoreado pelos nossos, mandou D. Duarte a D. Pedro de Menezes, conde de Viana e seu alferes, que levasse sua bandeira à outra vila de fóra e que a pusesse sôbre a torre de Fez.

Apesar de D. Pedro de Menezes ir bem acompanhado, foi um pouco difícil esta empresa, pois havia aí muitos mouros, escaramuçando à saida duma porta que veio a chamar-se de Fernão Afonso, assim como à outra porta que se chamava de Madrabaxabe (2) e que ao depois se chamou de Álvaro Mendes e que perto era daquela torre.

Posta a bandeira, ali ficou D. Pedro de Menezes com seus companheiros para a guardar nessa memorável noite.

Esta chega, e a lua (3), ao levantar-se lá das bandas do Mediterrâneo,

(1) Azurara, *Crónica de D. João I*, cap. LXXXV.

(2) Idem, *Crónica de D. Pedro de Meneses*, cap. XIV.

(3) Azurara na *Crónica de D. João I*, cap. LXXXVI diz-nos que a lua estava sôbre o

lança seu argenteo manto sôbre novo quadro, onde encontra, altiva e arrogante, nova bandeira sôbre os muros intactos da *flôr de todas as outras cidades da terra d'Africa,* que desde êsse momento jámais tornou a pertencer a êsse povo audaz e forte que agora, foragido por entre os desvios da serra, ela via carpir a sua infelicidade e lamentar a sua triste sorte, emquanto a dentro dos muros daquela se desenrolavam as ávidas scenas dos saques, na delirante agitação da estonteante embriaguez da vitória.

21 de Agosto, quarta-feira, é o dia, assinalado por Azurara, do grande facto que é o lumiar glorioso do período heroico da nossa expansibilidade, da nossa grande contribuição em prol do progresso humano na grande obra da civilização mundial.

D. João esteve em Ceuta 13 dias e o primeiro cuidado que teve foi enviar mensageiros com dois recados: um ao alcaide de Tarifa e outro ao rei de Aragão a dar-lhes parte do triunfo das suas armas.

Êste custou-lhe a vida de oito portugueses, cujos cadáveres foram

quarto do seu crescimento, mas, pelo mapa seguinte, elaborado pelo ilustre académico, Sr. Esteves Pereira, e a nós cedido, gentileza que muito agradecemos, vê-se que a época das conjunções da lua no ano de 1415, em Lisboa, era aproximadamente a indicada, e por tanto devia ter já sido lua cheia no dia da gloriosa tomada de Ceuta:

Conjunções da Lua no ano de 1415	d.	h.	m.
Janeiro	10	13	36
Fevereiro	9	2	20
Março	10	15	4
Abril	9	3	48
Maio	8	16	32
Junho (meio do eclipse do sol)	7	5	16
Julho	6	18	0
Agosto	5	6	44
Setembro	3	19	28
Outubro	3	8	12
Novembro	1	20	56
Dezembro	1	9	40
Dezembro	30	22	14
Fases da Lua no mês de Agosto			
Lua nova (conjunção)	5	6	44
Quarto crescente	12	15	55
Lua cheia (oposição)	20	1	6
Quarto minguante	27	10	17

enterrados, restando sòmente memória, hoje desaparecida, do de Vasco Fernandes de Ataíde.

Dos mouros morreram imensos, o que conhecido, pelos dias adeante mais enraivecia os que, foragidos aos primeiros instantes, voltavam na ânsia de retomar a sua cidade querida, que a sua avareza, falta de comando e de armas iguais às dos nossos, fez perder para sempre, mas que na sua supina cegueira não viam, continuando a escaramuçar à porta de Fez com os portugueses capitaneados por D. Duarte.

Quinta, sexta-feira e sábado, D. João descansa.

No entanto tudo se prepara para, no domingo seguinte, na mesquita maior, entoarem os hinos de agradecimento ao Deus das Vitórias e inscrever nas falanges heroicas dos cavaleiros os novos neófitos das gloriosas Ordens.

O *Te-Deum Laudamus* é cantado, o Frei Xira prega em acção de graças e os dois sinos, que anos antes tinham sido roubados a Lagos, emparelham agora com uma soada de 200 trombetas, a anunciar à moirama desterrada a excelsa festividade a um Deus que êles odiavam e que ferozmente combatiam.

Depois D. João arma cavaleiros os filhos e D. Lopo Dias de Sousa; o glorioso velho, Mestre da Ordem de Cristo, assiste ricamente aparamentado, enriquecendo, após a tocante cerimónia, o elenco ilustre da sua cavalaria com os egrégios nomes dos inclitos infantes D. Pedro e D. Henrique, a quem lança a benção no mais nobre e soléne momento da vida deles, que tudo fizeram, conjuntamente D. Duarte, para que real e merecidamente o fôsse.

Grande foi o número de cavaleiros armados naquele fausto dia, chegando a ser tanto que D. João I, por enfadamento, os deixou de fazer.

Agosto ia muito mais de meio, 25, e havia um mês preciso que se tinha abalado das terras de Portugal, onde os em breve sazonados cachos alourariam nas ubérrimas veigas e encostas, lembrando aos seus proprietários distantes as alegres vindimas.

D. João resolve a partida, mas antes reune Conselho para lhe propôr quem devia ficar de guarda à cidade, pois determinado tinha não abandonar Ceuta.

Apresentadas as razões da conservação da praça, o Conselho dividiu-se: uns que sim, outros que não.

Estes ficam vencidos, porque o rei não desiste de guardar e manter a cidade em sua honra e louvor de Deus e de sua Mãe e, indigitados para ficarem governando a praça o Condestável e depois Gonçalves Vaz Coutinho, que recusam, por serem já idosos (1), nomeou a Martim Afonso de

(1) Azurara, *Crónica de D. Pedro de Meneses*, cap. v.

Melo por fronteiro dela, que também recusou a mercê, visto os seus não desejarem ficar.

D. Pedro de Meneses soube desta recusa e foi logo ter com o seu primo D. Lopo Dias de Sousa e rogou-lhe interferisse por êle, no que lhe deu muito prazer.

O Mestre de Cristo não descansou, sem que fôsse falar a D. Duarte, pedindo-lhe que requeresse a el-rei seu pai *aquela coisa* para o conde de Viana (1).

O rei acedeu e ficou D. Pedro de Menezes por fronteiro.

PENINSULA DE CEUTA

1 Ponta de Almina. — 2 Ilhéus de Santa Catarina. — 3 Posição da fróta de D. Henrique no dia da Conquista. — 4 Porta de Almina. — 5 Posição da fróta de D. João I. — 6 Canal Real. — 7 Barbaçote. — 8 Presidio. — 9 Monte Acho ou de Almina. — 10 Ceuta no século XV. — 10 e 11 Ceuta dos nossos dias.

O primeiro a requerer para ficar ao serviço da praça foi Rui de Sousa, sobrinho de D. Lopo Dias de Sousa, que tinha 40 homens bem armados e desejosos também de ficar (2).

O rei deferiu contentissimo e disse aos infantes que escolhessem das suas gentes certos fidalgos e escudeiros que ficassem ali.

Escolhidos ficaram uns 2:700 homens.

(1) Azurara, *Crónica de D. Jeão I*, cap. XCIX.
(2) Idem, *ibidem*, cap. XCVIII.

Entregue o castelo a D. Pedro de Menezes, tudo se preparou para o regresso, que foi, 2.ª feira, 2 de Setembro, direito a Faro.

A galé do rei errou a viagem e foi, Guadiana a dentro, ter a Castro Marim, e as outras, perdendo o farol, seguiram para Faro.

Os infantes, sabendo do engano, iam sôbre Castro Marim por terra, quando lhes disseram que o rei estava já em Tavira.

Aqui o rei desembarcou e galardoou os filhos: a D. Duarte, como era herdeiro, não o acrescentou, a D. Pedro fê-lo duque de Coimbra e a D. Henrique duque de Vizeu e senhor da Covilhã.

Acabada esta solenidade, apresentou D. João seus agradecimentos e despedidas a todos os seus companheiros e foi sôbre Évora, onde já estavam os filhos, D. João e D. Fernando e o Mestre de Aviz, que, fóra da cidade e acompanhados por todo o povo, o vieram esperar.

Que lindo e tocante devia ser o recebimento de D. João I pelos filhos e seu séquito!!

Não menos devia ser comovente o encontro da linda infanta D. Isabel que, na alegria dos seus radiosos 18 anos, esperava o pai na antecâmara do palácio para o abraçar e beijar!!

Aqui, como já em Faro, dispersavam, pois, os 15:000 homens que deveram ter ido à épica empresa.

D. Lopo Dias de Sousa seguiu com sua comitiva, a heroica falange dos cavaleiros de Cristo, para o seu quartel na sua linda Tomar, nas margens belas do ridente Nabão.

Assim acabou o glorioso passeio militar das famosas gentes lusitanas, a triunfal marcha guerreira de épicos vencedores, a viagem sublime dos homéricos pioneiros duma nova e esplendorosa civilização!!

No nosso humilde entender, essa viagem, só por si, é que é o grande facto, o estupendo acontecimento, a gloria máxima de D. João I e de seus egrégios companheiros.

Com efeito reportemo-nos cinco séculos atras à sciência e psicologia dos heroicos tripulantes, a maior parte deles saidos das míseras choças das reconditas aldeias de Portugal, e vejamos em espírito êsses bisonhos entre quatro tábuas dos tímidos barcos, quási à mercê de Deus, no alto mar, depois de Lagos, despegados da terra, a afundarem-se em abismos medonhos de ondas entrechocadas das correntes, batidos por vento forte, que por entre a cordoalha soltava agudos silvos, uivos de tempestade; ver-se-lhes levantar na frente a terra fabulosa dos mouros, depois as elefanticas montanhas do Djebel-Mussa, que, desde Plínio, passavam por habitadas dêsses fantásticos paquidermes e cujo aspecto negro, ravinoso, terrífico, abismal, ainda hoje causa respeito; engolfarem-se depois no agitado e fundo Estreito, que dum lado é isto e do outro não menos o é nas suas pardas e escuras massas do Trafalgar, de Tarifa, da Ponta d'El-Carnero e do Gibraltar; impelidos depois

desordenadamente pelas fortes correntes, aportarem na remançosa baía de Algeciras, seguidos de inúmeros golfinhos, dêsses *peixes voadores* de Azurara; sentir o levante arrancar montanhas de nuvens do mar encarneirado, escurecendo o horizonte em medonho preságio com uma chuva meúda e fria de enregelar os ossos, encharcando as pobres roupas e camas da amontoada marujada; tentativas infrutíferas de arremetidas à amuralhada praça; temporais a infundirem terror em toda aquela gente; a peste a dizimar nesta, sem conta nem medida; o enjôo a fazer as suas perturbações e más disposições; conselhos e mais conselhos entrecortados por evidentes actos de indisciplina, emfim tudo isto e o mais que o cronista não reza é que para nós tem o máximo valor e é que prova o grande predomínio de D. João I, o intenso prestígio dêsse feliz homem que grandes homens fizeram grande.

A tomada de Ceuta foi um lance bem estudado e longamente amadurecido pela calculada razão do prudentissimo D. João I, foi um bravo acto de heroismo, que a costumada felicidade dêsse rei abençoou e determinou no descuido dos mouros em abrirem a porta da praça e na desmedida avareza de Salabensala.

Mas levar êsses bisonhos por mares ignotos a terras fabulosas, contê-los nas suas ânsias, nas suas descrenças, nos seus terrores, nos seus entusiasmos, nas suas tristezas, nas suas arrelias, animá-los nas suas doenças, levá-los emfim à fácil vitória é que é a máxima façanha, a suprema glória do rei de *Boa Memória* e de seus ilustres capitães.

Entre estes destaca-se D. Lopo Dias de Sousa, que no grande dia provou, mais uma vez, a firmeza de seu braço, o valor de sua alma e o austéro disciplinador de sua milícia, o que se afirma no acto do seu escudeiro narrado atras e na prontidão com que um dos seus quis arrostar com as grandes responsabilidades de ficar governando a recem-conquistada praça e outro em a ajudar a defender com as suas gentes.

O famoso Mestre pouco pôde sobreviver ao glorioso feito.

Decerto, de compleição fraca, embora os rudes trabalhos da sua movimentada vida o devessem tornar resistente, não pôde arregimentar na nova falange que tres anos depois seu primo D. Pedro de Menezes, o famoso governador de Ceuta, mandou a toda a pressa pedir ao reino para levantar o apertado cêrco que os mouros lhe tinham posto.

Vemos nela figurar bastantes herois do dia glorioso da imortal conquista, mas dele nenhuma notícia ficou que nos indique ainda viver, pois se vivo fôsse, sinal de si daria nessa nova façanha, atentas as suas altas qualidades de guerreiro e de patriota, comprovadas tantas vezes na sua brilhante vida de 57 anos.

E não menor era também o obrigamento que tinha por ser Mestre dessa heroica milícia que instituida tinha sido para continuar a propagação da fé, dilatando também os confins da pátria.

Sem termos a certeza da data do seu falecimento, hemos de o dar pelo ano de 1417, quando muito de 1418.

Falecido num dêstes dois anos, como veremos, em Pombal, que era da Ordem e onde tinha familia (1), naturalmente foi sepultado na igreja dessa comenda, emquanto se não providenciou para ter jazida em Tomar.

Sem demora D. João I devia ter elevado D. Henrique ao mais alto cargo da sua Ordem, tratando êste, como dever lhe era, de honrar a memória do grande soldado, do glorioso companheiro de seu pai e do não menor esforçado capitão de Ceuta, que, na esplêndida festa do domingo seguinte à conquista, o abençoou na sagrada mesquita e o começou a contar entre os seus valentes e patrióticos cavaleiros.

Por isso tratou de lhe fazer moimento condigno, trasladando-o a Tomar e dando-lhe sepultura, na igreja do convento e não na velha Santa Maria, gloriosa séde da famosa Ordem dos Templários portugueses e agora da não menos famosa Ordem de Cristo, como era costume, sendo o único Mestre que teve ali eterna morada.

(1) D. Lopo Dias de Sousa teve de Catalina Teles, mulher solteira, uma filha a quem pusera o nome de Leonor.

A carta de sua legitimação foi dada no Porto a 16 de Junho de 1364 (*).

E de D. Leonor Ribeiro, mulher solteira, houve Lopo Dias de Sousa, Diogo Lopes de Sousa e D. Maria.

A carta da sua legitimação foi dada em Coimbra a 3 de Janeiro de 1399 (**).

Parece que D. Lopo Dias de Sousa tentou alcançar licença de Roma para casar com D. Leonor Ribeiro, chegando Manuel de Sousa Moreira a afirmar no seu *Theatro Genealogico da Casa de Souza*, a pág. 472, que êle com ela se matrimoniou, mas, se verdade foi, desapareceu por completo a prova de tal acto.

O que parece certo, é êle ter havido de outras mulheres vários filhos, alêm dos de D. Leonor e de Catalina Teles, pois, segundo os geneologistas, houve mais: D. Rui Lopes de Sousa, D. Branca e D. Isabel.

Esta D. Isabel de Sousa, casando com Diogo Lopes Lobo, senhor de Alvito, teve uma filha herdeira, D. Maria de Sousa Lobo, senhora de Alvito, que, casando com João Fernando da Silveira, primeiro barão de Alvito, teve segundo génito a D. Filipe de Sousa, progenitor da Casa dos Sousas do Calhariz, condes de Palmela em 11 de Abril de 1812, marquezes da mesma vila em 3 de Julho de 1823, e, finalmente, duques de Palmela em 13 de Junho de 1833, título êste em que foi mudado o de duque de Faial concedido, em 4 de Abril do mesmo ano, ao chefe da casa, o bem conhecido e considerado homem de estado que se chamou D. Pedro de Sousa e Holstein (***), cuja varonia está hoje representada em D. Luiz de Sousa e Holstein, como vemos pela árvore genealógica que a seguir publicamos.

Para completar, até nós, a descendência de D. Lopo Dias de Sousa, que o Sr. Braamcamp Freire deixou ficar no grande diplomata e português, D. Pedro Maria de Sousa e Holstein, dirigimo-nos ao nosso velho e bom amigo dos saudosos tempos de Coimbra, o Sr. Marquês de Sousa Holstein que, com a maior gentilesa e amisade, se deu ao incómodo de satisfazer o nosso desejo, favor que nos tornou muito penhorado e muito grato.

(*) Chancelaria de D. João I, L. 2.º, pág. 81.

(**) Idem, idem, pág 167.

(***) Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Cintra*, L. I, pág. 145.

FAMILIA PALMELA

Titulos	Nomes	N.º dos mapas	Filiação
1.º Duque de Palmela	D. Pedro Maria de Sousa e Holstein	—	D. Alexandre de Sousa Holstein.
1.ª Duqueza de Palmela . . .	Casado com D. Eugénia Francisca Maria Ana Júlia Felizarda Apolónia Xavier Teles da Gama de quem teve os seguintes filhos:	—	Marqueses de Niza.
Conde de Calhariz.	D. Alexandre Domingos António Maria Bento Raimundo de Sousa e Holstein 1.º Conde do Calhariz — morreu solteiro e sem descendência.	1.º f.º	Duques de Palmela.
Marquêsa das Minas	D. Eugénia Maria Antónia Domingas Francisca José Colecta de Sousa e Holstein. Casou em 8 de Maio de 1842 com D. Brnz Maria da Silveira e Lorena — 9.º Marquês das Minas — de quem teve 4 filhos: *a*) D. Nuno da Silveira e Lorena — 10.º Marquês das Minas — que morreu sem descendência. *b*) D. Pedro da Silveira e Lorena — 11.º Marquês das Minas e 13.º Conde do Prado — que morreu sem descendência. *c*) D. Alexandre da Silveira e Lorena — 12.º Marquês das Minas e 14.º Conde do Prado — casou em 1876 com Sofia Isabel de Roboredo, de quem teve uma filha, D. Isabel da Silveira e Lorena — 15.ª e actual Condessa do Prado casada com. . . . . . *d*) D. Ana da Silveira e Lorena que casou com José Ferrão de Castelo Branco. Morreu em 1881 e teve um filho que pouco sobreviveu à mãe.	2.ª f.ª	Duques de Palmela.

Títulos	Nomes	N.º dos mapas	Filiação
	D. Izabel de Sousa e Holstein	3.ª f.ª	Duques de Palmela.
2.º Duque de Palmela	D. Domingos António Maria Pedro de Sousa e Holstein.	4.º f.º	Duques de Palmela.
2.ª Duquêsa de Palmela . . .	Casado com D. Maria Luiza de Noronha e Sampaio de quem teve os seguintes filhos:		
3.ª Duquêsa de Palmela. . . .	*a*) D. Maria Luiza Domingues Eugénia Ana Filomena Josefa Antonia Francisca Xavier de Sales de Borja de Assis Paula de Sousa e Holstein casada com Antonio de Sampaio e Pina de Brederode de quem teve os seguintes filhos:	1.ª f.ª	2.ºs Duques de Palmela.
3.ª Marquêsa do Faial	*a'*) D. Helena Maria de Sampaio e Pina de Sousa Holstein casada com Luis Coutinho Borges de Medeiros Sousa Dias da Câmara, Marquês de Faial, de quem teve os seguintes filhos:	1.ª f.ª	3.ºs Duques de Palmela.
	a'') D. António Maria da Assunção José Francisco de Paula de Assis Vicente João Gabriel Deodato de Sousa e Holstein Beck	1.º f.º	3.ºs Marqueses do Faial.
	b'') D. Maria de Sousa e Holstein	2.ª f.ª	3.ºs Marqueses do Faial.
	c'') D. Domingos de Sousa e Holstein . .	3.º f.º	3.ºs Marqueses do Faial.
	d'') D. Maria Luiza de Sousa e Holstein .	4.ª f.ª	3.ºs Marqueses do Faial.
	e'') D. Ana de Sousa e Holstein.	5.ª f.ª	3.ºs Marqueses do Faial.
	b) D. Eugénia Luiza Maria Balbina Domingues Filomena Ana Josefa Francisca de Sales Borja Xavier de Assis de Sousa Holstein.	2.ª f.ª	2.ºs Duques de Palmela.
Condessa da Ribeira Grande .	*c*) D. Luiza Maria de Sousa e Holstein casada com José Maria Gonçálves Zarco da Câmara, Conde da Ribeira Grande	3.ª f.ª	2.ºs Duques de Palmela.
	b') D. Pedro Maria de Sampaio e Pina de Sousa e Holstein.	2.º f.º	3.ºs Duques de Palmela.
	D. Manuel Vicente Maria António Domingos Francisco de Sousa e Holstein . . . . . Morreu solteiro sem descendência.	5.º f.º	Duques de Palmela.
	D. Maria Ana da Anunciação Josefa Francisca de Assis Sales Xavier António Domingues de Sousa e Holstein		

	quês e 3.º Conde de Terena, de quem teve dois filhos:		
	a) D. Eugénia Maria Filomena Brandão de Melo Cogominho Correia de Sá Pereira de Lago Bezerra de Lacerda e Figueirôa, 3.ª Marquêsa e 4.ª Condessa de Terena, 3.ª Viscondessa de S. Gil de Perre — pelo seu casamento em 1861 com o 15.º filho do Duque de Palmela, 1.ª Marquêsa de Monfalim.		
	b) José Maria Pedro Brandão de Melo, morreu sem descendência.		
	D. Maria José de Sousa e Holstein . . . . . Morreu solteira.	7.ª f.ª	Duques de Palmela.
Condessa das Alcáçovas . . .	D. Tereza Maria da Conceição Antónia Domingas Francisca José de Sousa e Holstein. . . . . Casou em 1842 com o Conde das Alcáçovas, D. Caetano de Sales Henriques Pereira de Faria Saldanha Vasconcelos de Lancastre, de quem teve os seguintes filhos:	8.ª f.ª	Duques de Palmela.
	a) D. Maria de Lancastre, solteira.		
	b) D. Luís Henriques de Faria Pereira Saldanha e Lancastre, 2.º Conde das Alcáçovas, casou em 1871 D. Tomázia de Magalhães Mexia Sande Salema Guedes e Menezes. Falecido e do seu casamento deixou os seguintes filhos:		
	a') D. Maria do Carmo Henriques de Lancastre casada com Carlos Wan-Zeller, sem descendência.		
	b') D. Tereza Maria Henriques de Lancastre casada com Tomaz de Almeida Garrett, com descendência.		
	c') D. Caetano Henriques de Faria Saldanha e Lancastre, 3.º e actual Conde das Alcáçovas, casou em 1900 com D. Maria Tereza de Saldanha Oliveira e Sousa, cum descendência.		
	d') D. Ana Henriques de Faria Lancastre, solteira.		
	e') D. Joaquim Henriques de Lancastre, casado com D. Maria Eugénia de Mendia, com descendência.		
	f') D. Eugénia Henriques de Lancastre, casada		

Titulos	Nomes	N.º dos mapas	Filiação
	com Luís de Orey e Albuquerque, com descendência. *g'*) D. Luís Henriques de Lancastre, solteiro. *h'*) D. Maria Luísa de Lancastre, Marquêsa de Ficalho, pelo seu casamento em 1914, com o Marquês de Ficalho, Francisco de Melo Costa, com descendência. *c*) D. Tereza Henriques de Lancastre, casada em primeiras núpcias em 1869 com Manuel José de Oliveira 1.º Visconde de Barcelinhos. Teve uma filha D. Tereza Henriques de Lancastre e Oliveira que casou com D. José de Avilez Lobo de Almeida Melo e Castro. (Quando se falar do 10.º filho do Duque de Palmela se farão novas referências). Casou em segundas núpcias com Álvaro Correia da Silva Araújo, 2.º Visconde de Barcelinhos, de quem teve os seguintes filhos: *a'*) D. Maria de Lancastre Araújo casada com D. José Gil Borja de Macedo e Menezes, com descendência. *b'*) D. Eugénia de Lancastre e Araújo, Condessa de Bobone, pelo seu casamento com o Conde de Bobone, Carlos, com sucessão. *c'*) D. Mariana de Lancastre Araújo, Condessa da Ponte, pelo seu casamento com o Conde da Ponte, Manuel Ferrão Castelo Branco, com descendência. *d*) D. Pedro Henriques de Faria Pereira Saldanha e Lancastre, casado com D. Francisca Emilia Pereira da Silva de Sousa e Menezes, com descendência. *e*) D. Caetano Henriques de Lencastre, solteiro, falecido sem descendência. *f*) D Eugénia Henriques de Lancastre, faleceu, solteira		

	h) D. António de Lancastre, faleceu solteiro.		
	i) D. Domingos de Lancastre, solteiro.		
	j) D. Maria Ana de Lancastre casada com José Ferrão de Castelo Branco, em segundas núpcias dêste, de quem tem dois filhos:		
	a') Manuel de Lancastre Ferrão de Castelo Branco, Conde de Arrochela, casado com D. Brites de Montenegro, Condessa de Arrochela, com descendência.		
	b') D. Maria Tereza de Lancastre Ferrão de Castelo Branco, solteira.		
	D. Rodrigo Maria José da Conceição da Rocha António Domingos Francisco de Santa Luzia de Sousa e Holstein. . . . . Faleceu sem descendência e solteiro.	9.º f.º	Duques de Palmela.
Condessa das Galveias	D. Catarina Maria da Assunção Antónia Francisca Domingas Josefa de Sousa e Holstein	10.ª f.ª	Duques de Palmela.
	Condessa das Galveias, pelo seu casamento com D. Francisco Xavier Lobo de Almeida Melo e Castro, 7.º Conde das Galveias. Teve os seguintes filhos:		
	a) D. Eugénia Maria Lobo de Almeida Melo e Castro, casada com José de Avilez Ferreira Pinto Basto. Teve os seguintes filhos:		
	a') D. José de Avilez Lobo de Almeida Melo e Castro, 8.º Conde das Galveias, casado com D. Teresa Henriques de Lancastre e Oliveira, Condessa das Galveias, com descendência.		
	b') D. Francisco de Avilez Lobo de Almeida Melo e Castro, casado e com descendência.		
	c') D. António de Avilez Lobo de Almeida Melo e Castro, casado com D. Maria Tereza O'Neill, com descendência.		
	d' D. Pedro de Avilez Lobo de Almeida Melo e Castro, faleceu solteiro.		
	b) D. António Maria Lobo de Almeida Melo e Castro, faleceu creança.		
	c) D. Pedro Maria Lobo de Almeida Melo e Castro, faleceu solteiro.		

Titulos	Nomes	N.º dos mapas	Filiação
	d) D. Ana Maria Lobo de Almeida Melo e Castro, faleceu solteira. *e*) D. Francisco Xavier Lobo de Almeida Melo e Castro, faleceu solteiro. *f*) D. Alexandre Lobo de Almeida Melo e Castro, faleceu solteiro, sem descendência. *g*) D. Maria dos Santos Lobo de Almeida Melo e Castro, casada com Mem Rodrigues de Vasconcelos. Faleceu sem descendência. *h*) D. Isabel Maria Lobo de Almeida Melo e Castro, faleceu solteira. *i*) D. Maria Ana Lobo de Almeida Melo e Castro, casada com D. Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara. Faleceu sem descendência. *j*) D. Dinis Maria Lobo de Almeida Melo e Castro, faleceu solteiro sem descendência. *k*) D. Domingos Lobo de Almeida Melo e Castro, faleceu solteiro sem descendência. *l*) D. João Lobo de Almeida Melo e Castro, faleceu solteiro. *m*) D. Tereza Lobo de Almeida Melo e Castro, casada com Filipe de Vilhena, com descendência. *n*) D. Catarina Lobo de Almeida Melo e Castro, morreu solteira. *o*) D. Violante Lobo de Almeida Melo e Castro, morreu solreira. *p*) D. José Maria de Lourdes Lobo de Almeida Melo e Castro, morreu solteiro.		
	D. Ana Rosa do Santissimo Sacramento de Sousa e Holstein . . Casou em primeiras núpcias com Luis de Vasconcelos de quem teve uma filha D. Eugénia de Vasconcelos e Sousa, falecida solteira; e em segundas núpcias com D. António Lobo de Almeida Melo e Castro, de quem teve dois filhos:	11.ª f.ª	Duques de Palmela.

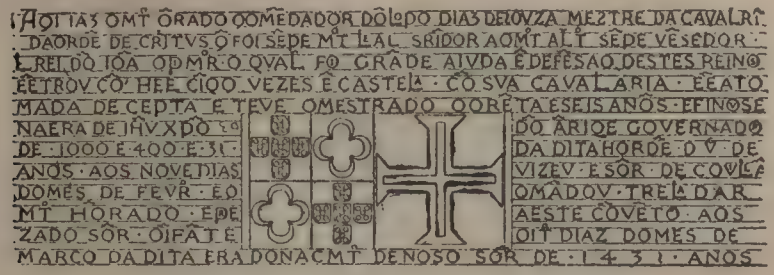
	sado com D. Maria Luisa de Sá Pereira e Menezes de Almeida e Vasconcelos. Falecidos e deixaram os seguintes filhos: *a'*) D. Manuel de Almeida e Vasconcelos, actual Conde da Lapa, casado, com descendência. *b'*) D. Pedro Lobo de Almeida Melo e Castro, casado e com descendência. *c'* D. Maria das Dôres Lobo de Almeida Melo e Castro, casada com Vicente de Almeida Trigoso, com descendência.		
	D. Pedro Maria de Sousa e Holstein. Faleceu creança. . . .	12.º f.º	Duques de Palmela.
Marquês de Sousa Holstein. .	D. Francisco de Borja Pedro Maria António de Sousa Holstein .	13.º f.º	Duques de Palmela.
	1.º Marquês de Sousa Holstein, Doutor formado em Direito pela Universidade de Coimbra, casado com D. Maria Eugénia Braamcamp de Melo Breyner, ambos falecidos. Deixou os seguintes filhos: *a*) D. Pedro de Sousa e Holstein, faleceu solteiro, sem descendência. *b*) D. Luis de Sousa e Holstein, actual 2.º Marquês de Sousa Holstein, casado com D. Maria da Graça Mendes de Vasconcelos, Marquesa de Sousa Holstein. *c*) D. Adelaide de Sousa e Holstein.		
Marquês de Cezimbra . . .	D. Tomás de Sousa e Holstein	14.º f.º	Duques de Palmela.
	1.º Marquês de Cezimbra, casado com D. Ana Maria Gonçalves Zarco da Câmara, ambos falecidos. Tiveram os seguintes filhos: *a*) D. Ana de Jesus Sousa e Holstein, faleceu creança. *b*) D. Eugénia de Sousa e Holstein, solteira. *c*) D. Mariana de Sousa e Holstein, solteira. *d*) D. Pedro de Sousa e Holstein, solteiro. *e*) D. Francisco de Sousa e Holstein, solteiro. *f*) D. Maria de Jesus de Sousa e Holstein, casada com Aires de Ornelas e Vasconcelos. *g*) D. José de Sousa e Holstein, solteiro. *h*) D. Isabel Juliana de Sousa e Holstein, casada com António Brandão de Melo, com descendência. *i*) D. Maria da Conceição de Sousa e Holstein, solteira. *j*) D. Teresa de Sousa e Holstein, casada com João		

Titulos	Nomes	N.º dos mapas	Filiação
	de Paiva Faria Leite Brandão. Faleceu sem descendência.		
	k) D. Maria de Lourdes de Sousa e Holstein, solteira.		
Marquês de Monfalim	D. Filipe Maria José Pedro Estêvão João Evangelista Francisco de Sales Xavier de Assis de Borja de Paula Sousa e Holstein	15.ª f.ª	Duques de Palmela.
	1.º Marquês de Monfalim, casado com D. Eugénia Maria Filomena Brandão de Melo Cogominho Correia de Sá Pereira de Lago Bezerra de Lacerda e Figueirôa. Falecidos.		

Dêste artístico túmulo com imagem de vulto em cima, do tamanho do corpo (1) do glorioso Mestre, levantado junto à porta da sacristia velha na igreja da sua ordem, no seu quartel em Tomar, nada resta infelizmente ao presente.

O epitáfio desapareceu, assim como a estátua por ser grande (2).

Ficou, no entanto, daquêle, uma cópia infiel que está na parede do lado direito, ao entrar na capela, aberta nos baixos da torre dos sinos da mesma igreja e que a seguir transcrevemos.


AQI IAZ OMT ORADO QOMEDADOR DOLOPO DIAZ DE OVZA MEZTRE DA CAVALRI
DA ORDE DE CRITVS O FOI SEPE MT LEAL SRIDOR AO MT ALT SEPE VESEDOR
EL REI DO IOA OPMR O QVAL FO GRADE AIVDA E DEFESAO DESTES REINOS
E ETROV CO HEE CIQO VEZES E CASTELA CO SVA CAVALARIA E EA TO
MADA DE CEPTA E TEVE O MESTRADO QORETA E SEIS ANOS E FINOSE
NA ERA DE IHV XPO DO ARIQE GOVERNADO
DE 1000 E 400 E 31 DA DITA HORDE D V DE
ANOS AOS NOVE DIAS VIZEV E SOR DE COVLA
DOMES DE FEVR E O OMADOV TRELADAR
MT HORADO E PE AESTE COVETO AOS
ZADO SOR OIFATE OIT DIAZ DOMES DE
MARCO DA DITA ERA DONACMT DE NOSO SOR DE 1431 ANOS

EPITÁFIO DO TÚMULO DE D. LOPO DIAS DE SOUSA

Aqui jaz o muito onrado comendador D. Lopo Diaz de Souza, mestre da cavalaria da Ordem de Cristo, que foi sempre muito leal servidor ao muito alto sempre vensedor El-rei D. João, o I, o qual foi grande ajuda em defensão d'estes reinos e entrou com elle cinco vezes em Castela, com sua cavalaria e em a tomada de Cepta e teve o mestrado qorenta e seis anos e finou-se na era de Iesu Christo de 1435 anos aos 9 dias do mes de Fevereiro. E o muito honrado e prezado senhor o infante D. Anrique governador da dita Hordem, duque de Vizeu e senhor de Covilhã o mandou treladar a este convento aos oito diaz do mes de março da dita era do nacimento de Nosso Senhor, de 1435 anos.

Reproduzindo aquela duma fotografia, vê-se pela letra que é do século XVI e sem dúvida cópia descuidada da inscrição que estava no mausoleu que, ao tempo das grandes obras ali feitas, a quando da transformação dos cavaleiros de Cristo em frades, no tempo de D. João III, dali foi afastado para desobstruir a igreja na necessidade dos serviços religiosos da comunidade.

Naturalmente por abandonado e velho, embora tivesse sòmente uns cem anos, nenhum vestígio ficou dele a não ser essa cópia que apresenta

(1) e (2) Pedro Álvares, *Tomo da Ordem de Cristo*, pág. 27, na Torre do Tombo.

êrros devidos sem dúvida ao mau copista ou à ilegibilidade da antiga inscrição.

Decerto que devia ter sido escrita em letra gótica, esta e alguma deterioração fizeram interpretá-la mal, sentindo nós hoje não lhe podermos dar o crédito que deviamos e que tanto desejavamos poder-lhe dar.

A primeira era, 1435 devia ter sido de 1417, ano provavel da morte de D. Lopo Dias de Sousa.

Mas, como diz também a nova inscrição que êle esteve no mestrado 46 anos (1) e sabendo-se que êle foi investido nessa dignidade em 1372,

IGREJA DA CAVALARIA DE CRISTO NO CASTELO DE TOMAR
NO SÉCULO XV (2)

temos de acrescentar um àquela data, o que nos leva a dizer que morreria em 1418.

A segunda data de 1435 deverá estar certa, porque o soberbo túmulo

(1) Pedro Álvares no seu *Tomo da Ordem de Cristo* a pág. 27 diz também que D. Lopo teve o mestrado *por espaço* de 46 anos.

(2) No alto e à direita, ao cimo de dois lanços de escadaria, sendo ainda a mais servida a portada por uma série de degraus, vê-se a figura da velha edicula templaria que D. Henrique transformou em igreja para o serviço da sua comunidade e onde mandou sepultar o seu digno antecessor.

Êste lindo trabalho de iluminura do seculo XVI encontra-se na *Torre do Tombo* na primeira folha do *Livro quarto da Estremadura* para a qual a nossa atenção foi chamada pelo ilustre Director daquele estabelecimento, o Sr. Dr. António Baião, a cuja amabilidade o podémos fotografar, o que bastante nos penhora.

de figura jacente deveria ter sido construido na época das grandes obras que D. Henrique mandou fazer no convento da sua ilustre milícia e que pouco mais ou menos se realizariam por esse tempo.

Além disso não seriam criveis dois êrros em tão pequeno espaço e em frases de quatro palavras.

Explicados assim os êrros do descuidado epitáfio, chegámos ao fim na narração de vida tão ilustre, de façanhas tão dignas de memória, de actos de tão elevado patriotismo e de acções tão exemplares para respeito dos presentes e para alta lição dos vindouros, terminando com êstes versos que tão eloquentemente falam do alto valor do inclito varão:

Foi o último Mestre da sua Ordem
E assim era razão que fôsse:
Que depois dum D. Lopo Dias de Sousa,
Ou os Mestres haviam de ser reis,
Ou os reis haviam de ser Mestres (1).

(1) Do *Elogio* no *Theatro Genealogico da Casa de Sousa.*

D. HENRIQUE

OITAVO MESTRE DA ORDEM DE CRISTO

omo da data certa da morte do ilustre Mestre de Cristo, D. Lopo Dias de Sousa, não conseguimos obter a exactidão, também da subida do heroico cavaleiro dessa nobre Ordem, o infante D. Henrique, ao mais alto grau hierárquico dela impossivel nos foi documentá-la.

Em 1418, quando do descêrco de Ceuta foi a África, iria já como Mestre da aguerrida milícia?

Não nos foi possivel sabê-lo.

Comtudo pelo que dissemos a respeito do epitáfio de D. Lopo Dias de Sousa, convimos em que pelos anos de 1418 já estava investido no lugar de Mestre que tanto devia ambicionar para, com os rendimentos da já rica Ordem tomarense e os seus homens, poder lançar-se na prática das suas ideias, na realisação de seus propositos de crente e apaixonado defensor da Cruz.

A êsse fortuito acontecimento deve o grande homem a sua imortalidade e Portugal a sua glória.

Foi sempre assim.

Desde a mais remota data que o dinheiro é considerado o principal nervo da guerra e sem nervos nenhum corpo vivo se põe em acção.

Esta era determinada aqui pelo chefe duma Ordem rica que punha em movimento 100 soldados, que tinham jurado não recear a morte

por seu instituto, por seu senhor e pela sua patria (1), e que dentro da sua lei, da sua corporação tinham a remuneração condigna a seus serviços.

O princípio da associação, que hoje tão preconisado está e tão defendido por aí existe, fez aqui sentir a sua benéfica influência e de tal maneira que, estamos certo, foi devido a êle que D. Henrique se pôde tornar como que independente, levando ávante o seu pensamento obstinado, o principal de quasi toda a sua vida, de saber onde chegava o poder do mouro para o atacar e reduzir à fé de Cristo.

Dotado de boa estatura, compleição vigorosa, largos e fortes membros, cabelo alevantado, olhar duro, gesto sereno, cara de poucos amigos, saía pelo físico e pelo psiquico ao pai.

Êste, peninsular de gêma, lançou na alma do filho todo êsse complexo de boas e más qualidades que o tornaram um dos maiores homens da humanidade e a quem Portugal deve ter representado o imortal papel civilizador dos séculos XV e XVI.

Também, para mais o tornar português, muito concorreu, decerto, o leite que mamou nos seios de Mécia Lourenço (2) cujo nome tem andado ignorado pelos biógrafos do grande Henrique.

Ressuscitamo-lo nós com grande honra para a sua pessoa e de seu marido Vasco Gonçalves d'Almeida, que também esquecido foi pelos muitos escritores que lemos sôbre o imortal infante.

D. Henrique, concentrado, à primeira vista pouco simpático, prático, fleumático, individualista, subjectivista, forte de coração, agudo de engenho, temperado, virgem e persistente, vai pela vida além a gastá-la nos tenazes trabalhos a que se lança e faz lançar-se, audaz e valorosamente,

(1) Ordenações Afonsinas, Livro 1.º, Titulo 64, pág. 373.

(2) Junto ao claustro do *Cemiterio*, no Monumento de Cristo em Tomar, entre a antiga Édicula templária e o claustro da *Lavagem*, na ála sul daquele, há hoje uma pequena porta que dá entrada numa casa quadrada, abobadada e artesoada, cujo artesão oriental-sul nasce de cima duma relativa bem cinzelada cabeça de mulher que, numa expressão de destaque e talvez de propósito, se quizessemos fantasiar à semelhança, guardadas as devidas proporções, do grande mestre Alexandre Herculano, nos daria o busto da notavel mulher do fundador dessa casa, como o ilustre historiador encontrou na célebre misula da Batalha a figura de Afonso Domingues sôbre que teceu o seu admiravel romance *A Abobada*.

No topo oriental desta capela há como que um altar guarnecido por duas meias colunas com capiteis estilisados de vários motivos, onde se apoia um arco de curva mais ou menos abatida, tendo por cima uma airosa acolada que tenta o vôo que no fim do século foi dado por êsses opulentos arcos tão caraterísticos do gótico florido, e no topo ocidental um túmulo, em espécie de caixão, metido numa ampla cavidade da parede que um arco de pleno centro sustêm, como a nossa gravura representa.

Na face livre do túmulo grava-se o escudo dos que dentro jazem, o qual se reproduz só nas arruelas dos Almeidas, no fecho da alta abobada e todo na parede lisa que

essa pleiade de homens — os cavaleiros de Cristo — que, no desprezo heroico da vida, dão realidade ao confuso ruminar de seu potente cérebro e ao querer indomavel de sua pertinaz vontade.

Grandes obreiros eram e dignos também de ter o Mestre que á fortuna lhes deparou.

Os guerreiros de Cristo na sua nobre missão — expansão da Fé — seguiam caminho e D. Henrique, como primeiro, guiava-os nessa sublime missão, completando-se ambos na sua audaciosa obra de conquistas e descobrimentos.

Quando foi que no cérebro do alto infante surgiu tal pensamento?

Quando brotou do fecundo talento do famoso Mestre?

Não se pode determinar.

As grandes ideias são como os grandes rios que nunca teem como que princípio.

Estes veem das altas encostas das serras e dos profundos talwegs dos vales que formam as suas dilatadas bacias hidrográficas.

As primeiras gotas juntam-se às segundas que já vão fazendo água e esta junta a outra e a outras é que, ao fim de longo percurso, forma o caudal que toma o nome de rio e que é impetuoso e bravo em terras ravinosas e plácido e brando em planícies amplas de chão e de luz.

Assim as obras dos grandes homens.

se levanta por detraz conjuntamente a lápide comemorativa da fundação da capela mortuaria.

Reza esta, em letra gótica, bastante legivel, o seguinte:

Esta capella mandou fazer
Vaasco Gonçalves d'Almeida : cavaleiro : e sua molher
Mécia Lourenço : amos do ifante Dom Anrique e foi feita
Era do Salvador de Mil IIIIXXIII

Porque teria sido tão esquecido êste cavaleiro?

Sua vida seria tão obscura que não desse origem a qualquer facto digno de ser notado por qualquer cronista ou genealogista?

Seria a ocupação de ama de qualquer principe lugar indigno de figurar na história?

Ou o de aios, caso aqui tenha essa significação, também seria, nesse tempo, emprêgo de somenos importância?

Ou já, por acaso, haveria no século XV manifestações da tão seguida *campanha do silencio* dos nossos infelizes dias?

Nos prolixos Azuraras que lemos e os sisudos Braamcamps Freires que percorremos, nem uma referência a Mécia ou a Vasco encontrámos.

Aqui fica levantado do propositado ou impropositado silêncio, em que tem jazido, o nome glorioso da ama ou dos aios do inclito infante, muito desejando nós que seja pista a historiadores futuros para completarem a biografia de tão notáveis personagens.

De longe veem as ideias confusas, indeterminadas, que as circunstâncias vão reunindo, esclarecendo, avolumando, corporificando até ao momento maximo de se incarnarem em alguem que lhes imprime direcção na suprema aspiração da perfectibilidade humana.

A colectividade é como que a origem dessas ideias, mas o homem na sua natural tendência para simplificar, não olha senão para o vulto que melhor as integrou e que por natureza se lhes foi afeiçoando, levando-as à prática com a persistência relativa à dificuldade e grandeza delas.

Assim Portugal, que de há muito vinha a afazer-se aos trenos do mar, num tráfico que já ia longe, e que lhe dava aqueles fruitos... do mar em que se governava (1), no princípio do radioso século xv, estava prenhe de energias e de riquezas e, ao ver-se apertado entre as linhas que o tratado de 1414 tinha firmado e o Oceano, procura empregá-las neste na heroica missão de ver o mundo reduzido à lei de Cristo, não só no alto interesse da Fé, como também com o fim de canalisar os ricos produtos que o comércio árabe tinha introduzido na peninsula durante a sua estada nela, e que agora já faltavam, ao ter esta sido evacuada por êsses povos, que das regiões orientais os conduziam em caravanas aos portos mediterranicos, e que tanto serviam de estímulo aos cristãos a irem buscá-los na origem.

E assim D. Henrique, alma de fogo, sectário ardente duma Fé viva, hábil governador da sua Ordem, integra-se nesse belo meio para êle, e as suas qualidades nativas e as adquiridas vão desabrochando, robustecendo-se e expandindo-se, definindo-lhe o caracter, formando-se de tudo isso a sua poderosa individualidade.

Bem sabemos que uma conversa particular e uma lembrança por acaso foram a origem da conquista de Ceuta.

Mas essa conversa e essa lembrança não eram frutos do tempo?

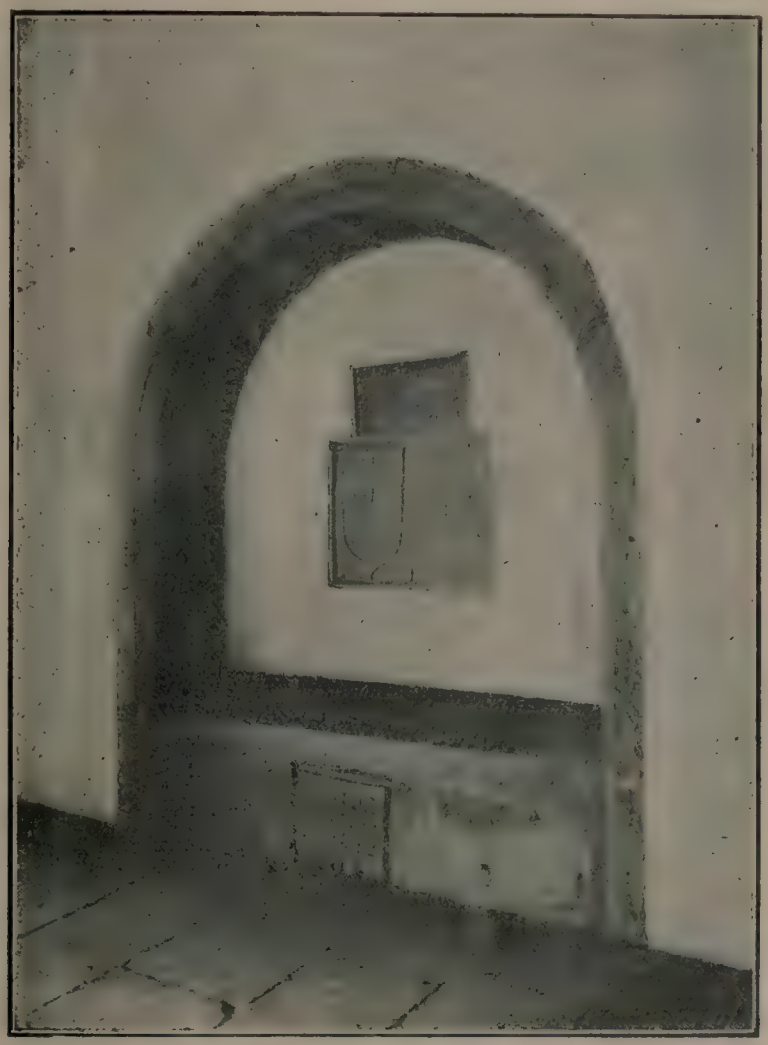
Se não fôssem as guerras do pai, não arderiam os filhos em brios e façanhas e a remissão duns cristãos não originaria a ideia de desapossar a famosa e formosa cidade das mãos dos piratas maometanos.

Já vimos a principal acção que D. Henrique exerceu nesta sublime empresa, que tal repercussão teve pelo mundo fóra que o papa Martinho V, Sigismundo da Alemanha, D. João II de Castela e Henrique V de Inglaterra o requeriam pera capitão de suas campanhas (2) e Humphrey, duque Gloncester, regente de Inglaterra em nome de seu sobrinho, Henrique VI, ou o também, outro irmão regente, João, duque de Belfort, confere-lhe, talvez pelos anos de 1422-1423, a banda da Ordem da Jarreteira, *a mais nobre das Ordens.*

(1) D. Duarte, *Leal Conselheiro*, pág. 32.

(2) Visconde de Santarêm. *Nota* na *Crónica da Guiné* de Azurara, pág. 41.

Agora vamos vê-lo chefiar a patriótica Ordem de Cristo, não obedecendo todavia ao restrito voto de pobreza dos passados Mestres, mas, mais livre, como Governador, na consubstanciação heroica do atávico



TÚMULO DOS AMOS DE D. HENRIQUE

pensamento português, na continuação sublime da augusta missão de progresso da sua nobilissima Ordem.

Sem que possamos enfileirarmo-nos, por falta de provas inconcussas, no número dos escritores que fazem passar o juvenil infante D. Henrique a enviar navios, a desvendar o *mar tenebroso,* logo após a tomada de Ceuta, só agora o achamos em condições de o poder fazer, porque o

logar vago pela morte do seu antecessor em 1417 ou 1418 e preenchido por êle, lhe dá enchanças para isso, fornecendo-lhe os homens e rendimentos precisos.

Por encargo do pai, compete-lhe a defesa de Ceuta (1), intervindo no que tocava ao provimento e manutenção dela, por isso se apronta e vai em 1418 ao descêrco da heroica praça.

Não combate por o mouro já ter levantado, o que o contraría, querendo dar ainda assim emprego ao tempo e trabalho gastos, conquistando Gibraltar, que era ainda infiel.

Não pode por ordem do pai.

Não importa, um dia seria, pois as coisas não estariam sempre como agora.

Nos dois meses que por lá se demorou, soube melhor ali o quanto os mouros tinham inquietado D. Pedro de Menezes em contínuas escaramuças, e indagou das suas fôrças, das suas terras e das suas relações com outros povos; pois conhecedor, como instruido que era, da existência da generalisada lenda do Préstes João, a êle queria chegar para, na confraternisação da mesma Fé, tornear o mouro, cercando-o e esmagando-o.

Voltando ao reino, procura o Algarve para mais perto estar de Ceuta, tendo Lagos, com a sua ampla e formosa baía, por centro dos seus trabalhos e pesquizas.

Já de há muito, e até dos últimos tempos da dinastia anterior, saíam dêste grande porto navios armados em guerra contra os mouros (2), o que decerto determina no ânimo de D. Henrique a sua preferência a esta povoação, onde reside ameudadamente e donde manda também sair navios armados contra os infieis da África e da Espanha (3).

Aí estabelece os seus contínuos correios para a costa dalêm e também aí começam a fixar-se no seu ardente espírito as ideias vagas que possuia e que os marítimos nas conversas desejadas lhe iam aumentando, rasgando-lhe a ignorância, iluminando-o na ância de conhecer melhor o nebuloso mundo dos seguidores de Mahomé.

Dêsse contínuo vai-vem e dêsse desejo de conhecer terras para o sul dois escudeiros nobres sairam da róta que levavam e fazendo-se, por efeito de tempestade, ou qualquer outro, um ponco ao largo, descobrem a ilha de Porto Santo e depois a da Madeira, cuja existência andava na tradição.

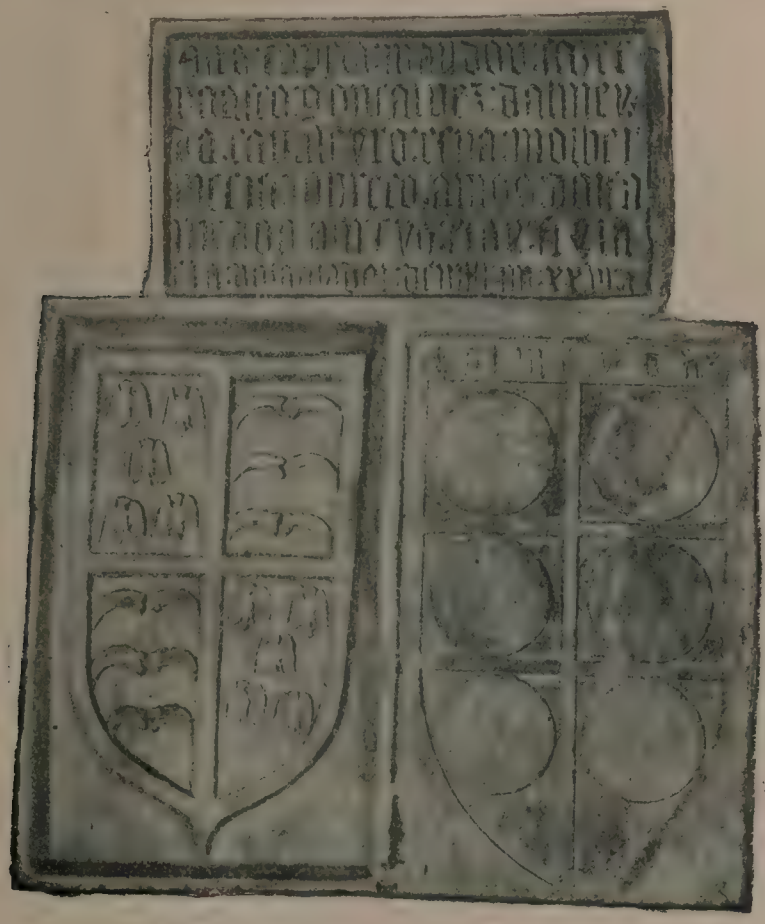
Outro filão pela vara mágica de João Gonçalves, o *Zarco* de alcunha (4), e de Tristão aparecia ao potente obreiro.

(1) Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João I*, L. 5, fol. 91 v.
(2) Azurara, *Crónica da Guiné*, cap. XLIX.
(3) Idem, *ibidem*, cap. V.
(4) Damião de Goes, *Crónica do Principe D. João*, cap. VIII.

Ilhas?!

A famosa e vaga terra da Atlantida que desde o *Timio* e *Critias* de Platão vinha sendo falada?!

De há muito as lendas cobriam essas ilhas, embora no tempo de D. Afonso IV as Canárias já tivessem surgido, deixando documentos de tal aparição (1).



LÁPIDE DA FUNDAÇÃO DA CAPELA E AS ARMAS DOS FUNDADORES

(1) *Carta de El-Rei D. Affonso IV ao Papa Clemente VI de 12 de Fevereiro de 1345* e *De Canaria et de insulis reliquis ultra Hispaniam in oceano noniter repertis,* publicadas na totalidade em 1910 e em 1911 pelo erudito Dr. Eugénio do Canto.

Estes documentos recentemente suscitaram dúvidas ao ilustre escritor, Sr. João Rocha, Redactor Principal da *Folha de Viana,* que, numa série de artigos do seu jornal, tem vindo a apresentá-las, contra ideias expendidas pelo venerando académico, Sr. Teófilo Braga.

Daqui emergiu, no seio da Comissão de História Insulana uma proposta, apresen-

Mas era cedo.

Portugal nesse século ainda não sentia a necessidade de partir os liames que o continham na quasi unidade ibérica.

De novo caiu aquela aparição na obscuridade que o revoltoso reinado de D. Pedro e as guerras de D. Fernando aumentaram, sendo, no entanto, origem das condições que no reinado seguinte haviam de formar o meio propício para desabrocharem os homens e as acções de que neste livro ora nos ocupamos.

D. Henrique informa-se do achado, mas por não ter mouros não lhe liga para já importância de maior, limitando-se a dá-las em governos aos seus descobridores para as povoarem, o que começam por princípio de 1420 (1).

A sua tenaz ideia era a fé religiosa que, a estas horas já senhor da Governação da cavalaria de Cristo, devia propagar, no restrito cumprimento do estatuto da nobre Ordem, pelas terras da Mauritânia.

Largo período gasta nestas locubrações e trabalhos, sem que grande fruto lhe viesse pagar tanta canceira, mas porfia.

Não desanima e começa em 1422 (2) o reconhecimento da costa oeste de Marrocos, na cristã ideia de poder conquistar essa terra maldita dos crentes no Alcorão.

Lagos aumenta de dia para dia o número de seus barcos e os cavaleiros de Cristo tripulam-nos, comandando-os com a expressa ordem de irem mais além.

Porque não iria D. Henrique também num deles?

Porque não voltaria ou prepararia D. João I nova armada conquistadora durante os dezoito anos que ainda reinou após a tomada de Ceuta?

Despesas com o seu lindo mosteiro da Batalha?

Doença a minar o seu potente organismo?

Talvez.

Faltar-lhe-ia incitamento?

Não nos parece.

D. Henrique, que não se aquietava, que tinha em Marrocos infiel o seu pesadêlo, a sua obsessão, quantas vezes lhe falaria numa nova empresa?

Lembrar-lhe-ia D. João quanto custaria a sustentar a nova praça, quando conquistada, como ia custando a improdutiva e absorvente Ceuta?

tada pelo digno bibliotecario da Ajuda, o Sr. Dr. Jordão de Freitas, para que de Roma se alcançasse, por via diplomatica, cópia fotográfica para se aquilatar do valor deles.

Mas à hora que escrevemos esta nota, acaba o govêrno da República de dissolver a conspicua Comissão, não podendo ter, infelizmente, seguimento tal proposta.

(1) Azurara, *Crónica da Guiné*, cap. LXXXIII.

(2) Idem, *ibidem*, cap. VIII.

Teria, como homem prático e político hábil, a clarividência, após a conquista fácil de Ceuta, de que Marrocos era e é, a nosso ver, inconquistavel?

São mudos os cronistas e nós não queremos senão mostrar as inexplicáveis lacunas de seus livros.

No entanto a morte, no seu eterno ceifar de vidas, vai lançar abaixo o roble gigante que, por si e pelos seus companheiros, arreigou a independência nacional a essa descendência ilustre a que Camões chama

Inclita geração, altos infantes...

TANGER — UM POBRE

D. João cede, 14 de agosto de 1433, ao pêso dos gloriosos trabalhos de seus 77 anos, sendo o último dessa não menos inclita geração de Nuno Alvares, Dias de Sousa, João das Regras, que abalou dêste mundo para a involtavel viagem da eternidade.

Agora ficava D. Henrique mais à vontade.

A autoridade e a experiência do velho pai punha-lhe algumas peias que, diante da brandura dum D. Duarte, embora o respeitasse muito, iam desaparecer.

Logo a 25 de Setembro, em Cintra, concede-lhe D. Duarte a isenção do pagamento do *quinto* das presas feitas pelos navios e fustas armadas por êle à sua custa e em que andavam os seus capitães (1) e a 26 de novembro alcançou, por carta régia passada também em Cintra, a doação das ilhas de Porto Santo, Madeira e Deserta (2), conferindo nesse mesmo dia, a jurisdição espiritual das mesmas ilhas à Ordem de Cristo (3).

D. Henrique, o heroe de Ceuta, ia revelar-se.

Seu espirito e sua vontade iam dar verdadeiras amostras do seu caracter que se ia acentuando.

(1) Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 19, fl. 19.
(2) Idem, *Chancelaria de D. Duarte*, liv. I, fl. 18.
(3) Idem.

Na impossibilidade de poder ir em som de guerra contra as terras de África, continua a querê-las tornear, enviando de tempos a tempos barcas pesquizadoras que se vão afuturando pela costa abaixo, até ao intranspassavel Bojador.

Gil Eannes, ilustre lacobrigense, escudeiro do infante, tenta transpô-lo no ano da morte de D. João I, 1433, visto ser o misterioso limite das navegações dêsse tempo.

Mas o vulto do gigante e o redemoinhar terrífico do mar, fizeram-no recuar, não passando das Canárias, donde trouxe alguns cativos (1).

D. Henrique arrelia, mas cose comsigo êsse desespero e no ano seguinte apresta a mesma barca e, metendo em brios o mesmo capitão, fá-lo vogar para êsse lendário cabo que agora é passado na suprema glória de Gil Eannes e do egrégio Mestre de Cristo.

Só rosas lhe traz o arrojado cavaleiro, conjuntamente a notícia de que não encontrára gente alguma nem sinal de povoação.

D. Henrique ficou intrigado!

Não era isto que esperava.

Não era isto que queria.

Marrocos é que era o seu sonho, a sua ambição, o seu papel perante a sua Ordem e perante Deus.

Queria saber, visto nunca achar rei cristão nem senhor de fóra de Portugal que o tivesse querido ajudar na guerra contra o mouro, se acharia naquelas partes da Guiné alguns príncipes cristãos em que a caridade e amor de Cristo fôsse tão esforçado, que o quizessem ajudar contra aqueles inimigos da Fé (2).

Conquistá-lo era a sua missão na terra.

Como ir lá?

Só com a sua Ordem, apezar de poderosa, não podia ainda assim arriscar-se.

Ruminava a execução da ideia no vivo desejo que o devorava há muito tempo, como bom soldado da Cruz, qual outro templário dos tempos idos.

O glorioso feito de Gil Eannes é secundado por êste e por outro creado do infante e seu patrício, Afonso Gonçalves Baldaia, que num barinel passaram 5o léguas para alêm do famoso cabo, chegando a uma angra, que denominaram dos *Ruivos,* por nela haver muito peixe desta qualidade.

Continuam a não ver gente nem casas, mas já acham vestigios de homens e de camelos.

Esta notícia enche de alegria D. Henrique que nela vê esperanças

(1) Azurara, *Crónica da Guiné,* cap. IX.
(2) Idem, *ibidem,* cap. VII.

de realizar os sonhos atormentadores da sua existência e não descança, sem que mande, 1436, o mesmo barinel comandado pelo mesmo capitão a proseguir na mesma róta, para ver se tomavam lingua, cativando algum dos naturais dessas terras, trazendo-o a Portugal.

Cento e vinte léguas percorre além Bojador, mas impossivel lhe foi apanhar algum habitante, embora dois moços cavaleiros, na ardência esforçada dos seus 17 anos, fôssem pelas terras dentro, na pesquiza de seus habitadores que viram e batalharam.

Volta triste a Portugal, por não poder fazer a vontade ao seu mestre

TANGER — VISTA GERAL

e senhor a quem, ainda assim, traz alguma fazenda daqueles, peles de fóca e redes.

A D. Henrique custar-lhe-ia também a não vinda de nenhum lingua que tanto era o seu desejo, mas agora mais alta empresa o preocupa.

Dar realidade à sua velha ambição, ao seu ardente plano: conquistar Marrocos é agora a sua viva aspiração, a constante preocupação de todas as horas.

Refere Rui de Pina, ao escrever a sua Crónica (1), que tinha achado muitas opiniões sôbre a tenção e fundamento que D. Duarte tivera de mandar D. Henrique e D. Fernando sôbre Tanger e que por brevidade só escrevia o que lhe parecia mais aprovado.

(1) *Crónica de D. Duarte*, cap. x.

Por longe estar do acontecimento, natural lhe foi, a nosso ver, omitir uma circunstância que deveria ter-se dado.

Origina êle a expedição de Tanger no grande descontentamento do infante D. Fernando em ser desigual aos irmãos em honra, terras e rendas, o que o leva a ter em Almeirim uma fala com D. Duarte.

Seria êste acto só próprio do *ambicioso* infante ou haveria *alguem* que o sugestionaria?

Erraremos muito supondo que êsse alguem fôsse D. Henrique?

Parece-nos que não.

Vejamos o desenrolar do infeliz e triste drama que acaba por definir um santo e por acentuar um taciturno.

Contava D. Fernando 31 anos ao acabar seus dias D. João I e, não consta que êle, apezar dessa idade, tivesse alguma vez manifestado desejos de ir correr terras à cata de honras e fortuna.

Contentava-se com a sorte, no respeito supremo dum pai amantissimo e cheio de experiência da vida.

Mas morto êste, irrompe com o irmão, seu rei, acompanhando-o decerto D. Henrique cujo coração, desde a vinda do descêrco de Ceuta, sempre fôra guerreado do desejo de tornar a África, propósito que atara em sua alma com firmes nós de muita fé (1).

Que dúvida há, pois, em aceitar a ideia que expomos da labareda, em que D. Henrique ardia, ter pegado fogo na decerto anciosa alma de D. Fernando?

Sem dúvida, D. Henrique interveio na conversa de Almeirim, para que, indirectamente, pudesse, com afinco, levar o tímido irmão a ordenar a nova empresa.

D. Duarte, de alma irresoluta e corpo enfermo, não deu resposta definitiva a D. Fernando, esperando dar-lha alguns dias depois, pois ficou bastante incomodado com o que lhe apresentava o irmão.

Dos infantes, que na côrte eram ordenados andar, D. Henrique, por mais despejado, era o mais residente, porque, depois de cumprir seu giro, folgava por comprazer a seus irmãos de servir os seus dêle (2).

Foi pois a D. Henrique, que decerto isso esperava, que D. Duarte falou nas ideias de D. Fernando, pedindo-lhe que visse se o tirava daquele propósito.

Baldado empenho.

Pensando ser bem sucedido, o contrário lhe saiu.

D. Henrique respondeu o que estava previsto: que não lhe dava culpa em seu descontentamento, pois sem honra devia haver sua vida

(1) Rui de Pina, *Crónica de D. Duarte*, XIV.
(2) Idem, *ibidem*, cap. XI.

por mal empregada, e pois, se atravessava êste caso, repetiria seu fundamento mais alto, como quem de mais dias o tinha cuidado (1).

Longo foi o discurso, o que não admira, pois D. Henrique andava cheio, acabando por também pedir licença para passar a África com o irmão, onde ambos com os seus creados e servidores e com os cavaleiros das ordens de Cristo e de Avís que tinham, guerreando os infieis, serviriam a Deus e ao rei, a quem, como principal movedor, pertenceria todo êste louvor e merecimento.

D. Duarte retorquiu, apelando para a penúria do tesouro e para o desassocêgo em que iria lançar as gentes do seu reino.

TANGER — UMA PARTE DA CIDADE

De novo pediu ao irmão que convencesse D. Fernando a não proseguir no seu intento, rogando-lhe que nada lhe dissesse sôbre a prática em que estiveram, ao que D. Henrique acedeu, no dizer do cronista, mas do que nós duvidamos.

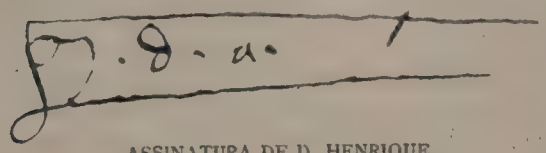
Quando e por quem o soube então D. Fernando?

Não o refere, mas em breve vemos o desassocegado infante a arder na mesma chama de conquista e de glória.

D. Henrique, êsse por sua parte também não se aquieta, a ponto de afirmar que mudaria seu acostumado sinal em tres letras, que diziam IDA; porque, por parte significassem seu nome, a saber, Infante D. Anrique, e todas juntas declarassem a ida em África que sempre desejou (2).

(1) Rui de Pina, *Crónica de D. Duarte*, cap. XI.
(2) Idem, *ibidem*, cap. XIV.

A passagem a Africa continúa pois a revolver-lhe a memória, como coisa que lhe parecia inspirada por Deus.



ASSINATURA DE D. HENRIQUE

Busca caminhos e razões para ir ao efeito dela (1).

Gastando grandes temporadas na côrte, como já referimos, sabe do intenso afecto que D. Duarte dedica à mulher, assim como também sabe do desagrado desta para com o cunhado D. Pedro.

Alicia-a, servindo-lhe êsses dois sentimentos contrários que põe em jogo para alcançar a almejada licença e ajuda.

D. Leonor aceita o ensejo que se lhe oferecia de ver-se livre dos cunhados, por irem governar o futuro imperio de Alêm, e de seu filho D. Fernando, vir a herdar as honras e bens do abastado D. Henrique.

Começou de obrar e consegue ao fim de longas instâncias demover o marido.

Entrementes chega a Extremoz, no princípio de 1436, o português D. Gomes que então era D. Abade em Florença, que, por delegado do papa Eugénio IV, entrega a D. Duarte a Bula da Cruzada, que tinha mandado pedir por aquele que no futuro havia de ser o celebrado conde de Ourêm.

Sabido por D. Henrique, mais o incendiou essa mensagem papal que obrigava o rei a empreender a guerra santa e para já no seu devorante e inquieto pensar.

D. Duarte, manso, tímido e sem opinião, a sós com D. Henrique, conta-lhe no campo, à sombra dos altos muros do ascetério de S. Francisco daquela pitoresca vila, a história dessa bula que alcançara para já, não, mas oportunamente, lhe dar cumprimento.

A facundia do *eloquente* rei era em balde.

Deante dum obstinado não há argumentos, não há flores de retórica.

Êste redarguiu, chamando por último as Sagradas Escrituras que nos aconselham, emquanto temos tempo, a obrarmos boas coisas.

O colóquio é demorado, sendo invocadas, de parte a parte, razões pretéritas e presentes, tendo sido, por fim, as de D. Duarte vencidas, concedendo a almejada licença e consentimento de se passarem a África.

D. Henrique não cabia em si de contente e começou de dar seguimento a tão fervorosamente desejada intenção.

Com o rei combina logo as fôrças que o deviam acompanhar.

Quatorze mil soldados assim distribuidos: 3:500 homens de armas, 500 besteiros de cavalo, 2:500 besteiros de pé, 7:500 peões e 500 servi-

(1) Rui de Pina, *Crónica de D. Duarte*, cap. XII.

çais, devia ser a nova legião que nos abrazados sonhos guerreiros de D. Henrique chegariam para reduzir o mouro nas suas praças de Tetuan, Alcácer e Tanger.

A facilidade de Ceuta produzia os seus desastrosos efeitos!

A gente já estava numerada, mas recursos para a movimentar?

Em Évora, a 15 de abril reunem-se as côrtes e um pedido e meio é outorgado, que logo foi lançado e tirado, não sem grande murmuração e descontentamento do povo (1).

Este parecia já outro do que fôra no tempo heroico de D. João I.

TANGER — A PONTE DE ENTRADA

A doença, pecado de tristeza (2), do rei contaminá-lo-ia?

Essa tristeza e agora a sua tibieza na governação do estado faziam seu estrago nos ousados planos do intrépido D. Henrique.

Êste com tudo arrostava, levado pela cegueira da sua ideia fixa e ilaqueado nos laços apertados da sua entusiástica fé cristã.

Não tremia, não era como o pobre e vacilante irmão, minado desgraçadamente pelo humor manencório (3).

Passam tempos e os outros infantes muito agravados (4) andavam

(1) Rui de Pina, *Crónica de D. Duarte*, cap. XIV.
(2) D. Duarte, *Leal Conselheiro*, pág. 114.
(3) Idem.
(4) Rui de Pina, *Crónica de D. Duarte*, cap. XVI.

por D. Duarte, em todo êste empreendimento, nenhum conselho ter deles tomado.

D. Duarte sabe-o e para Agosto dêsse ano convoca-os e a outros principais do reino para Leiria.

Aqui debate-se o assunto e, perante a opinião contrária de D. Pedro, de D. João, do conde de Barcelos e talvez doutros conselheiros, o rei sái perplexo.

Que fazer?

Ir? não ir?

E o D. Henrique?

E a esposa?

O pobre espírito de D. Duarte era um turbilhão de incertezas.

Recorre ao papa, para ver se, como chefe da cristandade, opinava se era lícito fazer guerra aos infieis e lançar para ela pedidos aos povos, na ideia de vir resposta contrária, amordaçando assim os ímpetos do pertinaz D. Henrique.

Êste, prevendo-a, vai a Torres Vedras e insta com a cunhada que, em breve, nos trabalhos de parto da que seria a futura imperatriz da Alemanha, D. Leonor, obtem do terno marido a certeza de não deixar de proseguir e aviar a armada para a, há muito prometida, passagem a África.

Isto era por Setembro.

Estava o inverno à porta.

D. Duarte passa-o em Santarêm, donde dá ordens para o aviamento da armada, parte da qual era aparelhada no Porto, onde embarcaria o conde de Arraiolos e as gentes da comarca do norte, e a outra em Lisboa.

Para aqui, passada a Páscoa do ano seguinte, foi D. Duarte no despachamento de toda a empresa.

Êste é demorado e com grande relutância de muitos que foram e escusa de muitos que não quizeram ir.

Bem diz Camões, o sublime cantor dêste e doutros feitos,

> Que um fraco rei faz fraca a forte gente.

Assim era.

A pouca firmeza no ânimo do rei indispunha a nação, que não via com bons olhos a teimosia dos incendidos infantes.

Chega, emfim, o ardentemente desejado, por estes, dia 17 de Agosto de 1437, em que, numa procissão soléne, levando à frente a heroica bandeira da Ordem de Cristo, se embarca a parte da expedição que aos infantes pertencia.

De Lisboa se moveu a fróta para o Restelo, onde mais tarde D. Hen-

rique vem a fundar a famósa capela, indo no dia 22 fundear a Santa Catarina de Riba-Mar, em cuja igreja o rei foi ouvir missa e entregou a D. Henrique um regimento escrito todo de sua mão em que lhe estabelecia o seu proceder futuro, pedindo-lhe encarecidamente que o cumprisse, sendo-lhe prometido, quanto lhe fôsse possivel, o cumpriria (1).

Ingénuo rei!!

Bem se importava D. Henrique, agora capitão absoluto, dos conselhos e avisos do pobre irmão, que, lavado em lágrimas, se metia num batel para sair em terra, donde veria partir essa armada que a sua tibieza levou uns tres anos a ordenar!!

TANGER — AS MURALHAS Á BEIRA MAR E NO ALTO A *CASBA*

Escrever logo após a chegada a Ceuta, dividir a fróta em tres, metendo dentro de cada uma as gentes que pudesse, para as enviar sôbre Alcácer, Arzila e Tanger, acampar perto do mar para da terra de Áquem poder haver refrescos, mantimento e socorro, dar tres assaltos à praça, não conseguindo tomá-la, voltar a Ceuta e esperar pelo refôrço que êle próprio lhe levaria, tal era o sábio e prudente regimento que D. Duarte punha nas mãos do arrebatado e temerário D. Henrique.

Veremos como êste, a despeito de ter prometido cumpri-lo, o respeitou e seguiu.

Desfraldadas as velas ao vento de feição, quatro dias gastou a fróta a chegar a Ceuta, onde já estava o conde de Arraiólos e outros fidalgos que com êle tinham embarcado no Porto.

(1) Rui de Pina, *Crónica de D. Duarte*, cap. XXI.

Saidos os infantes dos navios, dirigiram-se logo, a dar graças a Deus, para a igreja de Santa Maria de Africa onde passaram, em vigilia, o resto do dia e toda a noite.

Ao terceiro dia organisaram uma brilhante procissão, indo à nau capitanea buscar as bandeiras de Cristo e de el-rei, levando-as com grande solenidade a Santa Maria Maior, onde o bispo de Évora, com a respectiva cleresia, as guardou aquela noite.

Ditas as devidas orações e reverenciadas as venerandas bandeiras, preparou D. Henrique a campanha, começando por fazer alardo de suas tropas.

Dois mil cavaleiros, mil besteiros e tres mil peões; uns seis mil homens escassos!!

E o resto para os quatorze mil ajustados?

E era com tão diminutas fôrças que êle ia afrontar a já prevenida moirama?

Comtudo vai.

Muito podia a sua obsessão!

Os fanáticos são assim, como centuplicam suas fôrças, pensam fàcilmente centuplicadas as dos outros, não medindo por isso as conseqüências.

A Ceuta tinham ido uns 15:000 homens e só viu entrar em luta uns, quando muito, 6:000.

É por isso que agora não trepida e vai para a frente contra a vontade do conselho que reune.

Quão diferentes iam os tempos!

Que falta de preparação, de ordem, de disciplina!

D. Henrique era valente, não há que negá-lo, mas que falta de qualidades para chefe.

Pondo sòmente em execução o artigo do regulamento de D. Duarte que lhe ordenava marchar por terra com o maior número de homens dispensados de irem na fróta, parte acompanhado pela luzida falange, em cuja vanguarda flutuava ao vento das vitórias a branca bandeira da Ordem de Cristo, que agora, por fatal destino, caminha para a derrota, mas não para a deshonra, porque os seus defensores serão os primeiros no esfôrço, no valor e no patriotismo.

D. Henrique caminha por étapes, mais confiado na sua boa estrela de Ceuta do que no preparo que devera ter feito da campanha.

Nisto está o seu grande êrro, a origem do seu terrivel desastre.

Mandou êle estudar as condições estratégicas de Tanger?

Não mandou, pois, se mandasse, veria que esta cidade não estava nas condições da, por sorte há 22 anos, conquistada Ceuta.

No fundo duma larga baía, olhando a nascente, empinava-se a povoa-

ção pela encosta dum monte, cujo topo era coroado por forte alcaçár, rodeado de boas e valentes muralhas, como toda ela (1).

(1) Por uma manhã clara e brilhante de sol, Abril de 1914, saimos de Cádiz pelas 7 horas, num elegante vapor da Companhia Valenciana da carreira Cádiz-Tanger-Algeciras.

Deixavamos com saudades essa bela cidade, uma das mais notáveis na história da Espanha e ainda hoje importante pelo seu grande porto, pelo seu comércio e pela sua indústria.

Còmodamente instalados no tejadilho da 1.ª classe, vêmo-la na larga curva contornante que o barco descreve na sua ampla e formosa baía, reclinar-se linda e airosa-

TANGER — PORTA DO MAR AO PRESENTE

mente no seu enorme rochedo em que assenta, fazendo-nos perpassar pela mente o seu secular passado, em que refulgem páginas tão belamente poeticas e tão épicamente heroicas.

O atrevimento ultra-hercúleo dos fenícios às ordens dum oráculo em fundar no Oceano uma colónia, o principal porto comercial dos cartagineses na Península, a *Júlia Augusta Gaditana* do vencedor das Gálias, a Cádiz dos gódos, a rendição aos exércitos de Jarik, a devastação dos normandos, a reconquista por Afonso, *o Sábio*, a grandiosa prosperidade após as viagens de Colombo, o saque dos ingleses, os dias funestos de Nelson, a triste chegada dos destróços desalvoradas de Trasfálgar, as côrtes da Ilha de Leão e da notável igreja de S. Filipe Néri, que acabavamos de admirar nas suas comemorantes lápides, os dias tristes dessas sessões em que a heroica firmeza e espartana serenidade dos deputados correspondiam ao patriotismo com que êles afrontavam os perigos da mortífera peste que lhes chegou a levar alguns colegas e do bombardeamento da cidade pela esquadra francêsa, a democratica Constituição de 1812, a revolta de Riégo, a justiça com que essa cidade levantou um esplêndido monumento, ainda em vida, ao seu ilustre filho, Moret, tudo nosso espirito reviu na paz consoladora

Estas, que chegavam pela *Porta do Mar* à praia, travadas nas rochas onde se levantam, apertavam a cidade num labirinto de ruas estreitissi-

duma deliciosa viagem de estudo e de deleite que seguiamos naquela radiosa manhã de primavera.

O mar era chão e o vapor vogava o mais suavemente possivel, cortando a superfície lisa das águas e deixando atraz de si uma grande e algodoenta esteira de espuma que quási sempre nos acompanhou nos 92 kilómetros da viagem.

No vasto horisonte marítimo via-se, aqui e ali, alguma vela, que enfunada pelo vento brando do norte, seguia seu destino na certeza de, em boa hora, o alcançar, e no terrestre alvejavam as casarias de povoados distantes em que sobresaía S. Fernando com a mole gigantea de seu importante observatório.

Trasposta a famosa baía, singrava o barco em pleno Oceano, que um ventosinho fresco do norte já encarneirava, mas que nada incomodava os passageiros.

Estes eram de várias nacionalidades, predominando os hespanhois.

Portugueses eramos só quatro: Joaquim José Soeiro, de Tomar, Manuel Baptista Costa, de Lisboa, minha esposa e eu.

Gastas cinco horas mais de viagem, começaram a sentir-se os efeitos do Estreito, que conjugados com os do vento dão origem a uma agitação desesperada do mar, elevando a embarcação que não mais socegou até Tanger, produzindo na pluralidade dos viajantes ancias da aborrecida doença do enjôo, que felizmente não nos atacou, assim como ao nosso belo companheiro, sr. Soeiro, a uma simpática senhora moscovita que viajava só, e a um par inglez que, assentado nas cómodas cadeiras do tombadilho fleugmaticamente olhava ao largo na indiferença supina de viajeiros afeitos.

As terras de África começam a ser vistas no famôso Espartel, que alterosamente se nos vai impondo, até que o navio, tomando rumo mais a sueste, nos deixa ver desenharem-se as costas marroquinas que se abrem um pouco a oriente daquele numa vasta enseada, cujo fundo colinoso, e à direita, é coroado pela casaria branca da antiga *Julia Traduncta* de Claudio, ou pela hoje *Tandgia* dos mouros e Tanger para nós.

Esta, do mar, parece maior do que é, porque as suas casas, mesquitas, miranetes, torres, muros, alargam-se nas vertentes das colinas que olham ao mar.

Outróra fundada e rodeada de muralhas torreadas num só outeiro, que, Anteu, o fabuloso filho da Terra, elegeu para assento dela, hoje rotas estas (*), tem-se alastrado por varios e ao longo da praia do nascente, do que lhe resulta ter uma grande aparência que não é de todo desagradavel à vista.

Sem hoje termos de nos servir dos arcaicos botes de há vinte anos, donde, ainda por cima, era preciso transportarmo-nos a terra às cavalitas de algum mouro, dos muitos que, como hoje, enxameiam o porto, saimos do vapor e entrámos numa lancha a gazolina que nos levou á ponte, decerto, melhoramento devido às presentes condições políticas de Tanger.

Chegados ali, se não antes, somos assaltados por uma chusma de corretores de hoteis, cicerones, portadores de malas como ainda não vimos em parte alguma, sendo por fim obrigados a tomar um dêsses serviçais, tais são os rogos, os pedidos, os oferecimentos que nos faz e principalmente num meio tão diferente dos a que estamos acostumados.

Possuida pelos portugueses durante 190 anos e cedida pelo tratado de 1661 aos ingleses por dote de D. Catarina, filha de D. João IV, não chegou decerto a perder o

(*) Dum arruinado lanço do *Alcaçar* também trouxemos uma preciosa pedra que teve o mesmo fim destino do pequeno fragmento de Ceuta.

mas, onde uma população densissima se defenderia, tendo grande partido na posição sempre a subir.

cunho que os africanos lhe imprimiram e com que, ao reavê-la mais tarde, a mascararam de novo.

Realmente entrar em Tanger é entrar num mundo novo e tanto mais sobe a nossa admiração quanto mais é estar tão perto de nós, causando-nos por isso, uma impressão estranha e profunda.

A Europa dista de Tanger uns 45 kilómetros, parece-nos que estamos a 450 leguas pelo que presenceámos de imprevisto e de extravagante.

Poder-se-há fantasiar, mas só vendo é que se faz ideia dos aspectos da vida desta cidade.

Parece um sonho.

Passada a ponte, paga a devida *saida* e revistas as malas na aduana, transpomos a triplice *Porta do Mar* e entramos numa rua, larga relativamente às demais, que em subida nos leva, a breve trecho, a um pequeno largo a que chamam o *Sóco Pequeno*, praça principal, como se dissessemos o *Rocio* de Tanger, pelo seu movimento, cafés, correio, casas bancárias, hoteis, etc.

TANGER — A RUA PRINCIPAL

Chegados ali é de admirar o que vemos.

Uma multidão de todas as raças, não nos custando a acreditar que também possa haver algum exemplar dos peles vermelhas, se move, meche, gesticula, fala, berra, pára, toma café, fuma, negoceia, assenta-se em cadeiras, em bancos, de cócoras no chão, e isto tudo numa mistura colossal de gigante pandemónio.

Seus vestimentos tomam as mais variadas formas, feitios, côres e valores.

O alburnoz mouro, o capuz árabe, o cafetan berbére, a tanga do preto, o jilabi judeu, o fráque francez, o smoking inglês, a jaléca espanhola, o casaco português, tudo naquele pêle-mêle se vê e se admira em branco, preto, pardo, verde, azul, alaranjado,

Por mar, a não ser um pequeno lanço, onde estava aquela porta triplamente defendida, era escarpada a encosta, cujos muros, cercando

rôxo e não sei se encarnado, e desde os andrajosos de estamanha aos mais opulentos de seda.

O calçado também é variadissimo no feitio e na côr.

Desde as babuchas amarelas às encarnadas e desde o sapato de marroquim às botas de polimento, tudo é envergado pelos mimosos da fortuna; pois grande número é o dos infelizes a quem nada protege os pés.

Por meio daquelas variegadas gentes temos ainda a notar a ausência quási completa de carruagens que nos nossos dias já teem rodas, não sendo como as daquele principe Frederico de Hesse-Darmstadt que em 1839 querendo usar uma com elas lhe foi proibida, embora em troca quizesse calçar, à sua custa, as ruas da cidade, o que ainda assim chegou a mandar fazer, visto ser-lhe permitido pelo Sultão servir-se duma carruagem sem rodas que usava suspensa da garupa de duas mulas.

O internacionalismo de Tanger, dando hoje vida a êste progresso, choca um pouco a alta prerogativa do imperador, como protector dos peões, visto lhe ser penoso expôr seus súbditos aos perigos de serem atropelados pelos cristãos indo de carruagem.

Não obstante o número destas é diminutissimo, mas não é, porêm, o de mulas, cavalos, machos e principalmente récuas de lazeirentos burros que com as suas miseráveis golpelhas faziam o desentulho duns prédios em obras que na rua a seguir à que trouxemos do cais se reconstruiam em cimento armado, como todas as construções modernas que na cidade vimos, o eram e se faziam.

Esta rua imensamente concorrida é a mais importante da cidade e liga os dois *Sócos:* o pequeno e o grande, sendo êste um largo amplo, onde está o mercado e ao domingo há feira.

Aqui a população é menos combinada de raças, do que no *Sóco* pequeno, mas, embora mais uniforme, é ainda variada a mescla humana que ali se ostenta.

Árabes, berbéres, mouros e judeus é que predominam no todo.

Mas que tipos!

Descrevê-los seria longa tarefa e incompleta, porque ali abunda de tudo.

Luxuosos mouros, cavalgando bem ajaezadas mulas, veem de suas quintas e entram por ali na cidade, parando antes a fazerem seu negócio, opondo-se pela sua opulência, a outros correligionários que no maior desleixo e pobreza cavalejam miseráveis burros e que por ali ficam no mesmo propósito.

Berbéres armados, de caras patibulares mais ou menos escuras e de cabeças tosquiadas no todo, menos no alto dum dos parietais, onde cresce à vontade uma trunfa que os distingue dos outros afins, passam na pressa de levar para as suas kabilas as compras que à cidade vieram fazer.

De toda esta população pelo *Sóco Grande* ficam bastantes representantes, que na ociosidade costumada por ali se demoram todo o resto do dia, que é gasto em divertimentos, jogos, nigromâncias, feitiçarias, batuques, representações, etc.

Nessa rua vemos uma igreja católica de fábrica moderna pertencente aos espanhois, e estão inúmeros estabelecimentos de uma só porta, quando muito duas, onde em cada um está semi-deitado um mouro, fazendo o seu negócio.

Êste compõe-se de tudo.

Estes bazares ou *fondaks* são como que *Grandelas* microscópicos.

Aqui e ali, num desvão de porta ou banco de parede, vêmos mouros na imobilidade de estatuas, rezando contas, vivendo uma vida interior, beatificante, que prende a nossa atenção, e mais alêm, no topo da rua, nos telheiros das portas da cidade, pobres,

a cidade, por terra, continuavam na mesma grossura e em grande altura.

no mais triste abandono, embrulhados em andrajosos mantos, esperando a noite para ali a passarem enroscados sôbre si e encostados uns aos outros para defeza das inclemências.

Passadas estas portas, donde desapareceram as pontes levadiças, estamos fóra da antiga Tanger, que hoje se vai alargando enormemente para a direita, encostada às antigas muralhas, onde minucioso estudo encontraria vestígios de obras nelas feitas pelos artistas portugueses André Rodrigues (*), João Nunes (**), Jorge Gomes, cavaleiro de Cristo (***), Vasco Dias (****) e de mais alguns, cujos nomes ignoramos, e para a esquerda, também agarrada a elas, vai formando um bairro novo, europeu, luxuoso, que desce até à praia, na suprema aspiração de se afastar da labirintica e apertadissima casaria da velha cidade.

TANGER — CORREIO ESPANOL — SOCO PEQUENO

Embrenhando-nos nesta, encontramo-nos num emaranhamento de ruas estreitissimas, de bêcos apertadissimos, de largos acanhadissimos que se empinam pela costa acima até ao topo do monte em que se levantam as não de todo arruinadas edificações que formaram outrora a inexpugnavel *Alcaçába*.

As casas, alvas de cal, com o seu roda pé de azul, quadradas, não muito altas, de terraços ou *açoteias*, são inumeras e seus habitantes servem-se por uma unica porta,

(*) Torre do Tombo, *Corpo Cronologico*, P. I, Maço 78, Doc. 52.
(**) Idem, *Chancelaria de D. Sebastião*, L. 39 *Doações*, fl. 234 v.
(***) Idem, *Idem, Doações*, L. 30, fl. 263.
(****) Idem, *Chancelaria de D. Filipe, Doações*, L. 31, fl. 144.

Era esta forte praça que êle, o valoroso, mas inexperiente chefe, ia tentar tomar com o fim supremo de enflorar na vacilante corôa do irmão mais esta refulgente joia e escrever em letras de ouro a palavra Tanger nos anais brilhantes da sua patriótica e aguerrida Ordem, cujos destinos lhe estavam confiados no restrito cumprimento do seu estatuto — a dilatação da Fé,

Pura fantasia!!

Se D. Henrique a tivesse mandado estudar, como seu prudente pai mandou estudar Ceuta, e a atacasse logo à ida de Lisboa, não diremos que a não levasse de vencida, mas assim, valente por muros e posição e bem precavida, foi impossivel e por mais épicas arremetidas, por mais esforços herculeos, por mais acções sobrehumanas, por mais valor desenvolvido, por mais estupendas temeridades de que êle e todos os seus soldados deram provas, a derrota foi inevitável com o ainda em cima humilhante refens do infeliz D. Fernando.

Derrota tremenda e funesta que pesou toda a vida na sua desde aí atribulada consciência, no seu taciturno pensar e no seu tôrvo aspecto.

Perdida a empresa e esperanças de novos socorros, retira de Ceuta, onde acabrunhado, envergonhado, se reteve algum tempo, refugiando-se no Algarve, longe da côrte e do irmão.

que cada uma tem, por onde custa a caber uma pessoa, não apresentando maior número de janelas e da mesma exiguidade de dimensões.

De todas essas habitações sái um cheiro exquisito, inconfundivel, a comida condimentada com um sem número de especiarias em que a culinária moura é riquissima.

As ruas e largos, que já não são as imundas que os antigos descrevem e que ainda em Portugal são proverbialmente conhecidas, estão relativamente limpas pela vassoura policial, tendo sido prèviamente regadas por ôdres irrigadores que mouros conduzem a tiracolo.

Monumentos, obras de arte, inscrições, brazões, cruzes, nada disto existe a atestar alguns séculos de civilisação cristã.

Èsses vestigios materiais desapareceram, ficando, no entanto, da dominação portuguêsa, e com orgulho o dizemos, uma intensa tradição, não só nos árabes, como nos judeus, com alguns dos quais conversámos, dizendo-se-nos com toda a ufania descendentes de judeus portugueses.

Do domínio árabe, a não ser as mesquitas, e no curioso bairro da *Casba,* o tribunal em forma de galeria, cujas colunas corinteas duma grande beleza, mostram ser de remotos tempos romanos, a prisão que deve ter feito parte, outrora, de habitação mais importante e honrosa e uma ou outra porta em ferradura e arabizada, nada de notável tambêm se patenteia, dando-nos ideia de que ali tivesse existido uma cidade de intensa cultura.

Hoje sim, pelo grande número de escolas árabes que ouvimos e vimos funcionar e pela desafogada tolerância em que vive o europeu, agouramos-lhe um grande e risonho futuro cheio das maiores prosperidades, que, estendidas ao resto do império, talvez tragam uma não remota emancipação e uma sólida e verdadeira independência, que as inúmeras rivalidades de familias fizeram perder, de há muito, à brilhantissima monarquia de Jacoub.

Êste, não sabendo que fazer, convoca de Tomar as côrtes para se reunirem no próximo Janeiro em Leiria, das quais nada sái de positivo, o que não foi devido à falta de *tenções*.

D. Henrique obstinadamente não se tira da sua Lagos, e, por mais instâncias que D. Duarte fizesse, chamando-o, impossivel foi, tendo que ir pelo quente Junho o choroso rei a Portel, logar a quatro léguas abaixo de Évora, porque de ver sua pessoa tinha muito desejo e de seu conselho muita necessidade (1).

Nesta conferência provou bem D. Henrique a fortalesa de seu coração: Ceuta não se entregaria, embora êle tivesse ficado prisioneiro,

TANGER — SOCO GRANDE

como quizera, em lugar do irmão, e D. Duarte lhe desse sòmente uns 24:000 homens, pois que com êles venceria todos os reis mouros.

Era ou não era Marrocos a ideia fixa, a cega obcessão, o fulcro sôbre que giravam todas as acções do glorioso Mestre da Ordem de Cristo?

D. Duarte volta para Évora com a cara sem nenhuma mostrança de prazer (2) e o infante minado pela sua ideia e pelo negro remorso de ser causador de tanta desgraça, refugia-se de novo no Algarve, donde é arrastado, uns dois meses depois, a Tomar, ao seu palacio, na casa mestral da sua Ordem, onde o pobre irmão e rei, ruido de terrivel amargura pelo desastre de Tanger e pelo cativeiro de D. Fernando, e ao leve toque dumas febres, tinha morrido, deixando Portugal presa duma medonha crise, 9 de Setembro de 1438.

(1) Rui de Pina, *Crónica de D. Duarte*, cap. XLII.
(2) Idem.

Esta declara-se, após a leitura do testamento de D. Duarte que entregava o reino à regência da mulher, com desprezo flagrante de seus nobres irmãos.

Em Tomar há conselho que resolve convocar, depois do trintário na Batalha, as côrtes para Torres Novas, onde havia um paço real adjunto à igreja de S. Tiágo, em cujas trazeiras ficava a praça, e aí foram reunidas com a assistência de todos aqueles que a elas deviam vir (1).

Armado e concertado um teatro se sentou nele, em lugar alto e decente, D. Afonso V, logo abaixo os tres infantes D. Pedro, D. Henrique, D. Afonso e os filhos dêste, os conde de Ourêm e de Arraiolos, e daí para baixo todos os demais senhores, fidalgos e prelados.

Abriu a sessão com elegante prática Vasco Fernandes de Lucena.

Acabado o autorisado discurso, houve beija-mão e todos os presentes prestaram suas homenagens ao infantil rei que vê, sem o perceber, minutos depois, desencadear-se a tempestade que rugia havia bastante tempo.

As côrtes são tumultuosas e formam-se os tristes partidos que deram origem às lamentosas rixas entre D. Pedro e D. Leonor sôbre quem D. Henrique tinha preponderância, mas que infelizmente não quiz ou não soube aproveitar com grave prejuizo da justiça, do socêgo do reino e dos laços fraternais que o deviam ligar a D. Pedro.

Residindo algum tempo em Soure (2), comenda da sua Ordem, e outro em Lisboa, ainda uma ou outra vez interveio na contenda, não com a clara resolução dum D. João, seu irmão, que sempre fez por êle e lhe não faltou nunca em suas necessidades (3), mas tão apagadamente que bem é para descónfiar ser verdadeiro o auxílio prometido por D. Henrique e apresentado pelo chefe ostensivo dos adversários de D. Pedro, o marechal Vasco Fernandes Coutinho, o futuro marquês de Marialva, na reunião secreta da igreja de Torres Novas nas vésperas das côrtes desta vila.

Comtudo estes debates desviam-no dos seus pensamentos favoritos e fazem-no representar um papel que as Crónicas não explicam bem, mas que não é de todo incompreensivel a quem, conhecendo por elas o infante, o vê andar como medianeiro nessas lutas, que cada vez mais temiveis e desgraçadas eram.

Retirada para Castela D. Leonor, 1440, aquietou um tanto o reino que pela sábia regência de D. Pedro, era prudente, económica e progressivamente administrado.

O desastre de Tanger, a vida atribulada em Fez da infeliz vitima

(1) Landim: *O Infante D. Pedro,* cap, VII.
(2) Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V,* cap. XLIII.
(3) Landim: *O Infante D. Pedro,* cap. XXVII.

dêle deviam sangrar o coração, embora duro, de D. Henrique, e o propósito de D. Pedro de entregar Ceuta pelo resgate de D. Fernando havia de lhe trazer perdidas completamente as esperanças risonhas de toda a sua vida de homem.

Contava agora 44 anos e perdidas já muitas ilusões da sua mocidade, sensivel ainda assim às tristes notícias dos cada vez mais atrozes tratos infligidos ao *jardineiro e cavalariço* de Lazuraque, sem modo de o libertar do atroz cativeiro, volta para o Algarve a dar proseguimento às suas antigas pesquizas, mas agora também com outro fim e com outras intenções.

TANGER — MEIOS DE TRANSPORTE

A murmuração, contra as suas estéreis empresas era grande.

Não produziam.

Só consumiam.

Teve que encarar o mundo como êle infelizmente é.

O castelo de cartas das suas aspirações tinha derruido ao eterno senso prático do povo, que não vê bem empresas a que só o futuro trará problemático rendimento, tendo que se gastar primeiro que se receba.

Ainda hoje é assim, embora o mundo tenha gasto em seu giro quási cinco séculos.

Ao puro ideal da Fé enfileira-se outro.

Agora aparece o ideal do egoismo, do interesse, do lucro.

O idealismo em que se acalentou a sua ardente e crente alma já se não lhe apresenta, após as contrariedades da vida, com as belas côres

de outrora e o altruismo da sua radiosa mocidade é transformado no frio e triste egotismo dos últimos anos da sua vida.

Como impossivel lhe era conquistar o mouro e reduzi-lo à fé cristã, queria agora contraminá-lo no seu comércio, nas suas relações e chamar a si e à sua Ordem essas vantagens, êsses lucros, dando também satisfação ao que hoje se chama opinião pública.

Êsses grandes e desastrados fáctos, apontados atraz, distraem o infante por espaço de cinco anos, em que só vemos sair dois navios e duas caravelas; daqueles apenas um só houve algum resultado, trazendo ao reino uma carga de peles e azeite de lobos marinhos (1).

Mas, havendo já os feitos do reino algum assessego (2), de novo proposita, 1441, D. Henrique armar um navio pequeno e entrega-o ao mando do moço Antão Gonçalves, seu guarda-roupa, com o fim expresso de ir ao Rio do Ouro tomar azeite e coirama de lobos marinhos.

O juvenil capitão vai com os seus vinte companheiros e, vendo que era pequena a sua missão, delibera com êles trazer maior prêsa.

Internam-se e uns indígenas valorosamente tomados veem para o navio, como presente futuro da mais alta estimação que D. Henrique deveria receber com o mais ardente desejo e alegria, não por aqueles, mas pelo que dêsses africanos poderia saber.

Antão Gonçálves, armado cavaleiro, a instâncias de seus companheiros, por Nuno Tristão, capitão duma caravela que o infante, tempos depois daquele partir, mandára também para as mesmas paragens, volta ao reino e é recebido com o maior júbilo pelo ilustre Mestre que mais tarde premeia o notavel membro da sua Ordem com uma comenda, com a alcaidaria de Tomar e com o cargo de escrivão da puridade.

A satisfação de D. Henrique era enorme e ao papa Eugenio IV envia o conselheiro Fernão Lopes de Azevedo, comendador-mór de Cristo, como embaixador, dando-lhe parte de seus trabalhos e rogando-lhe que concedesse indulgências a todos os que nessas empresas morressem, o que o papa imediatamente lhe outorgou por Bula (3).

D. Pedro, o regente, tão grande político, quão justo homem, também ao mesmo tempo concede a seu irmão o *quinto* (4), que ao rei devia pertencer, de todas as prêsas que por lá se fizessem, assim como também ordenou que ninguem sem licença do infante pudesse armar navios para se ir àquelas partes, visto os muitos trabalhos e despesas que tinha tido.

Os negros, oiro, armas gentílicas, ovos de avestruz, descarregados em Lagos, vão sendo o regalo de D. Henrique, que vê nessas prêsas a

(1) Azurara, *Crónica da Guiné*, cap. XI.
(2) Idem, *ibidem*, cap. XII.
(3) Idem, *ibidem*, cap. XV.
(4) Idem.

dura realidade da vida e a opinião pública a satisfação de suas lamentações, aguçando-se-lhe a esta a cubiça que vemos, 1444, pela primeira vez, esboçar-se na empresa do célebre almoxarife locobrigense, Lançarote.

A este, que era muito estimado pelos seus conterrâneos, fácil lhe foi arranjar mais alguns companheiros, que, armando seis caravelas, foram de mar em fóra debaixo das bandeiras da Ordem de Cristo, bandeiras que o grande Mestre mandou fazer para atestar da sua licença, levando cada uma a sua (1).

Aquela, para principiar, não foi de desapetecer.

Duzentos e trinta e cinco cativos, à semelhança de todos os tempos e de todas as civilizações, para que se, não diga que foi D. Henrique quem originou a escravatura, veem para o campo além da porta da vila de Lagos ser mercadoria de preço dos senhores da terra que, valha a verdade, dela fizeram humano uso, pois chegou a haver cativas compradas por algumas viuvas que foram tratadas, como se delas filhas fôssem, e, sendo dotadas, poderam casar e tornaram-se livres (2).

TANGER — PRINCIPAL MESQUITA

Lançarote, a pedido dos companheiros é premiado por seu feito com o grau de cavaleiro da Ordem de Cristo que D. Henrique lhe concede, para exemplo aos outros que desejassem ser capitães de boa gente e que fizessem por suas honras (1).

Gonçálo de Cintra vai no ano seguinte, enviado pelo infante no mesmo propósito, mas, por morto, não volta.

(1) Azurara, *Crónica da Guiné*, cap. XVIII.
(2) Idem, *ibidem*, cap. XXVI.
(3) Idem.

Comtudo, nesse mesmo ano, saem Antão Gonçálves numa caravela, Gomes Pires noutra, mandado pelo regente D. Pedro, e Diogo Afonso noutra, mas vão com intenções mais largas e mais civilizadoras, para ver se poderiam trazer os mouros daquelas partes do Rio do Ouro a tratos de mercadorias e se os poderiam encaminhar para a salvação (1).

Esta empresa não pôde ser levada ávante, mas não perdeu de interesse pela vinda ao reino de um velho mouro que desejou vir ver o infante e pelo rasgo de valor de João Fernandes, que quiz ficar sósinho naquela terra para a estudar e trazer novas a D. Henrique, quando pudesse voltar.

A êste nova surpresa o vai tomar.

A costa de África, que êle tão afanosamente queria desvendar, tem-lhe até aqui aparecido estéril, arenosa, inóspita, o que muito confirmava a lenda em que andava envolvida, mas agora o valoroso Nuno Tristão traz-lhe a grata notícia de que frondosa vegetação cobria regiões e regiões habitadas por negros.

A cubiça do infante e dos marítimos algarvios mais se aguça e a navegação para essas encantadoras paragens redobra, agora mais acentuadamente, na fervente ambição de encontrar talvez a terra bemdita do Prestes João, o misterioso rio Nilo e o caminho para essa região das fabulosas riquezas das Indias, que êle melhor conhecera depois de ler a tradução que D. Pedro lhe fizera da cópia das célebres viagens que em 1270 Marco Polo empreendera e cujo exemplar fôra ao irmão ofertado pela Senhoria de Veneza para se reger por êle, visto desejar ver e andar pelo mundo.

Dinis Dias parte, apoz êle Garcia Homem, Diogo Afonso e Antão Gonçálves, depois Gonçálo Pacheco, que, pela primeira vez, fez sair de Lisboa tres caravelas com a licença do infante; Lançarote volta de novo, mas agora capitaneando uma verdadeira fróta de grande número de vasos (3).

(1) Azurara, *Crónica da Guiné*, cap. xxix.

(2) Também só agora somos levado a crer que singrasse para as Canárias a fróta de Dom Fernando de Castro que, com os seus 2:500 homens e 120 cavalos, D. Henrique, conhecendo-as melhor, ali mandava para as conquistar o que a edição de 1841 da *Chronica da Guiné* assinála em 1424, parecendo-nos que fôsse antes por êste tempo; pois é o próprio Azurara que, dizendo no cap. LXXXIV *no anno de 1446 começou o infante de mandar aviar seus navios para tornar a sua conquista*, nos faz duvidar da má leitura da data no original ou do equívoco do grande Cronista.

Seria crivel que o pertinaz infante mandasse em 1424 uma fróta tão bem municiada, que esta chegasse a cumprir parte da sua missão nas Canárias e que só 22 anos depois é que *tornasse a sua* conquista, tanto mais que só em 1446 aparecem as contestações por parte de Castela?

Em 1440 aparece Dom Fernando de Castro comandante de uma expedição às Canárias (*). Será a que alude Azurara? Talvez seja.

(*) Sousa Viterbo—*Archivo Historico*, vol. I.

TANGER — VENDEDOR DE ÁGUA

Grande colheita de pretos e mouros vem ao reino os quais, abraçando a fé cristã, em grande número se tornam livres e seu sangue começa

a transfundir-se no altivo e enérgico sangue português com grave prejuizo dêle.

Não só de Lagos, de Lisboa vão navios, saem também da Madeira, e não só portugueses os capitaneavam, mas estrangeiros, como Valarte da Suécia que, na companhia do cavaleiro de Cristo, Fernando Afonso, que levava a governança da caravela, vai à terra dos negros (1).

D. Henrique acha-se no apogeu das navegações:

A Madeira já estas horas produzia assúcar e vinho e os Açores, de que não se sabe ao certo a data do descobrimento e o nome do descobridor, começam a ser povoados por D. Pedro e depois por D. Henrique, que manda em 1445 o venerando comendador de Almourol da Ordem de Cristo, Frei Gonçálo Velho, nessa missão (2).

Neste frenesim de descobrir, povoar ilhas, trazer mouros e pretos ao reino, entabolar relações comerciais, saber onde morava o Preste João e contornar o infiel, já tinham ido, a estas horas, mais de trinta caravelas, em cuja ré a alva bandeira de Cristo punha o sêlo da licença do glorioso Mestre desta Ordem, fazendo-as correr à baixa e ardente Guiné e aos mares remexidos dos Açores e da Madeira.

A navegação costeira aumenta intensamente e Viana, Caminha, Porto, Lisboa, Setubal, Sines mandam a Lagos seus barcos trocar seus produtos.

A passagem do cabo de S. Vicente é duramente áspera.

Os súbitos ventos do levante e principalmente os ventos fortes do norte custam a vencer e longos refúgios afamam essas paragens solitárias.

Aos ouvidos piedosos e cristãos de D. Henrique chegam estas notícias, que o fazem lançar então os fundamentos a essa *Villa do Infante,* que tão baralhada tem andado nos escritores portugueses, com grave injustiça para com o seu ilustre fundador e com grande prejuizo da verdadeira historia.

Terminam as costas ocidentais e meridionais de Portugal no célebre cabo de S. Vicente.

Desde a mais remota antiguidade é êste cabo conhecido, pois sabe-se que os gregos, se não os fenícios, ali estabeleceram um santuário dedicado a Héracles, que parece ser o Melquart punico, não nos admirando disso, visto o caracter religioso que os antigos atribuiam aos promontórios, principalmente àqueles junto dos quais a navegação se tornava perigosa, como os *Sacrum Promontorium* na Irlanda e na Corsega, o *Promontorium Junonis* na Espanha e o *Promontorium Mercuri* na Sardenha.

Envolvido, pois, o nosso promontório, por longos séculos, pela lenda

(1) Azurara, *Crônica da Guiné,* cap. LXIV.
(2) Idem, *ibidem,* cap. LXXXIII.

pagã, de que restam ainda hoje vestígios nos *moledros* (1), montes de pedra, com seus encantos, não pôde escapar sem que os cristãos o ligassem à sua liturgia e aí, ao fugirem de Valencia com o sacro corpo de Vicente de Saragoça, victima das autoridades de Daciano, perfeito da Península no tempo de Diocleciano, lhe abrem na dura rocha sepultura, que os negros córvos das ásperas ribas guardam, no supremo egoismo de aves predistinadas, até que a Lisboa acompanham os restos sagrados no galeão heraldico das suas seculares armas.

É êste cabo acompanhado, já na linha meridional da costa, por uma comprida península (2), que sai ao mar na direcção sudoeste, de alterosa rocha, como aquele, e que no seculo XV se denominava *Terça Naball,* ou *Tras Falmenar,* nomes que decerto lhe vieram do *Carphanabal* da *Relação da derrota dos cruzados que se dirigiram á Terra Santa em 1189,* que por seu turno tinha alterado o *Tarfe-Algurabe* (cabo dos corvos) que os árabes lhe puzeram, pela abundância aí dessas aves.

PENINSULA DE SAGRES

Terá um kilómetro, no seu maior comprimento, e uns 400 metros, na sua maior largura, esta enorme mole de calcáreo, cuja superfície parece um mar coalhado de arestas agudas e cortantes e em cujas fendas estreitas, entupidas de fina areia, vivem aqui e ali, enfezados, alguns zimbros que o vento agreste não permite altear.

(1) Sr. Dr. Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitania,* vol. II, pág. 199.

(2) Na ponta desta península é que também nós quizeramos que se levantasse, mas em pedra dela, uma estátua ao imortal infante D. Henrique em atitude de apontar para o Oceano, como que a dizer aos navegadores de hoje: *Esses caminhos consegui eu ensinarvo-los,* palavras que se escreveriam no pedestal, e como diz o grande escritor Pinheiro Chagas (*), sósinho, face a face com as ondas, ali deve campear sobranceiro e imovel, no extremo da Europa, guarda imortal da nossa Gloria, e aureolado de relâmpagos pela procela, banhado pela espuma das vagas, a melancólica e sublime figura ouvirá durante longos séculos o rugido magestoso do Oceano, ao que nós acrescentaremos, pedindo a devida licença à memória do brilhante estilista, e avivará aos que passam a lembrança que foi a sua persistência tenaz a origem da humanidade ser há quatro séculos, senhora de todos os mares do mundo.

(*) *História de Portugal,* vol. III, pág. 241.

Buracos insondáveis deixam elevar, por mar bravo, colunas de água espumosa, que o vento parte e espalha ao longe na triste desolação da esterilidade, que se estende por larga faxa, cujo limite é denunciado por cerce mato e por alguma resistente figueira que de bem rasteira não passa.

Forma a parte pròpriamente peninsular com o Cabo de S. Vicente uma funda baía de ribas escarpadas e inabordáveis e com a ponta da Atalaia outra com costas alcantiladas do seu lado, formando-lhe como que abrigo aos ventos do norte e com costas algum tanto baixas do lado leste que dão fácil desembarque.

Era nesta baía, que, com o aumento da nossa navegação, se acoitavam, pousando aí alguns dias, os barcos que procuravam o rumo das costas ocidentais e que o predominante vento norte não deixava transpor o *Terça Naball* e o *Promontorium Sacrum* (1).

Vivendo D. Henrique, quando ia ao Algarve, em Lagos ou na Rapozeira, logar bem lavado de ares e de sol, numa chapada alegre e produtiva, a 15 kilómetros das inóspitas paragens do cabo, batidas pelos agrestes ventos do norte (2), soube, nas suas visitas a S. Vicente, onde

(1) No dia em que visitámos Sagres lá vimos dois barcos carregados, um de sal e outro de minério, que ali estavam rẽtidos, havia dias, por não poderem transpôr o cabo de S. Vicente em virtude do forte aquilão.

(2) Pelo seguinte mapa, que nos foi fornecido pelo nosso ilustre amigo, Joaquim José de Barros, talentoso oficial de marinha, em serviço no observatório D. Luís, se confirma que o vento predominante em Sagres é o do Norte que, no número das observações efectuadas em 1914, se registou com o número 435, sendo a sua intensidade superior a 26 kilómetros, ou seja, a de vento fresco.

Meses	N.	NNE.	NE.	ENE.	E.	ESE.	SE.	SSE.	S.	SSW.	SW.	WSW.	W.	WNW.	NW.	NNW.	C.	V.	Velocidade média do vento
																			km.
Janeiro. . .	18	0	18	0	6	0	20	2	7	0	2	0	12	0	7	▫	1	–	21.77
Fevereiro. .	16	0	6	0	1	0	10	5	3	0	11	4	12	0	16	0	0	–	31.74
Março . . .	52	0	1	0	1	0	4	0	0	0	4	2	9	0	19	1	0	–	28.02
Abril. . . .	28	0	7	0	5	0	19	0	0	0	0	2	5	0	20	0	4	–	25.79
Maio. . . .	53	0	0	▫	3	0	5	0	1	0	3	0	2	0	25	0	1	–	27.84
Junho . . .	34	0	1	0	4	▫	6	1	1	0	5	0	5	1	32	0	0	–	22.39
Julho. . . .	66	0	0	0	7	▫	▪	0	1	0	4	▫	3	▫	10	0	0	-	30.58
Agosto. . .	72	0	1	0	4	0	9	0	0	0	0	0	0	0	6	0	1	–	30 95
Setembro. .	37	▫	0	0	6	0	17	2	4	0	2	1	7	▫	13	0	1	–	21 75
Outubro . .	36	1	2	0	15	▫	4	0	1	2	▪	6	3	0	19	1	1	–	25.67
Novembro .	19	1	16	0	5	▫	9	2	4	0	5	2	4	0	18	0	5	–	20 72
Dezembro. .	4	0	11	0	0	0	5	0	▫	4	24	3	17	0	23	0	▪	–	27.19
Ano. .	435	▪	63	▫	57	0	110	12	22	6	62	20	79	1	208	2	16	–	26.20

o sábio D. Pedro tinha levantado ou reedificado uma igreja ao mártir valenciano, dêsse refúgio que dava origem, por não haver nesses sitios povoação, nem recursos de espécie alguma, a que um ou outro mareante morresse e o lançassem pelas praias e barrocos.

Isto é provado pelo documento que em seguida publicamos e que por D. Henrique foi passado, doando a espiritualidade da nova vila, à sua Ordem, que muito e muito o tinha auxiliado com pessoas e bens.

Eu o Iffante dom anrrique Regedor e gouernador da hordem da caualaria de nosso Senhor Jhesu Christo, duque de uiseu e Senhor de couilhãa faço saber aos que esta minha carta virem que esguardando como ao cabo de sagres vinham e veem muitas carracas, naaos, guallees e outros nauios pousar por nõ acharem tempo de uiagem onde aqueecia estarem per muitos dias sem acharem nenhũa consolaçom de mantimentos e doutras cousas neçessarias nem hisso mesmo daguaa quassy nada, tendo a poboraçõ a huma legoa e mea donde jaziã e como tambem estando elles assy aly alguũs ffaleciã da vida presente e os lançauam per estas barrocas e praayas, e mouido de piedade entendendo quanto seruiço neello fazia a deos e a el Rey meu Senhor e bem e comssolaçom aos que a dito cabo veessem pousar, mandei edeficar huũa villa no outro cabo que ante do dito cabo de sagres está aos que veem do ponente pera leuante que sse chamaua terça naball aa qual pus nome Villa do Ifante. En Reuerença de minha Senhora Santa maria mandey em ella fazer huũa sua capella e fora da dita villa, a çima do porto, onde dessenbarcom os que das ditas carracas e naaos guallees e nauios saaem mandey fazer huũa Igreia aa onrra da Senhora sancta catarina onde em ella e no seu cemjterio, ao presente, despois que assy foe fecta som lançados e soterrados mujtos dos nauios que assy ali ueerom pousar. E ora e depois de a dita villa assy ser fecta os que ao dito cabo veem pousar acham conssolaçom de mantimentos e abastança e aguoas e outras cousas de que assy ante por o que dicto he, eram minguados, a qual villa eu fiz per autoridade del-Rei dom afomso meu Senhor e Sobrinho, que deos mantenha, e lha oferiçi e fiz seruiço della, que per meu faleçimento lhe ficasse e a seus socessores, sem nunca delles seer fora, nem da sua coroa. E esguardando eu os muitos beens que reçebi da hordem de Christus de que assy som gouernador e seruiço dos caualeiros e frayres della e com desejo de néella fazer acrecentamento, lhe dey e dou pera todo sempre a espiritualidade da dita villa do Iffante na mjlhor maneira que lha eu posso dar e como aa dicta hordem é outorguada per nosso Senhor o sancto padre pyo segundo e mjlhor sse mjlhor for outorguada per o dicto senhor santo padre e per os outros seus soçessores aalem do que ja assy tem outorguado, E rogo emcomendo aos que forem vigairos ou capellãaes soldados da

CABO DE SÃO VICENTE

dicta hordem nas Igreias da dicta villa que lhes praza cada hũ em a Igreia de que assy teuerem carrego dizerem em cada somana ao sabado huũa missa de sancta maria e a comemoraçom seja de sancto spiritu com seu responso e a oraçõo de fidelium deus, dizendo ante do começo da dita missa, alta voz com o rosto pera os que a ella esteuerem que diguam o pater noster e aue maria por a mjnha aalma e dos da hordem e daquelles porque thiudo som roguar e desy vaa per sua missa em diante, e rogo e encomento aos meestres e gouernadores que depois de mi forem da dicta hordem que em gualardom do acreçentamento e bem que em ela fiz lhes praza auerem por bem por senpre mandarem asy dizer as dictas missas como dicto he e por certidom desto mãdei fazer esta minha carta asinada per mjm e aaseelada do seelo de minhas armas, a qual mandey poer na torre do cartorio do conuento da minha villa de tomar, fecta em a minha villa de Villa do Iffante dezanoue dias de setembro joham de moraaes a fez año do naçimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mill iiij^{c} Lx anos. E na obriguaçam que os vigairos ou Capellães soldados que das dictas Igreias ouuerem teer carrego se obriguarem de as cantar e lhes decrarem obriguandoos que sempre ao sabado sejam thiudos dizer as dictas missas como suso faz mençom (1).

E pela carta de autorisação, que a seguir publicamos, de D. Pedro, em nome de D. Afonso V, se vê a data, 1443, depois da qual D. Henrique começaria a lançar os fundamentos à nova povoação.

Dom afonso & a quantos esta carta uirem fazemos saber que o Ifante dõ anrrique (meu muyto prezado e amado tio) nos dise que elle entendia de fazer certa poboraçam ou poborações çercadas ao cabo de tras falmenar e que nos pedia por merçee que lhe desemos lugar a ello e que lhe desemos o dito cabo e hũa legua arredor delle de termo E Nos Veendo o que nos asi pedia e avendoo por noso seruiço lhe damos o dito cabo com o dito termo pela gisa que tem o noso castello e Vila de Couilhãa resaluando que o nom posa vender a nenhũa pesoa e que depois de sua morte fique a nos ficando nos ou nosos herdeiros obrigados a refazer a quem o dito Ifante leixar em seu testamento todas as despesas que formos çerto que elle fezer nas fortalezas e poboraçam da dita uila. E nos praz que aja o dito termo per a gisa que nos per elle he demandado. E outrosy nos praz que elle lhe ponha foro ao dito lugar ou lugares aquelle que por bem teuer e que aja todollos direitos do dito lugar ou lugares resaluando pera nos as dizimas de todallas cousas que vierem de fóra do regno que se tirarem per mar ou per terra do dito lugar ou lugares pera nosos regnos. As quaes queremos que logo ali sejam recebidas per nosos almoxarifes e que dem çertos recados pera aqueles lugares a que vãao como ja pagaram a dizima e que lhe nõ seja mais demandada por que nosa merçee hee comoo a la pagarem nõ a pagem em outras partes. E mais nos praz das cousas que trouxerem pera o dito lugar pera despesa dos moradores delle que nom pagẽ em nehũa dizima e ainda que hi descargem algũs naujos com mercadorias nom pagem dizima e as posam leuar seus donos pera honde lhes aprouger saluãte se dhi forem tiradas per mar ou per terra pera os ditos nosos regnos como dito he e indo pera fora das regnos que nom pagem nada E eso mesmo nos praz polo bem e poboraçam do dito lugar que os que hi morarem sejam escusados e liberdados segundo sã escusados os da alcaçoua de lixboa resaluando os encarregos que lhe o dito Ifante quiser dar por seruiço de deus e noso e de nossos Regnos e prol delles. E que esto nõ faça prejuizo a nossos preuilegios por que queremos que todo seja fecto asy como elle

(1) Torre do Tombo, *Manuscrito* n.º 516.

hordenar e de toda cousa que se hi vender ajamos nossas sisas recadadas per nossos ofiçiaaes segundo se faz nos outros lugares de nosos Regnos. E nos praz que o dito Ifante aja toda a jurdiçam do dito lugar ou lugares e todolos outros direitos resaluando pera nos a correiçam e a mor alçada segundo se faz no dito lugar de couilhãa e nas outras suas terras e as dizimas e sisas segundo dito he, e que sejam recadadas per nosos ofiçiaaes per a gisa suso dita e per çertidam dello lhe mandamos dar esta nosa carta selada com o noso sello de chumbo dante em leirea xxbj (27) dias doutubro per autoridade do senhor Ifante dom pedro Regente & Ruy Vaaz a fez ano do señor de mill iiij^{c} R^{ta} iij (1443) (1).

TANGER — UMA RUA

Bem claro está nestes importantissimos documentos o fim para que D. Henrique estabelecia a sua vila, sendo menos certo o que Azurara diz em parte, ao referir-se a ela na *Crónica da Guiné*.

Nesta, porêm, não afirma êle, limita-se a referir que, segundo o comum entender, era para trato de mercadores e para que todos os navios que atravessassem do levante para poente pudessem ali fazer divisa e achar mantimento e pilotos, assim como fazem em Cádiz, cujo porto é mui afastado da bondade daquele, onde os navios teem abrigo para todos os ventos, sòmente de um a que nós chamamos

(1) Êste documento, que se encontra no *L. 24 de D. Afonso V fl. 61* na Torre do Tombo, foi publicado pela primeira vez pelo nosso venerando amigo, o erudito investigador, Sr. General Brito Rebelo.

travessia e por essa razão com todos sair, a qualquer tempo que o mareante quizer (1).

Também refere que ouviu dizer que os Genovezes davam, ao ver começar a *Villa do Infante* por ela grande preço (2).

Bem andou o grande cronista em não afirmar o que refere, pois agora, com a descoberta dêstes preciosos documentos, seria desmentido, e provaria a sua ignorância pelo desmerecimento que fazia do excelente e amplo porto de Cádiz, escolhido pelos peritos fenícios, que nele fizeram uma importante colónia, que jámais desapareceu, e pelo elogio que fez à mesquinha angra do *Tras Falmenar*.

E mesmo porque não fazia sentido ir D. Henrique ali estabelecer um porto comercial tão perto da sua importante Lagos, cinco léguas (3), tão belamente servida pela sua ampla e linda baía e pelo estuário do seu rio.

E a prova disto é a pouca importância e grandeza que a nova vila tomou, embora a grande protecção do seu fundador, pois dez anos depois, 1453, diz Azurara (4), só tinha ainda os muros e poucas casas (5).

Êste lento progredir não nos surpreende.

Quem é que podia ir viver para uma região tão inóspita, em que os ventos crestam tudo que a pouca terra existente deixa enfezadamente crescer numa desolação de deserto?

Quem é que podia ir instalar-se para junto de porto tão inferior, em lugar tão sáfaro e sêco e servido por imperfeitas e difíceis comunicações com os distantes povoados do interior?

Da angra da *Villa do Infante* não sabemos, pela narração dos cronistas, que saisse alguma caravela para as grandes viagens.

De Lagos, Lisboa, Porto, Tavira, Madeira sairam e a Lagos voltaram sempre a pagar o *quinto* da preza ao infante.

(1) Azurara, *Crónica da Guiné*, cap. v.

(2) Idem.

(3) João Batista de Castro, *Mapa de Portugal*, tomo I, pág. 22.

(4) *Crónica da Guiné*, cap. v.

(5) Quem estes muros e casas quizer vêr, nos que existem hoje na arida peninsula de Sagres, redondamente se engana, pois pelas suas linhas se vê que são obra muito posterior, embora não queirâmos deixar de reconhecer que possam suas bases ser anteriores.

As vicissitudes por que tem passado a inospita região isto nos fazem acreditar.

Assim: a deslocação do centro das nossas empresas marítimas de Lagos para Lisboa, o aumento da arqueação dos nossos navios e subsequente enfraquecimento de frequência ao pequeno porto de Sagres, o desembarque ali dos ingleses em 1587, nas lutas com os espanhois, que tudo destruiram e queimaram, o terremoto de 1755, que também fez seus perniciosos efeitos, e o abandono em que ficou depois de 1834, por terem saido os frades que em S. Vicente tinham casa, tudo nos leva à convicção de que o que lá existe hoje não vem dos tempos movimentados e cristãos de D. Henrique.

Esta vila é que nunca deixou de ser o grande porto da navegação de D. Henrique, onde tinha casas de morada, que depois foram doadas por D. Afonso V a um dos dedicados servidores de seu tio (1).

Por isso é que nós hoje não temos conhecimento, por nenhum documento, da sua estada ali, a não ser os passados nos últimos meses de sua existência, como o cedido à Ordem de Cristo, doando-lhe o espiritual das igrejas dêsse lugar, como já vimos, e o seu testamento feito, um mês certo, antes de falecer, como veremos.

TANGER — BAIRRO-NOVO — A PRAIA DE BANHOS

Da Raposeira é que há documentos assinados com várias datas (2), e é aí que em 1455 o infante recebe Cada Mosto, fidalgo veneziano, que desiste de ir na sua róta para Flandres e pede para acompanhar os navegadores portugueses a África, dizendo na obra que se publicou sôbre essa e outras viagens, ao falar da *Villa do Infante*, que D. Henrique residia daí a alguma distância daquele sitio em uma vila chamada a Raposeira (3).

Sendo assim, como evidente é pelo que diz a história, a documentologia e a inospitabilidade da região, como é que se creou essa celebrada

(1) Sr. General Brito Rebelo, *Ocidente*, vol. xvii, n.º 548.

(2) Idem.

(3) *As Navegações de L. Cada Mosto. Na Colecção de Noticias para a H. e G das nações ultramarinas, etc., etc. Pela Academia Real de Sciências*, t. ii, pág. 5.

Escola de Sagres, que tanto tem cantado os retóricos dos últimos séculos?

Para que se inventou êsse *Palacio,* onde D. Henrique, rodeado de sábios, consultava as cartas, os mapas, os pergaminhos que lhe ensinavam os caminhos que seus navios deviam seguir?

Para que dar vulto à lenda das viagens de D. Pedro pela Terra Santa, Abassia, Constantinopla, Méca, Chipre e Egipto, quando elas não passaram da Inglaterra, França, Flandres, Alemanha, Ungria, Itália e Espanha, ou quiçá, à Prússia e Boémia? (1)

Para que fantasiar um arsenal, um forte, uma escola náutica e de cartografia?

Para que erigir ali o primeiro *Observatório Astronómico* aonde eram chamados alguns sábios, capitães animosos, pilotos experimentados, mestres da navegação, e para onde eram convidados estrangeiros ilustres de quási todas as nações da Europa com quem se fez uma escola de estudos e aplicações matemáticas e um seminário de geógrafos, de astrónomos e de náuticos?

Como classificar hoje o grande cronista da conquista da Guiné, que nem uma palavra diz referente a êsses estudos, a êsses geógrafos, a êsses matematicos, êle que tanto a peito teve o louvar os grandes feitos e obras de D. Henrique?

É a frase dêste ilustre escritor, que diz empregar o grande infante seus dias em grandissimo trabalho e *alguns pares de noite seus olhos não conheceram somno,* que autoriza a ver nele um sábio astrónomo, qual Átlas, o gigante sustentador dos ceus, que grande sabedoria tinha dos movimentos dos corpos celestiais?

Ou a de Duarte Pacheco Pereira no seu *Esmeraldo* (2), se acaso o original a trazia, que João de Barros (3) transcreve, referindo ter D. Henrique mandado vir da ilha Malhorca um natural dela, de nome Jácome, mestre de cartas de marear, o qual lhe custou muitas dádivas e mercês para o trazer a Portugal, a fim de ensinar a fazer aquelas aos portugueses?

Parece-nos frágil alicerce para tão grandiosa lenda, tanto mais que a obra de Duarte Pacheco fala-nos na vila de *terça naval* (4), sem comtudo nos referir palavra sôbre os famosos estudos da celeberrima *Escola!*

Mas, se tudo isso é verdade, como se vem fantasiando desde *Candido Lusitano,* Francisco José Freire, que parece ser o primeiro em Portugal

(1) Sr.ª D. Carolina Michaelis, *Uma obra inédita do Condestável D. Pedro,* pág. 34.

(2) Pág. 58.

(3) *Decada* 1.ª L. 1, cap. XVI.

(4) Pág. 37.

que fala numa *Escola* de Sagres, o que é que fica de merecimento ao infante D. Henrique, o nobre Mestre da patriótica Ordem de Cristo?

TANGER — PORTA DA *CASBA*

Se êle ali tinha mapas, como o de Valseca em que já estava delineado o ambito da terra e indicado o cabo de África, chamado depois da *Boa Esperança,* se ali eram lidas as obras de Jorge Porbach, o célebre autor

do *Triangulo* e tradutor do *Almagesto* de Ptolomeu, se nas estantes da sua *Escola* existiam e eram estudadas as obras de Estrabão, Plínio, Políbio, Ptolomeu, Edrise, Pompónio Mela, Júlio Sabino, Santo Izidóro de Sevilha, que valor tem então a obra do heroi de Ceuta?

Para que fantasiar lendas que desfiguram o grande Henrique que, nas proporções da verdade, é colossal?

Para que exagerar-lhe as proporções, a ponto de lhe tirar o merecimento que todo deve ser ganho pelos sábios seus companheiros, principais instrutores e inspiradores da grande empresa?

Devemos enquadrar o inclito infante nos limites da realidade, desprezando defeitos de impensados escritores que mais olharam ao engalanamento de seus escritos do que à verdade deles.

Muito padece a nossa história dêsse defeito, exagerando ao lendário algumas páginas, obscurecendo outras e ainda apoucando outras.

Não, D. Henrique tudo quanto fez foi pela Fé e para a Fé, a tal monta que recalcou em si as sugestões da carne para não pecar, pois virgem o recebeu a terra (1).

Era um crente ardente, um fanático puro.

Não um místico, mas sim um combatente.

Tinha o proselitismo dum cruzado, dum cavaleiro de Jerusalêm.

Como Mestre da Ordem de Cristo, ressuscitava, no ardor da crença, qualquer dos chefes da sua antecessora, cuja divisa *A nós não, Senhor, dá glória mas sim ao teu nome* era calorosamente respeitada e seguida.

Queria o mundo convertido à Cruz e para isso queria a sua Ordem de posse de vastos domínios e senhorios para o levar a efeito.

E tanta era a crença que o norteava que, como regedor dos estudos, dota a cadeira de prima de Teologia, consignando-lhe primeiramente 10 marcos (2) e depois doze de prata anuais nos dízimos da Madeira (3).

Se tal não fôra, a de Matemática é que êle devia ter creado e dotado, atentos os seus *predilectos* estudos, e os próprios documentos que restam de D. Henrique, que deveriam falar da sua *Escola,* na sua *Academia* (carta de doação da espiritualidade da *Vila do Infante* à Ordem de Cristo e o seu testamento) nada dizem, nenhuma palavra encerram que nela se vislumbre a existência de tal instituição.

E ainda mais: dos bens móveis de D. Henrique, inventariados (4) à ordem de D. Afonso V por Fernando Afonso, escudeiro de sua casa e creado do grande infante, nenhum nos recorda êsses estudos cosmográficos que faziam as delícias de tão conspicuos homens de sciência e que,

(1) Azurara, *Crónica da Guiné,* cap. IV.

(2) *Carta* de 25 de março de 1448. No *Archivo da Universidade,* g. 2, m. 3, n.º 55.

(3) *Testamento de D. Henrique,* Torre do Tombo. Manuscritos, n.º 516.

(4) Torre do Tombo, L. d'*Estras,* fl. 41.

há dois séculos para cá, tem entretido a imaginação de inescrupulosos escritores.

A obra do insigne Mestre da Ordem de Cristo é de tal grandeza que não é preciso enfeitá-la, engrinaldá-la com flores de retórica, torcendo a verdade histórica, forçando os documentos a dizerem o que não querem, para resaltar a sua figura épica, grandiosa, imortal.

TANGER — REGADOR DAS RUAS

Foi êle quem deu incremento às tendências do povo português que, de há muito, sulcava, nos seus baixeis, uma larga faxa oceanica a sul e a norte, originando notícias confusas, dados incertos, rumores vagos que enchiam a alma nacional de anceios, na esperança querida de rasgar o véu misterioso que encobria o resto do mundo.

Foi êle quem, no seu crescente ódio ao mouro, deu corpo a todo êsse cortejo de incertezas, unificando-o, na supina ideia de patentear o que a ignorância de séculos persistia em desconhecer, envolvido em tétricas lendas tão favoráveis ao comércio árabe de África que as creou e propagou na sua suprema defesa.

Foi êle quem, vendo êste em Ceuta, nas suas idas a esta cidade, propositou demoli-lo, trazendo-o ao seu domínio, à sua religião, à sua pátria, dando origem à desgraça de Tanger e às teimosas excursões envolventes de Marrocos que não deram resultados directos, mas que

abriram, aos ólhos estupefactos de tódos, êssa costa africana que nos havia de levar às risonhas plagas da India, já conhecida.

Podem, desde 1667, Villaut e seus continuadores tentarem querer roubar a grande glória de ser D. Henrique quem, sob uma obstinação heroica, um esfôrço hercúleo de dezenas de anos, uma vontade inquebrantável, a que sacrificou a própria família, levou o povo marítimo de Portugal dos séculos atraz a ser o povo de marinheiros que alargou com conhecimentos certos e positivos, filhos da experiência, os limites à geografia, que não o conseguem, tal é a grandiosidade da sua obra, e tal foi a sua repercussão por todo o mundo civilizado.

Que valeu que Néchaus do Egipto mandasse reconhecer as costas africanas por navegadores fenícios; que resultado veio do célebre periplo de África do cartaginês Hannon; que alargamento trouxeram aos conhecimentos humanos as circumnavegações do persa Sataspes e do egipcio Eudoxio; que riquesa aumentou aos anais da geografia a viagem dos negociantes de Diepe; que consequência resultou da viagem ao Cabo Branco de Ibn-Fatimah e da de João Ferne ao Rio do Ouro?

Decerto nenhuma.

Se essas viagens verdadeiras foram, o que resta provar, meio mundo continuou encoberto pelo denso véu da lenda e do desconhecido e meia humanidade continuou a ignorar a existência da outra meia, e só os portugueses, no tempo do egrégio mestre da Ordem de Cristo, D. Henrique, é que começaram a fazer resurgir êsse meio mundo e conhecer essa meia humanidade com a persistência que jámais terminou, na sujeição e conquista de todos os circuitos da terra, impelidos pela lei suprema do progresso em prol da civilização.

A todo êste crescente movimento, a todos êstes duros trabalhos, a todos êstes profícuos estudos, a todos êstes felizes resultados, obtidos pelos portugueses e, mui principalmente, só com portugueses, e que se continuaram depois do imortal infante, é que podemos chamar a *Escola Portuguesa de Navegação,* onde tantos estrangeiros se ilustraram, mas dar foros de verdade à decantada *Escola de Sagres* é ir longe, e muito, na fantasia, por falta de base, com grave prejuizo da verdade e flagrante injustiça para com aqueles que não devemos desfigurar, querendo-os, todavia, realçar.

No campo da história para nada serve a quimérica *Escola,* pois os merecimentos de D. Henrique dela prescindem, aumentando-se tanto quanto com ela o deprimem.

Compete, pois, a nós portugueses afastá-la, como cousa séria, e não dar azo a que estranjeiros, ciosos das nossas glórias, no-las queiram embaciar.

Continuando, vemos em 1446 a Senegambia abrir de todo, de par em par, as suas portas e patentear-se, na exuberância da sua naturesa,

aos ávidos pesquizadores de suas riquezas, que as caravelas, abarrotadas traziam ao reino.

O *quinto* dessas cargas ia rendendo e D. Henrique lançava-se a fazer obras.

A séde da gloriosa cavalaria de Cristo em Tomar era enriquecida por seu ilustre Mestre, com novos aposentos para os seus valentes soldados e com uma condigna habitação para a sua pessoa; a vila, em baixo, vê levantarem-se, na sua praça, umas boticas, e na estrada, que a corta, de Coimbra a Lisboa, na mais bela das confraternisações, um palácio dos *Estaus* (1), que é, a nosso vêr, uma instituição do mais alto

(1) A instituição hoteleira tem sido uma das que mais há custado a desenvolver em Portugal.

Ainda hoje o que não vemos nós por esse Portugal fóra!

Quem o percorre é que pode aquilatar quão mal é servido o passageiro.

Tirando uma duzia de hoteis por todo o país alêm, o resto bem revela o nosso atraso, o nosso pouco cuidado e a nossa péssima educação.

Principalmente esta, não sendo já tanta a culpa de muitos hoteleiros que bem querem servir o público, mas êste é que ainda está muito rude, muito incivil e muito falto de saber cumprir os seus deveres de asseio.

Desde o negro lápis ao petulante anel de diamante tudo lhe serve como meio de aporcalhamento, de desrespeito e de destruição.

Mas deixemos êste assunto, porque nos levaria longe e seria mal cabido neste lugar.

Prosigamos na história.

Noutras eras então é que nem simples casas que recolhessem os viandantes havia e só, em compensação de certos direitos reais, é que alguem patenteava sua casa para nela se poder albergar, mas isto ainda assim em restrito número aconteceu.

Comtudo o rei e os grandes, mudando-se de terra para terra, necessitados eram de se aposentar, o que exigiam, a maior parte das vezes, gratuitamente dos habitantes ou, pagando, faziam-no, não bastamente, arbitrária e injustamente.

Êste estado de coisas, principalmente em tempo que pouca parança tinham êsses magnates, grandes clamores levantou, indo sucessivamente aumentando até que nas côrtes de Lisboa de 1439 estalou o protesto do povo contra os vexames e prejuizos que sofria com as aposentadorias, pedindo ao rei que renunciasse a tal direito, estabelecendo-se em Portugal o que no estrangeiro já se praticava, que era ser obrigatoriamente paga a hospedagem.

Governava então o reino em nome de D. Afonso V o instruido infante D. Pedro, que nas suas viagens pela Europa muito e muito tinha aprendido, resultando-lhe dêsses conhecimentos o ver fàcilmente a grande justiça que assistia ao terceiro estado, se acaso não foi êle o instigador, recordando-nos das suas íntimas relações com êle.

A célebre lei dos *Estáus* em breve foi decretada, mas pelo feitio avêsso dos portugueses, nem em toda a parte foi cumprida, sendo poucas as terras que estabeleceram a nova e utilissima instituição.

Tomar, onde imperava o grande Henrique, creou-a, levantando grandes construções em logar proprio.

Era proximo de paços e de casas senhoriaes ou à beira das estradas de maior movimento que se colocavam êsses edifícios que tambem, como na movimentada e popu-

cunho social e democrático que reis e príncipes portugueses fundaram, no patriótico e cristão princípio de aliviar os ricos e proteger os pobres; cria também em Tomar um hospital para necessitados; a Universidade de Lisboa é alojada em prédio seu, que compra a João Anes, armeiro de D. João I, mandando pintar à moda do século XII e XIII nas salas das aulas as figuras das sete artes liberais, talvez pelo seu pintor, mestre Pedro; na sua querida Ceuta estabelece e ordena a Igreja de Santa Maria de África; no Restelo, donde tres vezes havia partido para África e que o aumento da navegação subsequente tinha tornado mais frequentado, funda a famosa igreja que teve origem idêntica à de Santa Catarina e capela de Santa Maria em Trás-Falmenar; em Alcácer levanta a igreja de Santa Maria da Misericórdia; nas ilhas da Madeira, Porto Santo, Deserta, etc., etc., as suas igrejas; a capela de N.ª S.ª de Guadalupe e a igreja da Raposeira no caminho de S. Vicente também as deve ter levantado, como é tradição, aquela pela muita devoção que tinha a essa então afamadissima santa, e esta para servir de centro paroquial à povoação, onde vivia nas poucas horas vagas deixadas pelos seus muitos negócios, que o faziam andar, a maior parte do ano, de terra em terra.

Era o mestrado de Cristo, o seu ducado, as ocupações de fronteiro da comarca da Beira e de protector da Universidade que decerto o faziam reter pouco em qualquer parte, tanto mais que agora as embarcações para os descobrimentos nem todas já eram armadas por êle, limitando-se sòmente a conceder a devida licença e a receber o *quinto* outorgado de novo por alvará de D. Pedro.

Quem havia de dizer a êste, ao dar a carta desta mercê ao irmão, que devia um dia não receber paga condigna por êste e por outros favores?!

Estamos em 1446, ano em que cessa a hábil regência de D. Pedro,

losa séde da importante Ordem de Cristo, tinha o duplo fim de deixar pousar gratuitamente quem, por pobre, a êles se acolhia.

Por isso foi que em Tomar duas longas filas de casaria se ergueram no extremo da vila, perto do Paço da Ribeira, onde passava a estrada Lisboa-Coimbra.

Orientadas essas filas de nascente-poente faziam seus topos frente para aquela estrada, como se vê pela nossa gravura, e abriam entre si uma larga rua, que hoje se denomina dos *Arcos*.

O gastador e transformador tempo encarregou-se de alterar por completo esta bela instituição, ficando seus edifícios à mercê de quem neles os foi convertendo em casas de habitação, lagares, armazens de azeite, etc.

Dessas grandes edificações os ultimos restos isolados que ainda se levantavam há poucos dias, recolhemo-los nós numa fotografia que damos em gravura, para que dêles fique memória, visto em alvenaria se ter transformado seu material que, qualquer pequena instrução de nossos edís, teria arrecadado a bom recato, num museu apropriado que a nós servisse de lição e ao estrangeiro de aquilatamento de nossa educação artística.

mas no qual recomeça essa série de infamias, calúnias, perseguições, que não só o atingem a êle, mas a sua filha, a rainha, e são uma triste página, no princípio do reinado de D. Afonso V, e uma mancha indelevel na vida de D. Henrique.

Estranho procedimento o dêste para com seu irmão, para com o *leal cavaleiro,* como então, os principes da Europa o designavam!!

Porque deixou D. Henrique medrar os crus inimigos de D. Pedro, não se lhe opondo com o vigor da amizade que lhe devia e da verdade de que decerto estaria convencido?!

Porque é que êle, vindo do Algarve a Lisboa no propósito de falar ao rei, visto que a vida e honra de D. Pedro com maneiras falsas de seus inimigos eram maltratadas e estavam expostas a destruição e perigos, *atalhou a isso algum tanto, mas não com aquella fortaleza e escarmento que elle a seu irmão devia e o mundo esperava, o que lhe fôra bem possivel se quisera?!* (1).

TOMAR—ARCOS DO TOPO ORIENTAL DO PALACIO DOS *ESTAUS*

Porque se deixava suplantar por êles a ponto de emudecer e de o abandonar por fim?!

Razões de Estado?!

Depois seriam, mas nesse tempo a familia era quási superior àquele.

Seria por nada mais poder receber de D. Pedro, como chefe da nação?

Inclinamo-nos a isso.

Quem tinha a vida do infante afigurava-se-lhe estar sempre do lado

(1) Rui de Pina, *Cronica del-rei D. Afonso V,* cap. xc, vol. II.

do *sol* para se aquecer e não ter impedimento aos seus múltiplos negócios.

Que belo exemplo deixado por D. Henrique aos políticos modernos!

Nada de amizades, nada de convicções, nada de favores e tudo a sua pessoa, as suas ideias e o aumento de suas rendas, ainda que se sacrifiquem hoje os amigos de hontem.

Não sabemos se alguma coisa alcançou do pouco estável govêrno de D. Leonor, mas do de D. Pedro já referimos a carta do *quinto,* a da fundação da sua Villa, a de fronteiro da Beira (1) e de certo prepara-se para obter do de D. Afonso V concessões e favores e, quem sabe... levá-lo... a Marrocos, o alvo das suas acções que tudo explica, mas não justifica.

Como tudo isto causa dó e tristeza!

E principalmente por ser com quem é!!

D. Henrique, solteiro, chefe duma aguerrida e nobre milícia, duque, fronteiro, senhor do *quinto* e do *disimo* das terras descobertas, dos monopólios em todo o reino do fabrico e venda de sabão branco e preto (2) e da pesca do atum no Algarve (3), deixa-se levar pelo sórdido interesse de mais algum *favorsinho,* êle que tão alto exemplo podia dar de independência, de justiça, de fraternidade, pondo-se altiva e desassombradamente ao lado do pobre irmão, victima da inexperiência do sobrinho e da ingratidão e soberba dum conde de Barcelos, hoje duque de Bragança pela mão leal e amiga de D. Pedro!!!

Seria acaso D. Henrique tão mau que quizesse fazer pagar agora a D. Pedro os conselhos que tinha dado a D. Duarte para não lhe conceder licença de ir a Tanger?

A ordem da entrega de Ceuta por D. Pedro estaria ainda a referver na alma dura e reservada de D. Henrique?

Tudo pode ser, porque poucos elementos directos temos para com todo o conhecimento e justiça retratarmos o acomodatissimo caracter de tão afamado homem.

Azurara, que foi comendador da Ordem de D. Henrique, conheceu-o muito bem e, ao escrever as suas obras, viveu por bastantes dias em casa dêle, quem nos diz a nós, vendo o que vai por nossos dias, que não haja sido um tanto parcial?

Que documentos temos para contraprová-lo?

Desapareceram.

Mas, se êles um dia puderem aparecer, que dirão do frio caracter do filho que, morta a mãe, a enterra no dia imediato na ância de ir matar

(1) Torre do Tombo, *Misticos,* L. III, fl. 181.
(2) Idem, *ibidem,* L. III, fl. 112.
(3) Idem, *ibidem,* L. III, fl. 111.

mouros; do irmão que, contra a unanime vontade de todos, vai desastradamente a Tanger e concorre para a morte de dois, e deixa, mais tarde, encapelar a tempestade que um seu fidalgo e creado, D. Pedro de Castro (1), faz estalar em Alcoentre e que, rebentando de todo em Alfarrobeira, fulmina outro?

Não sabemos responder.

Da *inclita geração* agora só êle resta, embora ainda viva outro irmão, o bravio e intrigante D. Afonso, neto do Mendo de Veiros.

Vinte de maio de 1449 é a data do fatídico dia da morte do infeliz, leal e sábio D. Pedro, nas margens ásperas e fragosas dessa Alfarrobeira célebre, onde D. Henrique se encontra também nas reais falanges (2), no esquecimento supremo do irmão caído e na obediência calculada ao sobrinho que principiava e de quem em breve, após o exílio de D. Pedro, filho do morto, recebe a governação do mestrado de Aviz, que lhe pertencia, e, por nobre escusa de D. Fernando, conde de Arraiolos, o go-

TOMAR — ARCOS ISOLADOS DO PALACIO DOS *ESTAUS*

(1) Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. CXVIII.
(2) Azurara, *Crónica da Guiné*, cap. V.

vêrno de Ceuta, êste por nomeação de 5 de Julho de 1450, não chegando a tomar posse, por ter ficado no logar de D. Fernando o marechal de Portugal, D. Fernando Coutinho (1).

Estas luctas enfraqueceram bastante os tratos do mar, que daí por deante pouco avançam, pelo menos dignos de serem narrados pelos nossos cronistas.

A estas horas mais de 50 caravelas (2) tinham trazido ao reino grandes carregamentos de peles, azeite de fóca, áves, ouro, sementes, um leão (3) e 927 (4) infieis, que na maior parte foram tornados ao verdadeiro caminho da salvação, visto que fàcilmente receberam o cristianismo.

Comtudo, essas navegações não param de todo, continuando-se a explorar as regiões descobertas, para o que se cria em Lagos uma companhia de pescarias, autorizada por D. Henrique e Cada Mosto (5), levando por patrão a Vicente Dias, de Lagos, e mais tarde António de Nóla (6) com a devida licença do infante embarca com aquele e alguns portugueses e empreendem as suas viagens à Gambia e depois a conhecerem-na melhor.

Porque arrefeceriam os ardores marítimos a D. Henrique?

Pena dos irmãos, remorsos do seu procedimento?

Como lhe viriam à atribulada consciência os produzidos pelo obstinado abandono a que votou o pobre mártir de Fez, a quando inesperadamente, à saída da sua opulenta Tomar, indo de caminho para outra parte (7), se lhe deparou, num dia de Junho de 1451, o fúnebre cortejo trazedor do pobre coração da victima da sua tenacidade e da sua pertinaz ideia de se não entregar Ceuta?

Como esta triste scena lhe faria exacerbar o ódio nunca apagado ao mouro e lhe revolveria a velha ideia, a tensão fixa, agora mais a mais com o novo imperante, de conquistar as cidades dêsses odientos alarves, que já via não poder tornear por sul, na tenaz ambição de os reduzir, escravisar, ou incorporar nos crentes de Cristo?

Como lhe lembraria fazer pagar bem caro a êsses malditos as cruezas para com aquele, cujo coração ali ia levado pelos seus leais companheiros de cativeiro, e que êle, perdendo jornada, e mandando tornar suas azemolas do caminho que levava, piedosamente acompanhou à Batalha?

Como êle juraria, ao levantar da sagrada hóstia, na missa *Plurimo-*

(1) D. Antonio C. de Sousa, *Historia Genealogica*, L. VI, cap. III.
(2) Azurara, *Crónica da Guiné*, cap. LXXVIII.
(3) Idem, *ibidem*, cap. LXIII.
(4) Idem, *ibidem*, cap. LXVI.
(5) *As Navegações, etc.*, pág. 7.
(6) *Ibidem*, pág. 59.
(7) Fr. João Álvares, *Chronica dos feitos, vida e morte do I. Santo D. Fernando que morreu em Fez*, pág. 321.

rum Martyrum (1) que lhe mandou rezar na quinta feira, 9 de Junho, na elegantissima igreja dêsse lindo e rendilhado mosteiro, tirar vingança crua e grande dessa raça má e amaldiçoada, se acaso o ensejo se lhe deparasse e os seus 57 anos lho permitissem?

Estes nem de todo lhe tinham tirado as forças, que êle persistia em guardar numa austeridade e parcimonia inconcussa, embora os acontecimentos raladores de sua existência, já por seu turno, lhe fizessem sentir o duro pêso de quási meio século de trabalhos penosos e de aspirações insatisfeitas.

TOMAR — CLÁUSTRO DO *CEMITÉRIO*

Aquele, em breve, aparece num grande facto que se dá e que muita influência tem nos destinos da humanidade, não obstante circunstâncias fortuitas e estranhas o espasseie por alguns tempos.

A caduca capital do império romano do Oriente cái em 1453 aos golpes das falanges turcas, e a Europa Cristã treme diante do aguerrido e poderoso inimigo.

O papa Calixto III da sua cátedra prégа nova cruzada e decreta-a.

A Portugal chega o éco do grande acontecimento e D. Afonso V, cuja consciência já a estas horas teria sido acordada pelas lembranças tristes de Alfarrobeira, arde em sentimentos cavalheirescos e cristãos, preparando-se para ir ao Oriente com 12:000 homens à sua custa, notícia que, chegada a Marrocos, dá origem ao rei de Fez nutrir esperanças de conquistar Ceuta.

O ardor bélico que tinha inflamado o rei de Portugal e os seus não encontrou outros principes europeus de igual susceptibilidade e daí arrefecer a cruzada que também se ressentiu pela morte do papa.

(1) Fr. João Álvares, *obra citada*, pág. 133.

No reino também por êste tempo, dois grandes factos se dão que fazem sustar as ideias de guerra: um de vida e outro de morte.

A rainha, que nos seus nove anos de casada só tinha tido dois filhos, um que se chamou D. João, que morreu em criança, e outro, a que seria S.ta Joana, dá à luz, 3 de maio de 1455, o principe que devia ter na história o célebre cognome de *Perfeito*.

Êste feliz acontecimento, que enche de júbilo D. Afonso V, serve a D. Isabel para conseguir do remisso esposo a reabilitação do *traidor* D. Pedro, que da pobre igreja de Alverca é levado, a Abrantes, e daqui a Lisboa, donde o conduzem à rica Batalha, para repousar emfim à sombra das altas abóbadas levantadas pelo pai.

D. Henrique é quem dirige o fúnebre séquito, como que querendo resgatar pela homenagem que mostrára ao morto a frieza com que detendera o vivo (1).

Como uma ágave ou musa, que, após o fruto, morre, a rainha não vai longe e não acaba o ano do nascimento do filho querido, 2 de Dezembro de 1455, sem que um *fluxo de sangue* (2) nos Paços de S. Francisco de Évora, a prostre, talvez na doce esperança de encontrar no túmulo o descanço que em vida não tivera.

D. Afonso sente o passamento daquela a quem agora mostrava dedicar a mais fervorosa amizade, e no saimento que lhe fez, um mês depois, deu prova da grandesa dêsse pungir, celebrando-o com tal honra e solenidade que jámais a outra rainha até então se tinha feito.

Dois anos se quedou pelo reino, talvez a reanimar-se do golpe da ausência da companheira, desgosto êste de que o veio despertar, em 1457, nova bula de cruzada que por Nicolau V foi prégada, recebendo-a D. Afonso V com grande entusiasmo, mas que não se realizou, porque causas iguais às da outra obstaram a isso.

A Europa, embora em perigo eminente, já lhe tinha passado o fervor religioso doutras eras, e agora, retalhada por guerras sangrentas, dificilmente podia fazer acção comum no esforço supremo de defender a fé e não ouvia já a voz, agora meio apagada, que saía de Roma, como outrora, forte e obedecida, no seculo das grandes crusadas.

Portugal, sim, êsse continuava a sua gloriosa missão de séculos.

O ódio ao mouro o tinha feito nascer, o ódio ao mouro o tinha feito expandir.

A mortificante ferida de Tanger continuava ainda a sangrar ao velho D. Henrique e, agora apezar dos seus 63 anos, ainda a que-

(1) Pinheiro Chagas, *História de Portugal*, pág. 369, vol. III.

(2) Rui de Pina dá também a versão que a rainha morreu de peçonha. Teria sido envenenada pelos inimigos de seu pai? Diremos como êle: da certa verdade Deus é sabedor.

ria sarar, lavando-a no rubro sangue marroquino de que estava sequioso.

Com grande influência no jóven sobrinho, fruto mal sazonado duma educação tempestuosa e variada, faz-lhe decerto despertar, em alta monta, a tara guerreira, que por sua linha era acentuada temerariamente, sem que os anos nem as desilusões o enfraquecessem de todo, desistindo dos propósitos de toda a sua vida.

Incita-o, acirra-o, exalta-o, fazendo-o aos 21 anos um cavaleiro à

TOMAR — RUINAS DO CLÁUSTRO DA *LAVAGEM*

antiga em sonhos e excitações dum cruzado, à Ricardo Coração de Leão, cujo sangue pela avó lhe estuava o seu e cuja história arrebatava a sua juvenilidade de moço ardente e impetuoso.

Serodio para a Europa, que fechava com nova politica a brilhante e confusa Edade Média, não o é, todavia, para Portugal.

As guerras do avô e a reforma militar do grande Condestável tinham criado uma magnifica falange de guerreiros fidalgos, que a liberalidade daqueles fez poderosos senhores, que, se não fôra o desvio de Marrocos, teriam caído nas lutas temerosas dos anos atraz e que anos depois quizeram levantar cabeça, que o grande politico D. João II soube e pôde cortar.

Inconsciente na sua benéfica acção, D. Afonso V vai para África, não sem grandes lamentações do reino (1), pelas despesas que acarreta, mas cedendo aos impulsos do tio e aos ímpetos de seu atávico sangue.

Á famosa, poderosa e bem triste Tanger se dirigem as vistas do encanecido infante e do moço rei.

Á conquista dessa cidade pois, se destinam os preparativos que se tinham feito para a cruzada os quais não chegam a ser concluidos por a peste a isso se opôr.

Esta afrouxa na sua mortífera acção e de Ceuta chega notícia que o rei de Fez levava ávante o seu propósito de tomar essa cidade.

Cerca-a e o conde de Odemira, seu governador, a D. Afonso V manda pedir socorro, que não chega a ir, por o mouro ter desassediado a praça, mas que não faz ao rei de Portugal desistir de passar a África, na intenção de conquistar Tanger.

Assim foi e, como continuasse a peste em Lisboa, ordena a junção das suas forças em Setubal, as do Marquês de Valença no Porto e as de D. Henrique no Algarve.

Aí, em Lagos, se juntam em número de 220 navios, cujas velas foram desferidas a 17 de Outubro de 1458, em demanda de novas glórias, de novos trofeus, na vingança acariciada por D. Henrique da sua terrivel e inesquecida fatalidade de Tanger.

Esta, por suas condições de resistência, não é a alvejada pelo prudente conselho do governador de Ceuta, mas é Alcácer-Cequer, praça igualmente bem fortificada e mais para o interior do Estreito, que vai experimentar os arrebatamentos de valor dos intrépidos soldados do jóven monarca que, por condições avitas, ressuscita as heroicas qualidades do avô, com grande orgulho e satisfação do velho tio que o acompanha.

Êste, experiente das lições passadas, não se detêm na investida da bem defendida praça e com os seus intrépidos cavaleiros de Cristo faz do simúlacro de assalto, ordenado por D. Afonso (2), verdadeiro ataque, com a temeridade do glorioso dia de Ceuta e com a valentia dos infelizes dias de Tanger.

Agora tal era a ância de conquista que nem a noite impede o combate, que, pelas doze horas, cessa, a pedido dos mouros.

D. Henrique, cego pela vitória, encolerisado pela luta, responde no ardor desmedido da sua ardente fé: largae a praça e os cativos cristãos e ide-vos com as vossas riquezas.

Assim fizeram e o 23 de outubro de 1458 paga-lhe galhardamente o 15 de Outubro de 1437.

(1) Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. CXXXV.
(2) Idem, *ibidem*, cap. CXXXVIII.

Volta ao reino e decerto os achaques de seus 64 anos intensificam-se, impedindo-o de voltar em socorro da nova praça nos dois cercos que fazem a fama e a glória de D. Duarte de Meneses, o imortal governador de Alcácer.

Chegados estamos ao fim da vida do insigne infante D. Henrique, que, se como general não podémos elogiar e como homem muito menos, não assim, como Governador da gloriosa Ordem de Cristo.

Com ela tudo fez e para ela fez tudo.

Se Portugal pôde crear um Camões que em estrofes sublimes cantou nos *Lusíadas* as façanhas homéricas de tantos herois, a D. Henrique o deve, embora o imortal poeta, com injustiça flagrante, dêle quási se esquecesse, referindo-se-lhe sòmente num simples verso:

> As novas ilhas vendo e os novos ares
> Que o generoso Henrique descobriu.

Influência do tempo!

A quem rica messe de homens grandes e ilustres tinha à mão, um *generoso* parecer-lhe-ia suficiente para aquele que encheu o século com o seu glorioso nome e com a sua estupenda obra.

Esta caiu-lhe das mãos incompleta e confusa, como toda a vida lhe tinha aparecido: nem torneára o mouro, nem chegára ao principe cristão que o ajudasse a reduzir o infiel.

Assim sucede, de resto, a quem Deus dotou com o fogo sagrado do génio e da vontade.

Êsse fogo nêle foi grande e devorante.

Tudo é consumido (1) na enorme ambição de dar realidade à sua obcecante ideia, menos a sua Ordem, que êle queria grande e poderosa, para o ajudar e continuar na senda gloriosa da sua missão.

Pode ser que esta concepção histórica seja achada restricta, quando escritores de renome enalteceram o grande infante, mas, seja o que for, o que é certo é que o imortal Mestre da Ordem de Cristo assim nos é revelado pelos documentos que dêle restam e só por êles é que devemos fazer a historia e não continuar a persistir no êrro de fazer dêle um príncipe rodeado duma atmosfera lendária de sábio, de astrónomo, geó-

(1) Muito gastou D. Henrique em todos os múltiplos serviços e trabalhos de sua movimentadíssima vida, pois sendo sua casa de grandes rendimentos, ainda teve que recorrer ao crédito, sabendo-se pelo testamento de D. Fernando, conde de Arraiolos, que tinha obrigados a êste, por escritura, as suas terras e bens no valor de 19:394 escudos de ouro e que, por outra escritura, mais outros 16:084 escudos lhe devia, quantias que em 1454, data da feitura do testamento, ainda estavam por pagar (*).

(*) D. António C. de Souza, *H. G. da C. Real*, L. VI, cap. III.

grafo, cosmógrafo, que tanto lhe altera as feições, sem lhe dar, todavia, o verdadeiro realce que sua nobre figura tem na luminosa carreira de progresso da nossa querida Pátria.

Eles, os documentos, o dizem e os que êle agora subscreve mostram a sua preocupação para com a sua Ordem e para com a sua alma que, talvez, na hora extrema da vida, lhe aparecesse carregada de pecados que êle queria remir a missas, deixando no testamento o preciso para que lhe fôssem ditas por alma 2027 por ano, não contando a festa a Santa Maria de Março, na Igreja da Graça, e a missa na confraria do Salvador, que deviam ser resadas pelo lente de Teologia (1).

Êsses documentos são: a doação da espiritualidade da *Vila do Infante* à Ordem de Cristo, que publicada ficou atrás, e o seu testamento que publicamos a seguir por ser documento muito importante sob grande número de aspectos.

Em nome de Nosso Senhor Deos, Trindade perfecta o quall creo seem duvida nenhuũa segundo manda a Sancta ygreja de Roma que creamos e em nome de Nosso Senhor Jhesu Christo e de sua Bemaventurada Madre, Nossa Senhora Sancta Maria, eu, o infante Dom Anrrique, governador da Hordem da Cavalaria de Nosso Senhor Jhesu Christo, duque de Viseu e senhor de Covilhãa, estando em todo meu siso, temendo a ora da morte que nõ sei quando nem honde será faço meu testamento segundo se segue:

Primeiramente encomendo a alma minha e ho corpo ao meu sñor deos e lhe peço que ante da ressurreiçom e des que resurgir, elle me de salvaçom e me faça do conto dos seus sanctos por a sua grande misericordia e piedade. E peço a minha sñra sancta Maria por seer madre de misericordia, que peça a deos misericordia por my que me de salvaçom. E peço a meu sñor sã Luis a que des minha nacença foy encomendado, que elle cõ todolos sanctos e sanctas e angos da corte celestrial, roguem a deos por my que me de salvaçom.

Item mando que ho meu corpo seja lançado no muimento que estaa pera my onde jaz el Rey meu sñor e padre, no mosteiro de sancta Maria da victoria. E se morrer fora, que seja lá levado chãamente, e assy seja soterrado e sem doo que mando que por my nom façã mas chãamente e honestamente seja encomendado a deos, com oras e missas acustumadas e oferta e falhas que o meu testamenteiro ouver por bem, o que farã compridamente paguar, desencarreguando minha conciencia.

Item mando que as tres capellas que se ham de cantar pera sempre neste mosteiro em que a deos prazendo entendo de jazer, que se quantem segundo dello teem minha carta, e outra estaa no convento de Tomar, e assy estam todas as outras cartas das capellas que por my mando quantar: e mando que se quantem segundo em as cartas he conthiudo. E peço aos meus testamenteiros que ajã os tralados das ditas cartas, e que as façã assy cantar, segundo em ellas he conthiudo.

Item a el Rey meu sñor prouve de me dar as rendas que delle tenho, dellas em mercee, e dellas em minha vida, por tres annos depois de minha morte pera descarreguamẽto de minha conciencia. As quaaes rendas som as que se seguem s. ho meu asentamento, e as saboarias, e as Ilhas da Madeira e porto sancto e a deserta e Guinea com suas Ilhas e toda sua renda e o quinto das enxaveguas e as corvinas e lagos e alvor. E

(1) Arquivo da Universidade, gaveta 2.ª, maço 3, n.º 55.

destas rendas e de todo ho al que a my perteencer, aa ora de minha morte, mando que se façã estas despesas que se seguem.

Item minha sapultura, segũdo em cima faz menção.

Item que se paguem minhas dividas que forem sabidas per escripturas ou per outra certidom, ou per juramento que onestamente deva seer criudo que eu devo de cousas que per meu comprador, ou per outros meus oficiaaes, ou per my forom tomadas, que se paguem compridamente, e assy dalgũus serviços ou carretos que se paguem assy. E estas dividas sejã assy paguas primeiro que all, feito meu soterramento.

Item depos este mando que se paguem meus moradores, assy de moradias, como de reçõoes, e sejã contentes de seu serviço segundo rezõ.

Item mando que depos esto, se forem achadas outras dividas, que as paguem de qualquer guisa que seja, comtanto que sejam certas.

Item por quanto muytos dos meus criados teem seus aguasalhamentos de my de teenças em que viviam e aa ora de minha morte seeremlhe tiradas, ficariam em grãde mingua e a minha conciencia encarreguada: porem eu peço, por mercee a el Rey meu sñor e ao Iffante dom fernando meu muyto preçado filho, e ao que ouver o mestrado despois de my, que por ho de Deus e por a mym fazerem mercee, que cada hũu receba por seu, o que renda tever que a elle perteença, e lha leixe em sua vida, e receba seu serviço como de seu criado. E a deus louvores, taaes som que averam por bem empreguada a mercee que lhe fezerem.

Item as rendas que eu leixo pera tirar cativos e fazer esmollas pera sempre, peço ao meu testamenteiro que o faça conprir. E no convento de Tomar acharam a ordenança de como deve ser feito.

Item peço a el Rey meu señor por mercee, que elle queira seer meu testamenteiro por que seu he todo ho de que eu faço este testamento, e o leixo por meu herdeiro de todo o que a my perteencer aa ora de minha morte, assy de raiz como de movell, resalvando o de que fiz herdeiro o sñor Iffante dom fernando meu filho. E do que lhe elle mais do que ficar de my queser dar, lho terrey em mercee, reservãdo Lagos, e a Ilha da Madeira, e as outras cousas que lhe prouve de querer que ficassem pera sua coroa e de seus sobcessores.

Item por que el Rey meu sñor nam pode per ssy seer testamenteiro, lhe peço por mercee, que elle escolha huũ que entenda que o bem saiba fazer, e outro que seja veedor do testamento, e lhe encarregue que o façam, conteentando os do que for rezam.

Item por quanto eu a deos louvores tenho muytos criados e os huũs contentey per comendas, outros per igrejas, outros per casamentos, outros per teenças, outros per officios, outros viveram comigo e nom merecerom o que lhe tenho dado, porem eu mando ao meu testamenteiro que esguarde bem todo. E se vir que em serviço dalguũ som encarreguado que o contente segundo sua boa discripçam.

Item por que poderia seer que em minha vida eu satisfarey aas dividas e criados, e leixarey pera minha subpultura que abaste, assy que el Rey meu sñor em ello nom tenha que fazer, eu o leixo porem por herdeiro, segundo en cima faz mençom, por elle teer encarrego de mandar comprir minhas capelanias, e lhe peço por mercee que assy a seus socessores Reys destes Reinos, que por sua bençom assy o mandem comprir, e eu assy lho peço por amor de deos, e por mercee. E por que esta he minha vontade, mando que este tenha e valha. E por certidom dello o fiz per minha mão, e o mandei aseelar cõ o seello de meu camafeu, e com o ssynete das minhas armas, e com o outro seello grãde assy de minhas armas. Ffeito na villa do Iffante a vinte e oito dias doutubro. Era de mill e quatrocentos e sesenta. E o assiney de sinall de minha mão.

E en pero que outros condicilhos ou testamentos tenha feitos, mando que nõ valham e que este valha e tenha.

E as capellanias que mando cantar, vã postas en hũu escripto que vay coseito em

este meu testamento. Do qual escripto o tehor de berbo a verbo he este que se segue:

Em nome de Deos Amem. Esta he a manda e testamento pruvico e aberto que o Iffante dom Anrrique fez e mandou em presença de my provico notairo e testimunhas adiante nomeadas. A dom frey fernando Vigario jerall da villa de Tomar etc. que o cosesse em seu testamento que per sua mãao fezera segundo a verba que o dito sñor no dito testamento escrepveo per sua maão. O quall testamento com esto que neste aberto emadeo, disse que avia por firme e rato e outros nenhuũs nã, postoque parecessem, por que esta he a sua pustumeira vontade. E primeiramente mandou aquy poer hũu thitollo que tall he.

Estas som as igrejas e capellas que eu o Iffante Dom Anrrique Regedor e governador da hordem da cavalaria de nosso sñor Jhesu christo Duque de Viseu e sñor de Covilhãa, estabilici e hordeney pera sempre em reverença e louvor de meu sñor Jhesu christo e da virgem sancta Maria sua Madre minha senhora.

Item primeiramente estabelici e hordeney a igreja de sancta Maria dafrica situada na cidade de Cepta.

Item estabilici e hordenei a igreja de sancta Maria de Belleem, assythuada em Restello termo da cidade de Lixboa.

Item estabilici e hordeney a igreja de santa Caterina, que esta fóra da villa do Iffante. E a capella de santa Maria, que esta dentro em a dita villa.

Item estabilici e hordeney a igreja de santa Maria da misericordia, situada em a villa Dalcacer dafrica.

Item estabilici e hordenei a principall igreja de santa Maria da Ilha da Madeira, e di en diante as outras que se hi hordenarem.

Item estabilici a igreja da ilha do Porto santo e a igreja da ilha Deserta.

Item hordeney e estabilici a igreja de sam Luis, na Ilha de sam Luis, e a igreja de sam Dinis na Ilha de sam Dinis: e a igreja de sam Jorge na ilha de sam Jorge; e a igreja de sam Thomas na Ilha de sam Thomas: e a igreja de sancta Eyrea na ilha de santa Eyrea.

Item hordeney e estabilici a igreja de Jhesu christo na Ilha de Jhesu christo: e outra igreja na ilha graciosa.

Item ordeney e estabilici a igreja de sam Miguell na ilha de sam Miguell: e a igreja de santa Maria na ilha de santa Maria.

Item hordeney e estabilici per outorguamento do sancto padre Calisto terceiro toda a espiritualidade da Guinee seer outorguada aa hordem de christos. Pello qual eu emcomendo e mando a qualquer que for Vigairo ou prior ou capellam soldadado per a dita hordem em cada hũu igrejairo daquellas teras, que lhe praza cada somana ao sabado por sempre em minha vida e depois da minha morte dizer huũa misa de sancta Maria, e a comemoraçom seja de santo spiritu, com seu responso e a comemoraçom de fidelium Deus.

Item ordeno e mando que os freires do convento da minha villa de Tomar, ajam a renda das minhas buticas da feira da dita villa que fiz per autoridade del Rey meu sñor e padre que deos aja. E pella dita renda diram en cada hũu anno cem missas por minha alma, levando a renda da dita feira a prata em respeito de cem missas rezadas por cada marco de prata que en a dita renda montar, ora muito, ora pouquo.

Item ordeno e mando que o leente da thiolosia da cadeira da prima, aja en cada hũu anno pera sempre doze marcos de prata, por a primeira renda dos dizimos que a ordem do christos ha na Ilha da Madeira, pollo quall faram o principio no estudo, e diram certas missas e preeguaçõoes segundo faz decraraçom na carta minha que lhe dello leixo. E esto em renenbrança da doaçom que lhe fiz das casas em que esta o dito estudo.

Item hordeno e mando que a see de Viseu aja a renda da feira que eu mandei fazer dentro na cerca que esta junto com a dita cidade, cõ condiçom que o cabidoo a mãde arrecadar, e de seis onças de prata a huum capellam, que digua todolos sabados do ano hua missa rezada de santa Maria em minha vida e depois de minha morte segundo se contem na carta que lhe dello leixo.

Item estabeleço e mando que o mosteiro de santa Maria da vitoria aja pera senpre em cada hũu anno dezaseis marcos de prata em prata. Os quaes avera pollas rendas das terras de Tarouca e Baldigem. E esto por dizerem por minha alma assy em minha vida como despois de minha morte tres missas cada hũu dia no altar da minha capella que esta na capella del Rey dom Joham mẽu sñor e padre que deos aja, segundo he conthiudo na carta minha que lhe dello leixo.

E por se todos estes beneficios e missas dizerem por minha alma como per my he hordenado, eu escolhi por preveedor dello sentindo que o faria bem e como conpre por meu serviço e bem de minha alma, frey Antam Glz, meu escripvam da puridade, Alcaide moor do castelo de Tomar e assy aos seus ssocessores. Aos quaaes eu hordeno que ajam por seu trabalho pella vintana da spiritualidade de Guinee, sete marcos de prata, segundo se contem na carta minha que lhe dello leixo.

E hordeno per minha carta que leixo aos Mestres, Regedores e governadores da hordem de christos que despois de my forem que constrãguam o dito preveedor e seus soccessores, que façam conprir esto que per my he hordenado. E se negregentes forem a esto proveerem, que os tirem e enlegam outros que sentirem que o façam bem e assy como conpre por salvaçam de minha aalma, segundo he conthiudo na carta minha que dello leixo ao Mestre ou mestres, Regedores e governadores.

Item ordeno e mando que todollos os meus oficiaaes de minha casa e assy todollos meus Almoxarifes e outras persoas que minhas rendas, e dinheiros, e outras cousas receberom, nam embarguante que me nõ tenham dadas suas contas, a my apraz principalmente pollo amor de Deos e por salvaçam de minha alma, avelos por quites e livres de todo o que assi por my receberom e despenderom, a elles e a seus beẽs e herdeiros. E mando a fernam salguado meu escripvam da camara e provico notairo per minha autoridade em minha casa e en todas minhas terras, que lhe [dê] dello senhos estormentos de quitaçam, assynados do seu pruvico sinal, as quaees eu hey por boõs e firmes e valiosos pera todo sempre. E peço per mercee a el Rey meu sñor e ao sñor Iffante meu muito preçado e amado filho, e assy rogo e encomendo aos Mestres, Regedores, e governadores da hordem de christos que despois de my hi forem que lhe nõ vaam contra as ditas quitaçõoes em parte nem en todo. Antes lhe guardem e façam comprir e guardar, por quãto a my apraz e he minha mercee sem embargo de todo, realmente os dar por quites e livres como dito he e lhes fazer mercee, por muito serviço que delles recibi.

E porem peço por mercee a el Rey meu sñor e ao sñor Iffante meu muito preçado e amado filho, e encomendo mando e rogo aos Mestres, Regedores e governadores da ordem de christos que despois de my forem e comendadores da dita ordem, que compram e façam comprir, paguar e guardar estas minhas quitaçõoes per my ordenadas e cantar e dizer as ditas missas como suso faz mençom, e esto polas vintanas das minhas ilhas, e de Guinee, e rendas de terras, igrejas, e comendas segundo muj cõpridamente he conthiudo nas cartas minhas que de todo leixo feitas. E façam todo comprir assy e guardar realmente e com effecto por minha aalma como elles desejam que Deos hordenasse que fizessem pollas suas pellos beẽs e acrecentamento delles, e doutras rendas que leixo e fiz pera hordem de christos. Fecto na villa do Iffante XIII dias do mes dOutobro da era do nacimento de Nosso sñor Jhesu christo de mil CCCCLX annos. Testemunhas Dom frey fernando vigairo geral da villa de Tomar, e das Ilhas etc. e o Mestre em tiolisia frey Joham mĩz que foe confessor do dito sñr Iffante em esta sua postumeira fim e dom fernando deça, e Martim Correa guarda moor do dito sõr e do

seu conselho, e frey Pero anes seu ciquiteiro moor e diogo dalmeida cavaleiro de sua casa, e Johã gorizo. E eu fernam salguado, escripvam da camara do Iffante dom Anrrique meu sñor e provico notairo per sua autoridade em sua casa e em todalas suas terras que esto per mandado do dito sñor escrepvi, e em elle meu synal fiz que tal he (1).

Vê-se por êste e por aquele documento, os últimos, sem dúvida, subscritos por sua mão, quanto de amor êle dedicava à sua nobre Ordem e aos seus valentes e queridos companheiros de tantas heroicidades, de tantas lutas e de tantas vitórias.

Corrobóram bem o critério que temos do inclito infante que, colhendo os frutos da patriótica instituição, que tanto nobilita o grande rei D. Dinís, a ela queria que revertessem, como que tendo a visão que ela continuaria a sua grande obra, como realmente sucedeu.

Ela a continuou e então milhares de cruzes vermelhas, substituidoras das bandeiras que D. Henrique dava em sinal de sua licença e que nas rés eram arvoradas, vêmos em panos de mil náus a atestar altivamente, em todos os mares da terra, ñuma marcha triunfal de progresso, a poderosa influência da patriótica Ordem, a mais ilustre e nobre de todas as Ordens do mundo (2).

E, quando o corpo hirto e frio do imortal Mestre se sóme à vista dos contemporaneos e é encerrado no seu artístico túmulo da rendilhada Batalha, o primeiro dos continuados que lhe foi posto é o de *Governador da Ordem da Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo* que lhe segue o nome na mais elevada eloquência de quem só viveu restricto ao lêma sublime da sua Ordem — guerra aos infieis — e numa verdadeira síntese de todo o pensar de sua grande e movimentada vida.

O seu testamento foi assinado um mês certo antes de morrer e das suas palavras deve-se depreender que foi mandado fazer em saúde, o que nos leva a conjecturar que D. Henrique morreu de doença aguda, inclinando-nos a que talvez pela idade, 66 anos, quadra do ano, novembro, e o logar onde estava, a agreste *Vila do Infante,* a pneumonia o fizesse prostrar, colhendo-o de súbito.

Não podendo vencer a doença, morre na quinta-feira, 13 do mês citado de 1460, pelas onze horas da noite (3), tendo à beira do leito o cavaleiro de Cristo, Luiz de Souza Carneiro, seu camareiro-mór, que poz a bom recado o seu sinete, o seu livro de rezar e, como dissemos, a sagrada relíquia do Lenho da Cruz, que a mãe lhe dera nas vésperas da partida para a gloriosa Ceuta.

Morto, levam-no, na mesma noite do falecimento (4) para a igreja de

(1) Torre do Tombo — *Manuscripto* n.º 516, pág. 3.
(2) Thomaz Ribeiro citado na nossa *Ordem de Christo.*
(3) Damião de Goes, *Chronica do Principe D. João,* pág. 50.
(4) Diogo Gomes, *As Relações do descobrimento da Guiné,* etc., pág. 284.

Santa Maria, em Lagos, onde, após as orações da igreja, foi sepultado honradamente, tendo por guarda ao autor d*As Relações* que D. Afonso V de Évora, ao receber mui pesarosamente a notícia da morte do tio, manda ficar naquela vila para prover do necessário os sacerdotes que se empregavam em contínuas vigílias e nos ofícios divinos.

Pelo fim do ano, ordena D. Afonso trasladar D. Henrique à sua eterna morada e, mandando-o antes observar pelo Diogo Gomes, êste, chegado ao cadaver, o descobriu, encontrando-o sêco, intacto, excepto na ponta do nariz, e cingido por silício áspero de sedas de cavalo (1).

Seu sucessor no mestrado de Cristo, D. Fernando, é encarregado pelo irmão de o levar num magestoso cortejo, em que bispos e nobres e decerto todos os cavaleiros das suas duas ordens, se incorporam, prestando-lhe as devidas honras, até ao, em construção, mosteiro da Batalha, onde o rei o esperava.

CAPELA
DE NOSSA SENHORA DE GUADALUPE

Chegado o fúnebre préstito e rezadas as últimas orações, foi depositado o quási incorruto corpo no formoso moimento já ali feito (2) para o receber.

Na parede sul da quadrada capela que D. João I tinha mandado edificar para sua jazida e dos seus e onde se patenteia hoje seu soberbo cenotáfio na direcção este-oeste, e um pouco afastado do centro daquela para o lado poente, ordenou aquele monarca também construir o renque tumular que devia recolher a sua gloriosa geração.

É êle dividido, no eixo, por um elegante botaréo, que coincide com o meio da larga e rendilhada janela central da fachada, o qual separa os dois sarcófagos de D. Henrique e o de D. João, e estes dois, por seu turno, separam-se do de D. Pedro e de D. Fernando por outros dois botaréos, terminando todos em ornamentadas piramides poligonais.

Formado por tantos e iguais arcos ogivais, revestidos com vários assuntos decorativos, quantos os caixões de pedra destinados aos membros masculinos da famosa geração, menos D. Duarte, que para si começou a soberba e magnifica fábrica das *Capelas incompletas,* jazendo ainda hoje na capela-mór, ao lado da mulher, não ocupa toda a parede, deixando de cada lado ainda um pequeno espaço.

Nascem êsses arcos à altura das tampas, onde corre a moldura das divisas dos infantes, e são encimados, na parte externa, por elegantes e

(1) Diogo Gomes, *As Relações do descobrimento da Guiné,* etc., pág. 285.
(2) *Testamento de D. Henrique.*

ornamentadas acoladas que, assentando numa lindissima grilhagem de pedra, vão morrer no alto em delicados coruchéus.

Sob o segundo arco do lado direito da entrada está o caixão do infante D. Henrique, cuja robusta figura deitada na larga tampa se afasta da funda parede, onde se levantavam outróra tres imagens de que restam os pedestais: o do centro, gótico e os outros lisos paralelepípedos.

Sua cabeça, cingida por uma bem lavrada corôa de perpétuas amarelas *(Helichrysum orientale)* que deixa escapar umas fortes madeixas, repoúsa sôbre duas almofadas, debaixo duma porção de amplo baldaquino, ricamente decorado, e o pescoço contorna-o as prégas crespas de grossa camisola que colarinho de camisa fina mostra a existência desta, resguardando o corpo da rudeza daquela.

O tronco é vestido por larga e comprida cóta de armas, em forma de dalmática, bordada dos castelos reais, tendo na parte central sob banco de pinchar na parte superior as quinas dispostas entre as quatro pontas da florida cruz de Avís, achando-se, só na manga esquerda, tambêm repetidos êstes relevos.

As côxas defendem-nas os largos coxotes, que se articulam por ornamentadas joelheiras às grevas protectoras das pernas até aos tornozelos, onde correias de fortes acicátes limitam as ligaduras contornadoras dos pés que se encostam a uma como misula formada por duas molduras.

É esta estátua mais um documento notável para se ver a evolução artística da nossa iconografia.

Pertencendo ao período desta em que, parece, o artista não ligava importância ao modêlo natural, apresenta os rudes caracteres da estatuária medieva que nesta se suavisam um pouco, mostrando já um certo rigor de formas, e de linhas, embora tenhamos em Portugal, de época anterior, exemplares muito mais delicados.

Dum metro e noventa e cinco centímetros de altura, contados desde a planta dos pés ao rebordo da corôa, e de setenta e cinco centímetros de cotovelo a cotovelo, mostra um corpo atarracado com o ar expressivo dum guerreiro da idade média.

Cara grossa, sem barba, de olhos abertos, de fundas rugas ao canto externo, testa larga e vincada por tres prégas, de grossos membros e de arcabouço entroncado, paira por cima de toda a estátua do infante um sentir especial, um modo de ser inconfundivel que os artistas, principalmente os dos séculos XII, XIII, XIV e XV, imprimiam às suas obras que nós hoje admiramos, achando-lhes uma suave poesia que tanto encanta.

Dissemelhante, ainda assim das figuras do pai e de D. Duarte, únicas masculinas que no mosteiro de Santa Maria da Vitória existem da mesma época, não apresenta decerto os traços fisionómicos de quem quer representar, a não ser, visto sabermos por seu testamento ter sido seu túmulo

feito em vida dêle, que os retratos do livro de Azurara e dos paineis de S. Vicente sejam uma mistificação.

E o que diremos também da estátua do velho guerreiro, de grandes barbas e de bastas guedelhas que, segundo Barros (1), D. Manuel mandou colocar, num período relativamente curto de quarenta anos, após a morte do infante, na coluna da porta travessa dos Jerónimos, representando-o?

Larga discussão pode êste assunto dar a quem, prenhe de retórica, a êle se queira entregar, pois, sem ela, muito pouco poderá dizer e provar se considerarmos a escassez e o valor dos documentos.

Porque seria também que dos túmulos dos infantes, só o de D. Henrique é que houve estátua?

Que levaria a ser assim hònrado com flagrante diferença dos irmãos no campo santo da morte?

Por ser cavaleiro da Jarreteira?

Também o foi o infante D. Pedro.

Por ser Mestre da Ordem de Cristo?

Também foi Mestre de igual categoria D. Fernando, Mestre de Avís e D. João, Mestre de S. Tiágo, embora menos graduada.

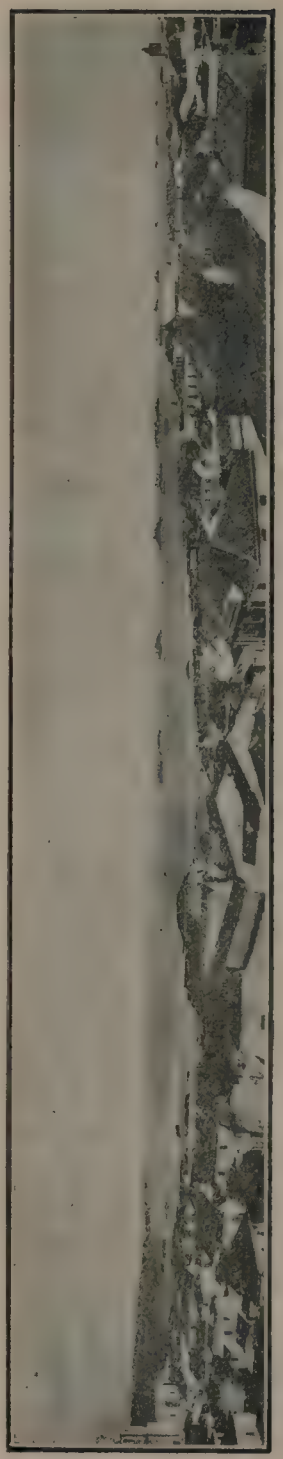
Seria por o darem hipoteticamente *rei* de Chipre, como diz Frei Luís de Sousa?

Ou seria êle próprio, visto seu moimento ter sido feito em vida, no seu enorme egotismo, que, depois da morte de D. João I, de D. Duarte e de D. Pedro, mandaria transformar a tampa do já ordenado pelo pai?

Problema é êste que, como muitos da nossa história artística, está por estudar e resolver.

Os elementos de solução faltam e não seremos nós, por essa falta e por incompetência, que lha vamos dar, fantasiada e imprópria.

Na face livre do sepulcro, debaixo da moldura das divisas, onde tres vezes, entre ramos



LAGOS E A SUA FORMOSA E AFAMADA BAÍA

(1) João de Barros — *Decada* I, L. IV, cap. XII.

entrelaçados de carrasco com seus frutos, no do infante D. Henrique está a dêle: *Talant de bien fère,* ostentam-se, abraçados por oito ramos daquele vegetal, tres escudos, que, partindo da direita, são: as armas reais com dez castelos, com banco de pinchar de tres pendentes, tendo cada um uma mócega; a cruz da Jarreteira circundada por uma larga correia, que enfia em baixo num forte fivelão, na qual se repetem as palavras *Honni soit qui mal y pense,* conhecida divisa da velha ordem inglêsa; e a cruz da Ordem de Cristo.

Tanto aquele escudo, como êste, são encimados por corôas formadas por iguais flores que constituem a que orna a volumosa cabeça do infante.

Por cima dêstes escudos e fazendo parte da tampa, existe um estreito filête, onde estão esculpidas numa só linha e em letra gótica as palavras seguintes:

Aqui jaz o muito alto e muito honrado senhor o infante Dom Anriq̃ Governador da Ordem da Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo, duque de Vizeu, senhor da Covilhã, filho d'el-rei Dom Johã e rainha Dona Filipa que aqui jazẽ nesta capéla cujas almas Deos por sua mercê aja o qual se finou..... na era de mil.....

Esta inscrição morre cerce ao acabamento da pedra no sentido horisontal, fazendo ver, ao deverem-lhe pôr a data do falecimento de D. Henrique, que seria já em baixo, formando outra linha, se acaso tivesse espaço para ela, o que nos parece não haveria, resultando disso a causa de nunca lhe terem gravado o que dela falta.

A velha inscrição desapareceu comida pelo salitre, que também atacou o resto do frontal tumular, mas êste guarda-se no museu da Batalha, como a moldura da divisa, pela qual se vê terem ficado da antiga as partes que teem as letras *Ta* e o último *e* de *fère,* mostrando-nos tudo, tanto quanto pode ser, que ao fazerem de novo estas duas peças, seguiram o mais fielmente possivel as antigas, o que nos leva a dizer que aquela devia ter sido copiada textualmente.

Não são só estas preciosas relíquias que se guardam no apreciavel museu, outras muitas ali atestam o sagrado respeito que deve haver pelo lindo monumento, que é para nós o livro sacrosanto da Independência, onde muitos nomes ilustres estão escritos e outros andam ligados num largo e luminoso rosário, representativo de tantos outros grandes vultos e de tantos outros varões egrégios.

Por isso todo o português, pelo menos uma vez na vida, tem obrigação de ali ir em piedosa e patriótica romagem admirar as galas dos soberbos astistas de D. João I e render culto fervoroso à memória dêste grande homem e à de muitos que ali jazem e que na imortalidade o acompanham.

Inúmeras vezes ali temos ido e sempre com a mesma admiração artística e com a mesma respeitadora e avassaladora devoção.

A última foi em Agosto de 1914 e, ao transpormos os humbrais do seu florido portal e ao deixarmos atraz as altas e elegantissimas arcarias da igreja para onde abre a belissima capela do *Fundador*, nossa alma expandiu-se livremente, desprendendo-se do pesadelo enorme que a memória de tantos herois autênticos tinha em nós criado pela grandesa das suas obras, pelo patriotismo de suas intenções e pela santidade das suas acções.

BATALHA — FIGURA JACENTE DO TÚMULO DE D. HENRIQUE

A primeira, segunda, terceira, quarta e quinta gerações de Avís ali estão mortas, mas os nomes de seus membros vivem rebrilhantes nas páginas da história de Portugal, como dos mais belos, dos mais famosos e dos mais ilustres.

Entre êles, e no nosso caso está o de D. Henrique, o glorioso Governador da Ordem de Cristo, que bem pode figurar entre os maiores dos do mundo com a sua colossal obra de guerra e de paz em prol da civilização mundial.

A de paz foi grande e nela se revelou um hábil administrador dos bens da sua Ordem e dos seus, zeloso protector da Universidade de Lisboa, hoje de Coimbra, previdente povoador de terras desertas, grande fomentador da agricultura, diligente creador de indústrias, activo fundador de feiras, etc., etc.

Foi como que a consequência da outra, pertinaz e dura, de impor um ideal a outro ideal: a Cruz ao Crescente.

Esta, a da guerra, foi estupenda, absorveu-lhe toda a vida desde a radiosa mocidade até à vigorosa canicie, sem jámais enfraquecer no ódio ao mouro e na inabalável fé em Cristo, sem que fôsse o espírito de mercantilismo, como quer uma pretenciosa escola moderna, o determinante, por sua parte, de tantas acções beneméritas e de tantos trabalhos produtivos.

Quem o apóda de mercante nunca soube o que era governar povo, estando em contacto com êle.

Este leva-se, não por palavras, mas por obras.

Podia um ou outro dos *homens* de D. Henrique (não nos referimos aqui propriamente aos cavaleiros de Cristo, pois êsses eram obrigados a perseguir os inimigos da Cruz), compreender as suas ideias e por isso ou por espírito de garridice, ir desinteressadamente ao improdutivo *Mar Tenebroso,* mas muitos só a isso seriam levados na mira duma boa pitança, duma boa tença, dum bom grau ou duma boa comenda.

E como podia o alto infante, alma excitada por uma devorante ideia, enleado num vasto plano de conquista, desfazer tantos receios, aplanar tantas más vontades, satisfazer tantas ambições, etc., se não tivesse meios materiais para isso?

O que se vê hoje?

Ai do homem de Estado dos tempos que correm, se não fizesse *reformas,* nesta megalomania de reformar que vai por êsse mundo de Cristo!!

Como é que êle ganharia sequases, proselitos, partidários, se não criasse novos *graus,* novas *comendas,* novas *grã-cruses,* se não desse novas *ilhas?!*

D. Henrique não precisou de reformar, porque o tempo não era de *reformas.*

Era de monopólios e de Ordens militares.

Por êste principal motivo dissemos nós (1), ao inclinarmo-nos que só

(1) Insistimos neste ponto, porque vemos seguida ainda por vários escritores a ideia de D. Henrique de, logo após a tomada de Ceuta, empreender as viagens dos descobrimentos, seguindo o, neste ponto, decerto, pouco verídico Diogo Gomes, quando Azurara, que longas conversas teve com o grande infante, terminantemente narra (*) que êle *despois de 12 anos,* isto é, 12 anos antes de 1433 ou 1434, para concordar com o que êle refere a pág. 53, *feẓ armar hũa barcha daqual deu a capitanya a huũ Gil Eannes,* o que demostra que D. Henrique só em 1421 ou então em 1422 é que principiou a mandar sondar as costas ocidentais de Marrocos com o fim de passar o extremo do mundo conhecido, que era o cabo de Bojador no propósito atraz referido.

Todavia, diz antes (**) que *depois da tomada de Ceuta sempre trouxe continua-*

(*) *Crónica da Guiné,* pág. 56.
(**) *Ibidem,* pág. 44.

em 1417 ou 1418 é que êle, por ser investido num dêstes anos na dignidade de Mestre da Ordem de Tomar, podia começar a pôr em prática a realisação da sua tenaz vontade de apaixonado cristão, por naquela encontrar os seus primeiros e mais leais sequases, os seus primeiros e mais valorosos obreiros, os seus primeiros e mais patrióticos *homens* que, levados pela fé, iam como que abrindo caminhos a outros a quem o interesse movia e infundia valor nas solidões do mar e nas arriscadas empresas da terra.

Êle, que ressuscitava na sua pessoa o seu sétimo avô, o intemeráto templário D. Afonso Henriques, tudo fazia pela purêsa e pela expansão dessa Fé e tudo que materialmente resultasse dessa labuta convertido era na sua Ordem, à semelhança daquele para que maior incremento tivesse o afanoso trabalho do Evangelho suplantar o Alcorão.

Nada queria para si e as suas dívidas, ao morrer, provam a sua isenção, o seu amor à grande causa a que se devotou, que tão grande era que nada lhe chegou, embora, mais do que uma vez, revelasse o egoismo que atraz lhe apontamos.

A guerra devora homens, como devora fazendas e o heroico Mestre da Milícia de Cristo bem o conheceu e bem o sentiu, mas ela, embora pese aos romanticos pacifistas, foi, é e será a grande potencial do progresso e sem ela a humanidade jámais teria atingido as culminâncias das suas civilizações antigas e modernas que teem formado a ininterruta corrente do seu progredir.

O imperio kaldaico atingiu o esplendor de Babilónia após as conquistas estupendas

BATALHA — TÚMULO DE D. HENRIQUE

mente navios armados contra os infieis, mas, na nossa humilde opinião, estes navios eram os que o pai devia ter posto ao seu dispor para poder desempenhar o cargo em que o investira de tratar os negócios da famosa cidade e além disso diz também claro qual o fim dessas viagens que era: fazer guerra aos mauritanos.

do mais eminente dos seus soberanos — Nabuchodonosor; o Egipto levanta as piramides e os templos de Luxor e Karnak, proclamando bem alto a fama guerreira dos Ramsés e dos Setis; Atenas resplandece, a seguir às formidandas vitórias de Maratona, Artemizio, Salamina e Micala; Roma engrandece-se pela sua grande sciência militar; a França unifica-se, ao findar a tremenda guerra dos cem anos e a Inglaterra expande-se pelo *Acto da Navegação,* fruto da cezarista política de Cromwell.

E na horrenda ocasião de agora, nos tristes e negros dias que ora passam, quem sairá vitorioso para impor a sua hegemonia, o seu poder, o seu arbítrio?

Talvez nenhuma das partes, tal se nos afigura a truculenta luta!

Será a ordem, a disciplina, o ideal, a fé, a sciência, a riqueza, como nos famosos tempos da nossa história em que D. João I, rodeado da pleiade ilustre de seus filhos, era por assim dizer o árbitro do ocidente e como tal venceu e preparou à sua pátria os dias explendorosos dos séculos XV e XVI?

Sairá venceder sómente o capital, alimentador da carnificina e aniquilador das munições dos adversos que nações eivadas dum egoismo desmedido ou minadas por ideias erróneas combatem, mais levadas por se verem abaladas nas suas preponderâncias, do que em defêsa dum grande princípio de pura moral ou dos grandes benefícios duma sólida civilização?

Difícil é a resposta, mas qualquer que ela seja, a não aparecer o ilógico, como será provável, o sangue de milhões de homens e o consumo de milhões de milhões de contos cimentará a glória do vencedor por muitos anos na posse da tão disputada hegemonia.

Portugal foi a guerra que o formou e foi tambêm por ela que se expandiu, escrevendo na história do mundo a página mais bela e a mais útil das idades modernas.

Pode-se encarar um ou outro período humano, de mais obscuro e confuso, pode-se, é certo, ver nalguns homens a negação dêste princípio, mas, se atentos virmos bem, neles encontraremos causas e efeitos que não desmerecem a lei por nós apontada, dando a resultante da sua contribuição civilizadora.

É esta que faz das nações e dos homens grandes e beneméritos, tornando-os para nós dignos de respeito e homenagem na proporcionalidade à bondade que derramaram na execução do papel grandioso que Deus lhes destinou na longa ou curta vida que pela face da terra passaram.

Por isso é que D. Henrique, o imortal soldado da Cruz, o famoso comandante dos cavaleiros de Cristo, é grande entre os grandes, é benemérito entre os beneméritos, porque da sua fecunda acção à face da terra resultou tal soma de bondade para o género humano que o seu viver particular e o seu modo de encarar essa humanidade são obscure-

cidos, mas explicados, expandindo aquela a toda a glória e a todo o reconhecimento.

Eis a razão porque nós nos curvamos reverentes deante da estupenda figura do descomunal gigante, do extraordinário pioneiro da nossa missão histórica, cujos frutos ainda hoje, a despeito da rapacidade externa e da desorientação interna, são garantia à nossa independência nacional.

Retirando, pois, do evocante monumento e deixando o grande heroi dormir no rendilhado sepulcro o sono de quási cinco séculos, apontemos às gerações futuras o nome do imortal Mestre da Ordem de Cristo, como o primeiro daqueles que mais contribuiram para que Colombo, com a sua pertinaz empresa, aportasse às desconhecidas praias das *Indias Ocidentais,* Bartolomeu Dias, com a sua maravilhosa derrota, passasse alêm do *Tormentoso,* Gama, com a sua portentosa viagem, chegasse à India, os soldados de Magalhães, com os seus herculeos trabalhos, circumnavegassem a Terra e Camões, com os seus altisonantes versos, cantasse o *peito ilustre lusitano* na sua bíblia patriótica que, parece, tão esquecida ir já da geração que passa.

D. FERNANDO

NONO MESTRE DA ORDEM DE CRISTO

EPULTADO D. Duarte na capela-mór da formosa igreja da recentemente erigida Batalha, para onde o levaram após a sua morte em Tomar, a 9 de Setembro de 1438, foi no dia seguinte nesta vila proclamado rei o infantil príncipe D. Afonso.

Agarrados ao longor norte da nunca vencida fortaleza templária que o heroico D. Gualdim Pais fez surgir do alcantil oposto às opulentas ruinas da cidade, por tradição, chamada Nabancia, tinha o imortal mestre D. Henrique mandado construir dois floridos cláustros e uns paços (1), como atrás referimos.

Fóra destas construções, no terreiro adjacente, mas dentro do castelo mandou o sábio D. Pedro fazer um assentamento ricamente guarnecido, aonde levou o sobrinho, acompanhado por todos os fidalgos e nobre gente da côrte, e aí, esperada a hora propícia, indicada pelo afamado astrólogo, o célebre judeu Guedelha (2), lhe fez obediência, seguindo os mais actos da aclamação com a grita costumada, ali e pelas ruas de Tomar, o alferes-mór, D. Duarte de Meneses, os reis de armas e os arautos.

Só D. Pedro, dos tios legítimos que podiam estar ao pé de D. Afonso,

(1) Ver descrição na nossa *Ordem de Cristo.*

(2) Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V,* cap. II.

o acompanhou neste acto, que revestiu toda a ceremónia e solenidade, como lhe era devida.

D. João, o Condestavel do reino e Mestre da Ordem de S. Tiágo, jazia em Alcácer do Sal, minado pela doença (1), e D. Henrique, o Governador da Ordem de Cristo, em cuja casa estas scenas se desenrolavam, vinha caminhando do seu afincado refúgio no Algarve, depois do triste desastre de Tanger.

Chegado, trataram a rainha, D. Pedro e êle de dar ordem e remédio às coisas do reino, como determinava D. Duarte no seu impensado testamento, e despachar os embaixadores de Castela que a Tomar tinham vindo (2), ao tempo do falecimento de D. Duarte, a tratar com êle negócios de superintendência de bispados e das Ordens de Calatrava e de S. Tiágo da sua nação, mas que, por dificuldades supervenientes, só em Lisboa, bastante depois, puderam ser ouvidos.

O tempo ia correndo e a Tomar afluiam os grandes do reino para o saimento, que se realisaria no Mosteiro de Nossa Senhora da Vitória no trigéssimo dia do passamento do rei defunto.

Mas antes dêste acto religioso, sendo presentes em conselho os infantes e o conde de Barcelos, seu irmão, propoz D. Pedro o seguinte, na boa intenção de desmentir as nefandas calúnias que muros a dentro do nobre castelo de Tomar iam germinando, na feroz ambição do mando: Senhor irmão e honrados senhores fidalgos que aqui estais, bem vêdes que a nova idade de el-rei, nosso senhor, assim nele, como nos outros meninos, é sujeita a muitos casos e desastres, de que Deus nosso senhor o guarde e defenda. E, porque daqui até que sua mercê tenha idade e disposição para casar e haver filhos, se passará bom espaço de tempo, meu voto é, por sermos fóra de algumas dúvidas que por sua morte em tal tempo podiam sobrevir, que o Senhor Infante D. Fernando, seu irmão, seja logo aqui intitulado e jurado por Principe e seu herdeiro, até que a Deus praza de dar a el-rei, nosso senhor, filho que de tal nome se possa intitular e o sobceda: e nisto não sòmente faremos o que é necessário, mas ainda pagaremos o que devemos à nossa lealdade e ao grande amor que tinhamos a el-rei, meu senhor e irmão, e ao que somos certos que nos êle tinha. E êste tempo é tal, em que estas obrigações se devem a seus filhos pagar, em todo que redunda em suas honras, estado e serviços (3).

Concordes, logo prepararam o acto soléne do juramento, chamando notários públicos para lavrarem o auto pelo qual o infante D. Fernando se intitulou por Principe, até que el-rei houve filho.

(1) Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. v.
(2) Idem, *ibidem*. cap. iv.
(3) Idem, *ibidem*, cap. v.

PLANTA DA ACTUAL CEUTA

1 Ermida de N.ª S.ª do Vale, onde está a imagem da *Conquistadora* ou *A Portuguesa*. — 2 Praça de D. Jacinto Ruiz. — 3 Jardim Público — Praça de Prim. — 4 Ponte de Almina. — 5 Igreja de N.ª S.ª de África. — 6 Praça da Constituição, outrora da Universidade. — 7 Rua principal. — 8 Entrada do canal real. — 9 Molhe do comércio. — 10 Monumento levantado aos herois da campanha de 1859-1860.

É êste principe, que nós já conhecemos do mestrado anterior pelo pacto renovado em Torres Vedras e pelo testamento de D. Henrique,

que a ambição dum homem, duma mulher e a política do tempo encaminham a fazer chefiar a notabilíssima Ordem de Cristo.

Vista por D. Leonor, embora certo azedume que tinha a D. Pedro, a que talvez não fôsse estranho o ter casado com D. Isabel, filha do conde de Urgel, pretendente do trono de Aragão, em que se assentava agora D. Fernando, pai da rainha portuguêsa, a lealdade do cunhado para com a memória do marido e para com os sobrinhos, foi levada, ainda em Tomar, a enviar-lhe Rui Fernandes com uma mensagem a testificar a derradeira vontade de D. Duarte, que muito desejava que o principe viesse a casar com D. Isabel, sua filha, assim como também a sua anuência a êsse enlace, para desanuviar qualquer ressentimento que pudesse haver.

Quem tal diria!!

Êste casamento, um dos melhores do mundo, no entender de D. Leonor, havia de fazer estalar o ódio, a inveja e a cubiça que vivia recalcada no coração de muitos, que fizeram o miseravel bando contra o homem que aos grandes metia medo, *por seus rigôres e que sòmente era afeiçoado à gente baixa e vil e para esses guardava seus favores!!* (1).

Com êste pedaço de azeda crítica define Landim a política do infeliz D. Pedro, que, levado pelas auras duma popularidade versátil, emaranha-se nela de tal forma que lhe é victima, sem que lhe valesse nos momentos de aflição e de morte.

É de todos os tempos.

O que se não tem visto nos dias de nossa existência?!

Nada mais mudável do que o eterno enganado — o povo, que desde sempre tantas vezes tem sido, como diz Trindade Coelho, joguete de intrigantes e ambiciosos, que semeiam a discórdia entre os cidadãos, atiçam o fogo das paixões e procuram levantar o edifício da sua prosperidade pessoal sobre as ruinas da prosperidade geral (2).

A multidão aclama hoje o que àmanhã derruba.

Ajuizado andou o sábio principe D. Pedro em não consentir que lhe levantassem uma estátua, pois receava que lha derrubassem ainda em vida.

E assim seria.

Longa iria a narração, se nos lançassemos a descrever toda essa série de sucessos que decorrem, após o juramento de Tomar, e que tanto contribuiram para a formação desorientada dos infantis cerebros dos filhos infelizes do neurasténico D. Duarte.

A morte dêste deixa-os: um de 6 para 7 anos, o outro de 5 e, se pelo amoroso testamento do pai, com flagrante injustiça para com seus irmãos, é entregue sua educação à aragonesa D. Leonor, rápida, mas

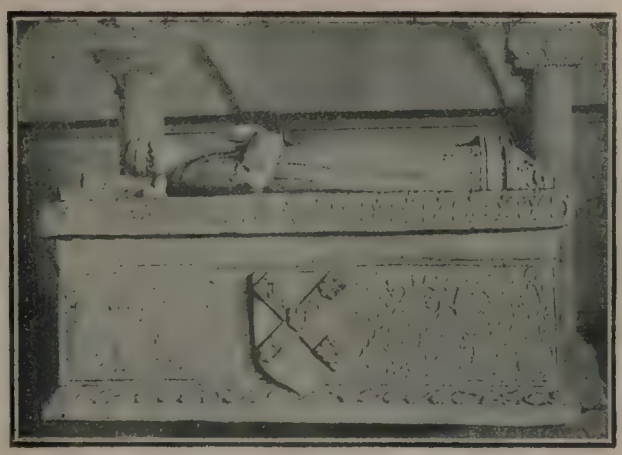
(1) Landim, *O Infante D. Pedro*, liv. I, cap. VI.

(2) *Manual politico do cidadão portuguez*, pág. 15 e 16.

agitada foi ela, até que ficaram por noite velha abandonados pela mãe, nesse, hoje célebre, palácio dos arcebispos de Lisboa em Santo António do Tojal, do que lhe ficou bem gravada a tristissima lembrança.

A substituição não foi suficiente para atalhar o mal feito, pois o novo director, que por temperamento era da maior austeridade e equilibrio, não pôde corrigir de certo os vícios já adquiridos pelos tenros principes e os que se revelariam por efeito da avoenga.

Desta vacilante disciplina, a que talvez roçasse tambêm o génio guerreiro de D. Henrique, se ressentiram toda a vida os herois de Anafé e de Arzila.



OURÊM — TUMULO DO MARQUÊS DE VALENÇA

Agitados, anormais, nervosos e imprudentes, deixam-se arrebatar por uma tal ardência de fé e por tão desmedida irreflexão que por sorte os não levou a fatal desgraça.

Sem dúvida não deviam ser estas as manifestações da educação de D. Pedro, que conselhos de prudência, de reflexão e de diplomacia teria dado aos sobrinhos, como lhes deu e fez ministrar uma adiantada instrução, como o revelaram pela vida adiante.

Deixemos D. Afonso, que em 1446 entrou na maioridade e começou a governar, mas ainda pela mão prudente e sábia de D. Pedro, e vamos no ano seguinte ver o que se passa nas Alcáçovas com D. Fernando de quem nos ocuparemos nesta última parte do nosso humilde trabalho e que já a estas horas era mestre da Ordem de S. Tiágo, por ter sido nomeado em 1443 à morte de D. Diogo, seu primo.

Pelos princípios do ano de 1447, estando D. Pedro com o rei em Évora, para aquela vila alentejana partem, porque combinado isso tinham com a cunhada e tia, D. Isabel, viuva do infante D. João, que se fazia acompanhar pelas suas duas filhas: D. Isabel e D. Beatriz.

Desta conferência resultaram os casamentos das duas jóvens senhoras, a primeira com o rei D. João II, de Castela, e a segunda com o primo, o principe D. Fernando, irmão do rei, como já se tinha tambêm concordado em Coimbra a 28 de setembro de 1446 (1).

(1) *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. v, fl, 80 e *Mixtos*, liv. 1, fl. 77.

Este parentesco, que pelo lado da sanidade da descendência devia contribuir para grande desastre, veio agora revelar, nas lutas que se iam seguindo, os ressentimentos de D. Fernando para com o tio, a quem decerto na sua pouca experiência da vida atribuia o abandono de sua mãe, que abundantes lágrimas lhe tinha custado.

Como pelo casamento, de sobrinho passou a neto do insofrido duque de Bragança, e portanto de primo a sobrinho do ambicioso conde de Ourêm, êste fàcilmente o mete nas tristes contendas que trazia bem acirradas com D. Pedro.

Persuadindo-o que o *caso era proprio seu* (1), o conde de Ourêm fez-lhe escrever cartas, que ordenou à sua vontade, aos partidários do avô, a que o não abandonassem na sua marcha para a côrte, que D. Pedro queria impedir, levando D. Fernando a *sua pequena idade em que o sangue ferve* (2) a oferecer-se a ir pessoalmente em ajuda do tio-avô.

As cartas foram levadas por Álvaro Faria, futuro comendador do Casal da Ordem de Avís, que não chegou ao seu destino, por a isso se lhe opôrem as guardas de D. Pedro, que o prenderam e levaram à presença dêste.

O bom duque de Coimbra limitou-se a ler as cartas e a fazer voltar o lépido correio para a côrte, que estava em Santarêm, sem comtudo o maltratar (3).

O contrário porêm fez êle ver, mostrando-se algo encolerisado com o desbarato e destroço da sua pessoa e de seu cavalo, e do despojo ordenado por D. Pedro.

Habilmente foi aproveitado êste fingido aranzel pelo conde de Ourêm e por D. Fernando, que mostrava assim *não* lhe parecerem bem as coisas do tio, a quem não tinha boa vontade pelo que sabia que usára com sua mãe e pelo mais que nele tinha visto (4).

Ambos levam o Álvaro de Faria a el-rei, diante do qual repetiu essa teatral scena, que deu o resultado desejado, visto como os *feitos* contra o infante em maior alvoroço e perseguição se puzeram, ordenando logo el-rei riscar de seus livros o assentamento e todas as tenças que D. Pedro usufruia, proibindo aos almoxarifes que daí em diante lhas pagassem.

Isto ateia mais a terrivel luta e o infeliz D. Pedro precipita-se em breve, vindo a ter o negro fim que conhecemos.

Neste ao menos é honradamente acompanhado pelo leal amigo, Álvaro Vaz de Almada, o célebre conde de Avranches, a encarnação sublime do cavalheirismo medievo.

(1) Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. XCIX.
(2) Idem.
(3) Idem.
(4) Landim, *O Infante D. Pedro*, liv. III, cap. XI.

Agora ficam em campo os féros inimigos dêsse grande homem, cujo caracter foi iluminado pelos mais altos princípios filosóficos, que infelizmente muito contribuiram para o seu pouco querer, para a sua débil vontade, no que grandemente se diferençava do tenaz irmão D. Henrique, por muito lhe sobrar essa grande qualidade do seu perseverante caracter.

A negregada política de penacho, que tantas vezes tem sido em Portugal factor de grandes e graves dificuldades e origem de grandes e graves crimes, de que tem resultado não pequeno retrocesso ao engrandecimento material e moral do nosso desditoso país, tem nestes tristes acontecimentos bem categórica afirmação, servindo, mais uma vez de exemplo à afirmativa de que os actos de pública administração mais os move um mesquinho interesse pessoal e egoista do que, como devia ser, o mais alto interesse colectivo e altruista.

OURÊM—TÚMULO DO MARQUÊS DE VALENÇA —OS GUINDASTES

Os Cincinatos infelizmente poucos são os que preenchem páginas na revoltosa história da humanidade!!

No desenrolar miseravel de todas estas contendas vêmos a dignidade de Condestável ser pretexto não muito pequeno delas, por ter sido dada pelo Regente a seu filho D. Pedro, por morte de seu primo D. Diogo, e também, ao ser-lhe tirada por D. Afonso V e dada a seu irmão D. Fernando, torna a originar grande amúo por parte daquele que à vez primeira o queria, o ávido conde de Ourêm.

Neste momento não fez muita fôrça por ela (1) por ver que é dada a um seu parcial, mas não deixa de resmungar na louca ambição de ser grande e rico.

D. Fernando é investido nessa dignidade, que era a mais alta do exército e que jámais largou, embora o rei, ao chamar mais tarde D. Pedro, o filho da vítima de Alfarrobeira, lhe restitua tudo o que lhe tinha pertencido.

Assim ia D. Fernando enobrecendo-se mais e ajuntando a grande fortuna, cuja grandeza depois veremos.

Agora vamos admirá-lo na radiosa mocidade dos dezesete anos, pois tinha nascido em Almeirim a 17 de Novembro de 1433 (2), nos brilhan-

(1) Landim, *O infante D. Pedro*, liv. III, cap. VII.

(2) Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. CLXI e D. António Caetano de Sousa, *H. G. de la R. P.*, tom. II, liv. III, pág. 499.

tissimos festejos do casamento da irmã D. Leonor com o imperador da Alemanha e rei de Roma, Frederico III, o *Pacífico,* em que tomou parte tão distinta.

Foram estas solenidades do maior luxo e da maior grandeza e as festas tão grandiosas que em memória de homens não se acordam tais feitas a nenhum rei nem senhor (1).

Não iremos narrar em todas as suas minudências as famosas cerimónias que se realisaram por tão fausto acontecimento, mas nas palavras que lhes dedicarmos faremos salientar a sua grandiosidade, para que se avalie o explêndido papel que nelas pertenceu a D. Fernando.

Chegados a Lisboa os representantes do imperador, os oradores, procuradores e mandatários, Jacob Motz e Nicolau Valkensteny, e combinados os negócios matrimoniais e o dia para a solenidade, se fez o casamento por palavras de presente a 9 de Agosto de 1451 pelo arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha, na capela dos enganalados Paços da Alcáçova (2), conforme as práticas da igreja e os usos da côrte portuguêsa e alemã.

Casada, foi levada a imperatriz, seguida de luzido cortejo, aos Paços de S. Cristóvão, onde se seguiram as cerimónias e festividades que encheram o resto do dia, ficando neles D. Leonor acompanhada das suas damas e da camareira mór, a condessa de Vila Real.

Grave inconveniente veio por agora adiar o júbilo de todos — a doença dos embaixadores e ainda, segundo o determinou a imperatriz, o ir viajar pelo reino na companhia daqueles já restabelecidos.

Regressando, recomeçaram os festejos a 13 de Outubro por um esplendoroso sarau, dado num vasto salão nos Paços da Alcáçova e em que tomou parte D. Fernando à frente duma numerosa comitiva ricamente vestida e de uma só côr.

O conspícuo infante, aproximando-se do trono, apresentou à imperatriz uma carta em que lhe dizia que vinha de longes terras com os seus cavaleiros para tomar parte naquela festa nupcial, pedindo-lhe permissão para executar diversas danças guerreiras para a abrilhantar, o que, sendo autorisado, se executou, retirando todos depois, dando logar a outros.

No dia 14 continuou o regosijo público com representações aparatosas em honra e louvor da imperatriz, que, a fim de assistir a elas, veio do castelo, onde tinha passado a noite, para o seu Paço, saindo daí depois a incorporar-se num acompanhadissimo préstito real que, seguindo várias ruas da cidade, gastou no trânsito quási todo o dia, recolhendo a São Cristóvão à tardinha.

No dia seguinte limitaram-se as festividades a danças vistosas e bem

(1) Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João II*, liv. 25, fl. 43 v.°
(2) Nicolau Valkensteny, *Diario da sua viagem*, etc.

ensaiadas de caracter popular no largo do Paço da imperatriz, que de uma das janelas do palácio a elas assistiu com as pessoas reais.

Segue-se depois a parte mais faustosa e a mais rememorável de todos os pomposos festejos — os torneios.

Nunca até ali tinha havido tão aparatosos, como estes, que agora vão ser realisados e por certo depois a custo haveria outros tão explêndidos e magnificos.

D. Afonso V, D. Fernando e D. Henrique ostentaram tal luxo, tal grandiosidade neste número da famosa festa que ela ficou assinalada na história da cavalaria portuguêsa como a primeira entre as primeiras.

Para ela, que se realisou na espantosamente larga, para o tempo, 6 metros e meio, *Rua Nova*, a rua de Lisboa mais comercial pelos seus estabelecimentos, grandiosa pelos seus edifícios e movimentada pelo grande número de nacionais que de todo o reino vinham e de estrangeiros que ao seu porto ingressavam, construiu-se um grande e rico pavilhão para alojamento da familia real, que nele residiu nos dias que duraram as magnificentes justas.

OURÉM — TÚMULO DO MARQUÊS DE VALENÇA — AS LETRAS DO TÍTULO

Começaram a 17 de Outubro.

O povo, alma das festas, andava radiante na sua alegria e, na sua eterna creancice, dançava e estrugia com seus cantares e instrumentos músicos as ruas que enchia de lés a lés.

Pela manhã apresentou-se na liça, com um numeroso séquito, Rodrigo Afonso de Melo, que exercia o alto cargo de Almirante na menoridade de Micer Lançarote.

Pela voz de um arauto convidou o rei a descer à teia com seus guerreiros para medirem as armas.

Emquanto ecoavam o clangor das trombetas e a voz do arauto, aparecia na arena uma horrenda figura de dragão, de cólo alçado e trazendo em cima de si um nobre cavaleiro, que envergava armadura de fino aço e desafiava em clamorosos brados a todos os valentes a virem pelejar.

Alguns instantes depois assomavam na liça por lados opostos duas vistosas quadrilhas de 24 cavaleiros, sendo uma capitaneada por el-rei e a outra por D. Fernando, precedidas por arautos e charamelas.

Feitas as ceremónias do estilo rompeu a luta, na qual os dois princípes mostraram sumo esfôrço e dextreza.

Em todos os cinco dias das justas apareceram novas e extravagantes invenções.

Uma das que mais divertiu a numerosa assistência foi a que teve D. Fernando por heroi, vindo à frente dos seus aventureiros vestidos de guedelhas de seda, como selvagens, e montados em cavalos todos cobertos de panos pintados, figurando alimárias conhecidas, como o leão, o búfalo, o veado, o urso, o rinoceronte, etc.

A imperatriz, cheia de mocidade, de beleza, de gracilidade e bondade é que por suas próprias mãos distribuia os prémios aos vencedores.

O gentil D. Fernando, por ter sido o mais galhardo dos justadores, embora o mais rico e mais formoso nos trajos fôsse D. Henrique, alcançou o grado, o premio de honra, que consistia numa rica copa.

Os festejos continuaram e todas as classes entraram em competência a ver qual solenisaria as reaes bodas com mais aparatoso divertimento ou com mais exquisita invenção.

É que todos tinham saudades da sua formosa e boa infanta, que agora ia para terras bem distantes, e que talvez nunca mais tornassem a ver.

Marcado o dia 25 (1) para a partida, houve na véspera lauto banquete na Paço.

No logar de honra, que era ao centro da mesa, estava a imperatriz e o rei, na cabeceira do lado direito achavam-se a infanta D. Catarina e D. Fernando, e na da esquerda a infanta D. Joana e os embaixadores.

A rainha e D. Henrique não poderam assistir por incomodados de saúde.

As comidas mais finas e os vinhos mais generosos foram servidos, não sendo estes muito gastados, principalmente pelas pessoas reais, pois só os embaixadores e D. Fernando é que se serviram deles.

No dia do embarque, de manhã, foi D. Leonor conduzida com grande pompa à Sé para ouvir missa.

Do Paço para a Catedral só as pessoas reais foram a cavalo, indo a pé o resto da nobre e numerosa comitiva.

O rei levava de rédea a imperatriz, D. Fernando a rainha, D. Henrique a infanta D. Catarina e o conde de Ourêm, agora já marquês de Valença, a infanta D. Joana.

A missa foi de pontifical, não podendo a ela assistir a rainha por fortes acidentes sobrevirem, por estar grávida, tendo que retirar para uma capela da charóla.

Houve prégação, depois da qual, benção pelo bispo de Ceuta com muita solenidade e devoção à imperatriz.

Finalisadas as sagradas ceremónias dirigiram-se todos para a porta

(1) Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. CXXXII. No entanto o documento da *Chancelaria de D. João II*, liv. 25, fl. 43 v.°, diz que a partida fôra do Restelo a 20 entre as 10 e as 11 horas do dia.

da Sé, onde D. Leonor se despediu da sua querida prima, a rainha, que mais longe não pôde ir, abraçando-se e beijando-se entre copiosas lágrimas e lamentações por se separarem tão amigas que eram.

Daí seguiram a pé para o cais da Ribeira, em que estava feita uma ponte de tonéis para chegarem à carraca que, para levar a imperatriz, tinha sido armada e concertada em grande perfeição.

Feito o embarque, serviu-se depois uma lauta ceia, finda a qual saiu el-rei de bordo com as infantas, infantes e mais pessoas que não faziam parte do séquito que devia acompanhar D. Leonor à Alemanha.

TANGER—DO LIVRO DE BRAUN *CIVITATES ORBIS TERRARUM*

Determinado chegou a estar para ir com ela, como capitão da fróta, D. Fernando que muito desejava, não só por essa grande honra, como também por ter ocasião de visitar o rei seu tio, D. Afonso de Nápoles, mas D. Afonso V não o houve por bem, visto não ter ainda sucessor, indo em seu logar o conde de Ourêm, que, mais uma vez, mostrou o grau da sua insaciavel avidez, pois, para ir, exigiu de D. Afonso V que lhe desse uma vila com outro título (1), sendo necessário ao rei ceder-lhe Valença (2) e honrá-lo com o título de marquês, o primeiro que houve em Portugal.

Logo que o tempo foi de feição, o que demorou, levantaram ferro as embarcações, indo tocar no primeiro porto em Ceuta, onde a imperá-

(1) D. Antonio C. de Sousa, *Carta de Pedro de Sousa* nas *Provas*, liv. III, pág. 645.
(2) Torre do Tombo, *Misticos*, liv. III, fl. 176.

triz, saindo a terra, foi de pé em romaria à milagrosa Santa Maria de África.

Depois... Mediterrâneo dentro até que em Siena aos braços do marido chegou, frutificando depois no que, na pessoa do seu filho ilustre Maximiliano e na do seu neto, o grande Carlos V, um dos maiores vultos do luminoso seculo XVI, honrou e afamou a raça portuguêsa.

D. Isabel, que andava proxima do seu parto, vai para Cintra, após os festejos e dá à luz um filho (1), que chegou a ter o nome de João, falecendo em menino, não se sabendo ao certo a data do nascimento nem da morte.

A seguir, por mais do meado do ano de 1452, deu à luz uma menina, que foi a princeza D. Joana, que veio a ser beatificada no reinado de D. Pedro II, sendo a célebre Santa Joana de Aveiro, onde jaz num famoso e rico túmulo, em mosaico, obra do grande artista português João Antunes, ilustre arquitecto de el-rei e das Ordens Militares.

Assegurada assim a sucessão, começou D. Fernando a ruminar empresas para acrescentamento de seu nome e honra na guerra de África, ou então a sonhar em vir a ser herdeiro do rei de Nápoles, D. Afonso, que não tinha sucessor.

Na idade de sonhos e aventuras, e nele já de interesse, 19 anos, não podia quedar-se numa côrte em que tudo era movimento, luta, grandêsa e luxo.

Era a megalomania das riquezas que já o perseguia, querendo êle, o irmão do rei, levar vantagens aos tios, poderosos e ricos.

O velho tio D. Henrique continuava a dar licença de ida às terras da Guiné e, das mercancias dela, a receber o *quinto* e talvez, mais do que uma vez, contasse ao sobrinho em dias calmosos do verão, à sombra das velhas árvores de Cintra ou nas noites do frio inverno à lareira do palácio da Alcáçova, e agora que tinha a fróta de D. Leonor tocado em Ceuta, a história dos seus 19 anos, na conquista heroica daquela notável cidade, cuja narração tanto devia inflamar o juvenil espírito de seu *filho adoptivo* (2) que nessa idade estava e que tão propenso a isso, por educação e tendências de avós, devia ser.

Estas e o meio deram resultado e D. Fernando, que o rei não aprouve mandar acompanhar a irmã à sua nova pátria, tira daí ensejo para aumentar a sua fortuna, propondo ao rei, segundo parece, acrescentar-lha,

(1) Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. CXXXIV, vol. II.

(2) D. Henrique perfilhou D. Fernando, como tinha prometido à cunhada D. Leonor, por alvará passado em Extremoz a 7 de Março de 1436. No mesmo dia e em Extremoz também o confirmou D. Duarte. D. Afonso V confirma por sua vez êste alvará em Lisboa a 23 de Novembro de 1451 (*).

(*) *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. I, fl. 118 v.º e *Místicos*, liv. II, fl. 156.

ou ir-se acolher às terras do tio, rei de Nápoles, de quem lhe sorria ser herdeiro.

D. Afonso não o satisfaz com a urgência que seu sôfrego espírito desejava e estando pelo fim do ano de 1452 (1) com o rei em Évora, proposita, sem sua licença, ausentar-se desta cidade.

Sem demora, Lopo Fernandes Andorinha, seu estribeiro, aparelha uma caravela na foz do Guadiana, do que foi avisado, partindo de Évora secretamente em 28 de Dezembro, dia dos Santos Inocentes, endireitando a Moura, para dar a entender que se enternaria em Castela.

Acompanha-o Nuno da Cunha, seu camareiro-mór, e o doutor Vasco Fernandes e dois moços da camara.

Chegado a Castro Marim e embarcado, fez velejar o navio na ideia de tocar Ceuta, não podendo ser impedido pelo rei que só soube da sua retirada de Évora no dia seguinte, partindo logo no encalço dêle, até à primitiva séde da Ordem de Cristo, onde foi informado que o barco do irmão já tinha sarpado.

Antes, porêm, de aportar a Ceuta, encontra D. Fernando o já prevenido D. Sancho de Noronha, conde de Odemira e capitão daquela cidade, que guardava o Estreito para o deter por ordem de D. Afonso V, que a Ceuta tinha mandado apressadamente a João de Melo, alcaide-mór de Serpa, e Galeote Pereira.

Êle que aparece, acossado pela galé do corsário italiano, Peraso, e o conde de Odemira, vendo a caravela de D. Fernando, foi para ela numa galeota, recebendo-o no mar e encaminhando-a para o porto da sua capitania, onde o infante saiu, dirigindo-se logo para Santa Maria de África.

D. Sancho de Noronha dispensou todas as deferências a pessoa de tão alta estirpe, entregando-lhe a vara da governança e capitania da cidade, o que D. Fernando não aceitou, por ver que estava em boa mão (2).

D. Sancho, que era homem de anos e de sizo, longa conversa teve com D. Fernando, levando-o a reconciliar-se com o irmão, mas não o pôde convencer a voltar ao reino.

Quem vem a Portugal é o próprio conde de Odemira que chega a Tavira, onde estavam D. Afonso V, D. Henrique e a côrte, os quais, ao sabê-lo, teem grande alvoroço, indo esperá-lo na persuasão de que, de companhia, viria D. Fernando.

(1) Nas edições que conhecemos da *Crónica de D. Afonso V*, de Rui de Pina, dizem que foi em 1457, o que muitos escritores teem reproduzido. É menos verdadeira esta data, porque do texto se vê que não pode ser e alêm disso a *Crónica de D. Afonso V* do mesmo autor que existe na Torre do Tombo, sob a rúbrica *Manuscrito n.º 357*, diz claramente que foi em 1452.

(2) Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. CXXXIV, vol. II.

D. Sancho de Noronha dizendo a que vinha, houve o rei por escusado satisfazer à tenção do infante, que era estar como fronteiro em Ceuta.

Resposta dada, voltou D. Sancho a Ceuta e comunicou-a a D. Fernando.

D. Afonso V também mandou mais o conde de Arraiolos, seus filhos, o conde de Atouguia e outros fidalgos para demoverem o irmão do seu propósito.

Instado pelos emissários e por ver as razões das cartas que o rei lhe dirigira, cái em si e resolve voltar, não só por isso, mas também pela grande razão de fugir à pestilência que grassava na cidade.

O conde de Arraiolos e seus filhos voltam primeiro, por o foragido querer ficar mais uns dias em Ceuta.

Passados estes, determina partir, mas antes de se meter no mar, faz a barba pela primeira vez, como condição imposta por D. Sancho de Noronha, que lhe fez também a vontade em cortar a grande barba que trazia por nojo duma sua filha e de seu irmão, D. Pedro, arcebispo de Lisboa, há pouco falecidos.

Embarcado com D. Sancho, com o conde da Atouguia e outros muitos senhores e fidalgos, passou à ilha de Tarifa e daí pelos logares da costa até Cádiz, por onde recebeu honrados presentes e grandes refrescos e fez muitas esmolas e mercês.

De Cádiz navegou a Castro Marim, onde chegou a 7 de Fevereiro de 1453, quarta feira, e é recebido com grande alegria por D. Henrique, que promove festas em sua honra, no que mostrou o grande e verdadeiro amor que lhe dedicava, como tio e *pai adoptivo*.

Aqui se demorou D. Fernando oito dias nos quais mandou fazer vestidos de sêda e de lã, que em Cádiz tinha largamente comprado para si e para todos os que o acompanharam.

Assim preparado e despedido do tio, foi pelo triste e sombrio Guadiana acima até Mértola e daí a Beja, onde D. Afonso V o esperava, chegando a 17 (1), que era a primeira sexta feira de quaresma.

D. Afonso V, bem como a côrte, sái da vila à distancia de tres léguas a recebê-lo com efusivas provas de grande fraternidade, e, chegados às portas, o povo associa-se com grandes festas e prazeres às da côrte.

Daí a dias recebe do rei as doações das vilas de Beja, Serpa e Moura para o contentar (2), e a 8 de Março dêsse ano também em Évora recebe

(1) Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. CXXXIV.

(2) Idem.

Só da doação de Serpa é que temos documento (*) mas neste, que foi passado em Lisboa, a 18 de Fevereiro de 1457, D. Afonso V intitula o irmão de duque de Beja e senhor de Moura.

(*) Torre do Tombo, *Misticos*, liv. IV, fl. 21 v.°

carta do irmão em que êste ordenava aos seus contadores, almoxarifes, recebedores, escrivães das terras reais que pertenciam ao Mestrado de São Tiágo, para que o não obrigassem a pagar-lhe tributos dessas terras que lhe pertenciam como mestre desta ordem (1).

Assim ia D. Fernando a ajuntar proventos aos que já tinha, certamente na mira de, com as futuras e prometidas heranças, ser um potentado e poder hombrear com o irmão e com os primos, pois os tempos eram de grandes gastos, de imoderado luxo e de impensadas prodigalidades.

Esse triste e enervante estado vêmo-lo reflectido nas *Ordenações Afonsinas,* postas em vigor em 1446 ou 1447, e vêmo-lo fazer-se sentir nas côrtes que se reuniram em Lisboa em 1459, onde o povo principiou o capitulo por pedir ao rei que moderasse as suas próprias despesas.

CEUTA — IGREJA DE S.ta MARIA DE ÁFRICA

Não queria o terceiro estado que alguem vestisse panos da mesma qualidade que usava o soberano, salvo quem descendesse de linhagem real, e alegava que na côrte já não havia fidalgo, cavaleiro ou escudeiro e ainda outras pessoas de maior valor que se contentasse de trajar senão seda, meni, lilás, e a consequência era que, não lhe bastando moradias, rações e mercês, gastavam os seus patrimónios, se os tinham, e, se lhes faltava êste recurso, lançavam-se a furtar e a outros expedientes condenáveis, estando afinal todos pobres e muitas pessoas roubadas (2).

A primeira herança, 1443, que lhe tinha advindo por falecimento do tio, o infante santo, foi a da vila de Salvaterra do Campo ou dos Magos, onde se estabelece uma feira franca, erecta em nome de D. Afonso V pelo infante D. Pedro, que para a sua criação deu licença em Lisboa a 25 de junho de 1439 (3).

Depois casa com a prima, que vem a herdar toda a casa do pai, o

(1) Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V,* liv. III, fl. 44 e *Livro dos Mestrados,* fl. 195.

(2) Sr. Gama Barros, *H. da A. P. em Portugal,* tomo II, pág. 209.

(3) Torre do Tombo, *Misticos,* liv. 4, fl. 21 v.º

infante D. João, a qual se compunha dos impostos realengos, que pagavam Almada, Azeitão, Belas, Colares, a mouraria de Loulé, e do montado do Campo de Ourique (1).

Entregue à administração do Mestrado de S. Tiágo, ao serviço de fronteiro-mór de entre Tejo e Guadiana (2) por carta de 8 de outubro de 1448 passada em Lisboa, ao desempenho do alto cargo militar de Condestável, à gerência dos negócios de sua casa e mais socegado dos nervos vêmo-lo passar estes quatro anos, sem que a história registe alguma façanha guerreira para que seu espirito tão inclinado era, embora seu corpo, parece, não o acompanhasse com a robustez precisa para tão subidas e arriscadas empresas.

Nesses quatro anos aparece comtudo seu nome duas vezes: uma simpática, tal foi a de levar à pia batismal seu sobrinho, aquele que havia de ser o grande D. João II, e a antipatica, a de reprovar a concessão feita à cunhada por D. Afonso V de mandar remover o cadáver do sogro para a Batalha na hora de D. Isabel ter dado à corôa um herdeiro do sexo masculino.

Narremos os factos.

No dia 3 de Maio de 1455, em Lisboa, a rainha dá à luz um menino que veio encher todos de suprema alegria, por se ver assim assegurada a herança da corôa, e vivendo, vai levado com grande solenidade à Sé, oito dias depois, para receber as lustrais águas do baptismo.

As ruas, por onde, da Alcáçova à Catedral, devia passar o cortejo, estavam ricamente armadas e toldadas com custosos panos e rigorosamente limpas e espadanadas.

A Sé ostentava as melhores das suas ornamentações.

D. Fernando, precedido de muitas trombetas, atambores, charamelas, sacabuxas, muitos outros instrumentos, muitos porteiros da maça, reis de armas, porteiros-móres, mestres-salas, védor e o mordomo-mór, tem a honra e talvez o prazer de levar o neófito nos seus braços, debaixo dum pálio filigranado a ouro.

Às váras do rico pálio vão: às duas de diante, D. Pedro de Menezes, conde de Vila Real, D. Vasco de Ataíde, prior do Cráto, e às de traz o marquês de Vila Viçosa e seu filho D. Fernando, depois conde e duque de Guimarães e mais tarde duque de Bragança.

O saleiro era levado por D. Fernando de Meneses e o gomil e a bacia da oferta por Leonel de Lima, futuro visconde de Vila Nova de Cerveira.

Atrás seguia numeroso acompanhamento de senhores, fidalgos, senhoras, donas e damas, indo todos a pé, de tochas na mão, que ao voltar da soléne ceremónia vieram acêsas.

(1) D. Antonio C. de Sousa, *Provas*, tomo II, pág. 18.
(2) Torre do Tombo, *Misticos*, liv. 3, fl. 258.

Ao chegar à Sé, o famoso cortejo encontra o bispo de Ceuta (1), D. João de S. Lourenço, homem da maior representação ao tempo, pois tinha sido embaixador à Hungria e a Roma, onde teve o título de bispo de Tiberiadas, provincial da Ordem do Carmo, conselheiro de el-rei e seu capelão-mór (2) e mais tarde, 1459, bispo da Guarda.

Rodeado de mais tres bispos e muitos clérigos, que sairam da igreja em procissão, vão receber com a solenidade que lhe era devida a principesca creança a quem a breve trecho, abriram a porta da religião cristã e da vida eterna, primeiro entre os mais sacramentos instituidos por Jesus.

Ao tempo a Sé de Lisboa não tinha arcebispo, porque o indigitado, por ser menor, só tinha o título de governador, que era D. Jaime, ilustre filho do infeliz infante D. Pedro e, portanto, primo e cunhado de D. Afonso V.

Tendo acompanhado o pai, foi preso após a batalha de Alfarrobeira, conseguindo em breve expatriar-se, indo para a côrte da tia D. Isabel, duqueza de Borgonha, donde, por inclinação do seu grande espírito, foi para Roma, brilhando aí de tal forma o seu belo talento e as suas puras virtudes que o Papa Calixto III o fez cardeal aos 22 anos.

CEUTA — IMAGEM DE S.ta MARIA DE ÁFRICA (3)

O arcebispado, ao tempo da real cerimónia de que ora nos ocupamos, era administrado em

(1) Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. CXXXVI.

(2) Sr. Braamcamp Freire, *Brazões*, pág. 187 a 196.

(3) Tendo-nos referido muitas vezes a esta Senhora, que devia ter sôbre os portugueses do século XV grande e poderosa influência pelo muito visitada e reverenciada que era, vamos dar algumas notas da sua interessante história tradicional e documentada, pois através dos séculos ela se prolonga numa adoração bem legítima e justificada.

Dos tempos longinquos de Belisário, ao ser enviado a África pelo célebre imperador bizantino, Justiniano I, para a conquistar aos vândalos e restabelecer de novo o cristianismo, vem essa adoração que, numa imagem notável, enviada por aquele imperador à cidade de Ceuta, era reverenciada e homenageada por todos os fieis que constituiam toda a população da cidade os quais modestamente lhe chamava *Maria d'Africa*.

Longos anos durou, afervorando-se, o culto à Rainha dos Ceus até que a avalanche árabe transpoz a Ásia Menor e o Norte de África oriental e veio bater à cristã e florescente Ceuta, conquistando-a, ignorando-se, porêm, onde e quem escondeu a imagem veneranda de *Maria d'Africa* que esteve sete séculos sem receber os tributos que a fé e o amor inspiram.

Passando essa cidade ao poder dos portugueses, encontraram estes a arreigada tradição nos cristãos ali existentes, que vinham adorando *Maria* no local, onde supunham ter existido o antigo santuário.

Ferventes de fé, os defensores da recente conquista, por isso, fácil foi apossarem-se

nome de D. Jaime por Luís Anes, vigário geral, sendo essa a razão de vermos o bispo de Ceuta incumbido da subida honra de inscrever o filho de D. Afonso V no grémio da igreja.

Apadrinham a creança o velho duque de Bragança, D. Vasco de

de subida adoração pela Mãe de Deus e alguns mais crentes e apaixonados, em sonhos de videntes, saindo ao campo, fóra da praça, quedarem-se maravilhados à vista dum resplendor celestial, mais belo que a alvorada, mais intenso que o sol ao meio dia, vindo das concavidades dum próximo monte.

Chegados à origem do fulgor, descobrem, entre um nimbo de luz, a adorada imagem, que mais de setecentos anos havia permanecido oculta, subtraída pela piedade de algum ignorado voto à profanação dos infieis berberescos.

Participado com muita alegria o estranho caso ao governador e à povoação, todos alvoroçando-se acodem a recobrar materialmente a preciosa joia.

Processionalmente a conduzem a dentro dos muros, colocando-a na capela situada, então, onde hoje está a igreja catedral.

Mas qual não foi a grande admiração no dia seguinte pelo milagre operado nessa noite!

Volvida esta, encontrou-se a santa imagem sôbre um montículo não distante com o angélico rosto, não voltado para o povo, que a aclamava sua rainha e padroeira, mas para o campo dos inimigos, como declarando-se-lhes padroeira e defensora de Ceuta.

Esta é a tradição e os documentos dizem a mais: que D. Henrique, tendo deixado em defesa de Ceuta, entre os 2:700 homens da falange heroica de D. Pedro de Meneses, alguns fidalgos, cavaleiros, escudeiros e creados seus, estes com fervor de devoção e zêlo que tinham à religião cristã e salvação de suas almas, em nome e autoridade dêle, D. Henrique, ordenaram uma igreja para ouvirem nela missa, aos quais enviou uma imagem, assás devota, de S.ta Maria, mandando-lhes pôr o nome de S.ta Maria d'Africa (*), por certo sciente daquela tradição e querendo-a conservar.

A páginas 83 damos a planta dessa pequena igreja que hoje serve de capela-mór à subsequente fábrica que no século XVII lhe foi aumentada, por grande ter sido o incremento da adoração à milagrosa santa.

Construida em estilo dêsse século, vê-se êsse carater bem patente nas colunas que susteem os arcos romanos que aguentam as paredes da nave central e no resto de toda a edificação, de que damos em gravura uma reprodução fotográfica trazida de Ceuta, a quando da nossa visita à histórica cidade.

Ligado espiritual e materialmente, por à celebrada imagem de S.ta Maria de África se encostar em constante permanência, como se vê na nossa gravura a pág. 203, anda o mui falado azambujeiro do famoso capitão de Ceuta, D. Pedro de Meneses.

Verdadeiro, como algumas provas parecem tornar, o assás descrito caso do *Aléo*, guardado ficou por Nossa Senhora o nodoso e famigerado azambujeiro, como venerando bastão da governação da cidade, a ponto de, ainda hoje, qualquer novo governador não se considerar sê-lo, sem que haja a tocante ceremónia de o receber festivamente das mãos do Deão do Cabido.

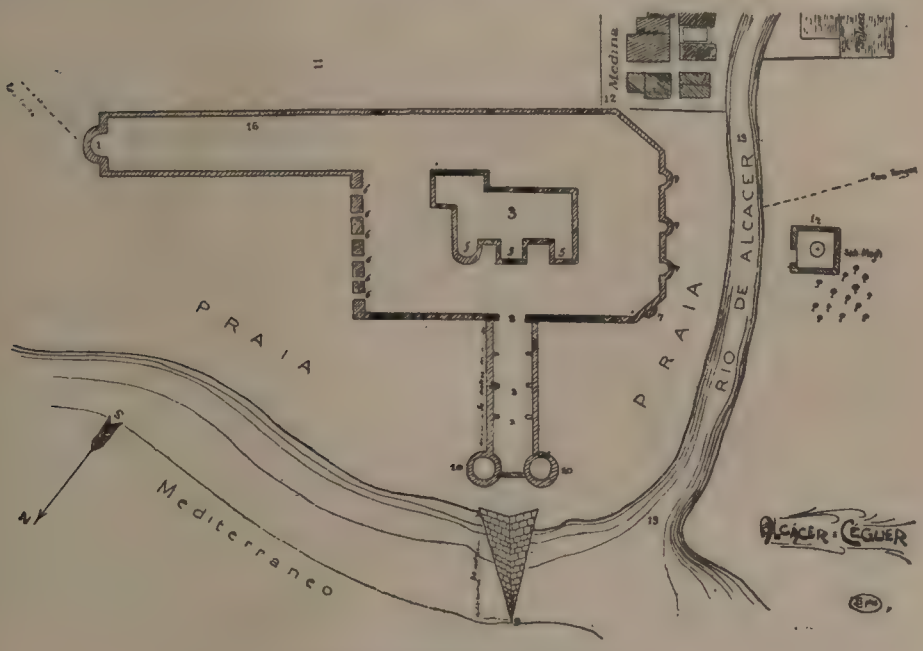
Para isso observa-se o seguinte ceremonial: antes de chegar à catedral o novo chefe militar da cidade, o capelão do santuário de S.ta Maria de África tira o bastão das sagradas Mãos e leva-o àquela igreja, fazendo dele entrega ao Cabido.

Êste vindo esperar o novo governador à porta principal da Sé e chegado êle, o

(*) Torre do Tombo — Pedro Álvares, *Tombo da Ordem de Christo*, manuscrito n.º 233, pág. 164 v.º

Ataíde e D. Beatriz de Vilhena, mulher de Diogo Soares de Albergaria, que por sua fidalguia, bondades e grande saber havia de lhe ser dado por aio (1).

Mal diriam D. Fernando e o velho octogenário duque de Bragança, os quais nesta patética scena desempenharam tão elevado papel, que um,



PLANTA DE ALCACER CEGUER (2)

1 Porta de Ceuta. — 2 Portas e rastrilhos sôbre um caminho coberto. — 3 Residência do Governador. — 4 Praça de armas. — 5 Torres principais. — 6 Bombardeiras. — 7 Guaritas. — 8 Dormitório e Quartel. — 9 Espigão. — 10 Torres. — 11 Hortas. — 12 *Medina* ou a cidade. — 13 Rio. — 14 Ermida de um Santo Mouro. — 15 Salinas. — 16 Muralha de caminho cuberto, altura 13m,50.

Deão entrega-lho, contando a história da celebrada relíquia e enumerando também os mil feitos gloriosos levados a cabo pelos seus antecessores.

Ao receber o bastão, o governador promete defender a cidade e mantê-la fiel aos seus reis.

Seguidamente penetram todos na catedral, onde oram, e saindo, dirigem-se à igreja de S.ta Maria de África, a veneranda padroeira de Ceuta, em cujas Mãos o governador depõe o bastão que tantas glórias representa, considerando-se desde aquele instante legítimo chefe da cidade.

(1) Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. CXXXVIII.

(2) A propósito desta importante planta, que é um dos muitos gentis favores que devemos ao ilustre escritor espanhol, D. António Ramos, a quem neste logar queremos assinalar o nosso agradecimento, ocorre-nos publicar na parte que diz respeito a Alcácer o *Caderno das medições e avaliações das obras executadas em Alcácer, Ceuta, Tanger e Arzila*, feito por Bastião Luiz, escrivão que o grande arquitecto Boytaca

D. Fernando, erguendo o bracito direito do neófito para o outro, o duque de Bragança, segurar-lhe na mão inquieta a vela da Fé, devia ser êsse mesmo braço que se armaria de terrivel punhal para assassinar o filho

levou, quando, por ordem de D. Manuel, foi a África fazer aquelas medições e avaliações, para onde partiu de Lisboa sexta feira 25 de Maio e chegou a Alcácer sexta feira 9 de Junho de 1514.

O mestre de pedraria, cujas obras se iam medir e avaliar, era o biscainho Francisco Danzilho ou Danzinho que para Marrocos devia ter partido em 1511 com uns 300 trabalhadores em que entravam muitos compatriotas seus.

Este mestre certamente ter-se-hia notabilisado bastante por estas e outras obras, pois chegou a ser cavaleiro da casa de D. Manuel.

Para a reprodução do valioso manuscrito, que existe na Torre do Tombo, no Armário 25 do interior da Casa da Corôa, Maço 11, n.º 2, folhas 5 a 36 (Parte 147), bastante concorreu o erudito e conscienciosó-conservador daquele arquivo, o sr. Pedro de Azevedo a quem nos ligam laços de boa amizade e nos prendem favores de muito reconhecimento.

Segue, pois, a parte respeitante às obras de Alcácer.

Alcaçere

It. Começou meestre Boitaca a medir as obras da dita villa dAlcacere comiguo Bastiam Luys em xij dias de Junho de mil bc xiiij.º

It. Começamos a medir a chapa que esta de Redor do baluarte da praya Jumto com a couraça com mais hũa testa que está apegada na dita coyraça e achamos ter de comprido vimte hũa braça e dalto trimta e tres palmos de que se abate hum palmo do alicerçe que se nam achou somemte o que a lousa acupava de fora E asy ficam xxxij abatidas ja as lĩguoas de çima que a Rematam no muro E de groso tem parede e mea segundo forma de seu contrato que fazem de braças — C braças lxxx palmos.

It. se mediu o lamço da chapa que começa do dito baluarte da praya ate a emgra que entesta no baluarte da porta de Cepta o quaall tem de comprido setenta e tres braças e mea E dalto hum por outro R.ª palmos tirado o palmo tirado o palmo do alicerce e o que se abate pela limguo *(sic)* que sam tres palmos E de groso hũa parede e mea que fazem iiijc Rj braça de que se abatem Rij braças que acupam sete cubelos que se neste lanço metem e a chapa acupa parte deles e asy ficam neetas — iijc lRix braças.

Item. Medimos a chapa do baluarte da porta de Cepta e tem todo em Roda nos quatro panos Riiij° braças iij quartos E dalto hũu por outro abatido todo o que se abate as outras chapas xxxb° palmos E de grosso sua parede e mea em que momta de braças — ijc xxxiiij braças lRiij $\frac{3}{4}$.

Item. Medimos quatorze chapas que estam amtre os cubelos e travesses que estam desda porta de Cepta ate o Rio homde fica a baReira e tem de comprido lxxxiiij° braças quatro palmos e meo E dalto hũu por outro abatido o que se abate as outras chapas das limguoas e alicerçe Rij palmos oytauo E de groso sua parede e mea como se achou pollos boraquos que se acharam fazem bc xxxiij braças lxj palmos.

Item. Medimos as chapas que estam nas fromtes dos ix cubellos que estam amtre a porta de Cepta e a baReira homde a caua fenece e achamos em algũs mais e em outros menos grosura e altura e compridam e avemdo Respeito a jsto e ao asemto do espriuam das ditas obras e dito do vedor dizerem que tinham os ditos cubelos huũas cepas dalicerçe se comçertaram em duas braças e mea de parede comũa hũa por outro

do primeiro, creança ainda, e assinar a pena de morte ao neto do outro, homem feito já então!!

Destinos da vida, segredos impenetráveis da Naturêsa!!

que fazem xxij braças e mea. Tem a grosura de cada cubello ij braças que se contam de comprido.

Item. Tem a chapa do primeiro traves que esta mais jumto da porta de Cepta e tem de comprido em Roda nas tres faces dez braças e tres palmos e dalto hum por outro xxij palmos e meo abatido o que se abate as outras chapas e de grosso hũa parede e mea que fazem — xxxiiij braças lxxbj palmos.

Item. O segundo traves em Roda dez braças sete palmos e meo e dalto hũu por outro xxb palmos meo abatido o que se abate aos outros e de grosso sua parede e mea em que momtam de braças Rj braças xj palmos $\frac{3}{8}$.

Item. Tem o terceiro traves o qual elle nam tinha em seu Regimto aver se de fazer em Roda a sua chapa que sam tres façes de comprido dez braças sete palmos e meo E dalto xxb palmos e meo abatido o que se lhe abate aos outros e de grosso hũua parede e mea em que monta — Rj braças xj palmos $\frac{3}{8}$.

Item. Tem a chapa da porta de Fez com hum cubello que esta apegado com ella de comprido sete braças E dalto hum por outro xbiij° palmos contando toda esta altura em grosura dhũa parede E esta grosura se lhe deu por senam Romper por estar a toRe aballada E tambem se tomou a fee do esprivam da grosura que levava e do alicerçe do que tinha feito asento E asy a fee do vedor que fez tudo de braças comũas xij braças lx palmos.

E haa em todas estas chapas atras espritas de comprido desdo balùarte da praya ate a agoa ijc lxxx braças e mea nas quaaes vão pelo pee hũua fiada de camtaria e outra de lajeas que se nam poderam contar pela caua estar chea daguoa E nos logares homde estava descuberto se viu pelo dito mestre boitaca e per mim levar as ditas duas fiadas de lajea e cantaria E asy deu fee o esprivam e vedor as levar por todo E por as asy nam podermos bem contar lhe damos a rezam de quatro lajeas por braça E outros quatro camtos que sam biij° por braça segundo vem no Regimento que trouxemos que fazem ao todo duas mill dozentas e quorenta e quatro de que se abatem xbj pedras de duas braças que acupam a testa da chapa que esta apegada na couraça à par do baluarte da praya E asy ficam a se lhe contar — ij mil ijc xxbiij pedras.

E por esta mesma compridam lhe contamos que leua pelo meyo da caua por lhe depois hordenarem que abrise mais pelo pee em as mesmas ijc lxxx braças e mea a Rezam de quatro lajeas em cada braça montam mill e çemto e vimte e duas — mil cxxij pedras.

E asy lhe comtamos que leua nesta mesma compridam pelo pee da comtrachapa outras duas fiadas. s. hũa de lajea e outra de camtaria que tambem sam biij° por braça em que momtam ij mil ijc xxbiij pelas xbj que se lhe abatem — ij mil ijc xxbiij pedras.

E asy lhe comtamos mays pela fiada que leua por çima a contra chapa que vem no Regimemto que se lhe conte nas mesmas ijc lxxx braças e mea como achamos na chapa a iiij° por braça em que monta mill e cento vimte e duas — mil cxxij pedras.

As quaaes o dito mestre boitaca disse que nam eram booas nem bem lavradas nem sentadas pelo leito de cima como aviam de seer mas antes por cima de muitas delas esta Iguoalhada com Rachas e call E asy as pedras do fumdo da cava deveram de ther suas Jumtas melhor feitas e melhor asentadas em call.

Soma. Monta em todo o que neste dia medimos e contamos como se atras mos-

Baptisado o principe, tratou D. Afonso V de dar cumprimento ao que tinha prometido à mulher, encarregando o tio D. Henrique do fúnebre préstito.

tra pelo meudo mill trezentas trinta e sete braças sesenta e quatro palmos e tres quartos — mil iijc xxxbij braças lx iiij palmos $\frac{3}{4}$.

E na pedraria que no dito dia contamos como se veraa pela conta atras seis mill setecemtas pedras — bj mil bijc biij° pedras.

E por que asy esta na verdade asynamos aqui segundo manda sua Alteza no Regimento — *Mestre Boytac — Bastiam Luys.*

Item terça feira xiij dias do dito mes medimos toda a contrachapa que começa desda couraça jumto com ho baluarte da praya ate a beira do Ryo de Canhete e achamos de comprido dozentas hoitemta e seis braças sejs palmos e hũu quarto e o que mais tem que ijc lxxx braças e mea he por que estemde mais que a chapa e vay entestar na baReira que ficou por deRibar jumto com a couraça nova que se hora faz E tambem a villa seer em Redomdo e quamto mais vai pera fora maior çirquo faz A qual he dalto hũa por outra descontando o palmo do alicerçe que se lhe nam achou vimte e dous palmos E de grosso hua parede e mea que se achou pollos buraquos que se nela abriram os quaaes eu vy E monta nesta contra chapa novecemtas e quorenta e cimquo braças hoitemta e seis palmos e hum quarto — ixc Rb braças lxxx bj palmos $\frac{1}{9}$.

Item. Comtamos no dito dia a pedraria que avia nas esquinas que faz a contrachapa que sam ix. s. hũa no baluarte da praya E duas no da porta de Cepta E bj defronte dos iij traveses e em hũs mais e outros menos achamos cunhaes e silhares cemto e treze — Cxiij pedras. As quaaes nam vem no Regimento porem a mestre Boitaca pareceo bem avellas hy por seer segurança da obra e proveito della

Item. Achamos mais em hũ cano que say da cava e vay dar no Rio por homde emtra e say a agoa do Rio a caua Cinquoenta e sete pedras. s. no lajeamento e nas Ilhargas e nas coberturas do dito cano o qual he tam ancho como o mesmo andar da cava — L bij pedras.

Item. Na chapa que se fez no baluarte da praya por sobir acima das bombardeiras que nele estavam feitas se abriu na mesma chapa o logar pera as bombardas nos quaaes se acharam da banda de fora trimta pedras. s. b em cada hũa E posto que no Regimento nam faça disso mençam dise mestre Boytaca que heram necesareas que veja sualteza se lhas manda leuar em conta — xxx pedras.

Item. Contamos todolos cunhaaes e silhares que jazem nas dez esquinas da chapa dos baluartes e traueses e achamos em todas dozemtas e vimte e seis. s. hũa no baluarte da praya e iij da porta de Cepta e bj nos iij traveses os quaes nam vinham no Regimento porem diz mestre boitaca que sam necesareos pera segurança da obra e que veja se lhas manda levar em conta — ijc xxbj.

E por todo asy estar na verdade asinamos aqui segundo Regimento de sualteza — mestre Boytac — Bastiam Luys.

Baluarte da porta de Cepta

Item. Quarta feira xiiij° dias do dito mees medimos o baluarte da porta de Cepta e tem o primeiro pano da banda da coiraça de comprido ate vazar fora setenta e sete palmos e meo o qual de seu aliçerçe ate altura de dez palmos tem de groso xj palmos que fazem de braças trimta e quatro braças e dez palmos — xxxiiij braças x palmos.

E daqui pera çima ate o amdar do muro tem dalto trimta e quatro palmos e meo

Era D. Afonso V afeiçoado à esposa, a tímida e infeliz D. Isabel, sem comtudo, por seu feitio de pouco assento, ser um amoroso a ponto de a não fazer sofrer, mas ao dar-lhe a suprema felicidade de um filho

e de groso ate esta altura dez palmos que fazem de braças cento e sseys braças novemta e sseys palmos — C bj braças lRbj palmos.

E tem o mesmo lamço de peitoril e ameas os ditos lxxbij palmos e meio E dalto dez palmos E de groso quatro palmos que fazem doze braças quorenta palmos — xij braças R palmos.

Item. O segundo lanço que vay contra as vinhas he de comprido até vazar fora quorenta e hum palmos e quinto o qual ate altura de dez palmos he de groso homze palmos que faz de braças dezoito braças e quinze palmos — xbiij° braças xb palmos.

E dahy pera cima ate o andar do muro tem dalto trimta e cinquo palmos e de groso dez palmos que fazem cimquoenta e sete braças setenta e sseis palmos — Lbij braças lxxbj.

E de peitorill e Ameas de comprido ate vazar fora quorenta e ssete palmos e dalto dez e de groso quatro que fazem sete braças çimquoenta e dous palmos — bij braças lij palmos.

Item. O terceiro lanço do dito baluarte tem de comprido ate vazar fora dezasete braças o qual tem ate a altura de dez palmos no alicerçe doze palmos de groso que fazem hoitenta e hũa braça sesenta palmos — lxxxj braças lx palmos.

E daqui ate o Amdar do mufo tem dalto trimta e seis palmos e meio E de groso dez palmos que fazem dozemtas e quorenta e hoito braças vimte palmos — ijc Rbiij braças xx palmos.

E de peitorill e Ameas a mesma compridam e dalto x palmos e de groso quatro que fazem vimte e ssete braças e vimte palmos — xxbij braças xx palmos.

Item. Tem o quarto lanço que torna a entestar no muro velho de comprido vinte e quatro palmos o quall ate altura de dez palmos tem de groso doze palmos que fazem honze braças cinquoenta e dous palmos xj braças lij palmos.

E daquy pera cima ate o amdar do muro tem dalto trinta e sseis palmos e dalto e de groso x que fazem trinta e quatro braças cimquoenta e sseys palmos — xxxiiij braças lbj palmos.

E de peitorill e Ameas tem de comprido trimta palmos e dalto dez palmos e de groso quatro que fazem quatro braças hoitenta palmos — iiij° braças lxxx palmos.

Item. Neste baluarte esta hũa escada por homde deçem a ele a quall tem sete degraaos e foy posta em duas braças de parede comua — ij braças.

Monta neste baluarte bjc Rbj braças lxxbij palmos que sam mais Cxxbij braças ix palmos do que vem no Regimento As quaes braças creçem por quamto se deRibou a barreira velha sobre que se fez fumdamento de se fazer a outra obra E asy por Respeito do terceiro e quarto pano seerem mais grossos hum palmo no alicerçe do que ho Regimento diz e por dizer francisco damzinho e o esprivam e veedor que acharã a teRa muito molle e que fundaram sobre vides E esta barreira hera de pedra e baRo.

Pedraria deste baluarte

Item. Tem o dito baluarte nas tres esquinas sesemta e nove cunhaes E çento e trinta e hoito silhares pera seu acompanhamento que sam ijc bij pedras.

E nos dous asentos da ponte levadiça e nas duas esquinas que faz a chapa que vaão

viável, que lhe continuaria a raça; essa afeição redobrou em provas do mais acrisolado amor, da mais pura e viva amisade, sendo a não menor a de mandar levar à Batalha os ossos venerandos do pai, mercê que havia

daqui pera cima nas ylhargas da porta e nas esquinas da contra chapa que tambem estam nas ylhargas que nam vem no Regimento e sam aly necesareas quorenta pedras — R pedras.

Item. Nas duas voltas da porta do dito baluarte. s. hũa por homde cay a porta levadiça e outra homde andam as portas que se fecham e nos escacantes da parte de demtro que deitou hum em çima do outro por hyr mais seguro com seus Respaldos de tras das portas que tudo he de camtaria E asy sylhares de tras dos cunhaes esconços Cemto e çimquoenta pedras — Cl pedras.

Item. Na fromtaria da banda de fora da porta com ho acompanhamento das armas que sobem ate as ameas e com a guarita (*) e os caes della e asy os .b. caes das bombardeiras debaixo e cõ hũa escada e com hos sylhares que estam amtre a guarita e o muro por homde corre a porta dalçapaão o qual bem podera seer daluenaria que se nam parece e com hos dos cunhaes honde ha damdar a debadoira trezentas e quorenta pedras — iij^{c} R pedras.

As quaes pedras mestre boitaca disse que heram as mais dellas pequenas e todas mall lavradas que sam como gastadas da pedreira e pediu a vitolla da camtaria a que hera obrigado Francisco damzilho e nam se lhe deu nem hia no Regimento nem se achou em nenhũu contrato.

E esta porta se nam avia de fazer de novo mas ante avia de ficar a velha segundo diz no Regimento a quall Francisco danzinho desfez quando desfez a baReira.

E mays tomou vimte pedras que Martim Lourenço lavrou que estavam pera o escaçamte desta porta. As quaaes elle confesou perante mim esprivam ther Recebidas e as dever a sua alteza.

As quaes se lhe ham de descontar E dise o vedor que heram gramdes e muy bem lavradas e asy fiquam de pedras tiradas as ditas xx — iij^{c} xx pedras.

Item. Nas dez bombardeiras que estam no primeiro amdar deste baluarte da porta de Cepta haa cemto e hoitemta pedras — clxxx pedras — .s. a xbiij em cada hũa. E no Regimento diz que cada hũa tenha quatro coberturas e duas pedras da cruzeta e Redomdo em que montavam lx e as cxx que sobejam proueito diz mestre boitaca que fazem pero poderase fazer dalvenaria pois sualteza o asy mandava.

Item. Nas xiiij^{a} bombardeiras que estam em çima homde heram hordenadas diz no Regimento haa hoitemta e quatro pedras .s. a bj cada hũa — lxxxiiij.

E no Regimento diz que nam ouuese neste andar mais que dez bombardeiras e quatro pedras em cada hũa que heram R.^{ta} e Francisco Damzinho dise que com as dez ficava o peitorill desacompanhado que da ly se faz muita guerra e pelo peitorill seer de iiij^{a} palmos de groso se nam poos aqui alvenaria senam todo camtaria As quaaes pedras todas sam pequenas somente as cobertoiras que sam como aviam de seer e lavradas do theor das que atras dise.

O primeiro traves

Item. Tem de comprido o primeiro traves no pano que esta da banda da porta de Cepta ate vazar fora trimta palmos E no outro pano da banda da porta de Fez ate vazar fora outros xxx E no pano defromte dez. O quall atee altura de xxiij palmos he

(*) *Á margem:* a guaryta esta no Regimento e leva lxb pedras.

muito lhe solicitára, assim como tinha intercedido por ela a duquêsa de Borgonha, irmã de D. Pedro, sua tia e até o Papa interviera com as suas amoestações (1).

de comprido que bota contra a cava xxbij palmos e meio e de larguo xxiiij palmos que fazem sesemta braças setemta e dous palmos — lx braças lxxij palmos.

E tem estes tres panos atras escriptos de comprido setemta palmos metendo hum ante outro os quaes sam dalto do moçiço ate o amdar das ameas triinta e tres palmos E de groso sete palmos que fazem sam trinta e tres palmos do moçiço ate o amdar das ameas ajnda que diga xxiij — lxiiij° braças lxbiij°.

E tem de peitorill e ameas todo em Roda dez braças e meia e hũa dalto e quatro palmos de grosso que fazem dezaseys braças hoitenta palmos — xbj braças lxxx.

E foy mais posta hua parede que no dito traves esta da banda da villa em que está a porta em duas braças da parede comũa E posto que no Regimento nam viese pareçoo bem a mestre boytaca que se fezese asy nos outros — ij braças.

Monta neste primeiro traves de braças — cRiiij braças xx palmos.

Pedraria deste primeiro traves

Item. Nas duas esquinas deste primeiro traves estam asemtados sesenta e sete cunhaes com dez que jazem debaixo que a chapa esconde os quaaes estam acompanhados da chapa pera cima com dous silhares cada hum que sam Cxxxiiij° e asy sam antre silhares e cunhaes — ijc j.

E nas tres bombardeiras do primeiro amdar que he no moçiço estam Liiij° pedras a xbiij° em cada hũa — Liiij°.

E no Regimento diz que nam tenha cada hũa mais que quatro pedras que sam xij e o mais que seja dalvenaria diz francisco damzilho que todas se ham mester e que sualteza lhas nam mandar pagar que sam suas. E mestre boytaca diz que ajnda que lhe nam contem todas que he bem que lhe contem delas por que a obra estaa asy muy booa.

E nas b bombardeiras que estam no andar do muro neste traves estam R.ta pedras .s. biij° em cada hũa — R.

E no Regimento diz que sejam tres bombardeiras e cada hũa leve bj pedras as demais bombardeiras diz framcisco damzinho que sam necesareas por que daly he a mais guerra de traves. E pelo peitoril ser de quatro palmos se lhe meteram mays as duas pedras por nam meter aly aluenaria e asy vam mais xxij pedras.

E o lavramento e gramdura de toda esta camtaria he da maneira atras escripta.

Soma. Monta neste baluarte e neste traves que hoje se mediu setecentos e noventa braças noventa e ssete palmos — bijc lR braças lR bij.

Soma. Monta na pedraria que achamos e se contou no dito baluarte e traves mill e dozentas e noventa e sseis pedras — mill ijc lR bj pedras.

E por asy todo estar na verdade asynamos ambos aquy como sualteza manda — *Mestre boytac — Bastiam Luys.*

O segundo traves

Item. Sesta feira xbiij° dias do dito mes medimos o segundo traves que esta amtre

(1) Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. cxxxvi e Damião de Goes, *Crónica do Principe D. João*, cap. iv.

Os inimigos de D. Pedro, não vendo com bons olhos o deferimento do já antigo pedido, mas agora satisfeito, increpam D. Afonso pelo seu acto de amor e piedade, conseguindo unicamente dêle não revogar o

os dous outros e tem nos dous panos das Ilhargas de comprido contra a cava xxxij cada hum que sam lxiiij e tem ambos de groso sete palmos que fazem novemta e seys braças setenta e sseys palmos E dalto çimquoenta e quatro palmos — lRbj braças lxxbj palmos.

E tem a fromte deste traves dantre ambos os outros pannos por quamto vazaram fora e este vam de comprido dez palmos e dalto os liiij° E de groso hoito por ser na fromte que faz de braças dezasete braças vintoyto palmos — xbij braças xxbiij° palmos.

E tem o seu peitoril e ameas em Roda de comprido nove braças e meia e dalto dez palmos e de groso parede e meia que fazem — xiiij° braças xxb palmos.

E tem o dito traves em hũa parede com hũa porta que çarra da banda da villa hũa parede que foy posta em duas braças de parede comua.

E tem o dito traves nas duas esquinas asemtados lxbij cunhaes com dez que jazem debaixo que a chapa esconde como o escripvam daa fee e o veedor os quaes estam acompanhados com dous silhares cada hum que sam Cxxxiiij° E asy sam em todos antre silhares e cunhaes — ijc j.

E nas tres bombardeiras do primeiro amdar estam liiij° pedras .s a xbiij° em cada hũa E por seerem alem do Regimento se terá nelas a maneira das outras que atras ficam do outro primeiro traves — liiij°.

E tem o dito traves no amdar das ameas cimquo bombardeiras em que ha R pedras .s. biij° em cada hũa as quaes tambem se levaram como as outras do primeiro traves — Rta.

E o lavramento e gramdura desta pedraria he da maneira atras escripta.

E este traves nam them nenhũu moçiço por que dise francisco damzino que lhe pareçia nam ser necesarea que aquela custa queria lançar em outras partes que mais compria a bem da obra e dise que tinha comisam de sua alteza.

Item. Desta mesma gramdura e maneira fez o dito framcisco damzino outro traves que está jumto com a porta de Fez o quaall ele nam tinha em seu Regimento nem mesmo vem na nosa lembrança diso porem diz mestre boytaca que estam asy muy bem repartidos e a villa muy forte com elles e que se foram menos que se nam podera bem guardar o muro com a artelharia e mandando lhe sualtesa levar em conta se lhe contaram tamtas braças de parede como este outro traves e asy a mesma pedraria por que ambos sam dhũa gramdura e theor — com 130 braças 29 palmos em cada hum E 590 pedras.

Coyraça nova

Item. Tem o baluarte que esta antre a porta da Ribeira e homde se acaba a cava que no Regimento se chama coiraça de comprido no que bota da barreira pera fora contra a agoa xxij palmos e meio E de alto no mociço vinte palmos E de larguo xx palmos que faz de braças xxxbj braças.

E tem o dito baluarte do mociço pera cima ate o amdar do muro dezanove palmos e lx palmos em Roda E bij palmos de groso que fazem diguo sesenta em Roda xxxj braças lRij palmos.

E de peitorill e ameas sejs braças e meia em Roda E dalto hũa braça e de groso hũa parede e mea que fazem ix braças lxx b palmos.

E a este baluarte vem hũa parede que atravesa do muro da villa pera serventia

alvará de desterro que fazia com que o irmão da rainha, o ex-Condestável e Mestre da Ordem de Avís, D. Pedro, não podesse vir à trasladação de seu chorado progenitor.

dele a qual tem de hum cubelo honde entesta ate emtrar no dito baluarte de comprido quatorze palmos E dalto com seu aliçeçe xxx palmos E de groso xij que faz em braças sam quatorze e fazem xx braças xbj.

E de peitorill e ameas por cada bamda xb palmos de comprido que sam xxx em ambos E dez dalto E iij palmos de groso que fazem iij braças lx palmos.

Pedraria

Item. No pee deste baluarte estam asemtadas sete fyadas demxalharia nas quaaes estam çento e setenta enxilhares Clxx.

E no amdar debaixo deste baluarte estam tres bombardeiras sobolo moçiço que levam cimquoemta e quatro pedras .s. xbiij° em cada hũa — liiij°.

Asy que sam aquy demasyadas alem do Regimento como sam nas outras bombardeiras a que nam dam senam quatro.

E tem mais o dito baluarte no amdar de çima outras tres bombardeiras e duas que estam na parede da serventia pera ele s. hũa pera hũa banda por antre a barreira e o muro e contra a porta da Ribeira e a outra pera outra parte que sam b. em que ha R pedras a biij em cada hũa — R.ta.

O Regimento lhe nam daa senam a bj cada hũa asy sobejam aqui dez.

E tem o dito baluarte hũa escada com vimte degraaos que vem do mociço ate dar no cubelo que esta apegado no muro e tem de larguo sejs palmos e leua cada degraao tres pedras — lx. Fora bõo diz mestre boytaca serem os degraaos de duas pedras cada hua que saya a iij palmos cada pedra que he marca vsual. E por serem asy pequenas se perdem xx pedras.

E na guarita deste baluarte tem de caees e pripianhos quorenta pedras — R.

A qual pedraria deste baluarte e degraaos he asy pequenos e maal lavrada como a dos outros.

Item. No cabo da cava homde vem feneçer a chapa jumto com o cano por homde entra e say a agoa esta hum lambor que vem do feneçimento da dita chapa entestar na barreira e se emcosta em hũa parede que atravesa do muro a dita barreira que he de comprido xx palmos E xb dalto E hũa parede e meia de grosso que fazem iiij braças L.ta.

E mais tem a dita parede que asy atravesa da barreira a hum cubello que esta no muro que he de comprido xbij palmos e meio E dalto xxx com seu liçeçe E de groso .b. palmos que faz de braças x braças L.ta

E esta parede nam vem no Regimento.

Soma. Monta nas dous traveses e no baluarte e nestas outras cousas que oje medimos como se atras verá pelo meudo trezentas setenta e cimquo braças vimte e cimquo palmos — iijc lxxb braças xxb palmos.

Soma. Monta na pedraria desta mesma obra que oje contamos novecentas cimquoemta e quatro pedras — ixc liiij° pedras.

E por todo asy estar na verdade asynamos aquy no dito dia como sualteza manda — *Mestre boytac — Bastiam Luys.*

Soma. Monta em toda esta obra que atras fica medida — iij mil iiijc Rix braças lxxij palmos $\frac{1}{4}$.

Concertado o dia em que havia de ser o funeral, foram os reis adeante para o esperar no mosteiro da Batalha, onde D. Afonso V havia mandado chamar e tinham ido todos os senhores e senhoras principais

E no Regimento vem que sam iij mil clxxxbiij° braças lRb palmos. E asy tem mais feitas em obra — ij^{c} lx braças lxxbij palmos.

E no Regimento vem que ham de seer b mil iiij^{c} lRbij. E asy tem mais lamçadas iij mil biij^{c} lxxix.

E por quamto no Regimento que ho dito mestre boitaca traz nam vem outras obras apomtadas pera se averem de medir somente estas atras disse ao dito francisco damzinho que mandase abrir as chapas e contra chapas naqueles logares que lhe elle apomtase e amostrase o quall dito mestre boitaca falou com o vedor das ditas obras e com o escripvam dellas e se comformou com ambos e homde todos asemtaram os mamdou o dito mestre boitaca abrir e se abriram por xx logares nos quaaes se achou aquella grosura de parede e meia como lhe hera hordenada em seu Regimento e a logares mays folgada a medida da dita parede e meia. E nos ditos buraquos a cal em perfeiçam terçada como compria e aas ditas paredes toda a cal que lhe compria E asy pedra gramde e meuda como lhe hera necesarea as quaaes medidas e vista da dita caall e paredes e grosuras se todo fez peramte mym escripvam e por tamto fiz de todo asemto no dito dia e asynamos aquy ambos. — *mestre boytac — bastiam Luys.*

Coyraça velha que coregeo

Item. Sabado xbj dias do dito mes medimos o lamço da couraça que cayu que ho sobredito francisco damzilho fez com ho qual tinham feito asemto ho capitam e vedor e escripvam que damdo lhe o dito vedor o aliçerçe limpo e a grade asemtada lhe fazia a dita parede pelo preço que fazia as outras obras pagando tambem a pedraria a parte o qual lanço he de comprido vimte e hũa braça e quinto o quaall até altura de hoito palmos tem de groso treze palmos e meio fazem lRj braças lxxx palmos. — O qual asento vay asinado pelo dito capitam e framcisco damzino e Simão Lopez.

E dahy pera çima ate o amdar do muro he dalto xxxiij palmos e meio E de groso dez que fazem ij^{c} lxxxiiij braças lxxbj.

E de peitorill e ameas de comprido xxij braças bij palmos E dalto biij° E de grosso iij que fazem xxj braças lxxix palmos.

Item. De lomguo do pee desta couraça da bamda do fora estam asemtadas no aliçeçe sobola grade lxxxbiij° lajeas E quatro fiadas da lambores que leva cada hũa Cxiiij° pedras que fazem — iiij^{c} lbj E acima destas hũa fiada de silhares em que ha lR silhares E as duas fiadas da lombor e a fiada de lajea se tomou pelo livro do escripvam e as outras se comtaram e achamos estarem çertas com ho dito asemto e sam em todas — bj^{c} xxxiiij° pedras.

E de lomguo do outro pedaço da dita couraça que esta amte o castelo e este lanço novo da banda de fora se fez hum socalcamento por estar solapada por debaixo o qual hum por outro se meteo em bj palmos dalto E de bj palmos de groso E he de comprido homze braças e meia que fazem xbj braças lbj palmos.

Item. Leva neste mesmo lanço do socalco velho Rbiij° lajeas E clxxxiij lambores em tres fiadas E xx pedras que leuam dos canos do lanço novo que o dito francisco damzilho fez E destas pedras vimos duas fiadas e as outras tomey pelo livro do dito espriuam E asy lhe deu o fee o dito e vedor como toda esta obra hia booa e bem farta de caall e a que se pode ver se achou da mesma maneira E asy sam em todas dozemtas cimquoenta e hũa — ij^{c} lj pedras.

do reino, salvo D. Fernando e o marquês de Valença, o célebre conde de Ourêm, os quais tomaram outra opinião contrária ao prazer e contentamento da rainha (1).

Soma. Momta nesta coyraça que ho dito francisco damzino fez com ho socalco quatrocentas quatorze braças noventa e hum palmos — iiij^{c} xiiij^{o} braças lRj palmos.

Soma em toda a pedraria que leva biij^{c} lxxxb pedras.

E por asy estar na verdade asynamos aqui o dito mestre boytaca e eu escripvam — *mestre boytac* — *bastiam luys*.

.L. que por hy nam haver gemte se tomaram pelo vedor e esprivam pera o alimpar do alicerce e asentar da grade ClRj homẽs dos de francisco damzino os quaes lhe sua alteza mandara pagar.

Item. Sabado xbj dias de Junho de mil b^{c} xiiij^{o} foy Requerido per francisco damzino a mestre boitaca peramte mim esprivam que por quamto elle tinha feitas algũas obras mais daquellas que no Regimento vinham apomtadas nesta villa dalcaçere que ele diz que tem por hũu Regimento que lhe Duarte Foreiro leixou e alguas por cartas de sualteza lhas medise e mandase fazer asemto dellas a mim esprivam as quaes sam allem daquelas de que ele Ja he pago e asy deu fee o veedor e esprivam serem feitas depoys de se ho dito duarte Foreiro hy da dita villa dizemdo o dito francisco damzino que em Portugall mostraria como lhas asy mandaram fazer e que quamdo nam fose asy que lhas nam pagasem. E por tanto lhas mediu o dito mestre boytaca peramte mim esprivam e lhas asemtey aquy a parte pera se em Portugall ver como dito he.

Item. Se lhe mediu loguo hũa parede em que esta hũa tramqueira com cunhaes de pedraria que esta quando saem pela porta de Cepta a mão esquerda e çarra dhua banda com a cava e da outra com a vinha de dona Isabell e se lhe mediu vão por cheyo nam comtando pedra a qual he de comprido noue braças e mea E dalto com o alicece dez palmos E de groso cimquo que faz de braças de parede comũa xxix braças.

Item. Foy avalliado hũu arquo que atravesa a cava por homde vem a agoa açacaya o qual he de pedraria E mais hum cano que say deste mesmo baluarte pera a cava E asy hũu cano grande que say da villa e atravesa o muro e a chapa forrado de pedraria por baixo e pelas ylhargas e por cima e com sua alvenaria o qual buraquo hera de xiiij^{o} palmos em alto e xiiij de largo E xbj de comprido em hoito mill rreaes que sam biij^{o} braças — biij^{o} braças.

Item. Se mediu hũa parede no castello a quall atravesa a couraça e dhũa bamda se ajumta com o baluarte que framcisco damzino ahy fez E da outra bamda com a parede da couraça da banda dagoa contra o seynal a quall tem de comprido ate vazar fora Rbij palmos e meio E dalto ate o fumdo outros Rbij palmos e meio dos quaaes os cimquo dalto sam de xj palmos de groso que fazem x braças Rb palmos.

E os Rij palmos e meio que ficam dalto tem de groso dez palmos que fazem de braças hoitemta braças setenta e seys palmos lxxx braças lxx e seys palmos — lxxx braças lxx bj palmos.

E tem de peitorill e Ameas a mesma compridam E de alto dez palmos E de groso quatro que faz de braças — bij braças lx palmos.

Item. Desta parede que asy atravesa a couraça em que esta hũa porta se faz hũa corredoira pera seruentia da dita couraça pera o castello o qual he cuberta de lajeas de camtaria a qual tem de comprido cimquo braças e meia e se lhe contou vaão por

(1) Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. CXXXVII.

Como as lágrimas dos seis anos em Santo António do Tojal renasciam ainda agora no ódio dos vinte e dois!!

Triste condição humana e grande amor é o filial!!

cheyo e he dalto quatorze palmos E de groso dez que faz de braças digo que he de comprido b. braças e meia — xxx braças lxxx palmos.

E tem de comprido o seu peitorill da bamda do Seynall sejs braças E dalto hũa braça e de groso quatro palmos que faz ix braças lx palmos.

E deste coRedoyro deçe hũaa escada pera o outro baluarte que esta contra a porta da Ribeira a qual foy posta em duas braças de parede comũa — ij braças.

Item. No Jardim do capitam esta feita hũua parede em que esta a porta do dito Jardim a qual he de comprido nove braças e meia E dalto homze palmos é meio com seu aliçeçe E dous palmos e meio de groso em que monta de braças comũas — x braças lRij palmos e meio.

Item. Se mediu hũa casa do forno do capitam que ho dito francisco damzino fez a qual nam tem mais que hũa parede por que se ajuda do muro e doutras paredes ja medidas a qual tem de comprido cimquo braças e meia E dalto quimze palmos E de groso hũa parede que fazem biij° braças xxb palmos.

Item. O forno que dentro na dita casa está com hum forno pequeno que está apegado com elle pera pastees comtamdo todo moçiço tem de larguo dez palmos E he dalto doze palmos e meio E de groso dezasete e meio em que monta de braças — biij° braças R.ta palmos.

E diz meestre boitaca que segundo Deus e sua conciencia que abastaua esta casa e este forno ser de pedra e baRo E nesta casa do forno estam duas portas nas quaaes estam trimta e cimquo pedras — xxxb palmos.

E neste mesmo pano da parede estam antre ambas as portas vimte e dous sylhares que diz mestre boitaca que nam heram necesareos — xxij pedras.

E no mesmo forno vinte camtos E trimta pedras na aboboda e lajeamento que tambem diz que heram escusados — L pedras.

Item. Na coRedoyra de que atras faz mençam que vay da couraça pera o castelo e na escada que della vay pera o baluarte E na porta que se fez na parede que atravesa a couraça que atras fica e em seu ercaçante e em duas bombardeiras que estam hũa em hũu cabo e outra do outro da porta e em duas bombardeiras que estam no peitoril desta parede em todas dozentas e vinte pedras — ijc xx.

Estas bombardeiras tem as pedras da maneira das outras atras e asy do lavramento e grandura das outras.

Estrebaria

Item. Se mediu hũa parede que vay da toRe do castello a emtestar no muro da bamda do Rio que serue a estrebaria e do outro cabo ao teReyro das Galinhas o qual he de comprido por hũa parte quinze palmos E da outra por demtro da estrebaria doze palmos e meio que fica hua por outra em xiij palmos e iij quartos E dalto quoremta e sseys palmos e meio que fazem com cimquo palmos de groso — xij braças lxxbiij palmos.

E na porta da estrebaria estam asemtadas vimte e tres pedras — xxiij pedras.

E por Romper o portall pelo muro velho pera a estrebaria e por asemtar a porta se pos todo em duas braças e meia comũas — ij braças L.ta

Item se lhe pos hum portal que esta em hua casa sobre a estrebaria em Cem reaes que ele fez de custo de parede comũa — x palmos.

Êste podia ser grande, mas aquela é que não precisava ser tão mísera!!

As lições de Mateus Pisano, de Estêvam de Nápoles e de Frei Gil (1)

Item fez hũu portall que vay do castello pera o muro o qual tem vinte silhares — xx pedras.

Item. Em hũa esquina por homde se faz hũa coRedeira comtra o dito muro sejs cunhaaes — bj pedras.

Item. Tem hũa parede que vay por çima da estrebaria honde estam estes bj cunhaes por homde se faz a dita coRedoyra que tem de comprido ate o coRedoyro que vay pera a coyraça homze braças e tres quartas E tem dalto dez palmos E de groso dous que faz de braças comũas ix braças R.ta palmos.

E Na mesma parede tem hoito cunhaes biij pedras os quaes se poderam escusar.

Item. Tem hũu portall que vay pera o eyrado com ho sobrearquo doze pedras — xij pedras.

Item. Por abrir o dito portall e outra Janela feRada feita daluenaria que vay sobolo dito heirado quinhentos reaes que he meia braça comũa — L palmos.

Item. Houtro portall que vay pera as guaritas tem dez pedras — x pedras.

Item. Por hũua guarita que esta no cabo do dito heirado pera as vellas que he daluenaria e por hũa chimine que sai da estrebaria e say a tromba ao dito heirado foy lhe todo avalliado em duas braças comũas — ij braças.

Item. Foy posta a call que se lançou na argamasa do eyrado em que ja falamos que esta sobre a estrebaria com mais outra que esta em hua casa do estribeiro do capitam demtro no castello com mais outros bizcatos de telhados e braçeiras e canos todo em trimta e cimquo moios de call — xxxb moios.

Item. Se mediu hũa parede que vay por detras da dita casa do estribeiro sobre que esta armada a madeira a qual he de comprido cimquoenta e çimquo palmos E dalto çimquo palmos E hũ palmo e meio de groso que faz — j braça lxb palmos.

Item. Se mediu hum Rememdo que se fez sobre outra parede da parte de demtro do teReiro do castello o qual he de sobrado da casa pera cima em que estam duas Janellas o qual he de comprido quoremta e cimquo palmos E dalto doze palmos e meio E de groso hũa parede comũa que faz de braças — b braças lxij palmos e meo.

E Na dita casa se fez hũua chemine que foi posta em bjc Reaes que sam sesemta palmos — lx palmos.

Item. Na porta da dita casa estam quimze pedras — xb pedras.

E na escada da dita casa e no tauoleiro e pasamãao estam trimta pedras — xxx pedras.

E estas e as atras escriptas diz mestre boitaca que nam sam de Receber por serem pequenas e muito mall lavradas.

Item. Dhũu Rememdo de parede que se fez no cubello em que esta o pomball na emtrada do baluarte e dabrimento e fazimento dhum portall que nele estaa duas braças de parede comua — ij braças.

E no dito portall deste cubello estam bij pedras — bij pedras.

Item. Se mediram as manjedoiras que estam na estrebaria do capitam e tem de

(1) É provável que estes professores fôssem também mestres de D. Fernando, visto terem-no sido do irmão (*).

(*) Sousa Viterbo, *A cultura intelectual de D. Afonso V*, no A. H. Português.

com verdade não fizeram apagar essa impressão e D. Fernando, sem ter as sétas do amor a ferir-lhe o íntimo, como ao outro discípulo, não perdoou nunca a D. Pedro, nem mesmo quando a fria terra das humildes

comprido hoito braças e meia e dalto quatro palmos E de groso dous palmos e meio em que monta — iij braças R.

As quaes manjedoiras dise mestre boytaca que abastauam de pedra e baRo E asy a tranqueyra que atras fica e o forno e a parede do Jardim.

Soma. Monta nestas hobras que a Requerimento de francisco danzilho o dito mestre boytaca mediu — ijc Rb braças lRiiij° palmos.

E nas mesmas hobras haa de pedras quatrocentas cimquoenta e oito pedras — iiijc Lbiij° pedras.

E trinta e cimquo moios de call xxxb moios. E por uerdade asynamos ambos aquy — *mestre boytac — bastiam luys.*

Estas obras de fora do Regimento ja vaão lamçadas na lembrança de fora.

Obras que nam estam ajnda feitas e se ham de fazer

Item. Sobolla porta de fez em duas partes se ha de fazer peitorill e ameas .s. da bamda da varzea e da bamda das vinhas o qual sera de groso dous palmos e meio E dalto doze e de comprido cimquo braças que faz os quaaes peitoris vinham no Regimento que ho dito mestre boitaca traz — bj braças. Esta no Regymento.

Item. Sobolla porta de Cepta da bamda da Varzea se ha de fazer hũu peitorill o quall será de comprido cimquo braças E dalto hũa braça E de groso çimquo palmos que faz — x braças.

A qual grosura e altura se lhe daa por que joga daqui artelharia grosa no qual lamço do peitorill avera duas aberturas de bj palmos cada hũa pera a artelharia tirar E na mesma porta de sobola villa da bamda do Seynall outro emparo que he de comprido tres braças e quarta E dalto hũa braça e de groso hũa parede que faz — iij braças xxb palmos.

E sobola mesma porta hum emparo por nam cair a gemte que he de comprido Lb palmos E dalto .s. o da bamda do Seinall dhũa braça E o outro da bamda de comtra a praya cimquo palmos E todo de groso asy hum como outro de dous palmos E a altura fica hũa por outra de bij palmos e meio que faz iij braças xix.

Item. Amtre a baReira a entestar em hũu cubello a porta da Ribeira se ha de fazer hũa parede pera tapar o gado a qual tem de comprido doze palmos e meio E de alto quimze palmos E de groso dous e meio que faz de braças j braça lxxx palmos.

E ha de ther portall que levara bj pedras.

Soma. Monta em esta obra que esta por fazer vimte e quatro braças dezaseis palmos — xxiiij braças xbj.

E seis pedras pera o portal — bj pedras.

Os escudos com seu guarda poo

Item. De taparem o baluarte da praya hũa amea e ha de çerrar a parede que vem do dito baluarte contra hũa toRe homde se ha de poor a porta dalçapão e o peitorill do eirado e de aRematar a escada que ha de Rematar na parede do baluarte que entesta com o pomball foy todo posto em dezoito braças comũas. — xbiij° braças.

Item. Hua braça comũa no campanairo j braça.

Item ho cano que se ha de fazer a porta de Fez por debaixo do altar de samtespiritu que foy posto — ij braças. Duas braças comũas.

Item. Mais foy Requerido polo sobre dito Francisco damzino a mestre boitaca

igrejas de Alverca e de Abrantes já tinha comido nos seis anos de sepultado as miserandas carnes do tio de quem agora só restavam os desconjuntados e mirrados ossos.

Sem dúvida não tornou a dar à cunhada mais nenhuma prova do seu desamor ao tio, pois ela em breve é riscada do número dos vivos pelo *fluxo de sangue* ou talvez pela *peçonha* que mão misteriosa lhe propinou.

Mas antes que D. Fernando se vista de luto pela morte desta toda a vida mártir, vejamo-lo engalanado da melhor armadura, cingido da mais polida espada e emplumado pelo mais brilhante capacete no mais *solemne auto que se de sua calidade nestes reinos depois fez* (1).

Grandes mercês e festas parece terem sido dadas e feitas por D. Afonso V com as quais exteriorisou o seu contentamento por se ver pai dum principe que lhe sucederia, sendo a maior festa a de 15 de Agosto do, para êle feliz, ano de 1455.

Foi a da elevação de D. Fernando ao grau de cavaleiro.

Realmente esta solenidade, embora fictícia, devia ter sido bela, grandiosa, magnificente, concordando com o génio ultra-pródigo e ultra-cavalheiroso de D. Afonso V e a qualidade ultra-própria de D. Fernando, que ao tempo já era Condestável do reino, mestre da Ordem da Cavalaria de S. Tiágo e talvez duque de Beja.

De toda ela não temos reláto, sòmente do menor aparato dessa pompa

que muitas pedras que lhele nem queria comtar nem levar em comta asy por nam serem de gramdura nem bondade nem lavradas como deviam como por estarem em logares homde nenhũa cousa heram necesareas que ele todavia lhas contase e eu esprivam lhas lamçase aqui em lembrança pera em Portugall ele fazer Relaçam diso a sualteza e que quamdo lhas nam mandase leuar em conta que as queria perder pelo qual o dito mestre boitaca a seu Requerimento como dito he lhas foy comtar comigo esprivam e achou em todollas engros das chapas e contra chapas e em algũas esquinas chãas que a dita chapa e contra chapa tem E asy em cimquoemta lajeas que estam no lajeamento da porta de Cepta E sesenta cunhaes que estam nas duas esquinas do primeiro traves por que alargou mais que ho cubello com que hé encorporado que tambem hera escusado alargar se mais que ho dito cubello. E em outras partes que nam serviam nem heram necesareas e podera ser todo daluenaria como vay em outras partes na dita hobra nos quaes logares achamos em todas quatrocemtas e setemta e ssete pedras e por asy estar na verdade asynamos ambos aquy — *Mestre boytac — bastiam luys.*

Soma. Monta em toda a pedraria asy em hũa como em outra — xj mil ij pedras.

E tiradas as xx pedras que ouve que Martim Lourenço lavrou fiquam — xj mil clxxxbiiij°.

Comtando nesta soma as iiij° lxx bj pedras que na adiçom de cyma vãao contadas sem sayrem fora, porque mestre boitaca lhas nõ quis Receber. E se lhas nom contarem fiquam x mil bij° xj.

(1) Damião de Goes, *Crónica do principe D. João I*, cap. 1.

ficou notícia: adeante do magnífico auto iam mil tochas, das quais quatrocentas eram levadas por outros tantos cavaleiros e as seiscentas restantes por escudeiros dos mais luzidos da côrte, indo todos vestidos dum trajo e libré.

E foi êste *quasi* o menor aparato!!

Que grandesa teria o maior?!

E tudo isto para um divertimento que tanto devia satisfazer a alma, sempre môça do agora môço D. Afonso V!! (1).

(1) Não seria só esta vez que D. Fernando afivelava as espóras de cavaleiro de outra Ordem.

Devia tê-lo feito também ao ser um dos 27 da lendária Ordem da Torre e Espada que, segundo um livro que o padre Fr. Jerónimo Roman encontrou na casa de Bragança ao escrever a história desta nobre família, D. Afonso V instituiu em Africa, após a vitória de Alcácer-Ceguer em 1459.

Chegando-lhe nesta cidade aos crédulos ouvidos a notícia que em Fez existia uma torre por cujo remate passava uma espada e, mais a mais, envolvida pela tradição de que lá a iria tirar um principe cristão, rápido aproveitou esta e, parecendo-lhe que para êle podia estar reservada essa fortuna, fundou uma nova ordem de cavalaria que, em ímpetos de heroicidade o acompanhasse à ardente empresa, acabando assim o domínio agareno em África.

Em memória, pois, dos seus 27 anos, dêsse número fez o elenco dela, à qual deu estatutos em que se definiam as obrigações dos seus cavaleiros, cuja primeira era a de fidelidade a El-rei e a segunda a de guerrear porfiosamente os mouros.

Tinha por orago o apóstolo S. Tiágo, a quem D. Afonso V erigiu uma igreja em Lisboa, que tinha um rico côro com 27 cadeiras em cada uma das quais se via o escudo das armas do cavaleiro que a ocupava e a que por sua morte se ajuntavam as do que fôra eleito no seu logar.

Na véspera, 24 de Julho, havia solenidade presidida pelo rei acompanhado dos seus cavaleiros que eram mimoseados pelo seu Grão-Mestre com um refresco, acabada aquela.

No outro dia, 25, havia então grande festa dedicada ao afamado prègador das Espanhas e depois dela todos os cavaleiros assistentes iam comer com o rei à sua meza, havendo após a refeição jogos de canas, torneios e outros divertimentos semelhantes.

Isto é o que dizia o livro do padre Roman (*), mas nenhum outro testemunho temos sôbre tão falada Ordem nos tempos remotos e próximos de nós.

Cronista algum a ela se refere e a *Chancelaria* de D. Afonso V muda é sôbre tal assunto.

Mais um facto da nossa história que, a não se descobrirem documentos comprovativos, devemos também desterrar para os domínios da lenda, da fantasia, para não dar azo a que sôbre êle se arquitetem novos factos que veem a perder no seu valor por terem origem tão duvidosa.

Assim sucedeu a quem redigiu o decreto no palácio do Rio de Janeiro, de 13 de Maio de 1808, que sob o nome do Principe Rêgente D. João instaurou e renovou a *velha* ordem da Espada, creando uma nova, para, principalmente, premiar estrangeiros.

Ao rebate estrondoso da chegada de Junot a Portugal, preparam-se em Lisboa as embarcações que deviam precipitadamente levar a família real e a côrte às terras hos-

(*) D. António Caetano de Sousa, t. III, pág. 5.

Pouco mais tempo durou esta alegria, pois, quatro meses volvidos, mergulhava numa dura pena, numa cruciante saudade pelo falecimento

pitaleiras de Santa Cruz, às plagas riquíssimas do Brazil, onde aportam a 22 de Janeiro de 1808.

Após a chegada foi uma fébre de decretar e de crear.

As circunstâncias assim o exigiam.

Longe de Portugal era preciso improvisar um novo Estado para que houvesse representação oficial, embora oficialmente se dissesse que era provisório, como é costume português.

Os ministérios, as repartições públicas, tribunais, academias, fábricas, hospitais, archivos, desembargo do paço, mesa de consciência e ordens, intendência de polícia, chancelarias, etc., etc., resurgem nessa colónia que assim recebe, por obra do acaso, o germen da sua liberdade e tem a sua aprendizagem de nação independente.

Não esqueceu por isso uma nova Ordem, para a benemerência do futuro D. João VI se prodigalisar em dádivas a quem o tinha auxiliado na sua transferência e o tinha acompanhado, como os *vassalos do seu antigo e fiel aliado El-rei da Grã Bretanha*, e também para que perpetuada fôsse a sua chegada ao Brazil, como acto dos mais transcendentes.

Vendo êle que as Ordens que havia em Portugal estavam mais ou menos ligadas a ceremónias religiosas que não quadravam aos estrangeiros, alguns de diversas crenças e comunhões, como os ingleses de quem tinha principalmente recebido grandes serviços, e considerando que a única Ordem puramente política e de instituição portuguêsa era a que tinha sido *creada* em 1459 por D. Afonso V com o título da Ordem da Espada, houve por bem dar esta por fundamento à nova que regulou por lei de 29 de Novembro de 1808 e que ficou designada com o nome da Torre e Espada.

A sua divisa era: Valor e Lealdade e o dia da sua festividade seria o 22 de Janeiro em memória daquele em que felizmente a família real tinha aportado às terras de Vera Cruz.

Ampliada por alvará de 5 de Julho de 1809 e esclarecida pelo de 23 de Abril de 1810, é mais tarde de novo instaurada e reformada por D. Pedro IV, que, por alvará do Paço do Porto assinado pelo marquês de Palmela e mandado escrever por Almeida Garrett, de 28 de Julho de 1832, a intitula de: A *Antiga e muito nobre Ordem da Torre e Espada do valor, lealdade e mérito*, dizendo que fora levado a isso para dar um público testemunho da incontestável verdade de que o povo português não tinha desmentido de seus antigos brios e proverbial lealdade, nem merecia menos do que outro algum a liberdade, e comemorar, como perpétuo padrão, a mais honrosa e assinalada época da história portuguêsa, qual fôra a da implantação do regimen constitucional.

A nova divisa passou a ser: Valor, Lealdade e Mérito, que se encontrava escrita em volta da respectiva medalha, que tinha uma corôa de carvalho atravessada por uma espada, no cimo uma torre e no reverso o escudo das quinas portuguêsas sôbre um livro que representava a Carta Constitucional da monarquia com a legenda — Pelo Rei e pela Lei.

As honras que pertenciam aos diversos graus da Ordem eram: aos Cavaleiros a graduação e honras de alferes, embora fôssem soldados ou exercessem os ofícios dos que vulgarmente se dizem mecanicos; aos Oficiais a graduação e honras de tenentes-coroneis; aos Comendadores a de coroneis; aos Grã-Cruzes a de brigadeiros e aos Oficiais-Móres a de marechais de Campo.

A festa da Ordem passava a ser no dia 29 de Abril em memória daquele em que D. Pedro, apenas tinha subido ao trono dos seus antepassados, restituira à nação portuguêsa a sua antiga liberdade.

dessa boa Isabel que êle, na levesa do seu ânimo, só nos últimos tempos de vida tinha compreendido e amado.

Viuvo e livre, pois a educação dos filhos, entregues aos cuidados de Diogo Soares de Albergaria e de sua mulher D. Beatriz (1), pouco o trazia sujeito, aceita fàcilmente a bula da cruzada contra os turcos, porque de sua real condição era para honrosos feitos mui inclinado (2).

Para ir ao Oriente prepara-se, consentindo só então que voltasse ao reino o primo-cunhado, D. Pedro que, como dissemos, andava desterrado em Castela e que, por ter já morrido a rainha, sua irmã, não afrontava com a sua vinda o duque de Bragança que do rei tinha obtido promessa de não o deixar entrar no reino em sua vida.

Referimos no mestrado anterior que motivos de ordem externa haviam feito desistir D. Afonso V de ir muito longe na preparação para essa santa viagem para a qual chegára a cunhar uma nova moeda de fino ouro que, pelo fim e por nela se haver gravado uma cruz teve o nome de cruzado.

Obrigado à inacção, não esteve porêm muito tempo, sem que seu nervótico espírito désse sinal do seu temperamento, que agora o conselho, onde não faltou D. Henrique, veio incendiar com a ideia da nova conquista de Tanger, no que o acompanhou o decidido D. Fernando, querendo ir adeante, ao rebate do imperador de Marrocos, que determinava assenhorear-se de Ceuta, mas que D. Afonso não deixa ir por propositar passar êle também a África.

Emquanto não vão, D. Fernando trata dos seus negócios particulares e, como já está numa idade de trabalho, 24 anos, e o velho tio-*pai* já tenha os seus 63, êste vai-o treinando nos assuntos do mar e dos descobrimentos.

É por isso que nós vemos D. Fernando receber de Flandres uma náu e para ela pedir isenção de direitos, como era devido aos que fabricavam náus novas, o que lhe foi concedido por D. Afonso V em Mourão, a 1 de Maio de 1457 (3).

E a 10 de Novembro do mesmo ano, datada de Cintra, recebe uma carta em que o irmão lhe dôa, depois dessa data, todas as ilhas que por êle ou seus navios fossem achadas (4).

D. Henrique a estas horas, como vimos, já desiludido de ir por mar à terra cristã, pouco directamente se importava com as navegações e portanto não se oporia a êste concorrente, mas, se por outro lado nós sabemos as íntimas relações do tio e do sobrinho, não nos admira que

(1) Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. CXXXVIII.
(2) Idem.
(3) *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 12, fl. 57.
(4) *Ibidem*, liv. 1, fl. 118 v.º

não tivesse nada que dizer e até havia de estimar que o rei enchesse de favores o seu favorito, o seu querido *filho,* o seu continuador.

Agora do que êle tratava era de dar realidade, mais uma vez, ao sonho de toda a sua vida, o qual a sua idade e os seus trabalhos não apagavam, querendo ainda cravar bem fundo no peito escuro do mouro a sua reluzente espada do triunfal dia de Ceuta.

Levador dos sobrinhos ou levado também pelos seus entusiasmos, afia-a, na ância suprema de ser a última vez que tem ensejo de fazer pagar bem caro, se pudér, o desastre de Tanger, que quer ainda... conquistar.

No Algarve prepara a sua gente, o marquês de Valença no Porto e o rei, por causa da má disposição de Lisboa (a peste), ordena a sua embarcação em Setubal.

ANAFÉ — DO LIVRO DE BRAUN *CIVITATES ORBIS TERRARUM*

D. Fernando, no entanto, adoece, mas a febre que o prostra não é tão forte como a que lhe incendeia a alma, numa aspiração de batalhar mouros, e não o faz desistir de acompanhar a empresa, sendo em Setubal levado num leito para o seu navio.

Setembro de 1458 acabava no seu derradeiro dia, que era sábado, e o rei, ouvida missa soléne e devota prègação, vai, em acompanhada procissão de muita e lusida gente, à sua náu, que o taumaturgo denominava, fazendo-se ao mar com as noventa velas que em Setubal esperavam sua ordem.

Aproadas a S. Vicente, dobram êste cabo na manhã de 3.ª feira seguinte, 3 de Outubro, e, chegado D. Afonso V à Vila do Infante, é recebido por D. Henrique, que lhe *fala em grande perfeição e abastança* (1).

Pouco se demora, surgindo na importante Lagos, para onde teria seguido o resto dos navios, na 4.ª feira e, desembarcando no dia seguinte,

(1) Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V,* cap. CXXXVIII.

aposenta-se no castelo, onde esteve oito dias, tantos foram os necessários para reunir as demoradas frótas do Porto, do Mondego e doutros logares.

Fundeadas, foi o rei, na 3.ª feira, 10, para a sua náu, donde no dia imediato saiu armado, com sua guarda adeante e todo o mais com maravilhoso e rico estado e grande gentilesa, indo ouvir missa.

Ouvida esta, declara D. Afonso V num bem estudado discurso a sua nova ideia de ir antes sôbre Alcácer e agradece a cooperação de todos, como seus merecimentos fôssem (1).

D. Fernando, que Deus já tinha livrado da febre física, como pessoa mais principal, responde-lhe por todos assaz bem e como cumpria, após de que lhe beijou, de joelhos, as mãos, no que foi seguido pelos presentes.

Na quinta feira, 12, levantou ferro a fróta, composta de 220 velas que para Alcácer se dirigem, mas o vento não terçou e tiveram que surgir na manhã de sábado sôbre a barra de Tanger, cuja cidade se reclinava senhorilmente no seu monte forte e amuralhado, o que, na sua juvenil inexperiência, desperta em D. Afonso V a ardente vontade de a haver, pois no seu entender essa é que seria empresa dum rei que se prezava.

O conselho, que manda reunir para disso tratar, foi bem caloroso, dissuadindo-o dessa ideia e sôbre Alcácer vão, onde rei e irmão dão azo à

(1) Ficava esta povoação (hoje simples ruínas) no logar mais setentrional de Marrocos.

As necessidades do tempo a fizeram surgir, mas, acabadas elas, foi-se sumindo quási a desaparecer de todo, restando só destroços do que foi poderoso e rico.

Reconhecendo Jacub, *El Mansôr*, nas suas idas aos seus estados peninsulares que na parte mais apertada do Estreito teriam êle e a sua comitiva mais fácil travessia, determinou que por ela fôsse, deixando de ser Ceuta o porto de embarque, como tinha sido através os séculos passados.

Escolhendo sítio azado na quebrada dum rio, que veio a ter o nome de Canhete (*), ali fez edificar um pequeno palácio para descançar nas ocasiões de passagem.

Como sucede sempre, em factos semelhantes, ao pé dêste se foram aglomerando outras edificações, originando assim um povoado, que tomou o nome de Alcacer Ceguer, que em árabe, *El-Gacr-Essaghir*, quer dizer palácio pequeno, pois outra povoação havia com o nome de Alcacer Quebir, que quer dizer palácio grande.

A quatro léguas de Tanger e a seis de Ceuta ficava sòmente da costa daquem, Tarifa, umas tres, posição que muito lhe favoreceu seu aumento de população e importância.

Daí ser, como ponto estratégico, logar de torres e muros mui fortes (como se depreende da nossa estampa a pág. 205) e muito provido de gente de defêsa, pois também se tinha feito cidade de grande indústria e comércio.

Com o continuar dos tempos e, perdida a influência marroquina na Península, tornou-se valhacoito de numerosa população marítima que se entregava, de preferência, aos incertos trabalhos da pirataria sôbre os navios cristãos e sôbre as costas de Portugal e Andalusia.

(*) Danzilho — *Caderno das Medições e avaliações das obras executadas em Alcacer, etc.*, na parte transcrita por nós pág. 208.

sua valentia, revelando-se claramente o que seriam pela vida além, como ilustres discípulos do tio, D. Henrique, no ódio aos mouros, na ambição de trazê-los à Fé e conquistar-lhes suas terras.

Não pormenorizamos esta gloriosa conquista por estar fóra de nossa intenção, mas, reatando o que dela já fica dito no mestrado de D. Henrique, vemos agora D. Fernando ser o encarregado do cumprimento das palavras do enfurecido Mestre da Ordem de Cristo, assistindo à saída dos alcàcerenses que com suas mulheres, filhos e fazendas, sem algum receber nojo, dano, nem alguma outra sem razão, tomaram em seu mal muito conforto (1).

CASA BRANCA — OUTRÓRA ANAFÉ

Tomada a praça e posto na sua governação o grande capitão D. Duarte de Meneses, viu-se êste em breve em sérios embaraços, com o apertado cêrco que lhe poz o rei de Fez.

D. Afonso V ainda quiz socorrê-la, mas não pode, como desejava.

Regressa ao reino com sua gente na ideia de voltar em auxílio de D. Duarte, mas o cêrco é levantado a 2 de Janeiro de 1459, após 53 dias de lutas heroicas, de trabalhos hercúleos e de supremos rasgos de génio do seu valoroso e talentoso defensor.

Desembarcado em Faro, vai para Évora, onde sem dúvida dispersa a falange heroica que lhe faz acrescentar ao título de *D. Afonso por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, senhor de Ceuta,* mais *e de Alcácer em Africa.*

(1) Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V,* cap. CXXXVIII.

Dois dêsses herois em breve desaparecem do número dos vivos.

Um é D. Afonso, marquês de Valença, o celebérrimo Conde de Ourêm (1), o outro D. Henrique, o imortal Mestre da Ordem de Cristo.

(1) Como não tornaremos mais a falar e como muito tivessemos falado dêste homem que foi dos peores do seu tempo pelo seu caracter egoista que originára essa teia de intrigas terrivelmente urdida contra o infeliz D. Pedro na tôrva ambição de mandar e de enriquecer, bem ao contrário do bom e desinteressado irmão D. Fernando, conde de Arraiolos, embora o seu grande talento fôsse aproveitado em honrosas e delicadas missões diplomáticas, vejamo-lo, após a vinda de Alcácer, falecer em Tomar, sem chegar a ser duque de Bragança, por se lhe opôr a rija têmpera do velho pai, que já ia para os seus 90 anos, senão os ultrapassasse.

Nos fins de Agosto, estando na risonha vila que o Nabão corta, talvez a tratar negócios da sua casa ou da do pai, que contava algumas comendas da Ordem de Cristo, foi atacado por febres que em breve o levam dêste mundo.

A doença durou algum tempo, pois ainda se chegou a tratar de casá-lo com D. Beatriz de Sousa, filha de Martim Afonso de Sousa, Fronteiro-mór, de quem tinha tido um filho, que foi D. Afonso que a vingativa política de D. João II obrigou a ser eclesiástico, nomeando-o em 1485 bispo de Évora.

Falecido o marquês de Valença a 29 de Agosto de 1460, levaram-no à torreada Ourêm, que tinha enriquecido com grandes obras, que ainda hoje restam em parte, como algumas das suas luxuosas torres, a fonte e a igreja da colegiada, onde foi enterrado provisòriamente numa capela.

Daí o trasladaram a 8 de Junho de 1487 para um artístico túmulo que lhe mandou fazer seu sobrinho D. Fernando II, terceiro duque de Bragança, que não pôde assistir a essa grande solenidade por lhe ter rolado a cabeça no cadafalso de Évora a 21 de Junho de 1483 (*).

Assistiu, porêm, o bispo de Évora, D. Afonso, filho, como dissémos, do trasladado, acompanhando-o neste acto de sentida piedade Lourenço Rodrigues, chantre da sua Sé, tesoureiro e cónego da de Coimbra, João Eannes, licenceado em cânones, capelão del-rei, e Estevão Nogueira, também capelão régio.

Celebrou o *Te-Deum* o bacharel em cânones João de Deus, prior da colegiada, acompanhado das dignidades e cónegos dela e de outros sacerdotes e priores de outras igrejas, pegando no ataúde duas dignidades e quatro fidalgos, formando cortejo 24 gentishomens com tochas acêsas até à cripta da capela-mór, onde estava o sarcófago.

É êste monumento, que ainda teve de ser acabado no reinado de D. João II (**), um exemplar rico na arte tumular de Portugal.

Na abobadada casa mortuária sustentada por seis colunas, cujos capiteis são de variadissimas estilisações, levanta-se o jazigo sôbre tres prismas de pedra que assentam numa espécie de taboleiro entre as quatro colunas ocidentais.

O cenotáfio é elegante e profusamente gravado.

Em cima, na como que acolchoada tampa, jaz a robusta figura de D. Afonso de cara lisa, sem barbas, de mãos postas, vestido de larga opa, repousando-lhe a cabeça coberta de gorra, que deixa escapar bem cuidadas madeixas, numa dupla almofada.

Os pés encostam a uma emoldurada misula, cujo vértice é pujantemente ornamentado, sobresaindo ao centro uma florida alcachofra.

Por baixo e ainda na artística tampa, num largo friso liso, grava-se em caratéres

(*) D. Antonio C. de Sousa, *Historia Genealogica*, etc., L. X, cap. I.
(**) Idem.

Como no outro capítulo narrámos, D. Henrique na sua *Vila* é fulminado pela morte e soterrado na igreja de Santa Maria de Lagos, emquanto não ia repousar junto dos seus na florida Batalha.

Em breve foi e é D. Fernando, já investido pelo rei na alta dignidade de Mestre da Ordem de Cristo, que vai à frente de seus cavaleiros e também dos de S. Tiágo, acompanhando com grande honra e muita ceremónia o fúnebre préstito à derradeira morada.

Por ser casado, sobe ao comando da Ordem de Cristo também com

góticos o epitáfio que fielmente copiámos no próximo passado dia 2 de Julho de 1915, e que transcrevemos a seguir:

Aqui jaz o ilustre Principe D. Afonso, marquez de Valença, conde de Ourem, primogénito de D. Afonso, duque de Bragança e conde de Barcelos e neto d'el-rei D. João de gloriosa memoria e do virtuoso e de grandes virtudes D. Nuno Alvares Pereira, condestavel de Portugal, que faleceu em vida de seu pae antes de lhe dar a dita herança, de que era herdeiro, o qual foi fundador d'esta egreja em que jaz, cuja fama e feitos hoje este dia florescem. Finou-se a 29 de Agosto do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil S Ξ IIIILX annos.

Nas faces laterais, ao meio, ostentam-se as armas, em cruz de S.to André, dos duques de Bragança, tendo as quinas portuguesas já os sete castelos, que após a refórma de D. João II em Junho de 1485 começaram fixamente a ter.

Ao lado dos escudos, em baixo, saem, curtos e enraizados troncos de que nascem flexiveis vergonteas, que pelas folhas opostas, inteiras, brevemente pecioladas, clipticas-lanceoladas e frutos drupáceos, oblongos, parecem ser de oliveira.

No topo da cabeceira está inclinado debaixo duma viseira de frente o brazão ducal, pousando de azas abertas por cima daquela a águia heráldica de Ourêm.

No topo oposto salienta-se a tenção ou empresa do morto que dois enigmáticos guindastes, levantando uma torcida fita gravada de quatro letras, formam.

Não podemos, é certo, hoje saber o pensamento que levou D. Afonso a escolher o guindaste para sua empresa, pois êle o não deixou esclarecido, mas, se recordarmos o seu caracter, veremos que a ideia do guindaste alguma coisa o pode confirmar.

Como êste eleva as pedras para um grande edifício, e êle o veria trabalhar ao edificar a sua ogival colegiada, assim seu pensamento egotista lhe elevaria tudo para sua ambicionada grandesa e honraria, como bastas provas deixou.

E o que diremos do escultor tumular que ramos de oliveira estilisou para ornamentar a sua obra?

Bem sabemos que os artistas, principalmente os medievos, procuravam os vegetais próximos dos seus trabalhos para os reproduzir nestes e que muitas oliveiras dos arredores da velha Ourêm decerto os poderiam inspirar, não tendo nós a reparar para tal imitação.

Mas estranha coincidencia essa!!

Ou seria pensamento negativo ou bajulador?

Não conheceria êsse artista a vida de intrigas e ambições de D. Afonso, ou, conhecendo-a, a disfarçaria servilmente nas suas alusões, com ramos simbólicos de paz e amor, para que as gerações futuras vissem no revoltoso conde de Ourêm um homem de ordem e de puras e imaculadas qualidades?

Mistérios insondáveis dos tempos e da história.

o nome de Governador e entra na posse dos bens que, por testamento de seu tio e *pae* lhe são deixados, ficando assim o mais opulento senhor em Portugal.

Condestável do reino, duplo duque, Beja e Vizeu e duplo Mestre de Ordem de Cavalaria, Cristo e S. Tiágo, reuniu em si dignidades que nenhum outro português usufruiu ou viria a usufruir.

O irmão era um perdulário, mas êle era o contrário.

Um queria as riquezas para as dar a quem bem o servia nas suas empresas guerreiras, e a quem o vangloriava, o outro queria-as por orgulho, para ser grande entre os grandes e deixá-las aos que na família o seguissem, perpetuando-a.

De 27 anos, ao tempo de que tratamos, promove, por uma hábil administração, aumentar essas riquezas, conseguindo também por várias dádivas do irmão que mais bens viessem opulentá-lo a êle que opulento já era.

Assim: logo no dia 3 do mês seguinte à morte do tio, recebe carta, passada em Évora, em que D. Afonso V lhe dá as ilhas da Madeira, Porto Santo, Deserta, S. Luís (Faial), S. Diníz (Pico), S. Jorge, S. Tomás (Flores), S.ta Iria (Corvo), Jesus Cristo (Terceira), Graciosa, S. Miguel, S.ta Maria, S. Jacobo (S. Tiágo), S. Filipe (Fogo), das Maias (Maio), S. Cristóvam (Boa Vista?) e de Lana (Sal?) com todos os direitos que pertenciam a el-rei e como as tinha o infante D. Henrique (1).

Seis dias depois, 9 de Dezembro, recebe também, datada de Évora, carta em que lhe eram dadas as saboarias brancas e pretas do reino também como as tinha tido D. Henrique (2).

E não passam tres meses sem que receba mais a alcaidaria de Vizeu por carta igualmente passada em Évora a 7 de Fevereiro de 1461 (3).

Em Évora também recebe a 17 de Abril de 1461 a carta de doação dos logares de Sacarabatão e de Romão, termo de Santarêm (4).

E pelo que vemos no documento n.º 7 do maço 9 da *Gaveta* 2 na Torre do Tombo, D. Fernando tem neste ano de 1461 o maior assentamento que houve no reinado do irmão, recebido pelos almoxarifados de Setubal, Fáro, Tavira e Beja na bonita cifra de 2:208.561 reaes!!

E não fica por aqui o sôfrego principe!

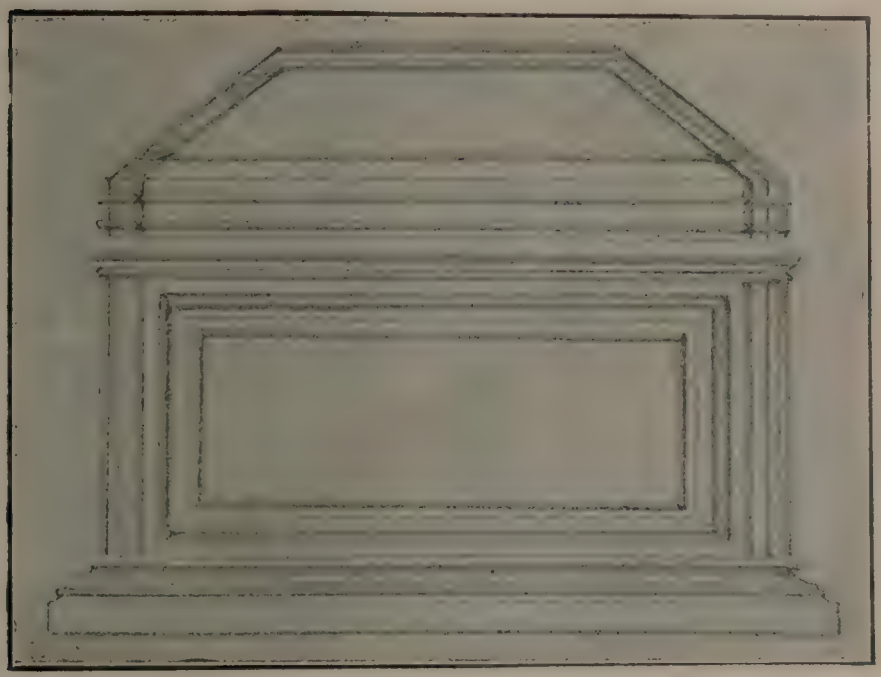
Continuemos a sua história e depois veremos.

Ceuta, que, como dissemos, tinha deixado de ser o grande empório de há 50 anos, agora aguerreava os portugueses que em mil recontros com os mouros iam patenteando ao mundo a valentia de seus braços e

(1) Torre do Tombo, *Misticos*, L. 3, fl. 58 v.º
(2) Idem, *Chancelaria de D. Afonso V*, L. 1, fl. 118 v.º
(3) Idem, *Misticos*, L. 3, fl. 249 v.º
(4) Idem, *ibidem*, L. 3, fl. 61.

o ânimo de seus corações, o que aliás sempre mostraram até mesmo nos nossos dias, embora para pouco mais tenham, duma maneira intensiva, revelado outras qualidades, e àqueles, aos marroquinos, directamente provavam-lhes que não degenerára o sangue deixado outróra por êles ou por seus remotos antepassados na peninsula ibérica.

Agora mais outra escola de guerreiras acções se abre e é Alcácer com o seu heroico governador, D. Duarte de Meneses, o campo de



BEJA — TÚMULO DE D. FERNANDO

aprendizagem, a pista de amestramento dos futuros triunfadores que já tantos são que nem para todos há logar, chegando a quererem filiar-se nas hóstes, por nós havia quási meio século combatidas nessas plagas, as quais em guerra umas andavam contra outras.

Por êste motivo se originou no ano de 1462 o célebre escalamento de Tanger e acções subsequentes em que tanto figurou o mestre de Cristo, D. Fernando, com seus valentes cavaleiros.

Foi o caso de andar em rixa com um seu visinho, o rei de Fez, que para a luta mandou deitar pregão a convidar quem o quizesse ajudar a a êle fôsse, o que sabido por Diogo de Bairros e João Falcão, homens novos e fidalgos, não tardaram a pedir a el-rei licença para se irem alistar nas hostes muslimes.

A licença foi concedida (1) e os fogosos rapazes passaram à Andaluzia para com o duque de Medina Sidonia se entenderem, porque com o rei de Fez tinha paz e mostranças de singular amizade.

O conde porêm desconfiou de tanto ardimento e de el-rei pediu-lhes carta que, solicitada para Portugal, se demorou, fazendo com que os valentes fidalgos se encorporassem na falange do conde de Viana, que de Alcácer acertou de entrar em terra de mouros.

Nessa entrada, por acaso, topou Diogo de Bairros com João d'Escalona, de Tarifa, que tinha estado com aquele cativo em Tanger, conversando ambos sôbre esta cidade, onde conhecia um cano aberto nos seus muros que poderia dar entrada a gente.

Volvidos a casa do duque souberam da resposta de D. Afonso V que não só lhes revogava a licença, como também os mandava regressar à côrte, ordem que cumpriram (2).

Em Cintra vieram achar o rei, a quem contaram a viagem, trocando palavras sôbre o conhecido cano para se entrar na famosa e inesquecida Tanger pelo que D. Afonso grande impressão recebeu.

E tal foi esta, que, sem tardança, envia a África os dois mancebos a verificarem a verdade de tal nova, o que sabido por D. Duarte de Meneses lhes disse que não falassem em entrada de canos que era bogeria (3), ensinando-lhes outro reconhecimento por onde seria mais fácil a conquista.

A êle foram os destemidos rapazes e uma escada de corda os levou ao alto do muro, onde cada um colheu sua mão cheia de hervas, como prova da temerária proeza.

De Alcácer a Portugal veem e D. Afonso V arde em entusiasmos que, comunicados ao impetuoso D. Fernando, mais entusiasmado fica, querendo êste logo partir.

Não o levou ávante, porque o rei também queria passar o Estreito, mas para não levantar falaça, combina, para disfarce, com D. Fernando pedir êle licença para ir sòmente, pois, tendo a governação das ordens de Cristo e de S. Tiágo, obrigação tinha de trabalhar pelo exalçamento da Fé.

Combinado isto, por D. Fernando ordem é dada a todos os comendadores das duas ordens para se aprontarem.

Em breve porêm se rompeu o segredo e souberam então que El-Rei havia de ser a cabeça daquela empresa (4).

Sem prudência, alvoroçados, impensadamente trataram os dois irmãos

(1) Rui de Pina, *Cronica de D. Afonso V*, cap. CXLVII.
(2) Idem.
(3) Azurara, *Crónica de D. Pedro de Meneses*, cap. CXXVIII.
(4) Idem, *Crónica de D. Duarte de Meneses*, cap. CXXIV.

dos preparativos da ida, da qual em breve a Tanger chegam os écos dêsse estouvamento que, precavidos tornam os habitadores dessa amuralhada e valente cidade.

As mesmas qualidades na condução das tropas teve D. Afonso que, embarcando em Lagos no tempestuoso Novembro de 1463, levou-as por um triz a perderem-se nos abismos terríficos do Estreito.

Desalvorado, por sua teimosia, aporta alfim de medonho temporal a Ceuta, mas com o mesmo valor, com a mesma impaciência e com a mesma ardência em combater... em vencer.

Pobre rapaz de 31 anos!!

Sempre foi o mesmo toda a vida!!

Rapaz em Alfarrobeira, rapaz em Tanger, como rapaz havia de ser um dia em Toro!!

O irmão, D. Fernando, o Mestre da nobre milícia de Cristo, também não desmereceu do sangue inquinado de alguns dos seus antepassados, como também não desaprendeu das vivas lições dum temerário D. Henrique, que essa orgulhosa Tanger tanto tinha profundamente perturbado e que agora tanto aferradamente obstinava os sobrinhos.

Escusado será dizer que infrutíferos foram os esforços de D. Afonso contra a forte e prevenida cidade, retirando sôbre Ceuta, na ideia de ir sôbre Arzila, que o frio agora defende da sua ira e do seu despeito.

No entanto o estouvado D. Fernando não pára e, sabendo que os condes de Viana e Guimarães querem ir de Alcácer, em som de guerra, às terras dos mouros, pede licença ao irmão para se encorporar nessa entrada, a qual lhe é concedida com o grande proveito de desacumular Ceuta (1).

Vão e pelas aldeias da Benaminir, cuja população era a gente mais guerreira daqueles sítios, a razia produziu 220 cativos, muito gado e grande despojo, do que, no seu espírito de amante de riquezas, houve o *quinto* que por direito pertencia a D. Duarte de Meneses, governador de Alcácer, a quem D. Afonso V tinha dado essa mercê, mas a quem compoz, satisfazendo com dinheiro de sua fazenda.

Os frios continuaram e Arzila é impossivel de ser investida e a abaluartada Tanger era o desespero do rei e do irmão.

Êste manda-a sondar algumas vezes e é prevenido pelo rei de que, se a ela fôsse, lho dissesse para o acompanhar, mas não fez caso da prevenção e foi, sem que não tivesse havido sentencioso conselho e também prevenções sensatas e prudentes.

«Mas D. Fernando pelo ardente desejo que para isso tinha, propostas todas as contradições, determinou de o fazer, de que alguns tiveram que o infante, por seu mui nobre e alto coração com que sempre suspirou por grandes e árduas empresas, não se contentava fazer nenhuma coisa,

(1) Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. CL.

por boa e façanhosa que fosse, sendo debaixo de mando e capitania d'outrem, ainda que fôra um grande imperador» (1).

A Tanger não chega e o rei, sabendo da sua ida, ao encalce lhe vai, mas desencontra-o e chegado perto dela, aos Médões, retrocede para Alcácer, triste e cançado do insucesso e de 15 léguas andar sem descer nem repousar.

D. Fernando, que tinha descançado em cilada para de madrugada atacar aquela, soube da marcha do irmão e a Alcácer volta não pouco desgostoso com o governador dela, por suspeitar que dêle partira o aviso ao rei.

Êste é que não pôde sofrer o desacato do desrespeitoso irmão, e grave e áspera repreensão lhe fez pela perigosa ousadia que sem sua licença e contra seu mandado cometera.

Pouco ou nada importou isso!!

Eram duas creanças e como tais em breve tornaram a ser bons companheiros e bons amigos, e não tardou muito que D. Fernando, incitado pelo conde de Odemira, a quem fez comendador-mór de S. Tiágo, fôsse a Ceuta pedir licença ao irmão para à desastrada Tanger voltar, 19 de Janeiro de 1464, véspera de S. Sebastião, mas, como até ali, acompanhado por má sina, o que bem previsto foi pelos supersticiosos no grande e brilhante cometa em figura de dragão que no caminho, às alturas do cabeço de Almenar, lhe alumiou a marcha, ao pôr da lua, que seria tres horas antes da manhã.

Profeticamente então, como que adivinhando a morte, que nesse triste dia teve, exclamou o nobre Gomes Freire: *Oh! noite má para quem te aparelhas?* frase que em provérbio tanto tempo andou.

A escalada é tentada e os cavaleiros de Cristo e de S. Tiágo obram prodigios de valor sem conto, não desmerecendo de seus créditos alcançados em recontros gloriosos e em batalhas triunfais, mas que agora o negro anjo das vitórias eclipsou numa terrivel catástrofe, produzida pelo irreflectido espírito de seu chefe.

Salado, Ceuta, Alcácer são páginas imortais nos anais da Cavalaria de Cristo, que agora recebeu esta, que é rubra, como o puro sangue de tantos valentes, de tantos herois e de tantos temerários.

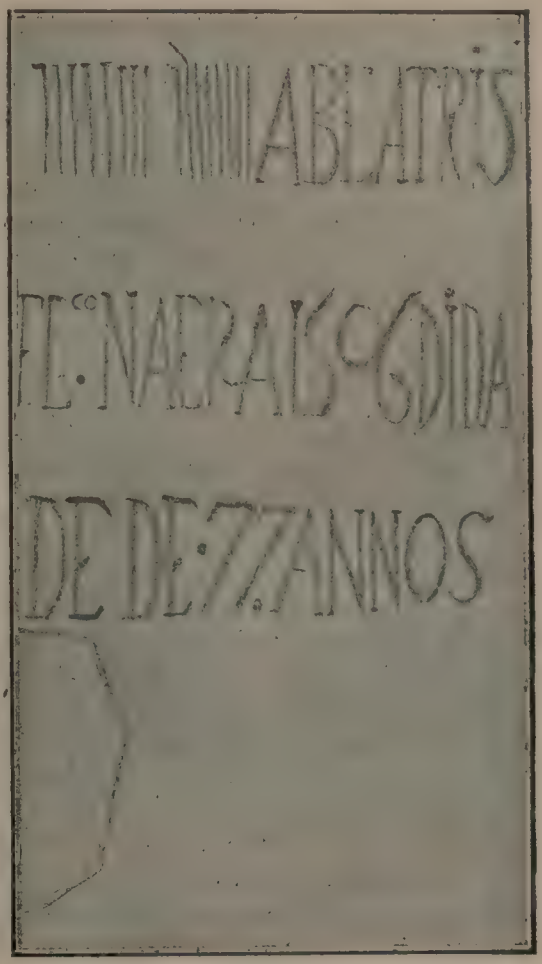
No entanto D. Fernando, que ainda acredita nuns lampejos de vitória que rápidos se desvanecem, no maior ardimento da refrega, tem um acto que muito o nobilita, querendo ir em pessoa por uma escada de tróços que manda armar, para o logar onde mais intensa era a luta, dizendo que o que fôsse de tão bons creados e servidores, como já dentro eram, seria dêle até com êles morrer (2).

(1) Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. CLII.
(2) Idem, *ibidem*, cap. CLIII.

Bela acção, nobre acto que resgata o inconsiderado pensamento que presidiu ao fatal assalto!!

Do seu dignificante proceder foi forçado a desistir pelo conde de Odemira e pelo comendador-mór de Cristo, D. Fr. Gonçalo de Sousa, que a seu lado estavam.

Mais uma vez a torreada Tanger era sepulcro honroso de tantos cavaleiros ilustres que agora em número de duzentos pagam a pouca perícia ou a pouca sorte do general que, acabrunhado e raivoso, se torna a Alcácer onde se recolhe também com grande vergonha do irmão que não tarda, após a entrevista de Gibráltar, a vir confortá-lo, do que resulta a promessa de casamento do Principe com D. Leonor, sua prima, filha de D. Fernando.



BEJA — LAPIDE DA SEPULTURA DE D. BEATRIS

Também aqui o restante dos cavaleiros de Cristo e de S. Tiágo requer a D. Fernando, como seu Mestre, que os tome tantas vezes quantas quizer ao seu serviço e da pátria, mas não nas condições desta armada, pois tinham ido por seu mandado às suas próprias custas e despesas e ainda em cima haviam pago os fretes dos navios em que foram, que eram dêle próprio D. Fernando.

Êste achou a injustiça do que havia feito e a justiça do requerimento, deferindo com prazer de nunca mais aceitar os serviços dêles daquela maneira, desculpando-se que fôra por necessidade e, o que recebera, o considerava emprestado, vindo-lhes a pagar em outras mercês e graças, confessando ali publicamente o quanto lhes estava muito grato pelo muito bom serviço que dêles tinha recebido (1).

(1) Azurara, *Crónica de D. Duarte de Meneses*, cap. CIII.

Apezar das lágrimas e das tristezas serem grandes pela enorme catástrofe, nem o rei nem D. Fernando se deram por vencidos, não lhes aproveita a lição e, reunidas suas gentes, de novo os vemos arder em ânsias de conquistarem Arzila, não o conseguindo por de novo o inverno se opôr, o que de todo não impede a D. Fernando de invadir uma região ao pé da serra, onde cativa grande número de mouros, traz muito gado e outros despojos.

D. Fernando volta ao reino, mas D. Afonso fica ainda e outras razias faz, numa das quais morre o valoroso e prudente soldado português que tem na história o honrado nome de D. Duarte de Meneses, o famigerado conde de Viana, o glorioso governador de Alcácer.

Volvido ao reino, D. Fernando cumpre o que prometeu aos seus cavaleiros em Alcácer, defendê-los nas suas pretenções e galardoá-los conforme seus merecimentos.

É por isso que o vemos por agora ao lado dêles na antiga questão, que, valha a verdade, não era de todo justa, mas que o tempo de comodismo, que se ia esboçando, explica e que em breve em côrtes havia de produzir o seu protesto pela bôca dos representantes dos conselhos.

Tinham sido as ordens militares instituidas em Jerusalêm para combater os inimigos da Fé e para proteger os cristãos que aos Logares Santos iam em peregrinação.

Vindos para a Europa, por no Oriente se não poderem sustentar, grandes serviços fizeram nos países onde se estabeleceram, não sendo os de Portugal que menos trabalharam na expugnação do seu território, que estava na posse dos sarracenos, inimigos de raça e de crenças.

Limpo êle dos adversários da Fé, que num sem número de batalhas vitoriosas foram obrigados a passar o Estreito, nada mais natural, dada ainda a existência das gloriosas ordens ou suas sucessoras, estas não se quedarem, continuando na propaganda das sublimes doutrinas do cristianismo, embora fôssem alêm dos limites que a naturêsa e a espada dos reis tinham dado à pátria.

Assim pensaram por bastante tempo, mas êste ia correndo e, como tudo transforma na verdadeira e egoista lei do menor esfôrço, tambêm mudança trouxe ao pensar das famosas e aguerridas ordens, e de ofensivas que eram passaram a dizer-se o contrário.

Por isso foi que, pela bula *Etsi cuncti,* de 15 de Fevereiro de 1456, sendo concedido a D. Afonso V, no seu ardente desejo de conquistar África, estabelecer na cidade de Ceuta quatro conventos, correspondentes às quatro ordens e construidos à custa delas, não o conseguiu.

Nova bula vem em 23 de Abril de 1462 em nome de Pio II, ordenando que houvesse em Ceuta ou em Alcácer tres conventos das Ordens de Cristo, S. Tiágo e de Avís.

D. Fernando, Governador das Ordens de Cristo e de S. Tiágo e

também em nome da Ordem de Avís, não quiz cumprir a disposição emanada de Roma e, impugnando-a, alegava principalmente que os cavaleiros dessas ordens não podiam ser obrigados à guerra ofensiva, o que, resolvendo-se a questão por juís delegado do papa, agora Paulo II, ficou proferido em sentença no ano de 1467.

Pelos documentos que nos restam de D. Fernando continua-se a ver que êle nem só das guerras queria saber, mas também dos seus haveres, fazendo prosperar as suas propriedades no reino e as suas ilhas nos mares, por uma zelosa administração.

ILHA DA MADEIRA — IGREJA DE MACHICO

O irmão por carta de 2 de Setembro de 1460, confirmando a de 22 de Agosto do mesmo ano, passada pelo infante D. Henrique, dôa-lhe as ilhas Terceira e Graciosa que lhe pediu para, com a graça de Deus, o servir e em seu proveito mandá-las povoar (1).

Em 3 de dezembro do mesmo ano recebe, como referimos, as doze ilhas e para as não povoadas trata de chamar gente de Flandres e de mais partes para êsse fim.

Assim fez também às cinco que por carta régia de 19 de Setembro de 1462 recebe e que tinham sido descobertas por Antonio de Nola e Diogo Gomes e às sete, através de Cabo Verde, que por seu mandado descobriu Diogo Afonso, seu escudeiro (2).

Essa população bastante se adensou em várias partes, onde D. Fernando manda levantar capelas, igrejas, para os usos religiosos dêsses povos, como na Madeira, em que ergue o templo na povoação de Ma-

(1) Torre do Tombo, *Misticos*, L. 2.°, fl. 55 v.°

(2) *Alguns documentos do Real Archivo da Torre do Tombo*, etc., pág. 31.

chico, que desde 1451 vinha já a ser vila, o qual mandou prover de tudo, nomeando para seu primeiro reitor a João Garcia, seu capelão, a quem fez cavaleiro de Cristo (1).

Contudo seu génio belicoso não o deixa sossegar numa vida sedentária, seus nervos de irritado predisposto não acalmam numa existência salutar, procurando nas empresas africanas satisfazê-los, havendo prêsas, terras, cidades com que aumentasse a sua enorme fortuna, a dilatação da pátria e a expansão da Fé de Cristo.

D. Fernando não desiste, pois, de África e de por si só fazer empresa de valor e de honra.

Para Anafé lança as vistas, por seus habitantes incomodarem os cristãos com suas piratarias.

Ficava esta cidade na costa ocidental de Marrocos, nas *praias d'Africa* (2), perto da já tentada conquistada Arzila, e vinha sua fundação e progresso dos tempos dos fenícios e dos romanos, que na comodidade do seu porto, na amenidade do seu clima e na fecundidade de seus vastos campos encontraram ensejo de a tornarem grande e afamada pelos seus templos admiráveis, pelos seus palácios notáveis e pelas suas fábricas grandiosas, cujas ruinas ainda hoje atestam essa grandêsa e magnificência.

A 120 kilómetros do Átlas, foram depois suas amplas várzeas entregues à pastagem de grande número de rebanhos de carneiros e a uma extensa e intensa cultura hortícola em que sobresaíam os limoeirais e meloais, donde saíam frutos preciosos em qualidade e temporanidade que já em Abril faziam as delícias dos habitantes de Fez, onde só mais tarde essas frutas amadureciam.

Seu porto dava serventia a um dilatado comércio em que vários povos se abasteciam, contribuindo também para a riqueza dos anaféenses e grandesa de suas casarias.

Não só ao comércio lícito se entregavam seus marítimos.

Numerosos piratas saíam do seu ancoradouro em bem armadas galés e fustas e vinham infestar as costas da península, causando-lhes muito dano, refugiando-se à sombra dos valentes muros que cercavam Anafé e vinham dos tempos dos senhores da cidade do Tibre.

Era pois de apetecer a D. Fernando alcançá-la, não só para livrar os mares peninsulares de tão incómodos frequentadores, mas também, pela sua fortaleza, saciar assim a sua devorante sêde de glória numa arriscada empresa.

(1) Pedro Álvares no seu *Tombo da Ordem de Christo* testemunha esta passagem com o *Testamento* de D. Fernando, documento, que nem copiado, tivemos a dita de vêr, não obstante o procurarmos na Torre do Tombo, na Biblioteca Nacional de Lisboa, na Repartição das *Capelas* no Hospital de S. José e em Beja.

(2) Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. CLX.

As lutas passadas e a idade tinham-lhe trazido alguma experiência e a essa cidade manda, por prevenção, espiá-la, qual outro avô, nas preparações da brilhante tomada de Ceuta, Estevam da Gama, fidalgo da sua casa, pai do que devia ser o grande D. Vasco da Gama.

Para disfarce vai o sagaz comissionado em um navio carregado de passas do Algarve, como mercador, e para melhor conhecer o sítio da vila veste-se de marinheiro, andando com as ceiras dos frutos sêcos às costas, vendendo-os pelas ruas da povoação para notar o que nela havia e quão forte era e calcular a gente que necessária seria para a conquistar (1).

Observado pelo solerte vendedor de passas o que lhe convinha e feito o seu juíso, velejou asinha para Portugal e, procurando D. Fernando, informa-o da sua arriscada e ardilosa missão.

O resultado desta veio fazer arder em ímpetos desesperados ao arrebatado Mestre da Ordem de Cristo, forçando o irmão a dar-lhe licença e navios para transportar uns 10:000 homens, pois tantos seriam precisos para a nova empresa.

D. Afonso acedeu, naturalmente com grande vontade de também ir.

Concedida a licença e aparelhados os navios, o ardido infante, para Anafé, com a alegria enebriante de chefe, se dirige e foi tal o terror que a vista da bem guarnecida fróta causou nos seus habitantes que fugiram uns para Rabate e outros para Sela, levando sòmente o que nas mãos pudéram conduzir, salvando assim suas vidas.

Desembarcando facilimamente, grande foi nos portugueses o despeito de não batalhar, mas grande foi a honra de só a sua presença chegar, para alcançar uma cidade da fortalesa da que acabava de caír em seu poder.

Não havia de ser só esta que às mãos tão fàcilmente lhes havia de vir.

Com a bem perto e inconquistavel Tanger também teriam sorte igual.

A audácia é uma das melhores qualidades na guerra e nenhum outro povo revelou mais essa bela disposição de seu valor nas suas épicas empresas do que o português e daí os triunfos e glórias que rebrilham nas páginas luzentíssimas da sua história.

D. Fernando, sènhor de tão grande e recheada praça, entregou-a ao saque de seus soldados, que num só dia tomaram conta das riquesas acumuladas nos seus armazens e casas de moradia.

Vendo que era difícil sustentar tão grande fortalesa, por a fróta não conter gente, mantimentos e bastecimento para a deixar em suficiente defesa, e não querendo que às mãos dos mouros voltasse, não se opôs

(1) Damião de Goes, *Crónica do Principe D. João*, cap. XVII.

que o incêndio devorasse grande número de suas habitações, que se arrazassem muitos longores de suas muralhas, se partissem suas portas e se entulhassem seus fossos (1).

Neste estado a abandonou e seus navios, carregados dos opulentos bens dos mouros, em breve sarpam e proejam a Lisboa, ricos e triunfais, sem terem pelejado.

D. Fernando regressa a Portugal, mas sem alegria para poder gozar os louros do triunfo.

Enferma e talvez o mal que o prostrou em Setúbal, fazendo-o arder em febre em 1458 e na Covilhã em 1465, mina-o com mais intensidade agora e obriga-o a sofrer *doença algum tanto prolongada* (2), podendo ainda assim durante ela afirmar de todo com o irmão o casamento do Principe com sua filha D. Leonor e concertar outro entre sua filha D. Isabel e o conde de Guimarães, para quem, por maior enobrecimento dêste enlace, D. Afonso V fez duque da mesma vila (3).

Difícil hoje será reconstruir a figura de D. Fernando por falta de elementos para isso, pois a pequena estátua que se ergue na platibanda da igreja da Conceição em Beja, por cima da porta da entrada, tão

(1) Assim jazeu longos anos, até que, trocada a África pelo Oriente para campo gloriosíssimo de nossos imortais cometimentos militares, foi levantada de suas ruínas por Mahammed, rei de Fez, que lhe deu o nome de Dar-el-Beida, que quer dizer *Casa branca,* donde lhe vem agora a nova denominação.

Reconstruídos seus muros, chamou para ali nova população que tem vindo a tomar grande incremento, tirando dos seus vastos e produtivos campos e do desenvolvido comércio marítimo os elementos de sua prosperidade.

(2) Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V,* cap. CLX.

(3) Houve ainda D. Fernando de sua mulher os seguintes filhos, segundo Rui de Pina: D. João, que lhe herdou os bens e os títulos, falecendo novo; D. Diogo que sobecedeu a êste, menos no mestrado de S. Tiágo, que foi dado pelo rei ao principe D. João, que, sendo rei, foi levado, pelas circunstâncias da política, a cravar em pleno peito de D. Diogo o punhal vingador duma conspiração; D. Manuel, que foi o sucessor do assassinado de Setúbal e que uma série de ocorrências fez subir ao trono português; D. Duarte que foi criado pelo principe D. João, falecendo moço, e D. Simão que morre também menino.

Outros escritores dizem que teve mais dois filhos: D. Dinís e D. Catarina, que morreram moços.

Sendo verdadeira a existência destes nove filhos e tendo falecido, como se diz, de tenra idade cinco e excluido D. Diogo, por ter sucumbido a morte acidental, os outros que, pode dizer-se, não chegaram à velhice: D. Leonor viveu 66 anos, D. Isabel 62 e D. Manuel 52, a que seria devido esta falta de vitalidade?

Á hipotética tuberculose, segundo diremos adiante ou à consanguinidade dos pais?

Se a nossa hipótese um dia se tornar em tése verdadeira, explicará evidentemente a inferioridade de vida dessas creanças, mas se não, o parentesco próximo dos progenitores também poderá explicá-la, pois bastas vezes concorre para o desaparecimento da raça quando, como temos verificado nos nossos estudos, a não avigora e não lhe desenvolve as faculdades.

injuriada está pelo tempo que nada nos diz e até, para a desdita ser maior, nem o seu túmulo tem estátua, se acaso aquela e esta, se existisse, alguma coisa nos esclarecessem, considerado o pouco estudo que usavam ter os escultores contemporaneos.

Poderiamos recorrer, é certo, aos célebres e tão afamados quadros de S. Vicente, mas quem nos diz a nós qual é a figura de D. Fernando, mestre da gloriosa Ordem de Cristo?

Que ela deve lá estar, olhando à alta gerarquia e posição de D. Fernando, não o contestamos, se verdadeiras são as outras figuras e se representam as personagens que se diz representarem.

BEJA — IGREJA
DO CONVENTO DE N.ª S.ª DA CONCEIÇÃO

Poderiamos também conjecturar, e pela nossa hipótese inclinar-nos hiamos pela figura que de joelho em terra está ao lado direito do mártir de Valencia, mas para quê?

Não saíamos de dúvidas e assim cousa alguma certa traziamos para auxílio do nosso estudo.

Disto se depreende que nada temos de D. Fernando para saber da sua morfologia, isto é, dos caracteres da sua figura física, e das suas doenças infelizmente também pouco mais temos, vista a omissão dos nossos cronistas sôbre tal assunto respeitante às grandes figuras das suas narrações, o que não admira pelo atrazo das sciências médicas ao tempo, sendo nós hoje obrigados a fazer suposições sobre as causas das suas mortes.

Aqui, pelo que nos dizem os pequenos subsídios da sua história pregressa, devemos ver em D. Fernando um produto enfermiço dum neurasténico em alto grau, duma irregular criação e educação e entregue, quando homem, aos caprichos duma grande fantasia guerreira, para que não tinha físico que a suportasse.

Daí a *doença prolongada,* que não estaremos em grande êrro chamando-lhe tuberculose, tomar conta dêle mais afincadamente e, aos primeiros rebates do outono de 1470, 18 de Setembro, estando presente D. Beatriz e D. Afonso V, entrega a alma a Deus em Setúbal na idade

de 37 anos, quando tudo lhe devia sorrir, e esperar ter vida para realisar seus sonhos de conquistas e de glórias.

Seu corpo foi levado ao mosteiro de S. Francisco, junto dos muros daquela vila, e aí enterrado, esperando poder ser trasladado a Beja, à artística igreja do convento da Conceição, que então se erguia.

Na capela-mór e num vão da parede, à esquerda da entrada, colocaram seu túmulo, que sua mulher lhe mandou fazer e onde meteu também os corpos dos seus filhos D. João e D. Diogo (1).

Duma grande simplicidade, é construido de mármore de Veiros e, como se vê na reprodução que dêle fazemos, compõe-se de tres partes: base, corpo e tampa, não o descrevendo no seu todo por a isso se oporem as condições de colocação no cingido espaço onde está.

Vendo-se sòmente uma das faces, mostra a sua base ser construída por filetes e uma moldura curva; seu corpo apresenta uma larga tabela arquitetónica, constituída por molduras simples, a que seguem molduras verticais que formam dois fustos de pilastra; e a sua tampa, que ainda leva agarrada a cornija, é uma das faces dum tronco de piramide retangular que apresenta também uma tabela do mesmo caracter que a do corpo.

Nenhuma inscrição encerram as tabelas que se vêem, nem sinais de nelas terem existido, sendo menos certo o que narra D. António Caetano de Sousa, quanto a uma que diz alí existir.

Refere o ilustre escritor (2) que a *magnífica* sepultura tinha a seguinte inscrição, em que hoje (na vida dêle) apareciam as letras confundidas do tempo.

Hoc Deo Vivo conditur Mausoleo Ferdinandus primi Eduardi Portugalliæ Regis divæque Leonoræ Conjugis genitus, Militiæ Christi, & Beati Jacobi Gubernator, & Visei, Regiæque Dux, Insularum da Madeira, Austurum, Viridis Promontorii Dominus, & Portugalliæ Comestabilis, qui freto Classe enavigato... Afros petiit, Naphæ munitissimam.... firmiter expugnavit. Obiit nondum tredicimam.... die tertia peragens, anno Domini millessimo quadrigentessimo septuagessimo tertio, decimo kalendas Novembris, vel Decembris, Beatricis Charissimæ Conjugis operâ tumulo impositus.

A seguir faz-lhe estas observações, em que por sua parte também se equivoca no capítulo apontado da *Crónica de D. Afonso V* de Rui de

(1) Biblioteca Nacional de Lisboa — *Instituição da capela da infanta D. Beatriz no mosteiro da Conceição de Beja* — Fundo geral — Manuscrito n.º 8402, cap. I.

(2) *História Genealógica da Casa Real Portuguêsa*, tomo II, liv. III, pág. 506.

Pina, que é o 161, e na data da morte de D. Fernando escrita por aquele cronista, que diz ser a de 1470:

«Êste epitáfio discorda do ano em que pomos a morte do Infante, o que seguimos com os Autores alegados, que viviam por êste tempo, e em outros Epitáfios já temos observado semelhantes erros, que poderão ser dos abridores, ou de quem os fazia, se equivocar, e estes se emendam com a História. Rui de Pina, na Crónica do dito Rei D. Afonso V, seu irmão, no cap. 162 diz que o Infante morrera no ano 1469 de idade de trinta e sete anos, os quais se cóntam do ano de 1433 em que nasceu, até o de 1470 que acima fica apontado; e assim do mesmo computo dos anos do Cronista Rui de Pina se tira que foi equivocação do copiador, como se vê do que temos referido».

Narra ainda mais que na mesma capela e na parede do Evangelho se poz o seguinte letreiro, que mais concordava com o que seguia:

Aqui jaz o Infante D. Fernando, filho del-Rey D. Duarte, e irmão del Rey D. Affonso V, tio e sogro del Rey D. João o II. pay del Rey D. Manoel, e da Rainha D. Leonor, e da Senhora D. Isabel, Duqueza de Bragança, o qual Infante, morreo de idade de XXXVI annos. E nesta Capella jaz tambem a Infanta Dona Brites, sua mulher.

Não sabemos se D. António Caetano de Sousa foi a Beja ou se curou por informações, o que é certo é que, na nossa recente visita à histórica cidade alemtejana, nada encontrámos do que êle diz nem vestígios, a não ser que os *franceses*, na sua ância de esquadrinhamento sepulcral, fizessem mudar o pesadíssimo caixão e hoje esteja oculta a face do epitáfio, o que não pudémos verificar, por tão ajustado estar à cavidade que se abriu na grossa parede para aí o meterem.

Por mais que corressemos com as mãos as patentes superfícies lisas do marmóreo túmulo, impossivel nos foi descobrir sinais de nelas terem existido letras, e a outra inscrição também a não pudémos achar (1).

(1) No gracioso, mas arruinado cláustro do convento, é que existe a inscrição na sepultura da mulher de D. Fernando, a infanta D. Beatriz, a qual destroe, em parte, a segunda inscrição apontada pelo distinto académico, que diz jazer D. Beatriz na mesma capela do marido, tendo sido muito seguida essa versão pelos subsequentes escritores que, com patente levêsa, teem tratado do assunto.

É a sua sepultura de campa rasa, coberta por uma grande lágea de mármore branco colocada no ângulo sul poente da álea meridional do cláustro à entrada da serventia do côro.

Tem tres linhas, como se vê na nossa gravura a pág. 233, sendo a primeira formada, em parte, por alguns riscos, esboços naturalmente das palavras *Sepultura de Don*, e as letras bem legíveis de ABEATRIS; a segunda tem FL.co NAERA 1506 DIDA, e a terceira DEDE · 77 · ANNOS.

Se a desgraciosa talha, que reveste a capela-mór, não tivesse sido feita, segundo parece, após o contracto de 17 de Dezembro de 1695 entre a Madre Abadessa D. Brites Francisca de Noronha e João Rodrigues Ramalho (1), poderia não cobrir no tempo do ilustre académico esta inscrição, mas assim não sabemos explicar a sua existência, visto aquela cobrir todos os panos das paredes, não se vendo em nenhuma parte delas qualquer sinal para averiguar da veracidade das palavras do conspicuo genealogista.

Também hoje pouco se pode ver do que devia ter sido lindo convento da Conceição, e pena foi que os séculos passados o não conservassem melhor, para que em nossos dias o camartelo governamental o respeitasse e nós pudéssemos admirar toda a gracilidade dêle, desde a linda platibanda da igreja, onde se salientam em vulto as estátuas de D. Fernando e da esposa e se reproduz o enigmático brazão desta, formado pela letra J ou Y, emoldurada por quatro serras de carpinteiro, sobrepostas e pregadas nas extremidades, como se vê na gravura a pág. 249, ao esbelto passadiço para o palácio dos donatários, cujos restos tanto nos encantam ainda hoje, no precioso museu municipal bejense (2).

(1) Biblioteca Nacional de Lisboa — *Miscelanea* n.º 8034.

(2) Realmente êste convento havia de ter sido muito airoso, atentando no que dêle resta de verdadeiro e no que se via ainda em nossos dias.

Muito pequeno, seu circuito media 70 metros (*), muito proporcional, muito rendilhado, muito recheiado, devia ter formado um todo esbelto, encantador, amoroso, dando logo à vista a grácil ideia da mansão que era, mas que infelizmente foi alterada, cortada, aumentada, desacatada na sua compostura de arte, na sua feição típica, no seu cunho regional.

Sua elegante igreja, que tinha de comprimento uns 19 metros, de largura uns 8, a sua capela-mór, de comprimento uns 9 e de largura uns 5 (**), hoje é uma perfeita galeria pelo alongamento que deram ao seu corpo.

Seu primoroso portico, que uma série de colunas e arcos ogivais forma, tendo aos lados da sua delicada acolada as armas dos infantes, contornadas de coroas de perpétuas amarelas, e ladeada por duas pilastras terminadas em elegantes corocheos, era precedido por um lindo taboleiro, ou adro, que pelo lado do nascente media uns 34 metros de comprimento e pelo lado da igreja uns 28, pelo lado do norte, de largura 20 e pelo lado do sul uns 16 (***) para o qual se subia por uma boa e bem lançada escadaria que é para lamentar ter desaparecido, pois dava ao encantador monumento um destaque de elegância, de prespectiva que atraía e que perpetuava uma época ilustre da nossa arquitectura e que hoje seria para Beja uma relíquia valiosa do seu passado artístico.

Um ar mau de impiedade e de desrespeito pelo que nós santamente deviamos conservar, também por êle passou e os degraus foram servir de alicerce às colunas dum

(*) Biblioteca Pública de Lisboa — *Miscelanea* n.º 8034.

(**) Idem.

(***) Idem.

Muito desapareceu e muito se transformou o célebre mosteiro, cuja origem muito tem andado baralhada nos escritores que do assunto teem tratado, dizendo uns que foi seu fundador D. Fernando (1), outros sua mulher (2) e ainda outros referem que foram ambos (3).

desgracioso, e impróprio do logar, mercado de hortaliças, levantando-se por pirronice dum capricho estulto dum velho servidor do Estado, sem que se lhe opozessem, de resto sucede o mesmo em todo o país, os que por sua ilustração e posição deviam exigir a conservação de preciosidades que hoje teriam o grande condão de mostrar o que fomos e queremos ser, como nação consciente e presadora da sua independência.

Essa independência, a nosso ver, assenta essencialmente no respeito que devemos ao passado de nossos avós que formaram o conjunto de espiritualidades e materialidades que constituem a nossa nacionalidade que se transforma, é certo, mas nunca à ponta de alavanca e a pá de picareta.

Que alto valor artístico não teria hoje Beja, se tivesse conservado o seu monumento da Conceição com o seu gracioso taboleiro, com a sua elegante igreja de dois côros, com o eirado famoso da sua Sóror Mariana, com o seu árabe-manuelino cláustro, com as suas abóbadas e artesões de tejolo tão regionais, com os seus lindissimos passadiços para o palácio dos infantes, que tinha de circunferência 172 metros (*), com as suas históricas celas, com as suas riquissimas alfaias, que tudo formaria, em nossos dias, um interessantissimo museu de estudo e recreio, originando basto rendimento económico e alto ensinamento patriótico!

Mas tudo o tempo leva, transforma, e infelizmente na nossa terra demole e empobrece.

Quando virá uma aragem de civilização que bafeje o que resta, pouco é, desconsoladamente o dizemos, num respeito salutar de tradição, de patriotismo que console, anime e purifique as almas?

Nunca... talvez!!

Depois clame-se pela liberdade... pela independência.

(1) Vários escritores.

(2) Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. CLXI.

(3) Entre estes está o nosso presadíssimo amigo e colega, o sr. coronel João de Sousa Tavares, a quem dirigimos a seguinte carta afim de nos esclarecer:

Il.mo e Ex.mo Sr. Conselheiro Sousa Tavares,
meu muito distinto colega e amigo.

Andando a estudar a vida histórica do Mestre da nobre Ordem de Cristo, D. Fernando, que jaz em Beja, na igreja do convento de N.ª S.ª da Conceição, vejo todos os autores que li, referirem que êste convento foi edificado por D. Fernando ou por sua mulher, D. Beatriz, mas, com grande admiração minha, encontro no belo livrinho que V. Ex.ª publicou sobre aquela cidade, que foi mandado levantar em 1469 pelo próprio D. Fernando e por sua mulher.

Ora, sendo V. Ex.ª de Beja, tendo sido seu Governador Civil, deputado pelo seu círculo e professor do seu Liceu, tem V. Ex.ª toda a autoridade para que eu acredite tal asserção e decerto V. Ex.ª a não faria sem os devidos documentos.

Como V. Ex.ª os não aponta, fineza me faria se mos pudesse indicar; pois é da

(*) Biblioteca Pública de Lisboa — *Miscelanea* n.º 8034.

Das nossas pesquizas, como na nota abaixo referimos, resultou a prova de que os primeiros é que estão com a verdade, dizendo que foi

mais alta conveniência histórica, o que não encareço mais por V. Ex.ª, no seu alto critério, estar disso sciente, pelo que desculpará o incómodo que poderei dar.

Com o mais subido respeito e consideração sou de V. Ex.ª

Colega muito amigo, amigo muito certo
e criado muito grato

30 — 5 — 1915

Vieira Guimarães

S. Ex.ª honrou-nos com a resposta que segue:

... Colega, muito da minha estima.

Sou efectivamente de Beja e ali exerci os cargos a que ... se refere na sua muito presada carta de trinta do mês findo, o que não quer dizer que eu esteja habilitado a escrever com sciência e consciência a monografia daquela cidade. Os arqueólogos que avoquem as glórias e a responsabilidade de trabalho tão complexo e difícil.

Isto mesmo eu disse na primeira página dum dos folhetos: «A cidade de Beja», cuja publicação teve simplesmente em vista acompanhar e elucidar, nas suas investigações, os estudiosos, que visitarem a minha terra.

Afirmei, é certo, que o convento de Nossa Senhora da Conceição, de freiras franciscanas, e o mais rico da cidade, fora fundado em 1469 pelo infante D. Fernando e por sua esposa D. Beatriz. Louvei-me nos estudos feitos pelo antigo secretário da câmara, José Umbelino Palma, já falecido, autor do interessantíssimo catálogo do museu arqueológico. Êste inteligente e paciente investigador baseou-se certamente em qualquer nota da bula de 1469, do papa Paulo II, *pela qual consta a fundação do convento.*

O antigo governador civil José Silvestre Ribeiro na sua *Beja em 1845,* supõe o mosteiro fundado em 1460 a 1461 e, para o provar, cita a doação feita em 1461 por Leonor A. de Serpa ao mosteiro, que *óra manda fazer em Beja o infante D. Fernando.*

Êste documento deve existir no antigo cartório do convento.

E onde estará êsse cartório perguntará ... ainda, por ventura, não convencido de que o mestre da sua muito querida Ordem de Cristo, de que ... é tão digno comendador, podesse ter cooperado na fundação do mosteiro, que tantas preciosidades artísticas possuía e onde mais tarde viveu Sóror Mariana.

Melhor do que eu poderão responder os delegados dos Próprios Nacionais, que, logo após o falecimento da última freira, D. Maria Felizarda Mendes ali foram arrolar os objectos de culto e recolher todos os livros e documentos.

Na sua primeira visita, lembro-me bem, tiveram a surprêsa de encontrar um enorme cabaz com mais de seiscentos ovos destinados a famosas *trouxas* e a outros deliciosos doces, tradicionais na casa e de que teriam inveja, não se agaste ..., as queijadas e outras gulodices da sua linda Tomar.

Com muita consideração e particular estima sou de ...

Amigo certo e colega obrigado

Lisboa, 6 de Junho de 1915.

João de Sousa Tavares

Foi esta carta que mais abreviou a nossa ida a Beja, não para saborear as *rivais trouxas* e outras *gulodices* da nossa querida Tomar, onde ainda hoje António Augusto

D. Fernando o fundador do lindo convento que constitue uma corôa de glória para êste principe por nessa artística fábrica deixar bem patenteada a grande cultura de seu espírito (1).

das Neves e Silva, herdeiro das célebres receitas das freiras do convento de S.ta Iria, as manipula tão boas como em parte alguma se produzem, mas por a parte do Cartório do convento da Conceição existente na Torre do Tombo, que foi pacientemente vista por nós, na companhia erudita do nosso prezado amigo Vasco Valdez, digno conservador daquele arquivo, nada nos ter dito que nos elucidasse sobre tão importante assunto.

Recorremos, pois, a Beja e, procurando nos arrolamentos das suas Repartições de Finanças, que à extinção do convento da Conceição recolheram os livros e papeis de seus bens, encontrámos nota dalguns que nos poderiam vir a lançar alguma luz neste mar de incertezas, mas, como os nossos deveres oficiais nos chamassem nessa ocasião a Lisboa, não pudémos pessoalmente vê-los, aceitando o honroso oferecimento do nosso distinto colega Dr. Soeiro da Silveira que tão benignamente se quiz encarregar da trabalhosa tarefa, o que muito agradecemos.

Querendo dar comêço a esta, soube que êsses livros e papeis na sua maior totalidade tinham ido para Lisboa, após a visita àquelas Repartições, a 11 de Maio de 1892, do antigo Inspector Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, Lino da Assunção.

Sabido isto, recorremos, não à Torre do Tombo, mas à Biblioteca Nacional de Lisboa e lá encontrámos, não todos os manuscritos, pergaminhos, livros, etc., cuja relação vimos em Beja, mas muito menos.

Dos encontrados, o que nos serviu foi sòmente a *Instituição da Capela da Infanta D. Beatriz no mosteiro de Nossa Senhora da Conceição em Beja,* que ocupa o manuscrito n.º 8402 e que se reproduz no n.º 8393.

Não deixa aquele manuscrito, que foi lavrado em Beja a 18 de Outubro de 1505 e êste, que também foi feito em Beja a 18 de Fevereiro de 1510, de ter a mais alta importância para a resolução do nosso assunto, pois terminantemente nele diz D. Beatriz que o fundador do convento foi seu marido (*).

(1) Depois de tudo isto escrito e composto, tivemos a felicidade, ao fim de árdua pesquisa, de encontrar cópia do *Breve* de Paulo II e por não o vermos publicado em nenhuma obra, nem nas *Cronicas Seraficas* que o deviam ter publicado, não obstante alguns dos seus autores pelas suas palavras mostrarem dêle terem conhecimento, damo-lo à estampa, por muito importante, transcrevendo-o dum manuscrito do seculo XVIII.

Dele se vê que já Pio II, dentro dos anos do seu papado, 1458 a 64, tinha concedido licença a D. Fernando para construir o convento da Conceição e que em 1469 já estava edificado, pois Paulo II o diz, determinando também várias prescrições para a admissão de novas freiras.

Paulus Episcopus Servus Servorum Dei. Venerabili fratri Archiepiscopo Ulixbonensi salutem et apostolicam benedictionem. Universalis Ecclesiae regimini meritis quanquam insufficientibus, disponente Domino, praesidentes piis subliminem personarum, quas alti sanguinis conditios decoravit, ac singularis prae aliis praerogatiuae sublimavit honoris votis illis praesertim, per quae divini cultus et sanctimoniae speratur augmentum illarumque devotioni ac conscientiae puritati consulitur, quae, fragilis sexus foeminei superato timore, cum pudoris lilio, et virginitatis candore, Christo sponso accensiis lampadibus occurrerunt et ut, quae propterea pie processisse conspeximus optatum sortiantur effectum, ipsique fideles innocentis officiantur vitae par-

(*) Biblioteca Nacional de Lisboa — *Manuscrito* n.º 8402, cap. 7, pág. 4 v.º

Terminada está a vida de D. Fernando e terminada também está a interferência directa dos Mestres da Ordem de Cristo nas conquistas de

ticipes, nostrae libenter accomodamus solicitudinis partes. Dudum siquidem felicis recordationis Pio Pontifici quondam praedecessori nostro pro parte Carissimi in Christo filii nostri Alfonsi Regis illustris, ac dilecti filii Nobilis viri Ferdinandi Infantis et Begiae Ducis ipsiusque Regis germani exposito, quod ipsi pro animarum suarum salute, religionis augmento, divini nominis laude, beataeque Mariae semper virginis honore quoddam Monasterium Monialium Ordinis Sanctae Clarae pro usu et habitatione perpetuis Monialium dicti Ordinis sub regulari observantiae viventium in Oppido Begiensi Elborensis dioecesis sub vocabulo Conceptionis ejusdem virginis Mariae fundare et aedificare seu fundari et aedificari facere optabant idem Pius praedecessor eorumdem Regis, et Infantis suplicationibus inclinatus, ipsis Monasterium praedictum pro usu et habitatione Abbatissae et sororum sive Monialium praedictarum in dicto Oppido in loco decenti construendi, et aedificandi, seu construi et aedificari faciendi per quasdam suas concessit litteras facultatem, per quas nihilominus Episcopo Elborensi, tunc existenti, inter alia mandavit quod, postquam ipsum Monasterium fundatum, licet totaliter completum non foret, dummodo Abbatissa et Moniales ibidem commorari valerent sub clausura quondam Oussandae et reliquis sororibus Tertii Ordinis Sancti Francisci de poenitentia nuncupatis, in dicto oppido commorantibus, quae in dicto, tunc construendo, Monasterio sub regulari habitu dicti Ordinis Sanctae Clarae desiderabant virtutum Domino famulari regularem habitum dicti Ordinis Sanctae Clarae exhiberet, easque in eodem Monasterio, postquam ut praefertur, aedificatum foret in Moniales reciperet, et sorores nec non ab eis et eorum singulis regularem professionem eadem autoritate recipere, et admitteret, ac postquam dictam professionem emisisset, ut praefertur, ei eam ad regimen, et administrationem dicti Monasterii utilem, et idoneam esse reperiret de persona sua eidem Monasterio prouideret, eamque illi in Abbatissam praeficeret, et nihilominus statueret, et ordinaret, quod Abatissa et sorores praedictae quae in eodem Monasterio pro tempore morarentur tria substantialia regulae profiterentur, et sub clausura perpetua manerent, ac nullum proprium etiam in communi nullamque pecuniam vel alia supellectilia alicujus valoris haberent, et alias secundum statuta regularia dicti Ordinis Sanctae Clarae sub observantia regulari perpetuo vivere tenerentur, quodque Moniales praedictae ab omni superioritate dominio, jurisdictione correctione visitatione et potestate Archiepiscopi Ulixbonensis, et Episcopi Elborensis, pro tempore existentium eorumque Officialium et quorumcumque aliorum Ordinarium liberae essent prorsus, et exemptae, et sub sedis apostolicae protectione consisterent ipsique Pio Praedecessori, et sedi apostolicae immediate subjectae censerentur, ac per visitatorem dicti Ordinis pro tempore visitari possent prout in litteris praedictis plenius continetur. Cum autem sicut exhibita nobis nuper pro parte Regis, et Infantis praedictorum petitio continebat Monasterium ipsum ad praesens jam aedificatum existat, et ipse Episcopus Elborensis in Romana Curia resideat de praesenti et non reperiatur sorores, quae adeo strictam paupertatem profiteri velint, ut nihil habere valeant in communis, propter quae nisi per sedis apostolicae providentiam super his de remedio provideatur opportuno, posset Monasterium praedictum remanere Monialibus destitutum, pro parte Regis et Infantis praedictorum nobis fuit humiliter supplicatum, ut alicui alteri in partibus illis, quod ad Monasterium ipsum aliquas Moniales, tot uidelicet, quot de ipsius Monasterium dote et redditibus sustentari poterunt et quae juxta regulares observantias ejusdem Ordinis Sanctae Clarae sub perpetua Clausura ac sub illius habitu et observantia regulari ibidem altissimo famulari velint, recipere habitumque regularem eis exhibere, ac deinde ipsarum aliquam in ipsius Monasterii Abbatissa prae-

Marrocos, o que se explica pela grande tranformação que os tempos de então sofreram.

ficere, ac, quod ipsas Moniales incommuni proprium habere ad instar aliarum Monialium dicti Ordinis Sanctae Clarae valeant statuere et ordinare ac litteras praedictas alias juxta ipsarum continentiam atque formam executioni debitae demandare possit, committere et mandare aliasque in praemissis, et circa ea opportune providere de benignitate apostolica dignaremur. Nos igitur, qui religionis propagationem, et augmentum nostris potissime temporibus assiduis studiis affectamus, hujusmodi supplicationibus inclinati fraternitati tuae per apostolica scripta mandamus quatenus quascumque puberes, ac virginis seu alias devotas et religiosas mulieres quae ob frugem melioris vitae Monasterium pradictum intrare, ac regulam et observantiam sanctae Clarae praedictam in illo profiteri et servare voluerint, tot videlicet, quot ex redditibus, et emolumentis dicti Monasterii commode sustentari poterunt ad illud auctoritate nostra recipias nec non habitum, per Moniales dicti Ordinis Sanctae Clarae gestari solitum, eis exhibeas, regularemque professionem per Moniales dicti Ordinis Sancti Clarae emitti solitam, si illam in tuis manibus sponte emittere voluerint, auctoritate nostra ab eis et earum singulis recipias et admittas, ac, postquam professionem regularem emiserint, de meritis et idoneitate ipsarum auctoritate nostra praedicta te diligenter informes, et unam ex ipsis quam per informationem hujusmodi ad regimen, et gubernationem dicti Monasterii magis utilem et idoneam esse repereris, super quo tuam conscientiam oneramus hac prima vice duntaxat in dicto Monasterio Abbatissam praeficias, ipsique Monasterio de persona sua provideas curam, regimen et administrationem dicti Monasterii in spiritualibus et temporalibus sibi plenarie comittendo, ac faciendo sibi ab eisdem aliis sororibus obedientiam, et reverentiam debitas et devotas exhiberi. Contradictores per censuram ecclesiasticam, appellatione posposita compeescendas, et nihilominus, quod Abbatissa, et sorores praedictae, et quae in eodem Monasterio pro tempore morabantur Moniales tria substantialia regulae profiteri, ac in observantia dicti Ordinis Sancte Clarae et perpetua clausura manere, nec non quod proprium in communi habere possint, ac alias ad instar aliorum Monasteriorum dictae observantie sancte Clare illarum partium vivere, ac regi et gubernari sibique de caetero Abbatissam juxta morem dictae regulare eligere habeant, quodque sub obedientia vicarii Provincialis de dicta observantia Sanctae Clarae perpetuo manere et quod ipse Vicarius vel quivis alius visitator cui ipse vices suas pro tempore duxerit committendas, sub excommutionis poena, quam contrafaciens eo ipso incurrat Monasterium ipsum, viri in alicujus Monalium praedictorum mortis articulo duntaxat intrare non possit auctoritate nostra praedicta statuas ordines atque decernas et insuper Abbatissae et Monialibus praedictis, quod omnibus et singulis ex emptionibus, gratiis, fauoribus, privilegiis et indultis Monasteriorum aliorum dictae observantiae Sanctre Clarae Monialibus per sedem Apostolicam aut alias in genere concessis, et quibus dictae Moniales utuntur et gaudent, ac uti et gaudere poterunt quomodo libet in futurum uti pariter, et gaudere possint auctoritate Apostolica concedas. Non obstantibus statuto et voluntate dicti praedecesoris, ac aliis constitutionibus et ordinationibus Apostolicis necnon Monasteriorum Ordinis Sanctae Clarae praedictorum juramento confirmatione Apostolica vel quecunque firmitate alia roboratis statutis et consuetudinibus contrariis quibuscunque. Datum Romae apud Sanctum Petrum, Ano Incarnationibus Dominica Millesimo quadringentesimo sexagesimo nono. Undecimo kalendas Januarias Pontificatus nostro anno sexto (*).

(*) Biblioteca Nacional de Lisboa — *Miscelanea* n.° 8034. Em nota escrevem: «Esta sem abreviaturas, no original são muitas. Vai com pontos, virgulas e acentos que de todo faltão no original. Vai com dithongos, no original só se acha hum *e* simples».

Estes iam sendo outros e outros os homens que neles figuravam.

O mar continuava a seduzir-nos, a chamar-nos, e a dinastia de Avís, ao leme das caravélas, leva-nos para campos mais ricos, mais ofuscantes, mas mais enebriantes, do que a dinastia anterior, que tinha fundado o reino, povoando-o em grande parte, fixando-lhe a gente e enchendo os celeiros de pão benéfico e fecundo.

Dada essa continuação na política marítima, despovoando o país que viu o seu sólo abandonado a uma produtividade restricta, contribuindo para o nosso desequilibrio económico, fomos cada vez mais alargando a esféra da nossa acção político-guerreira que os reis capitaneavam, mas que influências estranhas faziam, após 30 anos de duração, tomar nova fase.

A democracia, que sobre os escombros da revolução de 1383 tinha criado a casa de Avís, em breve cede o passo a uma nova aristocracia que tende para o imperialismo, que alentando-se vai até atingir o ápice no grandioso vulto de Albuquerque — o conquistador do Oriente e o assombro do mundo.

O reinado de D. Afonso V coincide com uma das grandes divisões da história mundial.

Acabava a Idade Média com a sua Cavalaria e aflorava a Idade Moderna com a sua Infantaria.

Finava-se a época do esfôrço próprio, em que o homem só afrontava o perigo e valorosamente o conjurava, e aparecia a astúcia, a habilidade que ardilosamente actuavam na defêsa de novos princípios, originando uma nova política.

O *Africano* é o último rei medievo e tenta serodiamente, com o seu génio ultra-cavalheiroso, criar como que um novo feudalismo, recebendo os filhos em herança os bens e honras dos pais.

Duas crianças, por isso, uma após outra, D. João e D. Diogo, tomam o glorioso logar de tantos mestres egrégios, que souberam elevar, ao mais alto, o prestígio e lustre da insigne corporação da Ordem de Cristo.

Esta, governada na menoridade daqueles, por uma mulher, D. Beatriz, não mais brilhou nos escalamentos de África, comandada pelo seu próprio chefe, pois D. Manuel, terceiro mestre, filho de D. Fernando, já não teve tempo nem ocasião de ir ao *Algarve d'Alem,* embora, quando rei, não abandonasse, inteiramente, a velha ideia da conquista dessa região.

Agora, ainda D. João II ía ao leme da governação pública, tendo completamente mudado a face aos negócios políticos do reino a que sabiamente, firmemente imprime novo rumo.

Das duas correntes em que se dividia a actividade portuguêsa, acentua-se mais a dos descobrimentos, principalmente com o fim, agora bem nítido, de chegar à Índia, ao *Preste João,* tomando êsse empreendimento todas as atenções do grande monarca.

A conquista de África é substituída pela sua circumnavegação.

Os desvarios guerreiros do pai são substituídos pelas sábias consultas do filho aos seus astrónomos predilectos que o instruem para ir àvante aquela façanha.

Diogo Cão faz recuar o limite às navegações e, no *Zaire,* no cabo de *Santa Maria,* no *Negro* e no *Serra,* crava os célebres padrões que hão de rememorar o glorioso acontecimento e perpetuar a posse do heroico avanço.

A bréve trecho Bartolomeu Dias, o mais glorioso dos nautas portugueses (1), prosegue na afincada rota, mas só abre a luzentíssima carreira que Gama percorre até ao fim.

O forte cutelo de D. Henrique, a valente espada de D. Fernando são substituídas pela bombarda mais mortífera dos novos galeões, que já não levam pròpriamente guerreiros da Cruz, mas mercenários duma nova religião — o comércio que faz de Lisboa o maior empório do mundo.

A arma branca cede o logar à preta e o guerreiro-cavaleiro tende a ser cogulado, começando na ociosidade a disfrutar os grandes rendimentos das Ordens que êle, verdade, verdade, tanto contribuiu para aumentar.

A quéda retumbante da celebérrima cidade das margens

BEJA — PÓRTICO DA IGREJA DA CONCEIÇÃO

(1) Sr. Henrique Lopes de Mendonça — *Bartholomeu Dias e a Rota da India.*

do Bósforo, Constantinópla, apavora a Europa e nós, que sempre em luta andámos contra o islamismo, até D. Afonso III, com o afloramento ilustre do Salado no reinado de D. Afonso IV, redobrámos agora de energia, de vigor e fomos ao Oriente cravar o punhal no próprio coração da última vergontea dessa religião—o turco, empunhado pelo braço forte e dirigido pelo inultrapassavel talento guerreiro do *Terribil*.

Daí, plebeus e fidalgos, civis e eclesiásticos embarcarem e nesse embarque ir o aniquilamento da Cavalaria portuguêsa, como organisação de Estado.

As ordens militares tendem para o termo da sua gloriosa missão, posto que êsse fim seja fulgentíssimo de luz e de glória.

E o que lhe deu um grande golpe, pensando que bem lhes faria, foi D. Fernando, como mestre das Ordens de Cristo, de S. Tiágo e representante da de Avís, defendendo-as e opondo-se a que elas seguissem o seu papel de propagadoras do cristianismo, combatendo os infieis, e, como tais necessitadas de se estabelecerem em África para o continuarem.

Era melhor em Portugal gosarem os *quintos* das presas e das licenças, não prevendo que originavam o desfavor de todos, que em côrtes e fóra destas, clamavam a sua inutilidade!!

O mesmo sucedeu às ordens religiosas no princípio do século XIX, quando África tanto lhes deveria hoje, se soubessem compreender o seu papel histórico, cimentando e alargando a influência portuguêsa, que missionários estrangeiros, a quem infelizmente ainda hoje somos obrigados a dar, nas nossas colónias, entrada, auxílio e protecção (1), minam e contraminam.

Se ao fechar êste nosso modesto trabalho não se nos depára outro grande vulto, como o anterior, nem por isso devemos deixar de o colocar no alto logar a que as suas fecundas qualidades económicas e os brilhantes feitos de sua curta vida lhe dão direito e nos fazem render-lhe as nossas homenagens.

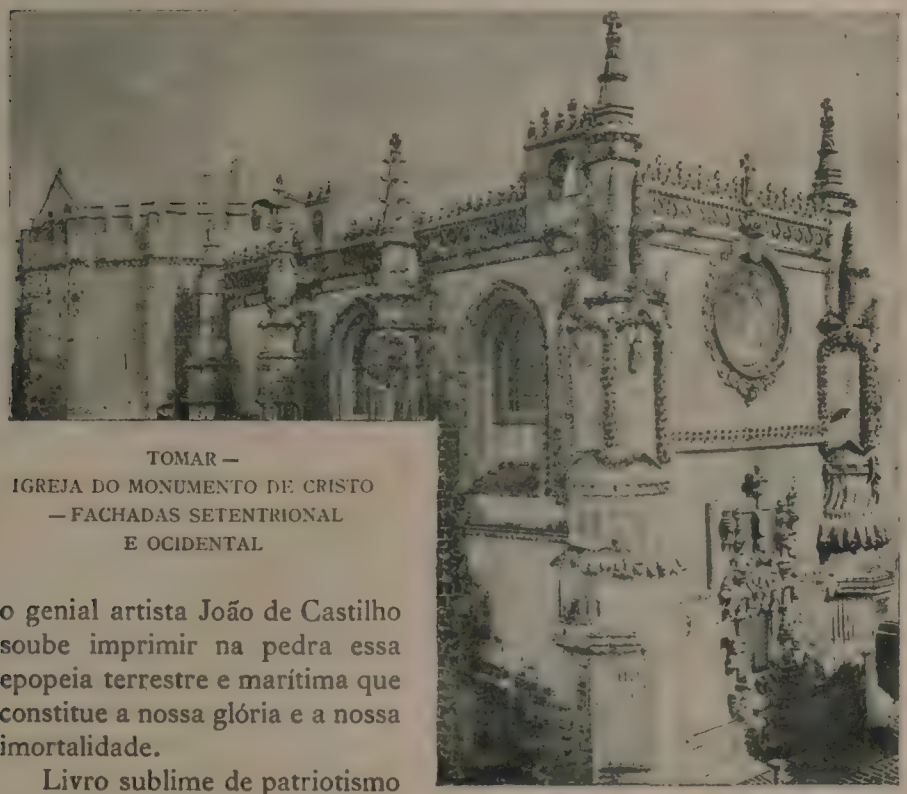
Se bem que bastante tarado, dando toda a vida provas dum impulsivo que, ardendo em empresas guerreiras, levou as suas hostes a riscos gloriosos e a lances temerários em que não poucos dos seus valentes soldados pagaram com a vida a levêsa do comando, apezar de heroico e digno, deu contudo bastas provas de ser um previdente administrador e agarrado financeiro, do que resultaram para Portugal imensos benefícios, com o povoamento de muitas ilhas e para as suas Ordens grandes prosperidades.

Por isso nos dez anos que governou a nobilíssima Ordem de Cristo

(1) Acta Geral da Conferência de Berlim, ratificada pela lei de 20 de Junho de 1885, Acta da Conferência de Bruxelas de 24 de Março de 1892 e Tratado com a Inglaterra de 11 de Junho de 1891.

muito lhe aumentou o seu tesouro em bens e rendimentos, para cujo recebimento criou o logar de Contador (1), sendo para D. Fernando não menor galardão, nem menor honra para o seu ilustre nome êsse honroso e próspero estado.

Concorreu assim para o enriquecimento dessa poderosa Ordem que, tendo seu filho D. Manuel por mestre, no capítulo de 1492, deliberou ampliar, entre outras coisas, a soberba igreja na sua Casa Mestral, onde



TOMAR — IGREJA DO MONUMENTO DE CRISTO — FACHADAS SETENTRIONAL E OCIDENTAL

o genial artista João de Castilho soube imprimir na pedra essa epopeia terrestre e marítima que constitue a nossa glória e a nossa imortalidade.

Livro sublime de patriotismo é ela, e suas páginas encerram, com a mais pura verdade, a história do período brilhante das conquistas, cantando, também na mais harmoniosa das vozes, o épico agir de nossos antepassados nos vastos e tenebrosos campos do Oceano.

As acções imorredouras da vida dos egrégios antecessores de D. Fernando, do D. Lopo Dias de Sousa, do infante D. Henrique, as suas próprias e dos que lhe seguiram na heroica e patriótica peugada, ali estão sintetisadas na mais bela das eloquências, como base de tão estupenda obra, que só por si bem consubstancía a acção epopaica da nossa raça.

(1) Torre do Tombo — Pedro Álvares — *Tombo da Ordem de Cristo*, V. I. pág. 28 v.º

A Ordem de Cristo foi o primeiro cavouqueiro do nosso grandioso edifício de Alêm-Mar, por isso ela mandou escrever nas rendilhadas paredes a sua nobre missão na terra, a qual, principalmente na fachada ocidental, começa num potente marinheiro, em cujas robustas espáduas trepa, em gradações nacionais e exóticas por corais, algas, botilhões, sebas, cordoalhas, tóros de sôbro e de azinho, pranchas de cortiça, cápsulas de dormideiras, besantes, argolas, flores de liz, guiseiras, correntes, cabos boiados, figuras fabulosas, âncora, esféras armilares, cães, gatos, velas, roda de nau, aguadores, ao sublime distintivo da Ordem — a Cruz de Cristo — emblema sagrado da Pátria, nas bandeiras de mil caravelas, nos panos de mil lenhos, nos labaros de mil batalhas, nos remates de mil padrões, nos peitos de mil herois e nas grimpas de mil templos.

D. Manuel, filho de D. Fernando, viu levantar essa magestosa fábrica e o modo de ser arquitetural em que é cinzelada toma o seu nome, mas outros, com toda a justiça, devemos ir dar como autores de tão famoso e formoso monumento, que é o orgulho de Tomar e o mais eloquentemente patriótico de Portugal.

Em todo êle perpassa um sôpro de vida, de valor, de consciência que nos fala dêsse Portugal Maior, cheio de civismo, de nobresa, de dignidade e de independência, que encheu os séculos XV e XVI com o seu hercúleo trabalho de propagar a Fé, de dar ao mundo outro mundo e de revelar à humanidade outra humanidade.

Êsses séculos, os maiores e mais brilhantes da nossa história, teem aí o seu sinal, o seu cunho, a impressão dessa grandesa e dêsse brilho.

Os motivos arquiteturais que decoram o célebre templo clangorejam, numa orquestração patriótica e sublime, as famigeradas entradas e escalamentos nas *Terras d'Alem* e as titanicas lutas do *Tenebroso* que nós ensinámos a sulcar, em todas as direcções, aos demais povos do mundo.

A êle, como a uma sacrosanta *Biblia,* devemos recorrer nas horas receiosas de hoje, haurindo de sua linguagem muda, mas eloquente, palavras de consolação, esperança, patriotismo e valor que nos confortem para as cruciantes incertesas de momento e para os tenebrosos perigos do futuro.

Êle testemunha o que fomos e, sem querermos dizer que voltemos a êsse passado de épicas conquistas, pode, no entanto, ser perpétuo ensinamento para o caminhar progressivo e civilizador da nossa grande raça, ainda tão belamente representada em todas as cinco partes da Terra, onde não há campo que por nós não fosse percorrido, fortalesa que por nós não fosse tinta de sangue, rio que por nós não fosse perscrutado, mar que por nós não fosse sulcado e povo que por nós não fosse cristianizado.

Muitíssimo concorreram os tres mestrados, cuja história forma a

segunda parte dêste nosso humilde trabalho, para o maior e mais luzente quinhão dessas campanhas gloriosas e para essas lutas giganteas, o que nos curva em preito respeitoso perante os seus façanhosos e ilustres autores e também porque neles se acumularam as riquesas que estipendiaram a inclita estirpe de artistas talentosos e patriotas que levantou e burilou essa estupenda obra que, ao lado d'*Os Lusíadas,* irmana tão vivamente, na mesma epopeia de acções e de herois, a elevada missão civilisadora do nosso tão querido quão desditoso Portugal.

FIM.

ÍNDICES

ÍNDICE DOS CAPÍTULOS

Pág.

Marrocos 3

D. Lopo Dias de Sousa 25

D. Henrique 113

D. Fernando 185

ÍNDICE DAS GRAVURAS

Pág.

Foto-relevo da África-Menor 7
Berbére 9
Silves — Castelo 11
Tomar — Castelo de — Porta do Sol 15
Mouro 17
Tomar — Castelo de 19
Árabe 21
Ourêm — Torre do Antigo Palácio 29
Torres Novas — Castelo — Almonda 31
Tomar — Capela de S. Lourenço 33
» — Padrão de S. Lourenço 35
Certã — Porta principal da Capela de N.ª S.ª do Meio 37
» — Porta lateral da Capela de N.ª S.ª do Meio 39
Tomar — Fachada ocidental da Igreja do Monumento de Cristo 41
Ceuta — Vista do Monte Acho 43
» — Baía do Norte 45
» — Baía do Sul 47
» — Ilhéus de S.ta Catarina 49
» — Mólhe do Comercio 51
» — Mólhe do Comercio e ponte de Almina 55
» — Ponte de Almina no sitio onde outróra esteve a célebre Porta de Almina 57
» — Jardim público, vendo-se ao longe o morro de Gibráltar 59
» — Rua ao longo das muralhas da Baía do Norte 61
» — Canal entre muralhas, vendo-se a Baía do Sul 63
» — Porta de Fez 65
» — Baluarte da Muralha Real 67
» — Rua Principal 69
» — Torre de homenagem do Castelo de Salabensala 71
» — Antiga mesquita que foi transformada em Igreja Catedral 75
» — Ermida de N.ª S.ª do Vale 77
» — N.ª S.ª A Portuguêsa 79
» — Planta e córte em alçado da antiga mesquita, hoje capela-mór da ermida de N.ª S.ª do Vale 81
» — Planta da Igreja de N.ª S.ª de África, hoje Capela-Mór 83
» — Casino 85
» — Em memória de Vasco de Ataíde 87
» — Do livro de Braun *Civitates Orbis Terrarum* 89

Pág.

Tentativa dum mapa representativo do rumo da fróta de D. João I para a conquista de Ceuta 93
Península de Ceuta 97
Tomar — Epitáfio do túmulo de D. Lopo Dias de Sousa 109
» — Igreja da Cavalaria de Cristo no Castelo no século XV 110
» — Túmulo dos amos de D. Henrique 119
» — Lápide da fundação da Capela e as armas dos fundadores. 121
Tanger — Um pobre 123
» — Vista geral 125
» — Uma parte da cidade 127
Assinatura de D. Henrique. 128
Tanger — A ponte de entrada 129
» — As muralhas à beira-mar e no alto a *Casba* 131
» — Porta do mar ao presente 133
» — A Rua Principal. 135
» — Correio Espanhol — Sóco Pequeno. 137
» — Sóco Grande 139
» — Meios de transporte. 141
» — Principal Mesquita 143
» — Vendedor de água. 145
Península de Sagres. 147
Cabo de S. Vicente. 149
Tanger — Uma rua 151
» — Bairro-Novo — A praia de banho. 153
» — Porta da *Casba*. 155
» — Regador das ruas 157
Tomar — Arcos do tôpo oriental do Palácio dos Estáus 161
» — Arcos isolados do Palácio dos Estáus. 163
» — Cláustro do Cemitério. 165
» — Ruinas do Cláustro da Lavagem 167
Capela de N.ª S.ª de Guadalupe 175
Lagos e a sua formosa e afamada baía 177
Batalha — Figura jacente do túmulo de D. Henrique. 179
» — Túmulo de D. Henrique. 181
Planta da actual Ceuta 189
Ourêm — Túmulo do Marquês de Valença 191
» — » » » » » — Os guindastes 193
» — » » » » » — As letras do título 195
Tanger — Do livro de Braun *Civitates Orbis Terrarum* 197
Ceuta — Igreja de S.ta Maria de África 201
» — Imagem de S.ta Maria de África 203
Planta de Alcácer-Céguer 205
Anafé — Do livro de Braun *Civitates Orbis Terrarum* 223
Casa Branca — outróra Anafé 225
Beja — Túmulo de D. Fernando 229
» — Lápide da Sepultura de D. Beatriz. 233
Ilha da Madeira — Igreja de Machico. 235
Beja — Igreja do Convento de N.ª S.ª da Conceição 239
» — Portico da Igreja do Convento da Conceição. 249
Tomar — Igreja do Monumento de Cristo — Fachadas setentrional e ocidental. . 251

ÍNDICE ALFABÉTICO

Abassia — 154.
Abde-Allah-Ibne-Iasine — 13.
Abde-Almùmene — 16.
Abderramane — 12.
Abobeda (A) — 116.
Abrançalha — 46.
Abrantes — 28, 38, 45, 46, 166, 219.
Abú-Alháçane — 22.
Abú-Alhagege — 22.
Abú-Amerane — 16.
Abú-Iacube-Iúsuf — 13, 16.
Abú-Iúçufe-Iacube — 16.
Abyla — 74.
Acho — 74, 76, 77.
Açores — 146.
Acto da Navegação — 182.
Adelaide de Souza e Holstein (D.) — 107.
Aduana — 89.
Afonso III (D.) — 66, 250.
Afonso IV (D.) — 22, 121, 250.
Afonso V (D.) — 69, 74, 140, 150, 151, 153, 156, 159, 161, 162, 165, 166, 168, 175, 187, 188, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 208, 209, 212, 214, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 228, 230, 231, 234, 237, 238, 239, 241, 248.
Afonso VI — 14.
Afonso VIII — 20.
Afonso XI — 22.
Afonso (D., Bispo de Évora) — 226.
Afonso (filho de D. João I) — 57.
Afonso (o Sabil) — 133.
Afonso de Albuquerque — 248.
Afonso Anes — 67, 68.
Afonso Domingos — 116.
Afonso Furtado (Capitão) — 59, 68.
Afonso Gonçalves Baldaia — 124.
Afonso Henriques (D.) — 51, 181.
Afonso Lopes Texeda — 42.
Afonso de Napoles (D.) — 197, 198, 199.
Africa — 6, 7, 8, 16, 20, 22, 75, 84, 90, 95, 115, 120, 124, 126, 127, 128, 130, 134, 144, 153, 155, 157, 158, 160, 168, 198, 203, 206, 220, 230, 234, 236, 238, 248, 249, 250.
Africa (N.ª S.ª de) — 83, 132, 189.
Africa-Menor — 5, 6, 7, 10, 11, 12.
Africa do Norte — 11, 13, 203.
Afrikyah — 8.
Afrygah — 7, 8.
Agueda — 54.
Aguião — 69.
Aiachi — 6.
Aiala — 49.
Aiffa — 51.
Aires de Ornelas e Vasconcelos — 107.
Aires do Quental — 48.
Ajuda (Bibliotecario da) — 122.
Alácia do Bispo — 54.
Alagon — 52, 53.
Alarcos — 20.
Albagi — 14.
Alcaçar — 23, 134.
Alcacer-Ceguer — 129, 131, 160, 168, 169, 205, 206, 215, 220, 224, 226, 229, 230, 231, 232, 233, 234.
Alcácer-Quibir — 6, 224.
Alcácer do Sal — 20, 188.
Alcáçova (Paço da) — 194, 198, 202.
Alcáçovas — 191.
Alcáçovas (Conde das, D. Caetano Henriques de F. S. e Lancastre) — 103.
Alcáçovas (Conde das, D. Caetano de Sales H. P. de F. S. V. de Lancastre) — 103.

Alcáçovas (Conde das, D. Luiz H. de F. P. S. e Lencastre) — 103.
Alcáçovas (Condessa das, D. Theresa Maria da C. A. D. F. J. de Souza e Holstein) — 103.
Alcanede — 38.
Alcanhões — 30.
Alcantara — 58.
Alcazaba — 137.
Alcobaça — 50.
Alcoentre — 163.
Alcorão — 13, 14, 16, 22, 122, 181.
Alcutubia — 17.
Alem (Imperio) — 128.
Alemanha — 64, 118, 154.
Alemquer — 37, 38, 39, 41, 45.
Alemtejo — 8, 39, 45, 55, 56, 61.
Aléo — 204.
Alexandre Herculano — 116.
Alexandre L. de A. M. e Castro (D.) — 106.
Alexandre de Souza Holstein — 101.
Alfarrobeira — 163, 165, 193, 203, 231.
Algarve — 17, 60, 65, 120, 138, 139, 141, 148, 161, 162, 168, 188, 223, 237.
Algarve d'Álem — 248.
Algazali — 15, 16.
Algeciras — 16, 17, 72, 73, 80, 81, 99, 133.
Algéria — 12.
Alhambra — 23.
Alhos Vedros — 69.
Ali — 16.
Aljubarrota — 43, 48, 50, 56.
Allah — 12.
Almada — 20, 35, 41, 202.
Almagesto — 156.
Almalaguêz — 31.
Almeida — 51, 55.
Almeida Garrett — 221.
Almeidas — 116.
Almeirim — 126, 193.
Almenár — 232.
Almina — 76, 80, 82, 189.
Almirante — 68.
Almohadas — 14, 16, 20, 22.
Almonda — 18, 31, 41, 42.
Almoravidas — 13, 14, 16, 20, 22.
Almourol — 46, 50, 51, 146.
Alvares Santorio — 50.
Alvaro Dias de Souza (D.) — 27.
Alvaro Fernandes de Carvalho — 31.
Alvaro Faria — 192.
Alvaro Fernandes Mascarenhas — 90.
Alvaro Gonçalo Camelo (D.) — 42.
Alvaro Mendes — 94.
Alvaro Paes — 36.
Alvaro Vaz de Almada — 192.
Alverca — 166, 219.
Alvito — 100.
Ana Henriques de F. Lancastre (D.) — 103.
Ana de Jesus S. e Holstein (D.) — 107.
Ana Maria Gonçalves Zarco da Camara (D). — 107.
Ana Maria Lobo de A. M. e Castro (D.) — 106.
Ana Rosa do Santissimo Sacramento de S. e Holstein (D.) — 106.
Ana da Silveira e Lorena (D.) — 101.
Ana de Sousa e Holstein (D.) — 102.
Anacir — 20.
Anafé — 191, 223, 225, 236, 237.
Anços — 45.
Andaluz — 16, 20.
Andaluzia — 23, 224, 230.
Andeiro — 33, 34, 35, 36.
André (S.to) — 227.
André Rodrigues — 137.
Anibal Barca — 74.
Anrique (D.) — 109, 117, 127, 170, 172, 174, 178.
Antalas — 10.
Antão Gonçalves — 142, 144.
Antão Gonçalves (Frei) — 173.
Anteu — 134.
Antonio Augusto das Neves e Silva — 244.
Antonio de A. L. de A. M. e Castro (D.) — 105.
Antonio Baião (Dr.) — 110.
Antonio Brandão de Melo — 107.
Antonio Caetano de Sousa (D.) — 164, 169, 193, 197, 202, 220, 226, 240.
Antonio de Lancastre (D.) — 105.
Antonio Lobo de A. M. e Castro (D.) — 106.
Antonio Maria da A. J. T. de P. de A. V. J. G. D. de S. e Holstein Beck (D.) — 102.
Antonio Maria L. de A. M. e Castro (D.) — 105.
Antonio de Nola — 164, 235.
Antonio Ramos (D.) — 205.
Antonio de Sampaio e Pina de Brederode — 102.
Apeninos — 5.
Aphrike — 7.
Áquem (terra de) — 131.

Arábia — 13.
Aragão — 66, 95, 190.
Arraiolos — 61.
Arraiolos (Conde de) — 130, 131, 140, 163, 164, 169, 200, 226.
Arrochela (Conde de, Manuel de Lancastre Ferrão de Castelo Branco) — 105.
Arrochela (Condessa de, D. Brites de Montenegro) — 105.
Artemizio — 182.
Arzila — 131, 191, 205, 231, 234, 236.
Asia Menor — 203.
Assunção (N.ª S.ª da) — 48.
Atalaia (Ponta de) — 148.
Atenas — 182.
Atlantico — 6, 12.
Atlantida — 121.
Atlas (cordilheira do) — 5, 6, 7, 13, 14, 20, 23, 236.
Atlas (gigante) — 154.
Atoleiros — 56.
Atouguia (Conde da) — 200.
Atouguia das Cabras — 48.
Aurazio — 12.
Aveiro — 55.
Averroes — 17.
Aviz (Casa de) — 248.
Aviz (Dinastia de) — 248.
Aviz (Mestrado de) — 48, 163.
Aviz (Ordem de) — 127.
Avranches (Conde de) — 192.
Azeitão — 202.
Azurara — 58, 59, 60, 62, 64, 66, 68, 71, 72, 74, 76, 79, 80, 82, 84, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 99, 117, 118, 120, 122, 124, 142, 143, 144, 146, 151, 152, 156, 162, 163, 164, 177, 180, 230 233.

Babilónia — 181.
Bagdad — 15.
Baldigem (Terras de) — 173.
Barbaçote — 79, 80.
Barbaria — 8, 9, 12, 22.
Barcelinhos (1.º Visconde de, Manuel José de Oliveira) — 104.
Barcelinhos (2.º Visconde de, Alvaro Correia da Silva Araujo) — 104.
Barcelos (Conde de, D. Afonso) — 40, 62, 65, 68, 71, 81, 85, 87, 94, 130, 140, 162, 163, 188, 227.
Bartolomeu (S.to) — 31.
Bartolomeu Dias — 183, 249.
Bastiam Luiz, B. Luys — 205, 206, 208, 211, 213, 214, 215, 218, 219.
Batalha (Monumento) — 116, 122, 140, 164, 166, 174, 175, 178, 179, 181, 187, 210, 214, 227.
Beatriz (D., filha de D. Fernando I) — 30, 32, 33, 36, 41.
Beatriz (D., mulher de Diogo S. de Albergaria) — 222.
Beatriz (D., mulher do infante D. Fernando) — 191, 233, 239, 243, 244, 245, 248.
Beatriz de Sousa — 226.
Beatriz de Vilhena (D.) — 205.
Beira — 32, 44, 45, 48, 62, 65, 160.
Beja — 8, 200, 228, 229, 233, 236, 240, 243, 244, 245, 249.
Beja (Duque de) — 219, 228.
Beja (Igreja da Conceição) — 238, 239, 240, 243, 244, 245.
Bélas — 202.
Belfort (Duque de, João) — 118.
Belisário — 11, 203.
Benaminir — 231.
Benavente — 54.
Berbéres — 8.
Berlim — 250.
Bermeja (Ponta) — 77.
Bertholon — 9.
Betica — 5.
Biblia — 252.
Biblioteca Nacional de Lisboa — 236, 242, 243, 245.
Biscaia — 64.
Boa Esperança (Cabo da) — 155.
Boa Vista (Ilha da) — 228.
Bobone (Conde de, Carlos) — 104.
Bobone (Condessa de, D. Eugenia de Lancastre e Araujo) — 104.
Boémia — 154,
Bojador — 124, 125, 180.
Bolonha (Conde de) — 66.
Bom Jardim — 52.
Bonifacio — 10.
Borgonha (Duqueza de) — 211.
Bósforo — 250.
Boytaca, Boytac, Boitaca — 205, 206, 208, 211, 213, 214, 215, 218, 219.
Braamcamp Freire — 31, 100, 117, 203.
Brábrá — 8.
Braga — 44, 56.
Bragança — 51.
Bragança (Casa de) — 220.

Bragança (Duque de) — 162, 192, 204, 205, 206, 222, 226, 227.
Bragança (D. Fernando de) — 67.
Branca (D., filha de D. Lopo Dias de Souza) — 100.
Braun — 89, 197, 223.
Brazil — 221.
Brites Francisca de Noronha (D.) — 242.
Brito Rebelo — 151, 153.
Bruges — 66.
Bruxelas — 250.
Buarcos — 40.
Bula da Crusada — 128.
Bulhões — 76.
Bulones — 74, 76.
Byzancio — 11.

Cabo Branco — 158.
Cabo Verde — 235.
Cada Mosto — 153, 164.
Cadiz — 133, 151, 152, 200.
Caetano Henriques de Lancastre (D.) — 104.
Cahena — 12.
Calatráva — 21, 188.
Caldeirão (serra) — 73.
Calhariz — 100.
Calhariz (Conde de, D. Alexandre Domingos Antonio Maria B. R. de Souza e Holstein — 101.
Calixto III (Papa) — 165, 172, 203.
Cavalaria — 48.
Caminha — 44, 146.
Camões — 22, 78, 123, 130, 169, 183.
Campo Maior — 56.
Campo de Ourique — 202.
Canarias — 121, 124, 144.
Candido Lusitano — 154.
Canhête (rio) — 208, 224.
Capélas do Hospital de S. José (Repartição das) — 236.
Capelas Incompletas — 175.
Carcasan — 10.
Carlos V — 198.
Carlos R. do Bocage (General) — 64.
Carlos Wan-Zeller — 103.
Carmo (Ordem do) — 203.
Carnide — 63.
Carolina Michaëlis (D.) — 154.
Carphanabal — 147.
Carta Constitucional — 221.
Cartágo — 6, 7, 9, 10, 11, 75, 76.
Carvalhal — 52.
Carvoeiro — 48.
Casa Branca — 225, 238.
Casal (Comenda da Ordem de Avis) — 192.
Casba — 138, 155.
Casino Militar — 78.
Castela — 27, 32, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 56, 58, 66, 109, 140, 144, 188, 199.
Castro Marim — 98, 199, 200.
Catalina Teles — 100.
Catarina (infanta D.) — 195.
Catarina (D., filha de D. Fernando) — 238.
Catarina (D., filha de D. João IV) — 134.
Catarina (S.ta) — 71.
Catarina (S.ta, Ilheus) — 77.
Catarina (S.ta de Riba Mar) — 131.
Catarina (S.ta, em Trás-Falmenar) — 160, 172.
Catarina Lobo de A. M. e Castro (D.) — 106.
Cebú — 6.
Cemiterio (Claustro) — 116.
Cepta — 206, 207, 208.
Ceras — 38.
Certã — 37, 38, 39, 52.
Cêsto — 87, 88.
Ceta ou Ceite — 74, 109.
Ceuta — 13, 14, 22, 24, 43, 45, 47, 49, 51, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 89, 90, 91, 95, 96, 97, 99, 100, 115, 118, 119, 120, 122, 123, 126, 129, 131, 132, 134, 138, 139, 141, 156, 157, 160, 162, 164, 165, 168, 174, 180, 189, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 210, 215, 218, 219, 222, 223, 224, 231, 232, 234, 237.
Ceuta (bispo de) — 196, 203, 204.
Cezimbra (Marquez de, D. Tomàz de Souza e Holstein) — 107.
Chantre — 9.
Chão de Couce — 37.
Chaves — 50, 51.
China — 76.
Chipre — 154, 177.
Cidade Rodrigo — 51, 54.
Cincinato — 193.
Cintra — 38, 41, 60, 63, 86, 123, 198, 222, 230.
Clara (S.ta) — 32.
Claudio — 134.
Coimbra — 27, 30, 31, 34, 37, 38, 39, 40,

42, 43, 44, 45, 55, 62, 100, 159, 160, 191, 226.
Coimbra (Duque de) — 98, 192.
Coimbra (Universidade de) — 107.
Colares — 202.
Colombo — 133, 182.
Comissão de Historia Insulana — 121.
Companhia Valenciana — 73, 133.
Condestável — 45, 82, 88, 96, 167.
Conquistadora (imagem) — 78, 189.
Constantinopla — 154, 250.
Constituição de 1812 — 133.
Córdova — 12, 16, 20, 44, 45.
Cória — 52.
Corpo de Deus — 78.
Corsega — 146.
Coruche — 61.
Corunha — 53.
Côrvo (ilha do) — 228.
Costa Ferreira (Dr.) — 8, 9.
Covilhã — 98, 109, 238.
Covilhã (Senhor da) — 170, 172, 178.
Crato (Prior do) — 202.
Cristo (Bandeiras de) — 132, 146.
Cristo (Cavaleiros) — 117, 180, 182, 232.
Cristo (Jesus) — 109, 170, 172.
Cristo (ilha de Jesus) — 172.
Cristo (Mestrado de) — 48, 160, 175.
Cristo (Mestre de) — 124, 156, 157, 237, 246.
Cristo (Monumento de) — 116.
Cristo (Ordem de) — 50, 119, 123, 127, 130, 139, 143, 146, 153, 155, 156, 158, 160, 169, 170, 177, 178, 179, 181, 183, 188, 190, 199, 226, 227, 228, 230, 239, 248, 251.
Cristovão (Ilha de S.) — 228.
Cristovão (Paços de S.) — 194.
Critias — 121.
Cromwell — 182.
Cuba (Conde de, D. Alexandre de Lancastre) — 104.
Cuba (Condessa de, D. Maria Francisca C. B. de M. S. D. da Camara) — 105.
Curval — 55.

Daciano — 147.
Damião de Góes — 120, 174, 211, 219, 237.
Dar-el-Beida — 238.
David — 18.
Deserta (ilha) — 123, 160, 170, 172, 228.
Deserto — 14.
Deus — 36, 38, 40, 59, 82, 84, 92, 94, 96, 98, 124, 127, 128, 131, 166, 169, 170, 171, 172, 173, 178, 182, 188, 224.
Dido — 7.
Dieppe (Negociantes de) — 158.
Diniz (D.) — 27, 174.
Diniz (S.) — 172.
Diniz (D., filho de D. Fernando) — 238.
Diniz (Ilha de S.) — 172, 228.
Diniz Dias — 144.
Diniz Maria L. de A. M. e Castro (D.) — 106.
Diocleciano — 147.
Diogo (D., filho de D. Fernando) — 238, 240, 248.
Diogo (D., filho do infante D. João) — 191, 193.
Diogo Alfonso — 144, 235.
Diogo d'Almeida — 174.
Diogo de Bairros — 229, 230.
Diogo Cão — 249.
Diogo Gomes — 174, 175, 180, 235.
Diogo Gomes Sarmento — 42.
Diogo Lopes Lobo — 100.
Diogo Lopes de Souza — 100
Diogo Soares de Albergaria — 205, 222.
Djebel Mussa — 73, 98.
Domingos Antonio Maria P. de S. e Holstein (D.) — 102.
Domingos de Lancastre (D.) — 105.
Domingos Lobo de A. M. e Castro (D.) — 106.
Domingos de Sousa e Holstein (D.) — 102.
Donato — 10.
Dougga — 10.
Duarte (D., filho de D. Fernando) — 238.
Duarte (Infante D.) — 58, 60, 61, 62, 64, 65, 67, 68, 71, 84, 86, 87, 88, 91, 92, 94, 96, 97, 98.
Duarte (Rei D.) — 118, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 139, 140, 162, 175, 176, 177, 187, 188, 190, 198, 241.
Duarte Foreiro — 215.
Duarte de Menezes (D.) — 169, 187, 225, 229, 230, 231, 234.
Duarte Pacheco Pereira — 154.
Duarte Pereira — 87.

Edade-Média — 167.
Edicola — 116.
Edrise — 156.
Egipto — 154, 158, 182.
El-Caçr-Eçaghir — 224.
El-Djem — 10.

Elena Maria Sampaio e P. de S. e Holstein — 102.
El-Mahadi — 15.
El-Mansôr — 20, 224.
Elvas — 33, 34.
Entre-Douro-e-Minho — 32, 65.
Entre-Tejo-e-Odiana — 65.
Escola Portuguêsa de Navegação — 158.
Esmeraldo — 154.
Espartel — 134.
Espinhal — 31.
Estáus — 159, 161, 163.
Estevão Domingues Pedreiro — 41.
Estevão da Gama — 237.
Estevão de Napoles — 217.
Estevão Nogueira — 226.
Estevão Paes — 41.
Estevão Soares de Melo — 79, 86.
Esteves Pereira — 95.
Estrabão — 156.
Estreito — 13, 14, 16, 17, 20, 72, 73, 79, 80, 98, 134, 168, 199, 224, 230, 231, 234.
Estrela (serra da) — 73.
Estremadura — 40, 50, 65.
Eudoxio — 158.
Eugenia Francisca Maria A. J. F. A. X. Teles da Gama (D.) — 101.
Eugenia Henriques de Lancastre (D.)—103.
Eugenia Henriques de Lancastre (D.)—104.
Eugenia Luiza Maria Balbina D. T. A. J. F. de S. B. X. de A. de Sousa e Holstein (D.) — 102.
Eugenia Maria L. de A. M. e Castro (D.) — 105.
Eugenia de Souza e Holstein (D.) — 107.
Eugenia de Vasconcelos e Souza (D.) — 106.
Eugenio do Canto (Dr.) — 121.
Europa — 5, 135, 147, 154, 159, 161, 164, 166, 167, 234, 250.
Evangelho — 181.
Evora — 40, 61, 62, 69, 98, 129, 139, 175, 199, 200, 225, 226, 228.
Evora (Bispo de) — 132.
Evora (Paços de S. Francisco) — 166.
Extremoz — 27, 128, 198.
Eyria (S.ta) — 172.
Eyria (Ilha de S.ta) — 172.

Faial (Duque de) — 100.
Faial (Ilha do) — 228.
Faial (Marquez de, Luiz Coutinho B. de M. S. D. da Camara — 102.
Faro — 72, 98, 225, 228.
Fé — 117, 118, 120, 124, 138, 141, 156, 181, 234, 236, 252.
Felises dos Galegos (S.) — 32.
Fernando (D., Duque de Bragança) — 226.
Fernando (D., Duque de Guimarães)—202, 231.
Fernando (D., filho de D. João I) — 98.
Fernando (Frei Vigario geral de Tomar)— 172, 173.
Fernando (genro de D. Afonso Henriques) — 51.
Fernando (D., Infante) — 24, 171, 188, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 205, 206, 215, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225.
Fernando (D., Martir) — 98, 125, 126, 127, 128, 138, 139, 141, 175.
Fernando (D., Mestre de Aviz) — 177.
Fernando (D., Mestre de Cristo)—175, 185, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 249, 250, 251, 252.
Fernando (S., Observatorio) — 134.
Fernando (D., rei de Aragão) — 190.
Fernando I (D.) — 23, 28, 29, 34, 39, 122.
Fernando Afonso — 146, 156.
Fernando de Castro — 144.
Fernando Coutinho (D.) — 164.
Fernando d'Eça (D.) — 173.
Fernando Fogaça — 64.
Fernando de Menezes (D.) — 202,
Fernão Afonso — 94.
Fernão Alvares (mestre de obras) — 78.
Fernão de Alvares de Almeida — 46, 90.
Fernão Chamorro — 90, 91.
Fernão Lopes — 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 42, 44, 46, 49, 50, 52, 54, 55, 58.
Fernão Lopes de Azevedo — 142.
Fernão Salguado — 174.
Ferrarias — 47.
Fez — 6, 14, 17, 22, 65, 78, 140, 164, 165, 168, 207, 210, 220, 225, 229, 230, 236, 238.
Fez (Porta de) — 65.
Fez (Torre de) — 94, 96.
Ficalho (Marquez de, Francisco de Melo Costa) — 104.
Ficalho (Marqueza de, D. Maria Luiza de Lancastre) — 104.

Filipa (D.) — 54, 56, 57, 61, 66, 69, 70, 178.
Filipe (Ilha de S.) — 228.
Filipe Neri (Igreja de S.) — 133.
Filipe de Souza — 100.
Filipe de Vilhena — 106.
Flandres — 153, 154, 222, 235.
Flores (Ilha das) — 228.
Fogo (Ilha do) — 228.
Foz de Arouce — 31.
França — 66, 154, 182.
Francisco (S.) — 36.
Francisco (S., de Estremoz) — 128.
Francisco de A. L. de A. M. e Castro (D.) — 105.
Francisco Danzilho ou Danzinho—206, 210, 218, 224.
Francisco Emilio P. da S. de S. e Menezes (D.) — 104.
Francisco José Freire — 154.
Francisco L. de A. M. e Castro (D.) —107.
Francisco de Souza e Holstein (D.) — 107.
Francisco Xavier L. de A. M. e Castro (D). — 106.
Frederico III (imperador da Alemanha e rei de Roma) — 194.
Frederico de Hesse-Darmstadt — 136.

Galaaz — 28.
Galeote Pereira — 199.
Galias — 133.
Galiza — 64.
Galveias (Conde das, D. Francisco Xavier L. de A. Melo e Castro — 105.
Galveias (Conde das, D. José de Avilez L. de A. M. e Castro) — 105.
Galveias (Condessa das, D Catarina Maria da A. A. F. D. J. de S. e Holstein — 105.
Galveias (Condessas das, D. Teresa Henriques de L. e Oliveira) — 105.
Gama Barros — 201.
Gambia — 164.
Garcia Homem — 144.
Garcia Moniz — 90, 91.
Gasconha — 55.
Gasmul — 10.
Gata (serra da) — 52.
Genserick — 10.
Gibraltar — 16, 22, 59, 72, 81, 82, 88, 98, 120, 233.
Gil (Frei) — 217.
Gil Eannes — 124, 180.
Gil de Perre (Viscondessa de S., D. Eugenia Maria F. B. de M. C. C. de S. P. de L. B. de L. e Figueirôa) — 103.
Gil Vasques de Barbuda — 56.
Giralda — 20.
Gloncester (Duque) — 118.
Gloria — 147.
Golegã — 38.
Gomes (D. abade em Florença) — 128.
Gomes Dias de Gois — 90.
Gomes Freire — 232.
Gomes Martins de Lemos — 67.
Gomes Peres — 49, 50.
Gomes Pires — 144.
Gonçalo Anes Peixoto — 47, 48.
Gonçalo de Cintra — 143.
Gonçalo Coutinho — 44.
Gonçalo Pacheco — 144.
Gonçalo de Sousa (D. Frei, comendador-mór de Cristo — 233.
Gonçalo Vasques de Azevedo — 41, 42.
Gonçalo Vasques Coutinho — 67, 86, 96.
Gonçalo Velho (Frei) — 146.
Gonçalves Camêlo (Prior do Hospital) — 59, 68, 81, 92.
Grã-Bretanha — 221.
Graça (Igreja da) — 170.
Graciosa (Ilha) — 172, 228, 235.
Granada — 22, 23, 66, 72.
Grândelas — 136.
Gregorio XI — 28.
Guadalquivir — 20, 49.
Guadalupe (Capela de N.ª S.ª de) — 175.
Guadalupe (N.ª S.ª de) — 160.
Guadiana — 98, 199, 200, 202.
Gualdim Paes — 18, 19, 187.
Guarda — 37.
Guarda (Bispo da) — 203.
Guedelha — 187.
Guéver — 20.
Guimarães — 44, 50, 52, 55.
Guimarães (Conde de) — 238.
Guiné — 124, 146, 154, 170, 172, 173, 198.

Hafecidas — 22.
Hannon — 158.
Henrique (Infante D.) — 24, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 79, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 96, 98, 100, 110, 111, 115, 119, 249, 251.
Henrique (D., Mestre da Ordem de Cristo) 113, 116, 118, 120, 122, 123, 124, 125, 126,

127, 128, 129, 130, 131, 132, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 166, 168, 169, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 187, 188, 189, 191, 193, 195, 196, 198, 199, 200, 204, 208, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 231, 235.
Henrique V (rei de Inglaterra) — 118.
Henrique VI (rei de Inglaterra) — 118.
Henrique Alemão — 38.
Henrique Lopes de Mendonça — 249.
Heptadelfos — 74.
Heracles — 146.
Hercules — 77.
Heródoto — 7.
Hespanha — 6, 12, 14, 17, 20, 50, 66, 75, 120, 133, 146, 154, 220.
Hispaniam — 121.
Holanda (Conde de) — 64, 66.
Humphrey — 118.
Hungria — 203.

Iácube — 18, 19, 20, 22, 41, 138.
Ibéria — 5, 12, 14.
Ibne-Cádice — 21.
Ibne-Fátima — 158.
Ibne-Mokana — 14.
Ibne-Tumerte — 15, 16.
Ida — 127, 128.
Idade-Média — 248.
Idade-Moderna — 248.
Ifriquia — 13.
Independencia — 178.
India — 144, 158, 183, 248.
Indias Ocidentais — 183.
Indice dos Capitulos — 257.
Indice das Gravuras — 258.
Inez (D.) — 29.
Inglaterra — 37, 64, 66, 118, 154, 182, 250.
Inocencio — 17.
Iria (Ilha de S.ta) — 228.
Irlanda — 146.
Isabel (D., duqueza de Borgonha) — 203.
Isabel (D., filha de D. Fernando) — 238, 241.
Isabel (D., filha do Infante D. João) — 191.
Isabel (D., filha de D. João I) — 98.
Isabel (D., filha de D. Lopo Dias de Souza) — 100.
Isabel (D., mulher de D. Afonso V) — 166, 190, 198, 202, 209, 222.
Isabel (D., mulher do infante D. Pedro) — 190.
Isabel (D., viuva do infante D. João) — 191.
Isabel Juliana de Souza e Holstein (D.) — 107.
Isabel Maria L. de A. M. e Castro (D.) — 106.
Isabel de Souza e Holstein (D.) — 102.
Isidoro (S.) — 156.
Islamismo — 12.
Italia — 154.
Iúçufe — 14.
Iúçufe I — 23.

Jabdas — 10.
Jacinto Ruiz — 78, 189.
Jacob Motz — 194.
Jacobo (Ilha de S.) — 228.
Jácome (Mestre de cartas) — 154.
Jaime (D., filho do infante D. Pedro) — 203, 204.
Jarreteira (Ordem da) — 118, 177, 178.
Jerónimo Roman (Frei) — 220.
Jerónimos (mosteiro dos) — 177.
Jerusalem — 156, 234.
Jesus Cristo (Ilha de) — 228.
Joana (infanta D.) — 196.
Joana (S.ta) — 166, 198.
João (Escrivão) — 51.
João (D., filho de D. Afonso V) — 166, 198.
João (D., filho de D. Fernando) — 238, 240, 248.
João (D., filho de D. João I) — 98.
João (D., Infante) — 29, 30, 31, 32, 36, 130, 140, 188, 202.
João (Mestrado de S.) — 48.
João (D., Mestre de Aviz) — 29, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50.
João (D., Mestre de S. Tiágo) — 177.
João (D., Principe Regente) — 220.
João I (D.) — 24, 45, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 87, 88, 90, 92, 95, 96, 98, 99, 100, 109, 122, 123, 124, 126, 129, 160, 173, 175, 177, 178, 182, 227.
João I (D., Rei de Castela) — 37, 38, 39, 42, 44, 45, 56.
João II (D.) — 167, 194, 196, 202, 226, 227, 238, 240, 248.
João II (D., Rei de Castela) — 118, 191.
João III (D.) — 48, 109.
João VI (D.) — 221.
João Afonso — 58, 86.

João Afonso de Santarem — 46.
João Afonso Telo (D.) — 30, 40.
João Alvares (Fr.) — 164, 165.
João Anes — 160.
João Antunes (arquitecto) — 198.
João Baptista de Castro — 152.
João de Barros — 154, 177.
João de Castilho — 251.
João de Castro (D.) — 54.
João de Deus — 226.
João Eannes — 226.
João d'Escalona — 230.
João Falcão — 229.
João Fernandes — 144.
João Fernando da Silveira — 100.
João Ferne — 158.
João Fogaça — 85.
João de Gant — 53.
João Garcia — 236.
João Gomes da Silva — 64, 67.
João Gonçalves — 120.
João Gonçalves Homem — 81.
João Lobo de A. M. e Castro (D.) — 106.
João de Melo (Alcaide-mór de Serpa) — 199.
João de Montferrat — 44.
João Nunes — 137.
João de Paiva F. L. Brandão — 107.
João das Regras — 123.
João da Rocha — 121.
João Rodrigues — 41.
João Rodrigues Ramalho — 242.
João de S. Lourenço (D.) — 203.
João de Sousa Tavares — 243, 244.
João Vaz de Almada — 68, 94.
João Xira (Frei) — 72, 96.
Joaquim Henriques de Lancastre (D.) — 103.
Joaquim José de Barros — 148.
Joaquim José Soeiro — 134.
Johã Gorizo — 174.
Joham Míz — 173.
Joham de Moraaes — 150.
Jordão de Freitas (Dr.) — 122.
Jorge (S.) — 46, 172.
Jorge (Ilha de S.) — 172, 228.
Jorge Gomes — 137.
Jorge Porbach — 155.
José de Avilez Ferreira Pinto Basto — 105.
José de Avilez L. de A. Melo e Castro (D.) — 104.
José Ferrão de Castelo Branco — 101, 105.
José Gil Borges de Macedo e Menezes — 104.
José Maria de L. L. de A. M. e Castro (D.) — 106.
José Maria P. B. de Melo — 103.
José Silvestre Ribeiro — 244.
José de Souza e Holstein (D.) — 107.
José Umbelino Palma — 244.
Juda Negro — 66.
Julia Augusta Gáditana — 133.
Julia Traduncta — 134.
Julio Sabino — 156.
Junot — 220.
Justiniano — 203.

Karchedon — 7.
Karnak — 182.
Kasba — 17.
Koc — 34.

Lagos — 72, 96, 98, 120, 139, 142, 143, 146, 148, 152, 164, 168, 171, 175, 177, 223, 231.
Lambez — 10.
Lana (Ilha da) — 228.
Lançarote — 143, 144.
Lancastro (Duque de) — 53, 56.
Landim — 140, 190, 192, 193.
Lapa (Conde da, D. Manuel de Almeida e Vasconcelos) — 107.
Larache — 6.
La Sala — 74.
Lavagem (Claustro da) — 116.
Lazuraque — 141.
Leal Conselheiro — 118.
Leão (Ilha de) — 133.
Leça do Bailio — 28, 35.
Leiria — 38, 45, 130, 139.
Leite de Vasconcelos — (Dr.) — 147.
Leonor (filha de D. Lopo Dias de Sousa) — 100.
Leonor (D., Imperatriz da Alemanha) — 130, 194, 196, 197, 198.
Leonor (D., mulher de D. Duarte) — 128, 140, 162, 190, 198.
Leonor (D., mulher de D. João II) — 233, 238, 241.
Leonor A. de Serpa — 244.
Leonor Ribeiro (D.) — 100.
Leonor Teles (D.) — 28, 30, 32, 33, 36, 37, 39, 58.
Lino da Assunção — 245.

Lisboa — 28, 35, 37, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 49, 56, 60, 65, 66, 67, 68, 95, 130, 138, 140, 144, 146, 147, 152, 159, 160, 161, 166, 168, 172, 188, 191, 194, 200, 201, 202, 206, 220, 223, 238, 145, 249.
Lisboa (Rua Nova de) — 195.
Lisboa (Universidade de, hoje Coimbra) — 160, 170, 179.
Logares Santos — 234.
Lopo Dias de Souza (D.) — 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 63, 68, 71, 73, 82, 88, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 109, 110, 111, 115, 123, 251.
Lopo Fernandes Andorinha — 199.
Loulé — 202.
Lourenço (S.) — 33, 35, 48.
Lourenço Franco — 78.
Lourenço Rodrigues — 226.
Lucos — 6.
Luiz (S.) — 170.
Luiz (Igreja de S.) — 172.
Luiz (Ilha de S.) — 172, 228.
Luiz (D., Observatorio) — 148.
Luiz Annes — 204.
Luiz Gomes — 78.
Luiz Henrique de Lancastre (D.) — 104.
Luiz de Orey e Albuquerque — 104.
Luiz de Souza (Frei) — 177.
Luiz de Souza Carneiro — 69, 174.
Luiz de Vasconcelos — 106.
Luni (rio) — 53.
Lusiadas (Os) — 169, 253.
Lusitania — 37.
Luxor — 182.

Machico (vila) — 235.
Madeira (Ilha da) — 120, 123, 146, 152, 156, 160, 170, 171, 172, 228, 235.
Madóvia — 5.
Madrabaxabe — 94.
Magalhães — 183.
Magréb — 14, 16.
Mahammed — 238.
Mahomé — 120.
Mahommed V — 23.
Maias (Ilha das) — 228.
Mãi de Deus — 53.
Maio (Ilha do) — 228.
Málaga — 16, 79, 80.
Malhorca — 154.
Mancha — 20.
Manuel (D.) — 48, 177, 206, 238, 241, 248, 251, 252.
Manuel Baptista Costa — 134.
Manuel de Souza Moreira — 100.
Manuel Vicente Maria A. D. T. de Souza e Holstein (D.) — 102.
Maratona — 182.
Marco Polo — 144.
Maria (D., filha de D. Lopo Dias de Souza — 100.
Maria (Ilha de S.ta) — 172, 228.
Maria (mulher de D. Afonso XI) — 22.
Maria (S.ta) — 170, 172.
Maria d'Africa — 203.
Maria (S.ta, d'Africa) — 160, 172, 198, 199, 201, 203, 204, 205.
Maria de Agosto (S.ta) — 79.
Maria d'Alcaçova (S.ta) — 57.
Maria de Belem (S.ta) — 68, 172.
Maria de Lagos (S.ta) — 175, 227.
Maria (S.ta, a Maior) — 132.
Maria de Março (S.ta) — 170.
Maria (S.ta, da Misericordia, em Alcacer) — 160, 172.
Maria da Oliveira (S.ta) — 50, 55.
Maria da Vitória (S.ta, Mosteiro) — 173, 176.
Maria (S.ta, séde das ordens dos Templarios e de Cristo) — 100.
Maria (S.ta, em Trás-Falmenar) — 160, 172.
Maria Amalia de M. Ferrão (D.) — 106.
Maria Ana da Anunciação J. F. de A. S. X. A. D. de S. e Holstein (D.) — 102.
Maria Ana L. de A. M. e Castro (D.) — 106.
Maria Ana de Lancastre (D.) — 105.
Maria do Carmo H. de Lancastre (D.) — 103.
Maria da Conceição de Souza e Holstein (D.) — 107.
Maria das Dores L. de A. M. e Castro (D.) — 107.
Maria Eugenia B. de M. Breyner (D.) — 107.
Maria Eugenia de Mendia (D.) — 103.
Maria Felizarda Mesdes (D.) — 244.
Maria de Jesus de Souza e Holstein (D,) — 107.
Maria José de Souza e Holstein (D.) — 103.
Maria de Lancastre (D.) — 103.
Maria de Lancastre Araujo (D.) — 104.
Maria de Lourdes de S. e Holstein (D.) — 108.

Maria Luiza D. E. A. F. J. A. F. X. de S. de B. de A. P. de Souza (D.) — 102.
Maria Luiza de N. e Sampaio — 102.
Maria Luiza de Souza e Holstein (D.) — 102.
Maria Luiza de S. P. e M. de A. e Vasconcelos (D.) — 107.
Maria dos Santos L. de A. M. e Castro (D.) — 106.
Maria de Souza e Holstein (D.) — 102.
Maria de Souza Lobo (D.) — 100.
Maria Teles de Menezes (D.) — 27, 28, 29, 30, 31.
Maria Teresa de Lancastre Ferrão de Castelo Branco (D.) — 105.
Maria Teresa Ó. Neill (D.) — 105.
Maria Teresa de S. O. e Souza (D.) — 103.
Marialva (Marquez) — 140.
Mariana de Souza e Holstein (D.) — 107.
Marins — 84.
Marquez de Souza e Holstein (D. Luiz) — 100.
Marmelaes (Quinta) — 79.
Marrocos (cidade) — 6, 14, 22.
Marrocos (imperio) — 1, 3, 8, 12, 17, 20, 23, 24, 84, 122, 123, 139, 157, 162, 165, 167, 180, 206, 222, 224, 236, 247.
Mar Tenebroso — 180, 182, 252.
Martim Afonso de Melo — 87, 96.
Martim Afonso de Sousa — 226.
Martim Correia — 173.
Martim Fernandes — 72.
Martim Gonçalves — 42, 46, 54.
Martim Lourenço — 210.
Martim Paes — 85.
Martim Vasques — 44.
Matheus de Pisano — 74, 217.
Mauritanea — 122.
Mauritanea Tingitana — 75.
Maximiliano — 198.
Mazagão — 6.
Méca — 154.
Mecia Lourenço — 116, 117.
Medina Sidonia (duque de) — 230.
Mediterraneo — 5, 6, 18, 60, 75, 77, 83, 94, 198.
Médões — 232.
Meio (N.ª S.ª do) — 52, 53.
Méla — 156.
Melgaço — 56.
Melquart — 146.
Mem Rodrigues de Refoios — 86, 91.
Mem Rodrigues de Vasconcelos — 106.
Mendo de Veiros — 163.
Merinidas — 22.
Mertola — 200.
Meyer — 52, 76.
Micala — 182.
Mice Carlos — 68.
Micer Lançarote — 195.
Miguel (S.) — 172.
Miguel (Ilha de S.) — 172, 228.
Minho — 44, 56.
Minho (rio) — 53.
Minas (Marquez das, D. Alexandre da Silveira e Lorena) — 101.
Minas (Marquez das, D. Braz Maria da Silveira e Lorena) — 101.
Minas (Marquez das, D. Nuno da Silveira e Lorena) — 101.
Minas (Marquez das, D. Pedro da Silveira e Lorena) — 101.
Minas (Marqueza das, D. Eugenia Maria A. D. F. J. Coleta de Souza e Holstein) — 101.
Miranda — 37.
Mogador — 6.
Monção — 44, 56.
Monchique (serra) — 73.
Mondego — 31, 34, 44, 224.
Monfalim (Marquez de, D. Filipe Maria J. P. E. J. E. F. de S. X. de A. de B. de P. S. e Holstein) — 103, 108.
Montemór — 61.
Morena (serra) — 20.
Moret — 133.
Motamide — 14.
Moura — 199, 200.
Mourão — 222.
Muça-Ibne-Noceir — 12, 75.
Mugem — 61.
Muluia — 6, 14.
Muralha Rial — 78.
Mussa (serra) — 77.

Nabancia — 187.
Nabão — 18, 37, 46, 47, 98, 226.
Nabuchodonosor — 182.
Naceridas — 23.
Napoles — 66.
Navarra — 44.
Navas de Tolosa — 21.
Néchaus — 158.
Negro (cabo) — 249.

Neiva — 44.
Nelson — 133.
Nicolau V (Papa) — 166.
Nicolau Valkensteny — 194
Niger — 14.
Nilo — 8, 144.
Noé — 74.
Normandia — 66.
Norte d'Africa — 8, 9.
Nuno Alvares Pereira (D.) — 28, 33, 34, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 52, 53, 54, 57, 61, 64, 123, 227.
Nuno da Cunha — 199.
Nuno Maria de F. C. da Camara (D.)—106.
Nuno Rodrigues (D.) — 28.
Nunes Tristão — 142, 144.

Obidos — 38.
Ocba-Ibne-Nafe — 12.
Oceano — 5, 6, 118, 133, 134, 147.
Odemira (Conde de) — 168, 199, 232, 233.
Odivelas — 68, 69.
Oliveira de Azemeis — 55.
Omiadas — 14.
Orbiga — 54.
Oriente — 76, 165, 234, 238, 248, 250.
Ourêm — 38, 40, 41, 48, 52, 191, 193, 195, 226, 227.
Ourêm (Conde de) — 128, 140, 192, 193, 196, 197, 215, 226, 227.

Paços de Algazira — 78.
Paio (S.) — 32.
Palmela — 20.
Palmela (Conde de) — 100.
Palmela (Duque de, D. Pedro Maria de Souza e Holstein) — 100, 101.
Palmela (Marquez de) — 100.
Papa (Clemente VI) — 121.
Papa Eugenio IV — 128, 142.
Papa (Martinho V) — 118.
Paulo II — 235, 244, 245.
Pedro (D., Condestavel) — 154, 163, 213, 222.
Pedro (Infante D.) — 58, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 79, 80, 81, 88, 91, 94, 96, 98, 128, 129, 140, 141, 142, 144, 146, 149, 150, 154, 159, 160, 161, 162, 163, 166, 175, 177, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 201, 211, 212, 218, 226.
Pedro (Mestre Pintor) — 160.
Pedro (S.) — 38.
Pedro I (D.) — 27, 122.
Pedro II (D.) — 198.
Pedro IV (D.) — 221.
Pedro Álvares — 109, 110, 204, 236, 251.
Pedro de Avilez L. de A. M. e Castro (D.) — 105.
Pedro de Azevedo — 206.
Pedro de Castro (D.) — 163.
Pedro Coelho — 32.
Pedro Fernandes — 72.
Pedro Henriques de F. P. S. e Lancastre (D.) — 104.
Pedro L. de A. M. e Castro (D.) — 107.
Pedro Maria L. de A. M. e Castro (D.) — 105.
Pedro Maria Lobo de A. M. e Castro (D.) — 106.
Pedro Maria de Sampaio e P. de S. e Holstein (D.) — 102.
Pedro Maria de Souza e Holstein (D.) — 107.
Pedro de Menezes (D., Conde de Viana)— 78, 94, 97, 98, 99, 120, 202, 204.
Pedro de Noronha (arcebispo de Lisboa, D.) — 194, 200.
Pedro de Souza — 197.
Pedro de Souza e Holstein (D.) — 107.
Pedro de Souza e Holstein (D.) — 107.
Penamacôr — 52.
Penela — 38, 44.
Peninsula — 22, 23, 53, 133, 147, 224.
Peraso — 199.
Perfeito (Principe) — 166.
Pero Anes (Frei) — 174.
Pico (Ilha do) — 228.
Pinheiro da Bemposta — 55.
Pinheiro Chagas — 74, 147, 166.
Pio II — 234, 245.
Pires de Camões — 39, 45.
Platão — 121.
Plinio — 98, 156.
Polibio — 156.
Pombal — 33, 38, 40, 100.
Pomponio — 156.
Ponta del Carnero — 73, 81, 98.
Ponta da Europa — 73.
Ponte (Conde da, Manuel Ferrão Castelo Branco) — 104.
Ponte (Condessa da, D. Mariana de Lancastre Araujo) — 104.
Ponte de Lima — 44.
Porta de Almina — 76, 78, 86, 89.

Porta de Fez — 79.
Porta do Mar — 134, 135.
Portel — 139.
Porto — 39, 40, 44, 53, 55, 65, 66, 67, 100, 130, 131, 146, 152, 168, 223, 224.
Porto de Moz — 48.
Porto Santo (Ilha de) — 120, 123, 160, 170, 172, 228.
Portugal — 13, 18, 24, 36, 37, 38, 43, 44, 47, 50, 52, 53, 55, 57, 58, 60, 66, 73, 74, 81, 82, 96, 98, 115, 116, 117, 124, 125, 139, 146, 154, 158, 159, 165, 166, 167, 168, 169, 176, 179, 192, 197, 199, 220, 221, 224, 226, 230, 234, 237, 238, 250, 252, 253.
Portuguesa (Lá, imagem) — 78, 79, 189.
Prado (Conde do, D. Alexandre da Silveira e Lorena) — 101.
Prado (Conde do, D. Pedro da Silveira e Lorena) — 101.
Prado (Condessa do, D. Isabel da Silveira e Lorena) — 101.
Prestes João — 120, 144, 146, 248.
Prim — 189.
Promontorium Junonis — 146.
Promontorium Mercuri — 146.
Prussia — 154.
Ptolomeu — 156.
Punhête — 46.

Quental (Largo do) — 48.

Rabàte — 6, 237.
Rainha dos Céus — 203.
Ramsés — 182.
Raposeira — 148, 153.
Raposeira (Igreja da) — 160.
Rasmussen — 35.
Remedios (N.ª S.ª dos) — 52.
Restelo — 68, 70, 71, 130, 160, 172, 196.
Ribeira — 66, 67, 197.
Ribeira Grande — 52.
Ribeira Grande (Conde da, José Maria G. Z. da Camara) — 102.
Ribeira Grande (Condessa da, D. Luiza Maria de Souza e Holstein) — 102.
Ricardo Coração de Leão — 167.
Riego — 133.
Rif — 5, 6, 14.
Rio de Janeiro — 220.
Rio do Ouro — 142, 144, 158.
Rocio — 135.
Roda — 46.
Rodrigo Afonso de Melo — 195.
Rodrigo Maria José da C. da R. A. D. F. de S. L. de Souza e Holstein — 105.
Rodrigo Pereira — 42.
Rodrigues Anes — 78.
Rodrigues Castanhede — 44.
Roma — 28, 66, 72, 100, 122, 166, 170, 182, 203, 235.
Romão (logar de) — 228.
Ruivos (Angra dos) — 124.
Ruy Fernandes — 190.
Ruy Gonçalves — 85, 86.
Ruy Lopes de Souza (D.) — 100.
Ruy Pereira — 36, 40.
Ruy de Pina — 125, 126, 127, 128, 129, 131, 139, 140, 161, 163, 166, 168, 187, 188, 192, 193, 196, 198, 199, 200, 203, 205, 211, 215, 222, 223, 230, 231, 232, 236, 238, 240, 241, 243.
Ruy de Sousa — 88, 97.
Ruy Vaaz — 151.

Sacavem — 67.
Sacrum Promontorium — 146, 148.
Sagradas Escrituras — 128.
Sagres — 147, 148, 152.
Sagres (Escola de) — 154, 155, 156, 158.
Saharà — 5, 13.
Sal (Ilha do) — 228.
Salabensala — 71, 80, 81, 84, 86, 90, 91, 94, 99.
Salabensala (Torre) — 79.
Saladino — 17.
Salado — 22, 23, 232, 250.
Salamina — 182.
Salé — 16.
Salvaterra do Campo ou dos Magos — 32, 34, 35, 201.
Sancho (D., Conde) — 32.
Sancho I (D.) — 18.
Sancho de Noronha (D.) — 199, 200.
Sanceda (Marquez de) — 78.
Santa Cruz — 221.
Santa Maria (Cabo) — 249.
Santarem — 16, 18, 28, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 48, 50, 51, 57, 61, 62, 192, 228.
Santarem (Visconde de) — 118.
Santo Lenho — 68.
Santos Inocentes — 199.
Saracabatão — 228.
Sardenha — 146.
Sataspes — 158.

Sebastião (D.) — 78.
Sé Catedral — 91, 196, 197, 202, 203.
Sela — 237.
Senegambia — 158.
Septa — 74.
Septum Fraters — 74.
Sernache — 34.
Serpa — 200.
Serra (Cabo) — 249.
Servio — 7.
Setis — 182.
Setubal — 146, 168, 223, 228, 238, 239.
Setubal (mosteiro de S. Francisco) — 240.
Sevilha — 14, 16, 17, 20, 21, 49, 66, 156.
Sicilia — 59, 60, 66.
Siena — 198.
Sigismundo — 118.
Silves — 11, 17, 18, 20.
Simão (D., filho de D. Fernando) — 238.
Sines — 146.
Sisandro — 42.
Soco Grande — 136, 139.
Soco Pequeno — 135, 137.
Soeiro da Silveira (Dr.) — 245.
Sóror Mariana — 243, 244.
Soure — 38. 47, 140.
Soure (Ribeira de) — 61.
Souza Holstein (Marquez de, D. Francisco de Borja P. M. A. de S. Holstein — 107).
Souza Holstein (Marquez de, D. Luiz de Souza e Holstein) — 107.
Souza Holstein (Marqueza de, D. Maria da Graça Mendes de Vasconcelos) — 107.
Souza Viterbo — 144, 217.
Suajo (serra) — 73.
Suidas — 7.

Tancos — 46.
Tandgia — 134, 135.
Tanger — 6, 123, 125, 126, 127, 129, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 151, 153, 155, 157, 162, 163, 166, 168, 188, 197, 205, 222, 223, 224, 229, 230, 231, 232, 233, 237.
Tarfe-Algurabe — 147.
Tarifa — 18, 22, 72, 95, 98, 200, 224, 230.
Tarique — 75, 133.
Tarouca (Terras de) — 173.
Tavira — 98, 152, 199, 228.
Tejo — 18, 35, 40, 44, 46, 48, 49, 52, 202.
Templarios — 18.
Tencifte — 6.
Tenece — 14.
Tenorio — 22.
Teofilo Braga — 121.
Terça Naball — 147, 148.
Terceira (Ilha da) — 228, 235.
Terena (Marquez e Conde de, Luiz Brandão de M. C. C. de S. P. de L. e Figueirôa) — 103.
Terena (Marqueza e Condessa de, D. Eugenia Maria F. B. de M. C. C. de S. P. de L. B. de L. e Figueirôa) — 103, 108.
Teresa Henriques de Lancastre (D.) — 104.
Teresa Henriques de Lancastre e Oliveira (D.) — 104.
Teresa Lobo de A. M. e Castro (D.) — 106.
Teresa Maria H. de Lancastre (D.) — 103.
Teresa de Souza e Holstein — 107.
Terra Santa — 66, 147, 154.
Terras d'Álem — 252.
Terribil — 250.
Tetuan — 128.
Tiago (S.) — 71, 220.
Tiago (Cavaleiros de S.) — 232.
Tiago (S., Igreja em Torres Novas) — 140.
Tiago (Ilha de S.) — 228.
Tiago (Mestrado de S.) — 201, 202, 238.
Tiago (Ordem de S.) — 188, 191, 227, 228, 230.
Tiago (Ordem de S. [hespanhola]) — 188,
Tiberiadas — 203.
Tibre — 236.
Timgad — 10.
Timio — 121.
Tlemsen — 14, 22.
Tojal (S.to Antonio do) — 191, 216.
Toledo — 14.
Tomar — 15, 19, 20, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 36, 38, 40, 41, 42, 44, 46, 47, 48, 53 54, 55, 63, 73, 79, 98, 100, 109, 110, 116, 134, 139, 140, 142, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 167, 170, 171, 172, 181, 187, 188, 190. 226, 244, 251, 252.
Tomar (Convento de S.ta Iria) — 245.
Tomar (Paço da Ribeira) — 160.
Tomar (Rua dos Arcos) — 160.
Tomasia de Magalhães M. S. S. G. e Menezes (D.) — 103.
Tomaz (S.) — 172.
Tomaz (Ilha de S.) — 172, 228.
Tomaz de Almeida Garrett — 103.
Tomaz Ribeiro — 174.
Topinard — 8.

Tordunhos — 39.
Tornes — 54.
Toro — 231.
Torre do Tombo — 150, 228, 236, 245.
Torre e Espada (Ordem da) — 220, 221.
Torres Novas — 18, 31, 38, 42, 43, 44, 50, 54, 140.
Torres Vedras — 38, 42, 63, 130, 189.
Trafalgar — 98, 133.
Trancoso — 44, 55, 56.
Trás Falmenar — 147, 152.
Tras-os-Montes — 65.
Triangulo (Livro) — 156.
Trindade Coelho — 190.
Tunis — 22.
Tunisia — 8, 12.
Tuy — 56.

Ujeda — 14.
Ume-Rebi — 6.
Ungria — 154.
Urbano VI — 28.
Urgel (Conde de) — 190.

Valarte da Suecia — 146.
Vale (N.ª S.ª do) — 77, 189.
Valença (Marquez de) — 168, 191, 193, 195, 196, 197, 215, 223, 226, 227.
Valencia — 147, 239.
Valsêca — 155.
Valverde — 56.
Vasco Anes Corte Real — 86.
Vasco de Ataíde — 202, 205.
Vasco Dias — 137.
Vasco Esteves Godinho — 90.
Vasco Fernandes Ataide — 86, 87, 91, 96.
Vasco Fernandes Coutinho — 140.
Vasco Fernandes de Locena — 140, 199.
Vasco da Gama (D.) — 183, 237, 249.
Vasco Gonçalves d'Almeida — 116, 117.
Vasco Martins de Albergaria — 86.
Vasco Martins de Melo (Alcaide) — 50.
Vasco Valdez — 245.
Veiros — 240.
Veneza (Senhoria de) — 144.
Vera Cruz — 221.
Viana — 37, 44, 146.
Viana (Conde de) — 230, 231, 234.
Vicente (S.) — 94.
Vicente (Cabo de S.) — 72, 146, 148, 149, 152, 160, 223.
Vicente (paineis de S.) — 177.
Vicente (quadros de S.) — 239.
Vicente de Almeida Trigoso — 107.
Vicente Dias — 164.
Vicente de Saragoça — 147.
Vieira Guimarães — 244.
Vila do Infante — 146, 152, 153, 156, 170, 171, 173, 174, 223, 227.
Vila Nova da Cerveira — 44.
Vila Nova da Cerveira (Visconde de)—202.
Vila Rial (Conde de) — 202.
Vilariça — 51.
Vilar-Maior — 32.
Vila Viçosa (Marquez de) — 202.
Villaut — 198.
Vimeiro — 32.
Violante Lobo de A. M. e Castro (D.) — 106.
Vitória (Mosteiro de N.ª S.ª da) — 188.
Vizeu — 62, 228.
Vizeu (Duque de) — 98, 109, 170, 172, 178, 228.
Vizeu (Sé de) — 173.

Xéres — 16.

Zaianidas — 22.
Zaire — 249.
Zaláca — 14, 20.
Zarco — 120.
Zezere — 34, 46.

BIBLIOGRAFIA

Alguns documentos do Real Arquivo da Torre do Tombo, etc., 1892.

D. Antonio Caetano de Sousa, 1747, *Historia Genealogica da Casa Real Portuguêsa.*

Arquivo da Universidade de Coimbra, *Carta de 25 de Março de 1448*, Gaveta n.º 2, Maço 3 n.º 55.

Azurara, 1899, *Crónica d'El-rei D. João I.*

—— 1841, *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné.*

—— 1793, *Crónica de D. Duarte de Menezes.*

—— 1793, *Crónica de D. Pedro de Menezes.*

Braamcamp Freire, 1899, *Brazões da Sala de Cintra.*

Brito Rebello, 1894, *Ocidente* n.º 548.

—— 1903, *Livro de Marinharia.*

Cada Mosto, 1812, *As navegações.*

D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, 1899, Extracto d'El *Homenage á Menendez y Palayo.*

Conimbricense, n.os 2526, 2527 e 2530.

Crónica do Condestavel, 1911.

Damião de Goes, 1905, *Crónica do Principe D. João.*

David Lopes, 1911, *Os arabes nas Obras de Alexandre Herculano.*

Diogo Gomes, 1900, *As relações do descobrimento da Guiné*, etc.

D. Duarte, 1842, *Leal Conselheiro.*

Duarte Pacheco Pereira, 1892, *Esmeraldo.*

Eugenio do Canto, 1910–1911, *Carta d'el-rei D. Afonso IV ao papa*, etc., e *De Canaria et de insulis*, etc.

Fernão Lopes, 1895, *Crónica d'El-rei D. Fernando.*

—— 1897, *Crónica d'El-rei D. João I.*

Fortunato de Almeida, 1894, *O Infante de Sagres.*

Frei João Álvares, 1577, *Crónica dos feitos, vida e morte do Santo Infante D. Fernando que morreu em Fez.*

Gaspar Dias de Landim, 1892, *O Infante D. Pedro.*

General Carlos R. do Bocage, 1912, *La prise de Ceuta par les Portugais.*

Henrique Lopes de Mendonça, 1898, *Bartholomeu Dias e a Rota da India.*

João Baptista de Castro, 1870, *Mapa de Portugal.*

João de Barros, 1778, *Decada I.*

João da Rocha, 1915, *Folha de Viana.*

João de Sousa Tavares, 1909, *A cidade de Beja.*

José de Figueiredo, 1910, *O Pintor Nuno Gonçalves.*

José Maria Rodrigues, 1894, *O Instituto*, n.os 8 e 9, vol. xli.

Latino Coelho, 1882, *Vasco da Gama.*
Lavisse, 1894, *L'histoire Générale.*
Leão Africano, 1847, *Description de l'Afrique.*
Leite de Vasconcelos, 1905, *Religiões da Lusitania.*
Luiz Gentil, 1912, *Marroc Physique.*
Major, 1876, *Vida do Infante D. Henrique de Portugal.*
Manoel de Souza Moreira, 1694, *Teatro Genealogico da Casa de Souza.*
Meyer, 1897, *Lexikon.*
Nicolau Valkenstein, 1875, *Diario da sua Viagem.*
Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal.*
Oliveira Martins, 1902, *Os filhos de D. João I.*
—— 1894, *Historia de Portugal.*
Oncken, 1914, *Historia Universal.*
Ordenações Afonsinas, 1786.
Reclus, 1876, *Tratado de Geografia.*
Rodrigues Lobo, 1890, *Córte na aldeia.*
Ruy de Pina, 1901, *Crónica d'El-rei D. Duarte.*
—— 1901, *Crónica d'El-rei D. Afonso V.*
Schaefer, 1893, *Historia de Portugal.*
Sousa Viterbo, 1903, *Arquivo Historico Português.*
Tomaz Ribeiro, citado na *Ordem de Cristo.*
Torre do Tombo:
Chancelarias reaes:
de D. João I.
de D. Duarte.
de D. Afonso V.
de D. Sebastião.
de D. Filipe.
Secções diversas:
Legitimações.
Doações.
Armario do Interior da Corôa.
Testamento do Infante D. Henrique.
Dicionario Geografico.
Cartorio da Ordem de Christo.
Extremadura.
Corpo Chronologico.
Misticos.
Trindade Coelho, 1906, *Manual politico do Cidadão Português.*
Vieira Guimarães, 1901, *A Ordem de Cristo.*
Visconde de Santarem, 1841, *Nota na Crónica da Guiné.*

ERRATAS

Página	Linha	Onde se lê	Leia-se
12	7	Okba	Ocba
»	15	Cabena	Cahena
39	16	Tordunhos	Tordesilhas
41	33	Jacub	Iácube
64	42	Le Prise	La Prise
67	36	Vasco Fernandes Ataíde	Vasco Fernandes de Ataíde
78	39	falarmos	falar
»	40	esqueceu	esqueceram
86	33	Gonçalves Vaz Coutinho	Gonçalo Vaz Coutinho
96	40	» » »	» » »
101	1	mapas	filhos
102	»	»	»
104	»	»	»
106	»	»	»
108	»	»	»
109	41	Tomo	Tombo
110	13	»	»
133	17	Jarik	Tarik
134	47	fim destino	fim e destino
136	26	*Sóco* pequeno	*Sóco Pequeno*
137	40	Espanol	Espanhol
138	46	Jacoub	Iàcube
143	37	(1)	(3)
144	29	(3)	(2)
158	17	Ibn-Fatimah	Ibne-Fatimah
162	39	no dia imediato	na noite do dia do falecimento
168	23	Alcacer-Cequer	Alcacer Ceguer
169	12	somente	apenas directamente
170	46	Universidade	Universidade de Coimbra
190	31	principe	infante
193	42	de la	da Casa
203	36	chamava	chamavam
217	3	Mateus Pisano	Mateus de Pisano
224	24	Jacub	Iàcube
»	32	El-Gacr-Essaghir	El-Caçr-Eçaghir
230	30	falaça	falacia

Página	Linha	Onde se lê	Leia-se
230	41	D. Pedro	D. Duarte
»	42	CXXIV	CXXIX
242	43	Biblioteca Publica	Biblioteca Nacional
243	46	» »	» »
247	47	Esta	Cstá
260	33	Sabil	Sabio

~~CR 5907 V5~~ ~~Vieira Guimarães, José~~
~~Marrocos e três mestres da~~
~~Ordem de Cristo~~

PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

CR
5907
G85

Guimarães, José Vieira
Marrocos e três mestres
da Ordem de Cristo